rossio

estudos de Lisboa

maio 2013

número 1

LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

rossio. estudos de lisboa N. 1 2013

publicação do Gabinete de Estudos Olisiponenses
ISSN 2183-1327

Diretor
Jorge Ramos de Carvalho
Conselho Editorial
Ana Homem de Melo
Anabela Valente
Hélia Silva
Miguel Gomes Martins
Rita Megre
Projeto Gráfico
João Rodrigues
Secretariado Executivo
Vanda Souto
Fotografia da Capa e separadores
João Rodrigues
Colaboradores neste número
José-Augusto França (editor convidado)
Ana Tostões
André de Oliveira Leitão
Andreas Gehlert
António Miranda
Cristina Leite
Ema Ramalheira Pereira da Rocha
Filipa Santos
Gonçalo de Lima Mayer
Margarida Tavares da Conceição
Maria Calado
Renata Araújo
Rute Isabel Guerreiro Ramos
Vasco Appleton
Vasco Nunes da Ponte
Vera Mariz
Vítor Serrão

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
António Costa
Vereadora da Cultura
Catarina Vaz Pinto
Diretor Municipal de Cultura
Francisco Motta Veiga
Diretor do Departamento de Património Cultural
Jorge Ramos de Carvalho

gabineteestudos olisiponenses
rossio@cm-lisboa.pt

EDITORIAL

Um dos objetivos da **Rossio: Estudos de Lisboa** é disponibilizar um instrumento que seja aprazível, de reflexão e conhecimento de valores do nosso património e do significado da nossa herança cultural.
Como um espaço coletivo de difusão, a **Rossio** procura gerar um encontro direto entre a comunidade e os distintos saberes e autores, que em conjunto constituem o património da cidade.
Pretendemos contar, em cada número da Revista, com um editor convidado responsável pela escolha dos artigos do tema central, assim como manter a colaboração aberta à participação externa de todos os que quiseram publicar os seus estudos.
O Núcleo de Estudos do Património em conjunto com o Gabinete de Estudos Olisiponenses, adstritos ao Departamento de Património Cultural, da Direção Municipal de Cultura, coordenam esta iniciativa, a qual só é possível graças à participação dos diversos autores dos artigos que constituem esta Revista. Como primeiro editor e porque os seus trabalhos são incontornáveis para os estudos de Lisboa, o Professor José-Augusto França aceitou delinear a estrutura do caderno temático e convidou um conjunto de personalidades a se debruçarem sobre olisipografia. Os artigos e a bibliografia crítica dos temas olisiponenses constituem um valioso recurso para todos os que se interessam por Lisboa; pela utilidade das informações e pelo conhecimento acrescentado que aportam. Funcionam como um guia para conhecer a história de Lisboa e um precioso auxílio para encontrar quem escreveu o quê sobre a cidade. Pelo exemplo de empenho e disponibilidade, pela pertinência do tema e qualidade dos artigos e autores que nos trouxe, o nosso muito obrigado ao Professor José-Augusto França, agradecimento este que, com toda a certeza, será acompanhado pelos leitores deste número.
Os restantes artigos, fora da secção temática, revelam várias visões da cidade, refletem o estudo de diferentes temas em distintos períodos históricos.
A memória de Lisboa fica aqui reconhecida, bem como os que trabalharam para a preservar e divulgar. Agradecendo a colaboração de todos os autores, espero que este novo número seja para o público tão útil e gratificante como o foi para todos o que nele trabalharam.

Jorge Ramos de Carvalho

ÍNDICE

Apresentação
José-Augusto França
8

CADERNO OLISIPOGRAFIA

Os precursores da Olisipografia
Vítor Serrão
10

Três Olisipógrafos
Maria Calado
18

Irisalva Moita e a arqueologia em Lisboa
Cristina Leite
24

Obras de referência História geral
António Miranda
Vítor Serrão
32

Eduardo Freire de Oliveira
Elementos para a história de Lisboa
António Miranda
34

Norberto de Araújo
Peregrinações
António Miranda
36

Norberto Araújo
Durval Pires de Lima
Inventário de Lisboa
António Miranda
40

Francisco Santana
Eduardo Sucena
Dicionário da História de Lisboa
António Miranda
42

Irisalva Moita
O Livro de Lisboa
Vitor Serrão
44

José-Augusto França
Lisboa. Historia Física e Moral
Vitor Serrão
44

Obras de referência
Bloco pombalino
José-Augusto França,
Renata Araújo,
Margarida Tavares da Conceição,
Ana Tostões
50

Amador Patrício de Lisboa
Memorias das Principais Providencias que se deram no terramoto (...) no ano de 1755
José-Augusto França
52

Francisco Luís Pereira de Sousa
O terramoto de 1 de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico
José-Augusto França
54

José-Augusto França
Lisboa Pombalina e o Iluminismo
Renata Araújo
56

Walter Rossa
Para além da Baixa
Margarida Tavrares da Conceição
64

Walter Rossa,
Ana Tostões
Lisboa 1758
O plano da Baixa hoje
Ana Tostões
72

Bibliografia critica
AA.VV
78

VARIA

***Presenças moçárabes em al-Usbuna e seu alfoz* (até 1147)**
André de Oliveira Leitão, Filipa Santos
92

O património do Hospital de Todos os Santos na 2ª metade do século XVI
Rute Isabel Guerreiro Ramos
104

Lisbon Caput Mundi: The panoramic Lisbon view at Weilburg castle documenting the Festive Entry of Philipp III in 1619
Andreas Gehlert
114

A encenação utópica da capital do império – o projeto de Luís Cristino da Silva para o Palácio do Ultramar
Vera Mariz
124

Lisboa Tingida. A intervenção plástica na cidade – dos murais políticos à arte de rua
Ema Ramalheira Pereira da Rocha
140

Intervenções na cidade – Av. D. Carlos I, nº 103/105
Gonçalo Lima Mayer, Vasco Appleton, Vasco Nunes da Ponte
148

APRESENTAÇÃO
JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA

Convidado para programar o primeiro número deste *rossio* que se abre como um espaço lisboeta de raiz, pensei (e pensa a comissão editorial) que bom seria começar por proporcionar aos leitores o início de uma bibliografia crítica de Lisboa – que tanta falta faz aos estudiosos ou curiosos da cidade.
É certo que muitos elencos bibliográficos se oferecem (e se repetem) em obras diversas, mas a sua catalogação pontual e por vezes atrabiliária de critérios, não traz a informação de conteúdos que, situados criticamente, os tornem úteis e práticos de consultar.
Isso se pretende agora fazer, e começamos por estabelecer secções temáticas – desde os primeiros autores e títulos pioneiros da olisipografia do século XVI ao século XVIII, aos mestres considerados em suas investigações originais, dos fins de Oitocentos a cerca da primeira metade do século XX (e já sabemos que são três: Júlio de Castilho, Gustavo Matos Sequeira e Augusto Vieira da Silva). Seguidamente, abordaremos a arqueologia urbana através da figura de Irisalva Moita. Depois, um bloco juntará obras de referência histórica geral, e outro tratará a fase pombalina da cidade que é fundamental à sua evolução para a modernidade oitocentista.
Finalmente, por ordem alfabética de autores, se sucederão em fichas de leitura (de cerca de 120 palavras) objectivas, as obras pontuais que se ocupem (só em volume ou separata ou dissertações universitárias que são já numerosas) de Lisboa em sua "histórica física e moral". Todos estes conjuntos são naturalmente abertos no tempo, que as publicações se sucedem e cada vez mais numerosamente, e também em relação ao já editado, para colmatar inevitáveis lacunas.
Procurou-se, para bom exemplo. que o 1º número contivesse 45 destas notas críticas.
Assim se define a parte principal deste primeiro número da *rossio* que (como os seguintes) abre um segunda parte a colaborações diversas de pequenos estudos ou de assuntos de oportunidade.
O esquema que inicialmente se propôs teve que ser corrigido por condições e possibilidades de espaço do próprio número inicial da *rossio*, mas também por possibilidade de autoria – que são da responsabilidade de todos nós, estudiosos de Lisboa.
Outros temas terão que ficar para as partes fundamentais de números seguintes, como "Exposições", "Plantas", "Guias" e "Itinerários", ou vistas e imagens (em álbuns ou não, e de diversa índole gráfica) ou estudos aplicados sobre Lisboa nas literaturas, ou nas artes, como no teatro e no cinema, na música – e nas impressões de viajantes nacionais e estrangeiros, etc, etc.
O campo da investigação é vasto e variadíssimo, e sucessivos *rossios* dele darão conta, quando possível.
É o que pode esperar-se e desejar metodicamente, no limiar deste numero 1 – em que se achou bem começar pelo princípio. Que ao princípio, em Historia, está a informação. Lembrando sempre a lição inaugural de Orlando Ribeiro em 1945 na Faculdade de Letras – CML, da cadeira de Estudos Olisiponenses – cuja "evolução e perspectivas "admiravelmente estabeleceu.
A todos os autores, meus colegas, que aceitaram prestar a sua necessária colaboração, com a comissão editorial, lhes agradeço.

OS PRECURSORES DA OLISIPOGRAFIA CRISTÓVÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA, JOÃO BRANDÃO, DAMIÃO DE GÓIS, FRANCISCO DE HOLANDA

Vitor Serrão*

*Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Sempre se considerou que a Olisipografia, enquanto género específico da ciência histórica, nasceu em 1879 com a edição do tomo inicial da *Lisboa Antiga (Bairro Alto)*, de Júlio de Castilho[1]. Nessa obra, a Cidade instituía-se por inteiro como *tema* de uma visão microscópica em que os edifícios da História e as circunstâncias do trabalho, as crónicas do lazer, as fases de crescimento urbano e estagnação social, os heroísmos e misérias das edilidades, as fases de iconoclasma e salvaguarda e, sempre, as valências históricas, arqueológicas, arquitectónicas e patrimoniais, se assumem como parcela integrante e integradora de uma narrativa plena de coerência, fiel às memórias e aos factos e apta a explicar as remanescências físicas.

Todavia, se a geração de Castilho e a que se lhe seguiu, de Augusto Vieira da Silva, Pastor de Macedo, de Gomes de Brito, de Eduardo Freire de Oliveira e de Gustavo de Matos Sequeira, souberam autonomizar o estudo de temas olisipógrafos como verdadeira disciplina autónoma, não é de esquecer que já existia antes, subterrânea, uma zona de preexistência desse desígnio investigatório que nos conduz ao século XVI, tempo em que a *História de Lisboa* se constituiu pela primeira vez como *género*, fosse por precisas razões laudatórias, necessidades estratégicas de afirmação, desígnios nacionalistas, ou pela razão pura e simples de só ela saber analisar estatísticas de crescimento social e explicar novas dinâmicas urbanísticas.

Confrontado, assim, com uma visão de conjunto necessariamente breve sobre os precursores da Olisipografia, parece incontornável dar-se destaque a quatro livros da era de Quinhentos em que os estudos caracterizadores da cidade se sedimentam e ganham base. Trata-se das obras do fidalgo João Brandão (1552)[2], do padre Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1554?)[3], do humanista Damião de Góis (1554)[4] e do arquitecto e teórico das artes Francisco de Holanda (1571)[5], autores que, com maior ou menor fortuna editorial (no caso de Oliveira e de Góis) ou sem chegarem a ver a obra publicada (caso de Brandão e do último autor citado), reúnem o que de mais interessante e fidedigno se escreveu sobre as vivências da capital portuguesa. Num quadro onde a informação abunda e as referências micro-históricas se multiplicam não há que esquecer, naturalmente, a literatura de viagens, onde surgem páginas de colorida descrição de Lisboa em autores como Francesco di Marchi (*Narratione Particolare*, 1566), Giovan Battista Venturino (*Viaggio del Cardinal Alessandrino*, 1571), entre outros[6], e livros como *Primeira parte das antiguidades da mui nobre cidade de Lisboa* de António Coelho Gasco (1557-1619)[7], e do *Livro da Grandeza de Lisboa* de Frei Nicolau de Oliveira (obras já de 1619 e de 1620, respectivamente), ainda a paciente informação memorialística de Pedro Rodrigues Soares, um autor sebastianista que registou as suas impressões e vivências da cidade entre 1565 e 1628, deixando longo testemunho da crise dinástica e do tempo da dominação dos Habsburgos[8]. É o cruzamento dos testemunhos da olisipografia, a par das numerosas imagens da cidade em pinturas, desenhos, iluminuras e gravuras, e do que ainda remanesce dessa antiga Lisboa em termos histórico-artísticos, que permite imaginar essa cidade cosmopolita e buliçosa, vista ao tempo como verdadeiro '*ubilicus mundi*' pelo exotismo das suas gentes e pela frenética actividade mercantil que a animava, em cores.

Imagem 1
Extrato da gravura publicada por Georg Braunius em *Civitates orbis terrarum*, volume I, Colónia, 1572.
Museu da Cidade, MC.GRA.1397

A obra *Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, da autoria de João Brandão, um escudeiro da Casa Real, natural de Buarcos segundo se crê, que foi rendeiro da dizima do carvão, lenha e casca de curtimento, da telha e tijolo, é o resultado de um inquérito de tipo sócio-económico que foi encarregado de redigir em 1552 para ser presente a D. João III. Aí trata com grande detalhe da diversidade dos mantimentos e mercadorias que eram transaccionados na cidade, as rendas da governação camarária e estatal, as matérias-primas necessárias à indústria; os valores monetários dos produtos, e os ofícios em funcionamento, com o número de tendas abertas e oficiais que nelas trabalhavam. João Brandão dá-nos, com este texto, um dos documentos mais importantes para o conhecimento da vida económica e social da Lisboa de meados do século XVI[9]. Embora compulsado por vários autores ao longo dos tempos, o manuscrito, em que o autor buscou enaltecer a capital portuguesa como grande metrópole, tal como o título indica, manteve-se inédito na Biblioteca Nacional, sendo apenas dado à estampa, com anotações do olisipógrafo Gomes de Brito, em 1923.

TRATADO
DA
MAJESTADE, GRANDEZA E ABASTANÇA
DA CIDADE DE LISBOA,
NA 2.ª METADE DO SECULO XVI

(Estatistica de Lisboa de 1552)

Autor: João Brandão (de Buarcos), escudeiro fidalgo
da casa de El-Rei D. João III

Texto impresso sob a direcção de Anselmo Braamcamp Freire
Comentarios e Notas de Gomes de Brito
Membros da Academia das Sciencias de Lisboa

LISBOA
Livraria Férin, Editora
70, Rua Nova do Almada, 74
1923

Imagem 2
Subcapa do livro de João Brandão, *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, na 2ª metade do século XVI*. Lisboa: Livraria Férin.,1923

Cristóvão Rodrigues de Oliveira era guarda-roupa do Arcebispo de Lisboa D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, um epíscope de cultura renascentista que fora Bispo de Lamego e, enquanto tal, responsável pelos melhoramentos construtivos da Diocese beirã, e era também capelão-mor de D. João III. A ligação ao Arcebispo justifica que tivesse sido encarregado de escrever, em 1551, uma obra estatística intitulada *Summario, em que brevemente se contem algumas cousas assim ecclesiasticas, como seculares, que ha na cidade de Lisboa.* Este livro, considerado muito arrojado no contexto da sua época, saiu dos prelos em 1554 (ou 1555) e foi reeditado em 1755 com adições de Manuel da Conceição, mercador de livros na Rua Direita do Loreto. Constitui-se obra pioneira no género do ensaio estatístico, com descrição de múltiplas facetas da vida da capital nos anos centrais do século XVI, já que, a pretexto do recenseamento dos bens e rendimentos do Arcebispado, o autor elencou as confrarias, hospitais, conventos, colégios e igrejas, com dose de pormenores importantíssimos sobre estrutura religiosa lisboeta, e acrescenta um estudo assaz original das instituições seculares em funcionamento, com dados sobre a sua hierarquização, os seus poderes e mecanismos de acção (caso dos Juízos da Moeda e da Alfândega), descrevendo as estruturas que regiam a Casa da Suplicação, a Casa da Cível, o Juízo da Índia, da Guiné e da Mina, o Juízo da Alfândega e da Moeda, alargando-se ao aparelho de oficiais da Câmara, aos Alcaides, aos tabeliães de notas e, também, a todas as estruturas do comércio internacional da cidade. O livro de Cristóvão Rodrigues de Oliveira assinala, enfim, o ascenso da comercialização de mercadorias e das matérias-primas e atesta a força crescente dos núcleos manufactureiros ligados à construção naval, à artilharia, à fábrica da pólvora, à armaria e às artes da guerra, bem como as renovadas estruturas de abastecimento alimentar, e o alargamento de novas profissões mecânicas, com a autonomização de artes e ofícios, como a classe dos ourives, imaginários, impressores ou relojoeiros e a liberalização crescente da actividade dos artistas, como os pintores. Quanto aos escravos, que constituíam dez por cento da população total segundo o cálculo do autor, é registado a sua ocupação fundamental ao serviço dos seus senhores, tratando de cavalos, servindo de carregadores, e em tarefas de lavoura e de marinharia.

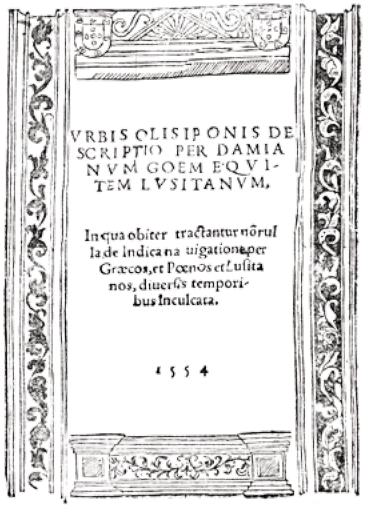
Quanto ao *Urbis Olisiponis descriptio*, um internacionalizado livro de Damião de Góis (1502-1574), dado à estampa em Évora em 1554 na célebre tipografia de André de Burgos e várias vezes reeditado, mostra outra faceta da História olisiponense que importa enaltecer e que aqui dá passos pioneiros: a visão contemplativa e comparatista por parte do humanista renascentista[10v]. O registo mais factual ou estatístico (de Brandão e Oliveira) dá aqui lugar a uma análise globalizante em que o perfil urbano, a antiguidade e o peso estratégico de Lisboa, vistos *de per si* e no contexto da Europa, se misturam com a frescura das descrições sobre a beleza e a amenidade da cidade, verdadeiro *locus amoenus*. É um olhar renovado sobre a cidade, o que não admira, sabendo-se a formação humanista do autor em círculos como os de Cataldo Sículo. Nascido em Alenquer de ascendência nobre, Damião de Góis era um homem muito viajado e conhecia as grandes cidades da Europa. Filho do almoxarife Rui Dias de Góis, da Casa de Aveiro, e de uma dama de origem flamenga, Isabel Gomes de Limi, entrou muito cedo na corte como moço de câmara, e de 1523 a 1533 foi secretário da Feitoria portuguesa de Antuérpia, o que lhe permitiu realizar missões diplomáticas e comerciais por várias cidades e adquirir obras de arte de grandes mestres como Hieronymus Bosch e Albrecht Durer. Conheceu nesses périplos Lutero, Melanchton e, quando esteve em Basileia, o humanista Erasmo de Roterdão, de quem se tornou amigo. Nos anos em que estudou na Universidade de Pádua em 1534-1538, contactou com o poeta Pietro Bembo e o humanista Lazzaro Buonamico. Tendo sido feito prisioneiro durante a invasão francesa da Flandres, foi resgatado por instância do próprio D. João III e pôde regressar a Lisboa, em 1545; conheceria então as primeiras perseguições do Santo Ofício, que por denúncias de protestantismo lhe instaura dois processos. Ao mesmo tempo que estas trágicas circunstâncias ocorriam, Damião de Góis foi guarda-mor dos Arquivos Reais da Torre do Tombo (nomeação de 1548) e, a mando do Cardeal D. Henrique, escreve a *Crónica de D. Manuel I* (só completada em 1567) e o *Urbis Olisiponis descriptio,* homenagem à capital portuguesa, saído dos prelos em 1554. De novo processado em 1572 pela Inquisição devido a intrigas e invejas cortesãs, morre em 1574, com suspeitas de assassinato, na sua casa de Alenquer.
A *Urbis Olisiponis descriptio* dá-nos a imagem de *Lisboa-capital do Império* que se soubera definir durante a primeira metade do século XVI à luz do eufórico clima criado pelo processo dos Descobrimentos, com o fortalecimento do poder absolutista

WWW...

SVmmario ẽ
QVE BREVEMENTE SE
CONTEM ALGVAS
COVSAS CASSI EC
CLESIASTICAS
COMO SECV-
LARES QVE
HA NA CI-
DADE DE
LISBOA.
Com Preuilegio Real.

Imagem 3
Frontispício do livro de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Summario, em que brevemente se contem algumas cousas assim ecclesiasticas, como seculares, que ha na cidade de Lisboa.* Lisboa : casa de Gil Marinho, depois de 1554.

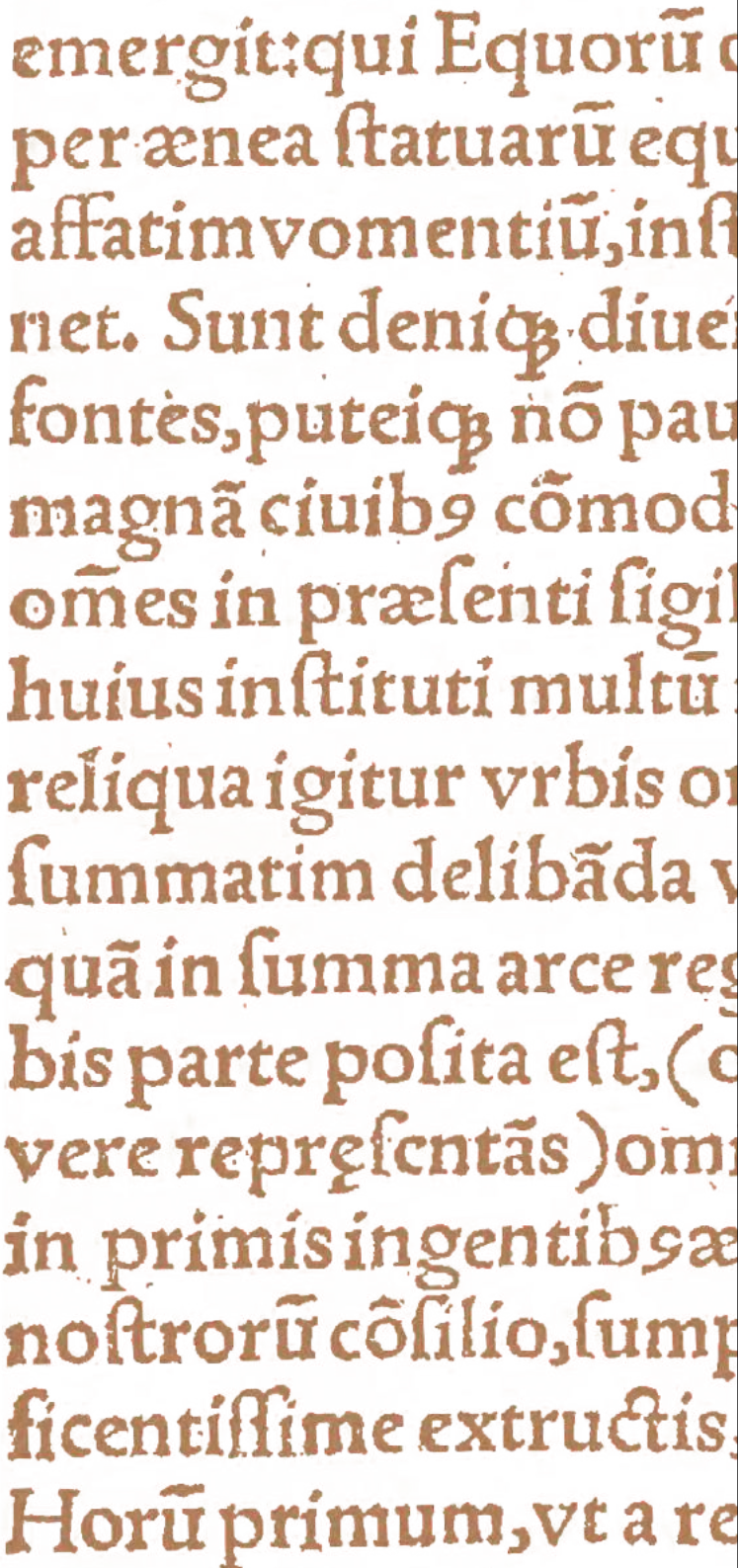
e o assumir de uma nova importância estratégica da cidade. A cidade recebeu equipamentos sumptuosos, desde o Hospital de Todos-os-Santos no Rossio, à Nova Casa da Índia na Ribeira das Naus, com renovação dos Paços régios e de muitas casas da nobreza (os Duques de Bragança, os Marqueses do Alegrete, os Teles de Melo, os Andradas-Ericeiras, os Condes de Vimioso e da Vidigueira, os Pessanhas...). É este quadro de desenvolvimento que se traça no livro: as páginas desenham o perfil de uma capital mercantil que se abria a colónias de estrangeiros, abandonando o velho *facies* medievalizante e assumindo novas dinâmicas de desenvolvimento, respirando uma vida de costumes multirraciais que não deixa indiferentes quem regularmente a visita e a descreve em cores exóticas. A este respeito, conhecemos relatos como os de Francesco di Marchi e de Giovan Battista Venturino, entre muitos outros, que nos dão conta de uma cidade cheia de carácter cosmopolita, e que no reinado de D. João III atingia mais de 150 mil habitantes. É essa Lisboa do século XVI que Damião de Góis, profundo conhecedor de outras cidades tanto nos Países Baixos como em Itália, assimila uma imagem de metrópole extravagante, *ubilicus mundi*, com o seu urbanismo sinuoso e as suas sete colinas enfrentando o grande Tejo, e o carácter desalinhado do seu casario, no contexto de uma cidade que dinamicamente se miscigena com outros povos, à imagem de *metrópole da pimenta* e rota comercial onde acorrem povos de todas as origens. A este respeito, a saudosa olisipógrafa Irisalva Moita dá-nos este quadro exemplar sobre a multidão de «nações» que se concentrava na zona portuária (Ribeira Velha ou Praça do Pelourinho) e que incluía «flamengos, castelhanos, galegos, andaluzes, alemães, florentinos e genoveses, empregados nas artes da marinharia, nas operações cambiais e nos ofícios mecânicos, a par de escravos africanos, berberes, índios de diversas origens, e muitos indigentes (...), uma mancha exótica constituída por negros da Guiné, semi-nus, andrajosos, índios, chineses, berberescos, lado a lado com as regateiras brigonas e os marítimos de linguagem afiada, labutando

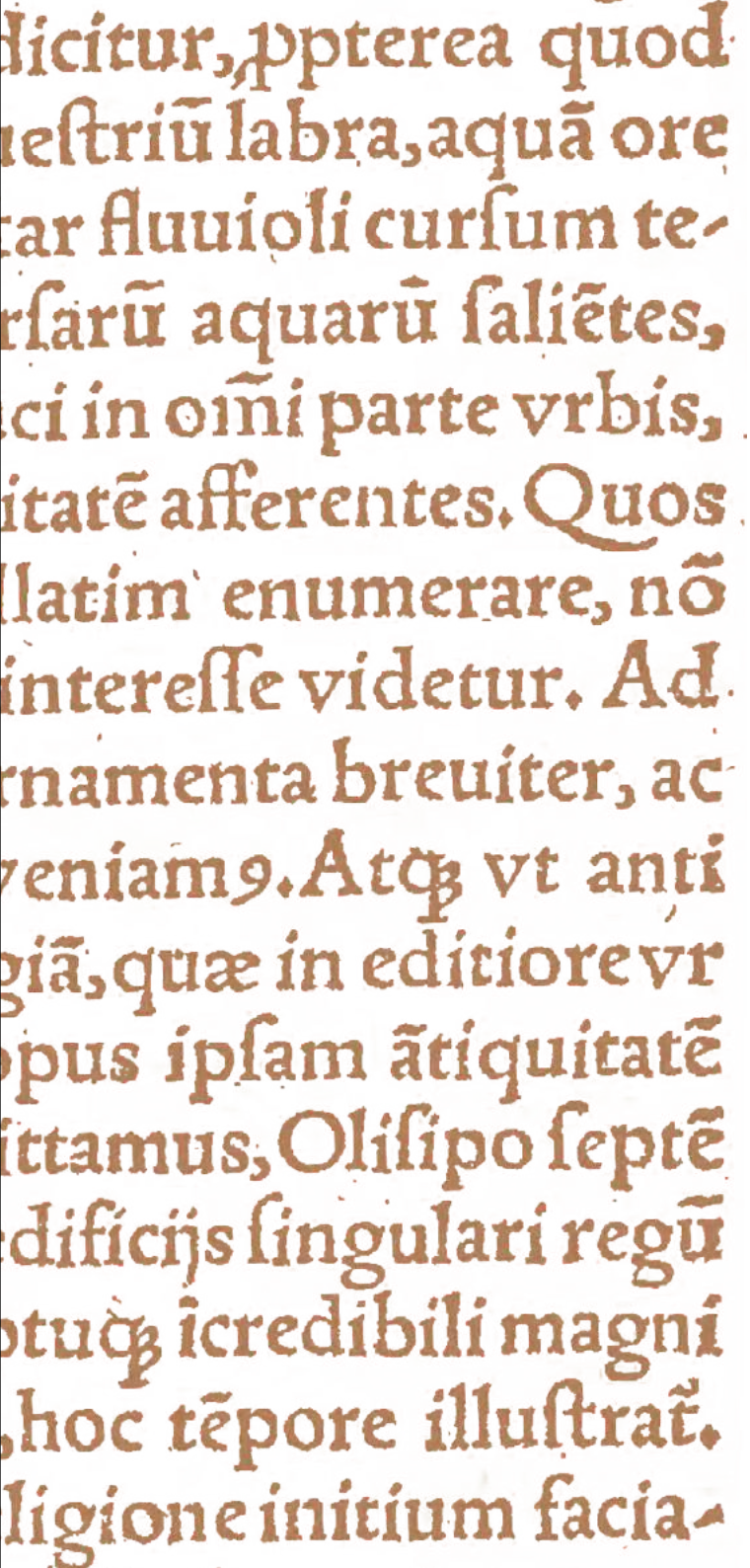

VRBIS OLISIPONIS DE SCRIPTIO PER DAMIANVM GOEM EQVITEM LVSITANVM.

In qua obiter tractantur nõnulla de Indica navigatione per Græcos, et Pœnos et Lusitanos, diuersis temporibus Inculcata.

1554

WWW...


emergit:qui Equorũ
per ænea ſtatuarũ equ
affatim vomentiũ, inſ
net. Sunt deniq; diue
fontes, puteiq; nõ pau
magnã ciuib9 cõmod
omes in præſenti ſigil
huius inſtituti multũ
reliqua igitur vrbis o
ſummatim delibãda
quã in ſumma arce re
bis parte poſita eſt, (
vere repreſentãs) om
in primis ingentib9 æ
noſtrorũ cõſilio, ſump
ficentiſſime extructis
Horũ primum, vt a re


dicitur, ꝓpterea quod
ueſtriũ labra, aquã ore
tar fluuioli curſum te-
rſarũ aquarũ ſaliẽtes,
ci in oĩni parte vrbis,
itatẽ afferentes. Quos
latim enumerare, nõ
intereſſe videtur. Ad
rnamenta breuiter, ac
veniam 9. Atq; vt anti
giã, quæ in editiore vr
pus ipſam ãtiquitatẽ
ittamus, Oliſipo ſeptẽ
difícijs ſingulari regũ
otuq; icredibili magni
, hoc tẽpore illuſtrat.
ligione initium facia-

em grande promiscuidade na zona da Ribeira das Naus, nas fundições, enfarruscados na fuligem das bigornas, o que dava ao local um aspecto de paisagem do outro mundo ou de 'antro de Vulcano' como já a classificara Jerónimo Munzer no seu *Itinerario*»[11]. A respeito do quarto livro que aqui se destaca, *Da Fábrica que Faleçe à Cidade de Lisboa,* obra de 1571 do pintor, iluminador, arquitecto e humanista português Francisco de Holanda (1517-1584)[12], trata-se de um manuscrito ilustrado que se encontra na Biblioteca da Ajuda, tendo pertencido ao Conde do Redondo até ser adquirido por D. José I e tendo permanecido no Rio de Janeiro entre 1807 e 1822, aquando da estadia da corte de D. João VI naquela colónia portuguesa, altura em que foi editado, por responsabilidade de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, em 1814, a pedido de D. João VI. Será várias vezes reeditado, com anotações e comentários, assim constituindo, como bem se

Frontispício do livro de Francisco de Holanda, *Da Fabrica que falece há Cidade de Lisboa,* 1571

problemas da cidade, desde o abastecimento de água aos novos empreendimentos construtivos de gosto italianizante[13]. Segundo Sylvie Deswarte, a maior especialista de Francisco de Holanda, a obra mostra a intenção do artista em instigar no jovem monarca a retomar o programa urbanístico de Lisboa projectado na época de D. João III, fortificando a urbe, concluindo palácios como o de Xabregas, aditando novos elementos como igrejas (a do Santíssimo Sacramento) e praças, e dinamizando a construção de um grande aqueduto[14]. Estamos, assim, perante um exto essencial para a compreensão dos valores estéticos propostos na cultura arquitectónica e urbanística no Portugal do século XVI, em que o projecto renascentista de D. João III é visionado numa nova fase de fulgor, que as novas circunstâncias políticas do Reino não iriam viabilizar para desgosto do artista. Lisboa perderia, pela impossibilidade de, com D. Sebastião, assumir um perfil monumental e italianizado (quase uma Nova Roma), ainda que determinadas propostas holandianas fossem

mesmo cumpridas, caso do palácio real de Xabregas[15]. Existe no manuscrito, também (apesar de, e para além das suas propostas específicas), um sentido de «memorial de arquitetura aplicado à cidade onde Holanda elabora imagens retóricas para promover a *Renovatio urbis* de Lisboa»[16]. As circunstâncias políticas inviabilizaram a edição do livro, mas a verdade é que as propostas do autor tiveram alguma sequência a nível das resoluções do Senado da Câmara, bastando ver-se, não só a obra terminal do paço de Xabregas (entretanto destruído)[17], mas também as soluções preconizadas pelo arquitecto Nicolau de Frias para resolver o problema do abastecimento de água que se protelará até D. João V) e, mais tarde, do engenheiro militar Filippo Terzi para a defesa e fortificação da cidade. Quanto ao paço de Enxobregas, de que o Holanda apresenta um desenho detalhado, o estudo de reconstituição do antigo Paço Real, a partir dos vestígios do entablamento clássico, das descrições, da iconografia olisiponense e da documentação sobre obras realizadas em tempo de D. Sebastião, mostra que as indicações holandianas foram, pelo menos em parte, seguidas. Fizeram-se campanhas de frescos e decorações nas câmaras e na capela palatina, entretanto ultimada, seguindo quiçá sugestões do arquitecto. Este caso contraria repetidas opiniões sobre o nulo alcance do livro *Da Fabrica* junto das instâncias da corte; de facto, as obras desse Paço foram cumpridas em tempo sebástico, tornando-o espaço privilegiado de actividades cortesãs, com decoração dentro do gosto maneirista romano, tal como Francisco de Holanda recomendara ao monarca.

O livro de Francisco Holanda distingue-se dos anteriormente citados, assim, pelo seu rasgo interventivo e pela sua perspectiva estratégica. O artista vê Lisboa como centro de um vasto império e que, por isso, devia ser adaptada à magnificência da Roma Antiga, seguindo aliás um *topos* antiquizante que se patenteia em toda a produção teórica de Holanda. Na sua qualidade prolixa de arquiteto, pintor, escritor e conselheiro régio na corte portuguesa de D. João III e de D. Sebastião, não podia deixar de ter peso a sua educação e experiência *de visu* em Roma, Florença e Veneza, e é esse espírito italianizado que explica o arrojo das propostas enunciadas junto do *Desejado*. Estas imagens que os livros citados nos dão da cidade de Lisboa na era de Quinhentos destacam assim, pela pena destes quatro escritores, o seu papel de «varanda do Atlântico» e de «capital imperial», rota obrigatória do comércio da pimenta e das especiarias, num tónus de euforia que se projecta, também, nas artes de pincel, com testemunhos efusivos de casario com fundos de marinha, em visão naturalista da viagem e senhorio dos mares, com embarcações e trechos da faina e da guerra, da simbologia marítima, no seu profundo poder atractivo de cidade-empório internacional.

Das obras de iluminura e pintura que restam, de António de Holanda a Jorge Afonso, Garcia Fernandes, Cristóvão de Figueiredo, Frei Carlos, o Mestre da Lourinhã, Gregório Lopes, Diogo de Contreiras e outros mestres cortesãos da época manuelina-joanina, sem esquecer as pratas, a tapeçaria, a cartografia, etc, a representação artística da cidade enfoca testemunhos eloquentes desse contraditório fascínio que a capital dos mares, a velha Olisipo dos *antigos,* produzia no imaginário colectivo, conduzindo a descrições entre o realista, o visionário e o simbólico. Foi com estes autores, justamente, que nasceram as bases da Olisipografia.

Notas

1 Cf. Fernando Castelo-Branco, *História Breve da Olisipografia*, e José-Augusto França, *Lisboa. História Física e Moral*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
2 João Brandão, *Tratado da Magestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa na 2ª metade do século XVI*, com comentários e notas de Gomes de Brito, Lisboa, Livraria Férin, 1923; 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.
3 Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Summario, em que brevemente se contem algumas cousas assim ecclesiasticas, como seculares, que ha na cidade de Lisboa,* Lisboa, 1554 (ou 1555); 2ª ed., Lisboa, 1755; 3ª ed., Lisboa, 1938; 4ª ed., Livros Horizonte, com notas de J. da Felicidade Alves, Lisboa, 1987.
4 Damião de Góis, *Urbis Olisiponis descriptio,* Évora, tip. de André de Burgos, 1554; reeditado em Colónia, 1602; Frankfurt, 1603; Coimbra, 1791; tradução inglesa, New York, 1996.
5 Francisco de Holanda, *Da Fabrica que Faleçe à Cidade de Lixboa,* 1571, mss. da Biblioteca da Ajuda, cota 51-III-a); edições impressas de Joaquim de Vasconcelos (Porto, 1879), de Vergílio Correia e Alberto Cortez, Madrid, 1929; de Jorge Segurado, 1970; de Livros Horizonte, Lisboa, 1984.
6 Irisalva Moita, cat. da exp. *Lisboa Quinhentista*, Lisboa, C.M.L., 1983.
7 António Coelho Gasco, *Primeira parte das antiguidades da mui nobre cidade de Lisboa* (1615-1619), ed. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.
8 Manuel Lopes de Almeida, *Memorial de Pero Roiz Soares. I. Leitura e Revisão*, Universidade de Coimbra, 1953.
9 Carlos Consigliéri, «A dissolução das relações feudais na Lisboa do século XVI», *Revista de História*, vol. VIII, Porto, 1988, pp. 165-202.
10 Cf., entre outros, Marcel Bataillon, «Le cosmopolitisme de Damião de Góis», in *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*, Coimbra, 1952, pp. 149-196; Jeffrey S. Ruth, *Lisbon in the Renaissance.* A New Translation of the *Urbis Olisiponis Descriptio*, New York, 1996; J. V. de Pina Martins, 'Damião de Góis: humaniste européen, Braga, 1982; Sylvie Deswarte, *Imagens e Ideias em Portugal na época dos* Descobrimentos, Lisboa, Difel, 1992; e Luís Filipe Barreto, *Damião de Goes. Os caminhos de um humanis*ta, Lisboa, ed. CTT, 2002.
11 Irisalva Moita, cat. da exp. *Lisboa Quinhentista*, Lisboa, C.M.L., 1983.
12 Sylvie Deswarte-Rosa, «Francisco de Holanda», in *A Pintura Maneirista em Portugal – arte no tempo de Camões*, cord. de Vitor Serrão, Lisboa, CNCDP, 1985, pp. 480-486.
13 O manuscrito da Ajuda conheceu edições impressas de Joaquim de Vasconcelos (Porto, 1879), de Vergílio Correia e Alberto Cortez, Madrid, 1929; de Jorge Segurado, 1970; de Livros Horizonte, Lisboa, 1984.
14 Sylvie Deswarte, *op. cit*., p. 486.
15 Sylvie Deswarte, *op. cit*., p. 486.
16 Vitor Serrão, «A decoração dos pintores maneiristas Gaspar Dias e Gaspar Cão no antigo Paço de Enxobregas (1572-1579)», catálogo da exposição *Casa Excelentíssima -- 500 Anos do Mosteiro da Madre de Deus*, coord. de Alexandra Curvelo e Alexandre Pais, Lisboa, Instituto dos Museus e Conservação, 2009, pp. 107-123.
17 Cf. a tese recente de Maria Luiza Zanatta de Souza, *A new vision about "Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa" by Francisco de Holanda, 1571*, Universidade de São Paulo, 2011, or. de Luciano Migliaccio.

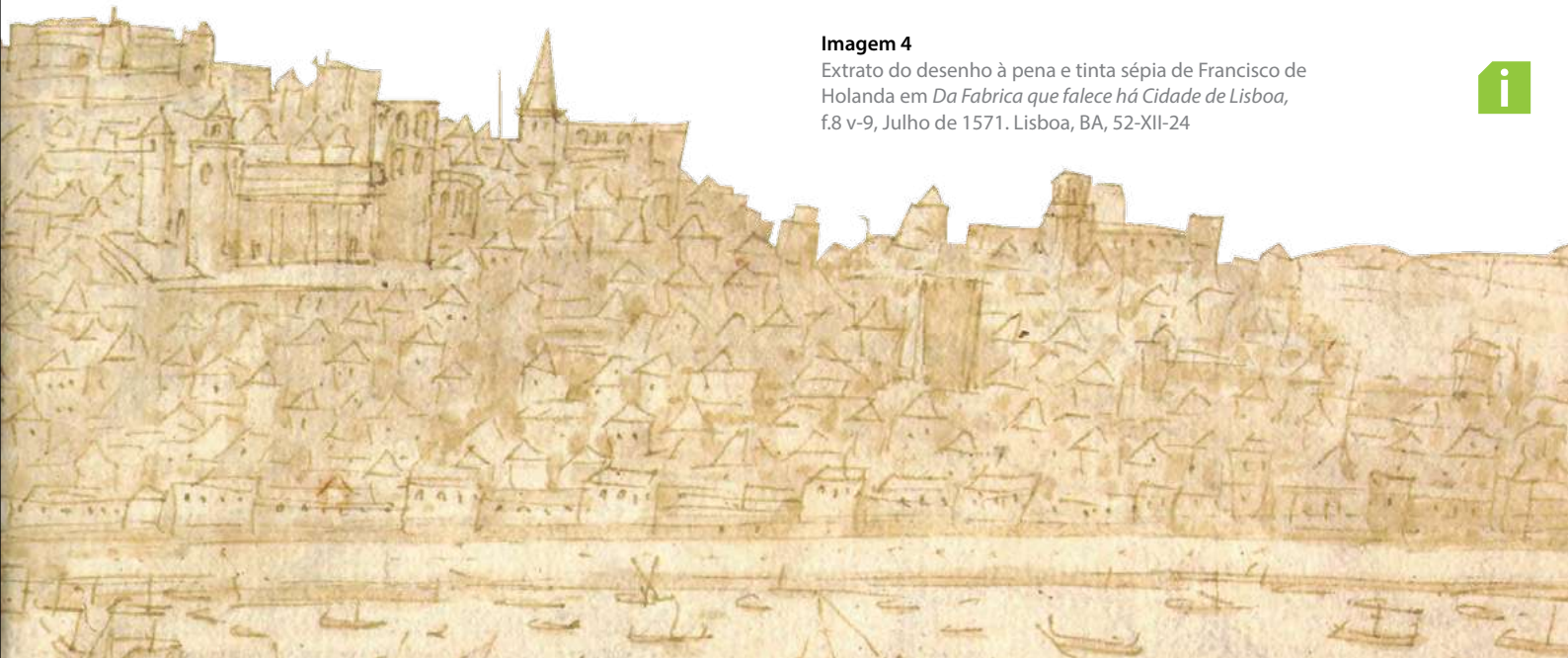


Imagem 4
Extrato do desenho à pena e tinta sépia de Francisco de Holanda em *Da Fabrica que falece há Cidade de Lisboa,* f.8 v-9, Julho de 1571. Lisboa, BA, 52-XII-24

TRÊS OLISIPÓGRAFOS

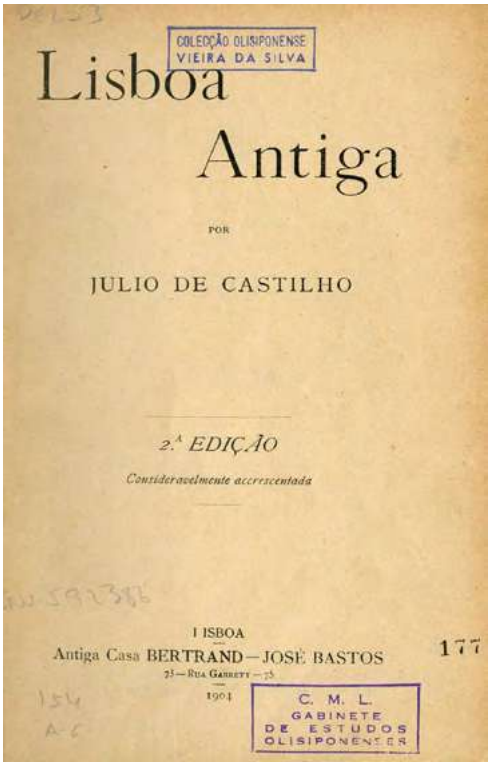
JÚLIO CASTILHO
GUSTAVO MATOS SEQUEIRA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

Maria Calado*

A investigação sistematizada sobre Lisboa e o conhecimento da cidade nas múltiplas dimensões (urbana, social, cultural e artística) organizou-se a partir do intenso e profícuo trabalho de três figuras de referência, cuja obra é essencial para a configuração da própria olisipografia como área disciplinar: **Júlio de Castilho** (1840-1919); Augusto **Vieira da Silva** (1869-1951); Gustavo de **Matos Sequeira** (1880-1962). Apesar da diversidade de percursos biográficos, contextos e contributos específicos, todos eles são naturais de Lisboa, viveram uma fase de grande transformação histórica, urbanística e social da capital e têm em comum uma extraordinária dedicação ao estudo e valorização da cidade, que escolheram como principal tema e causa cívica. A salvaguarda e proteção do património também esteve presente no espírito e na ação destes pioneiros, que contribuíram para a sensibilização e tomada de consciência em relação a esta problemática, em sintonia com o que se passava a nível teórico e prático no contexto internacional. Para além do modo e grau de rigor diferenciado no tratamento de fontes documentais e outros recursos e instrumentos de trabalho, destaca-se o modo comum como olharam, interpretaram e compreenderam a cidade como narrativa e fonte da sua própria história. Abordaram a cidade histórica do passado, mas também a cidade do seu tempo, que foi a principal motivação para a descoberta do passado. Por isso, em muitos casos, algumas das obras que publicaram são essenciais para conhecer episódios da história e da vida de Lisboa no final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. O percurso singular de cada um destes olisipógrafos revela-nos o contributo específico, tanto a nível profissional e de investigação com no que diz respeito à intervenção contemporânea e à colaboração, direta e indireta, na própria dinâmica municipal.

*Faculdade de Arquitectura da UTL

JÚLIO DE CASTILHO nasceu em 1840 na Calçada do Duque na freguesia do Sacramento e faleceu em 1919 na Travessa do Prior no Lumiar. Filho do poeta António Feliciano de Castilho, de quem herdou o título de Visconde de Castilho, cresceu e viveu num ambiente cultural e aristocrata, marcado pelo gosto pelas letras e pelas artes. A biblioteca e a coleção de arte da família foram marcantes na formação e aprendizagem ao longo da vida e na própria formação académica, que concluiu com o Curso Superior de Letras na Universidade de Coimbra. Ainda jovem, foi Governador Civil do Distrito da Horta, no Faial (1877-1878) e exerceu funções diplomáticas como cônsul de Portugal em Zanzibar. Desta experiência nos Açores e na Costa Oriental de África, ficou-lhe o conhecimento da administração pública e uma visão aberta do mundo. Nesta sequência, veio a publicar em 1886, em Lisboa, duas obras: *O Archipelago dos Açores*; *Ilhas Occidentais do Archipelago Açoreano*.
A literatura foi marcante na formação e atividade deste olisipógrafo. Escritor e dramaturgo desde a juventude, com vasta obra editada, o Rei D. Carlos confiou-lhe em 1906 a tarefa de professor do Príncipe D. Luís Filipe nas matérias de História e de Literatura Portuguesa. A poesia e o teatro foram as suas artes, territórios de criação, estudo, reflexão e crítica. No entanto, também manifestou domínio do Desenho, nomeadamente em registos visuais e apontamentos gráficos, que lhe serviram de meio e complemento aos estudos sobre Lisboa.
Foi a sua inserção nos quadros da Biblioteca Nacional, como primeiro-oficial, que lhe deu espaço e tempo para uma tão vasta e diversificada obra, em áreas tão distintas como a dramaturgia, a biografia artística e a olisipografia. Colaborou, regularmente, em jornais e revistas, onde publicou muitos dos artigos e estudos monográficos. Pertenceu a uma geração de intelectuais e estudiosos, que marcou as bases da investigação e da intervenção nos domínios do património e das artes, onde se destacam também Sousa Viterbo e Possidónio da Silva de quem era amigo.
Na Lisboa do seu tempo, o itinerário de Júlio de Castilho ficou ligado à vivência de uma cidade histórica, formada pelas colinas sobre o rio. O Chiado e a Baixa eram as principais áreas onde vivia e convivia, com destaque para os Teatros, a Biblioteca Pública, então instalada no Convento de S. Francisco, tal como a Academia de Belas Artes de que era membro, a Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, já a funcionar no Convento do Carmo, e o Grémio Literário. Colecionador por herança e vocação, constituiu um notável espólio documental,


COLECÇÃO OLISIPONENSE
VIEIRA DA SILVA

Lisboa
Antiga

POR

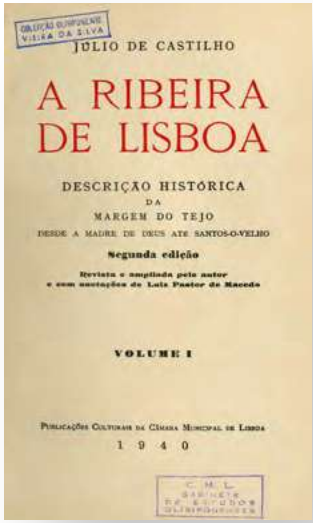
JULIO DE CASTILHO

2.ª EDIÇÃO

Consideravelmente accrescentada

LISBOA
Antiga Casa BERTRAND — JOSÉ BASTOS
73 — Rua Garrett — 75
1904

C. M. L.
GABINETE
DE ESTUDOS
OLISIPONENSES


COLEÇÃO DUPRENE
VIEIRA DA SILVA

JÚLIO DE CASTILHO

A RIBEIRA DE LISBOA

DESCRIÇÃO HISTÓRICA
DA
MARGEM DO TEJO
DESDE A MADRE DE DEUS ATÉ SANTOS-O-VELHO

Segunda edição

Revista e ampliada pelo autor
e com anotações de Luís Pastor de Macedo

VOLUME I

PUBLICAÇÕES CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
1 9 4 0

C. M. L.
GABINETE
DE ESTUDOS
OLISIPOGRÁFICOS

iconográfico e artístico, incluindo escritos, notas, correspondência e pareceres de sua autoria e espólio e materiais relacionados com a História de Lisboa.
No domínio da Olisipografia, cabe-lhe o papel de fundador, delimitando o campo e a problemática, abordando temáticas essenciais, recolhendo, documentando e publicando sobre a Lisboa histórica e sobre a Lisboa do seu tempo, a que chamava Lisboa moderna, tal como refere, algumas vezes, nos mais diversos escritos e publicações. Muita desta produção, sobretudo a que se debruça sobre temas singulares e factos culturais e urbanos diversos, foi editada em revistas e separatas. Constitui, sem dúvida, um referencial importante. No entanto, são as obras sobre a cidade vista como um todo - geográfico histórico, passado e presente – que se configuram como o contributo mais importante e consequente e que, por isso, destacamos.
Em 1879, surge a primeira publicação desta série, bem reveladora do projeto global e do programa de trabalho que o autor traçara. A obra, intitulada *Lisboa Antiga: O Bairro Alto*, foi editada em Lisboa pela Parceria António Maria Pereira. Trata-se de uma primeira parte de uma obra mais extensa sobre Lisboa, a que se seguem novos volumes ou tomos. Depois da obra sobre as colinas a Ocidente da Baixa, seguem-se, numa sequência imediata, os restantes tomos, dedicados à parte oriental da cidade, intitulados Lisboa *Antiga: Bairros Orientaes*. Assim, o tomo II é editado pela Universidade de Coimbra em 1884. No ano seguinte, seguem-se os tomos III e IV, em 1887 o tomo V, em 1889 o tomo VI e em 1890 o tomo VII, todos eles editados em Lisboa, pela Livraria Ferreira. Na época, a obra surpreende pela abrangência, pela minucia e perspetiva de abordagem e pela organização em capítulos e tópicos, estrutura refletida nos próprios índices, extremamente importante para a sua consulta. Se a divagação perpassa e muitas vezes ultrapassa o assunto em análise, é a visão global da cidade e a tentativa de harmonização da sequência geográfica (o espaço) com a sequência histórica (o tempo) que se constitui como um dos aspetos metodológicos mais marcantes deste olisipógrafo.

Terminada a primeira série, em 1893 surge a *Ribeira de Lisboa: Descripção Histórica da Margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, publicada em Lisboa pela Imprensa Nacional. Castilho dedica a obra «*à memória de Modesto e prestatissimo operário dos estudos da antiguidade em Portugal o falecido José Valentim de Freitas*», uma figura importante na realização de levantamento de edifícios e monumentos e na recolha e produção de cartografia. Este desenhador de Obras Públicas, falecido em 1870, compilara e fizera levantamentos topográficos e registos cadastrais em Lisboa e fora responsável pela condução de trabalhos e obras públicas e municipais durante no século XIX. A dedicatória revela bem a importância que Júlio de Castilho dava a este tipo de documentação que lhe serviu para estudo e que citou e chegou mesmo a inserir nesta sua obra.
N' *A Ribeira de Lisboa*, concentra-se a história passada multisecular e a história do presente da frente ribeirinha da cidade, incluindo toda o historial relativo ao complexo processo de projetos e obras do porto de Lisboa e dos aterros e alinhamentos ao longo da marginal. Em termos de perspetiva de abordagem e de investigação, esta obra, embora inserida no contexto cultural e mental do seu tempo, é inovadora no panorama nacional, pela centralidade do tema, mais focada e incisiva na evolução urbana. Se, à partida, a unidade geográfica era mais imediata e clara, a sequência histórica era mais multifacetada e complexa. No entanto, Castilho revela, para o seu tempo, uma notável capacidade de articular todos os aspetos, sem dispersão excessiva e com diletância contida ou equilibrada. Mas, é, sobretudo, a inclusão do passado próximo e do presente que constitui o aspeto mais relevante e que faz desta obra uma pedra basilar para a subsequente investigação sobre Lisboa. Por isso, merece ser vista e analisada hoje, não só como um estudo de matriz oitocentista sobre a História de Lisboa e a sua génese e evolução ancorada na frente ribeirinha, mas, também, como uma fonte útil sobre aspetos relativos à cidade coeva do autor e desta primeira edição.
As sucessivas reedições, totais ou parciais, das obras de Júlio de Castilho mostram bem o eco que teve e o lugar que lhe cabe no panorama da Olisipografia. Algumas destas edições, anotadas e corrigidas, tiveram coordenação e apresentação de Matos Sequeira e Vieira da Silva e foram de iniciativa e responsabilidade municipal. A relação entre os três olisipógrafos é inevitável, não tanto pelas diferenças e semelhanças, mas mais pelo modo como desenvolveram e consolidaram as diferentes facetas e campos da Olisipografia.

MATOS SEQUEIRA (Gustavo Adriano de Matos Sequeira), um lisboeta nascido em 1880 nas imediações da Escola Politécnica, fez os seus estudos no Colégio Militar, no Instituto Industrial de Lisboa e na Escola Politécnica. Iniciou a sua atividade profissional nos serviços da Alfândega, mas veio a destacar-se como jornalista e cronista, escritor e olisipógrafo. Do seu perfil destacamos ainda a atividade política na Aliança Republicana Socialista e as funções de Conselheiro do Governo para o Teatro Nacional, sobre o qual veio a publicar um estudo.
A nível de intervenção e obra, o seu tempo cronológico é sobretudo o século XX. Mas pode afirmar-se que, se Matos Sequeira vive e reflete o seu tempo, também faz a transição cultural do oitocentismo para o novecentismo. Com uma notável capacidade de organização, produziu uma obra vastíssima, onde se inserem, para além das colaborações regulares em revistas e jornais, estudos monográficos sobre cidades e monumentos de diversas regiões do país. Como olisipógrafo, distinguiu-se a nível dos estudos publicados e da intervenção em iniciativas, exposições e comissões municipais e na constituição e direção do Grupo Amigos de Lisboa, uma associação dedicada ao estudo e defesa do Património e Cultura da cidade.

G. DE MATOS SEQUEIRA

Depois do Terremoto

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS BAIRROS OCIDENTAIS DE LISBOA

VOLUME I

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

LISBOA

1916

C. M. L. GABINETE DE ESTUDOS OLISIPONENSES

Com um perfil marcado pelo jornalismo, Matos Sequeira foi, simultaneamente, um comentador, relator, cronista e crítico, investigador e divulgador. O seu universo lisboeta está ligado ao Chiado, ao Bairro Alto e à Baixa, mas também às Avenidas Novas. Em certos aspetos, retoma temas e lugares de Júlio de Castilho, mas acentua a importância tempo histórico da cidade depois do terramoto, com uma enorme pertinência e atualidade. A convivência no meio artístico, literário e político são marcantes na afirmação como homem do seu tempo, da verdadeira Lisboa Moderna, da República mas também do Estado Novo.
Da vasta produção como olisipógrafo, destacamos as obras que introduziram novas abordagens. Em 1916, surge a primeira obra de referência, editada pela Academia das Ciências de Lisboa: *Depois do Terramoto – Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais*, sequencialmente acrescentada com mais três novos volumes, surgidos, respetivamente, em 1918, 1921 e 1924.
Em simultâneo, publica *Tempo Passado: Crónicas Alfacinhas*,

uma obra viabilizada pela Portugália Editora em 1923. A leitura da cidade através de temáticas específicas, assume frequentemente a simbiose entre os estilos da crónica e do roteiro. *O Carmo e a Trindade: Subsídios para a História de Lisboa*, uma obra em três volumes, publicada pela Câmara Municipal entre 1939 e 1941 inscreve-se neste tipo de abordagem. No âmbito de uma intensa colaboração com a Câmara Municipal, sobretudo no contexto das comemorações do oitavo centenário da conquista de Lisboa, é publicada uma obra de grande dimensão, dirigida por Matos Sequeira, intitulada *Lisboa: Oito séculos de História*, uma publicação camarária de grande formato e com ilustrações. Culminando esta linha de trabalho, são publicadas duas obras monográficas, nalguns aspetos baseadas em estudos e recompilação de anteriores artigos agora ampliados e atualizados, intituladas, respetivamente, *Igrejas e Mosteiros de Lisboa* e *Arcos de Lisboa*, ambas editadas pela Câmara Municipal. Para além destes destaques, a obra olisipográfica de Matos Sequeira abrange, ainda, numerosos prefácios, comentários, crónicas e mesmo outras obras temáticas, resultantes de uma vida de compilação, dedicação e investigação, como um estudo de carácter monográfico sobre o Palácio da Ajuda. Inserem-se neste conjunto muitas crónicas sobre vivências urbanas e culturais e as próprias crónicas e relatos que incidem sobre a cultura urbana lisboeta, tão importantes como estudos e também como fontes para a investigação sobre o seu tempo.

COLECÇÃO OLISIPONENSE
VIEIRA DA SILVA

A. VIEIRA DA SILVA

Engenheiro Militar pela Antiga Escola do Exército
Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa
Académico Titular da Academia Portuguesa da História
Sócio Efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses

A CERCA FERNANDINA DE LISBOA

VOLUME I

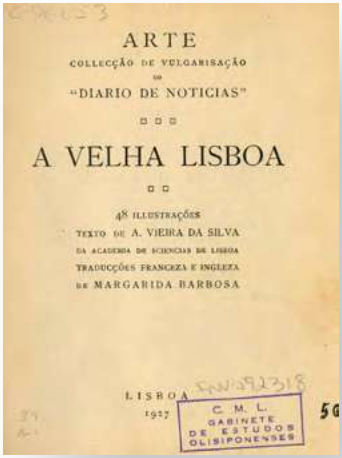
INSCRIÇÃO DAS PORTAS DA MOURARIA

LISBOA
1948

C. M. L.
GABINETE
DE ESTUDOS
OLISIPONENSES

VIEIRA DA SILVA (Augusto Vieira da Silva) nasceu na Rua da Atalaia no Bairro Alto em 1969 e formou-se em engenharia na Escola do Exército. Desenvolveu grande parte da atividade profissional nos serviços das Obras Públicas, sobretudo nos setores da Construção de Materiais e da Propriedade Industrial. Neste contexto, concebeu projetos de engenharia e dirigiu obras na cidade de Lisboa. Destaca-se a sua intervenção nos estudos técnicos e nas obras da Estação do Cais do Sodré, em colaboração com o autor do projeto, o arquiteto Pardal Monteiro. Em simultâneo, foi desenvolvendo investigação sobre temáticas específicas, muitas vezes relacionadas com obras da sua responsabilidade ou direção.
No domínio da Olisipografia, destacou-se como investigador e como interveniente em comissões municipais e autor de pareceres técnicos. Depois de sair das Obras Públicas, dedicou-se à investigação e a uma estreita colaboração com a atividade do município, nomeadamente com Jaime Lopes Dias, Diretor Municipal com quem mantinha grande amizade. Partindo da herança de Júlio de Castilho, foi sobretudo um investigador da cidade como espaço urbano e como território e património construído. Caracteriza-se pela procura de rigor nos levantamentos e interpretações em contexto direto, pelo estudo documental e pela utilização da cartografia como fonte e instrumento de trabalho.

Da sua investigação sobre Lisboa, destacamos, pelo carácter pioneiro, os estudos sobre o Castelo de S. Jorge e sobre as estruturas fortificadas da cidade e a recolha de cartografia histórica. O primeiro estudo sobre o castelo de S. Jorge foi publicado na Revista de Engenharia Militar e editado autonomamente em 1898 pela Typographia do Comércio, com o título *Castelo de S. Jorge: Estudo Histórico-Descriptivo*. Inovador foi o facto de integrar dois mapas desdobráveis que permitiam demonstrar os resultados da investigação realizada e a clarificar a interpretação. Na mesma linha de trabalho e com a mesma metodologia, ampliou esta investigação, abordando as fortificações da cidade medieval n' *A cerca Moura de Lisboa: Estudo Histórico-Descriptivo*, obra publicada em 1899 pela Typographia do Comércio, a que se seguiram, posteriormente, *A Cerca Fernandina de Lisboa* e *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*.



Para além destes estudos, em que fez intervir os seus conhecimentos de engenharia militar e civil, uma das obras mais importantes de Vieira da Silva, foi a coletânea intitulada *Plantas Topográficas de Lisboa*, editada pela Câmara Municipal em 1950. Trata-se de uma recolha de material cartográfico, essencial para o estudo da cidade, incluindo plantas e mapas, desde o século XVII até ao século XX. Pela sua natureza, esta é uma obra de grande atualidade e pertinência.

Nota sobre Bibliografia e Fontes

As obras e documentação relativa a estes olisipógrafos, assim como estudos que sobre eles têm sido publicados, são vastos. No entanto, destacamos três locais incontornáveis para os atuais investigadores no domínio da Olisipografia: Gabinete de Estudos Olisiponenses, que concentra o maior número de recursos sobre esta temática, preservando e disponibilizando obras impressas e documentação; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde se encontra o acervo da Coleção Júlio de Castilho; Biblioteca Nacional de Lisboa, onde se encontram as obras impressas, bem como alguma iconografia e cartografia

IRISALVA MOITA E A ARQUEOLOGIA EM LISBOA

Ana Cristina Leite*

No plano da Arqueologia, Irisalva Moita ocupa um lugar de relevo ao concretizar as primeiras escavações em solo urbano. A apetência pela investigação arqueológica demostrou-a, sobretudo, ao longo do seu percurso profissional[1].
Licenciada em Ciências Históricas e Filosóficas, pela Universidade de Letras de Lisboa (1949), e após uma experiencia de professora no ensino secundário, consegue, em 1952 uma Bolsa de Estudo do Instituto de Alta Cultura (que se prolongaria até ao ano de 1972), visando a colaboração em investigações no âmbito da história e arqueologia. Integrada no Centro de História e Arqueologia daquele Instituto, por indicação do Prof. Manuel Heleno, realizou então diversas intervenções arqueológicas para estudo da cultura dolménica de Portugal (1952/53), com particular incidência na região do Alentejo (Paiva e Mora) e Beira Alta, e publicou um "corpus" dos monumentos do distrito de Viseu. Numa segunda fase (1959/1972), associada ao Centro de Etnologia Peninsular, levou a cabo um levantamento exaustivo para o estudo d'"A Cultura Castreja no Ocidente Peninsular" que originou a publicação do *Inventário e Carta dos Castros de Portugal* (incompleto).
Com a concretização do Curso e Estágio para Conservadores Adjuntos de Museus, Palácios e Monumentos[2], ingressa como Conservadora dos Museus Municipais de Lisboa em 1954, por um curto período de 8 meses e em regime de contrato, regressando em 1958 já para integrar o quadro do município, onde fica até 1994, ano da reforma por limite de idade. De Conservadora de Museus ascendeu, em 1971, para a categoria de Conservadora-Chefe dos Museus Municipais de Lisboa (que então compreendiam o Museu da Cidade, o Museu Antoniano e o Museu Rafael Bordalo Pinheiro).
A recolha, em 1954, de um conjunto de estelas funerárias provenientes de um cemitério medieval cristão, identificado no Largo do Salvador durante trabalhos da Companhia de Gás e Eletricidade, foi uma das primeiras ações da então Conservadora recém-chegada ao município. As obras impediram o registo de possíveis estruturas que haviam, entretanto, sido destruídas pelos operários.[3]
Mas um dos primeiros trabalhos, do conjunto dos mais significativos e importantes, relacionados com a investigação arqueológica em Lisboa, foi uma proposta que elaborou e obteve o concordo dos serviços. Referimo-nos ao programa de estudo sobre as origens pré-históricas de Lisboa, visando a revisão dos conhecimentos sobre esta matéria que incluía sondagens em estações já conhecidas.

*Câmara Municipal de Lisboa / Direcção Municipal de Cultura

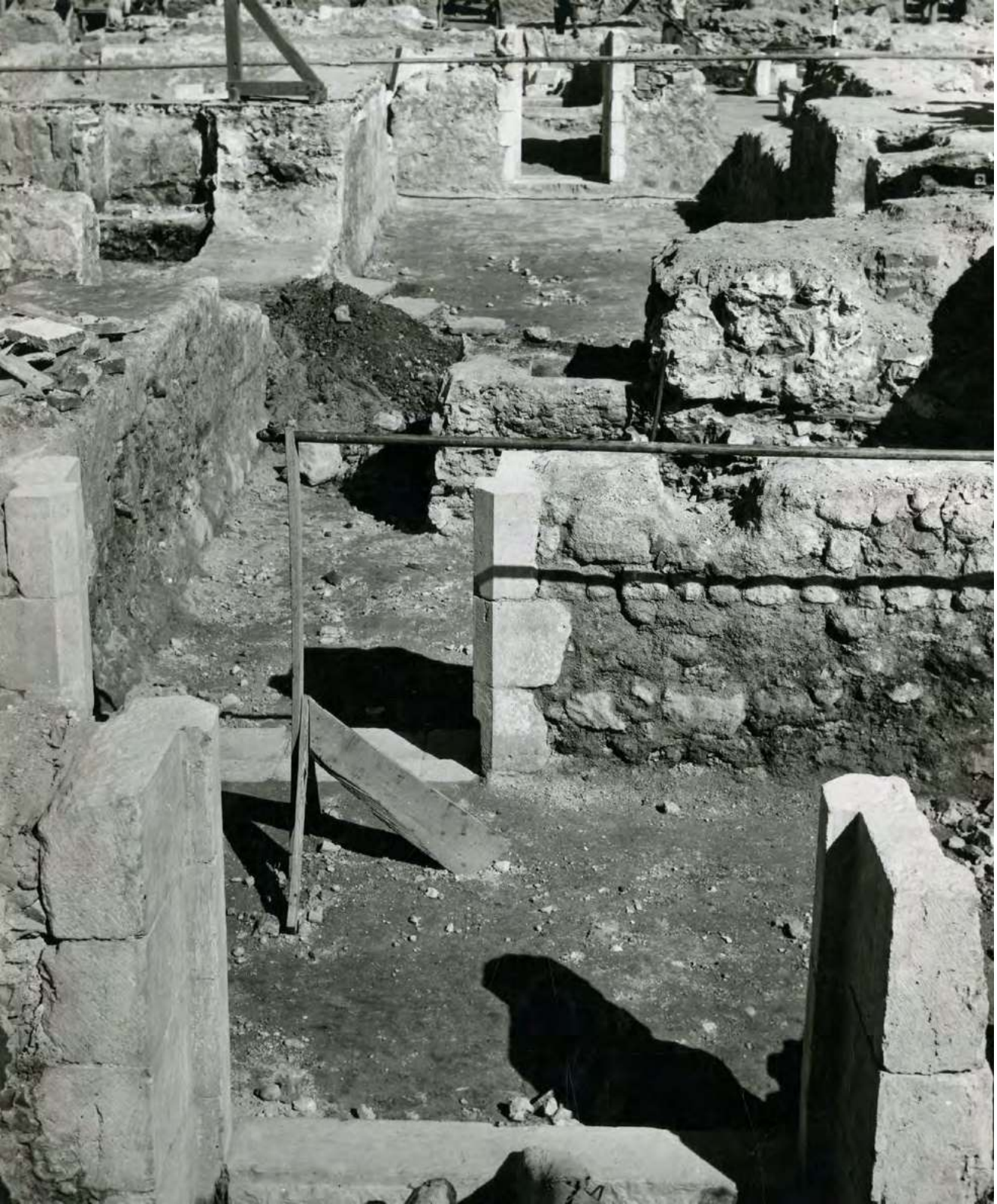


Imagem 1
Ruinas do Hospital Real de Todos-os-Santos (Ermida de Nossa Senhora do Amparo e baixos de Enfermaria de Santa Clara). Fotografia de Mário Novais. 1960. Museu da Cidade

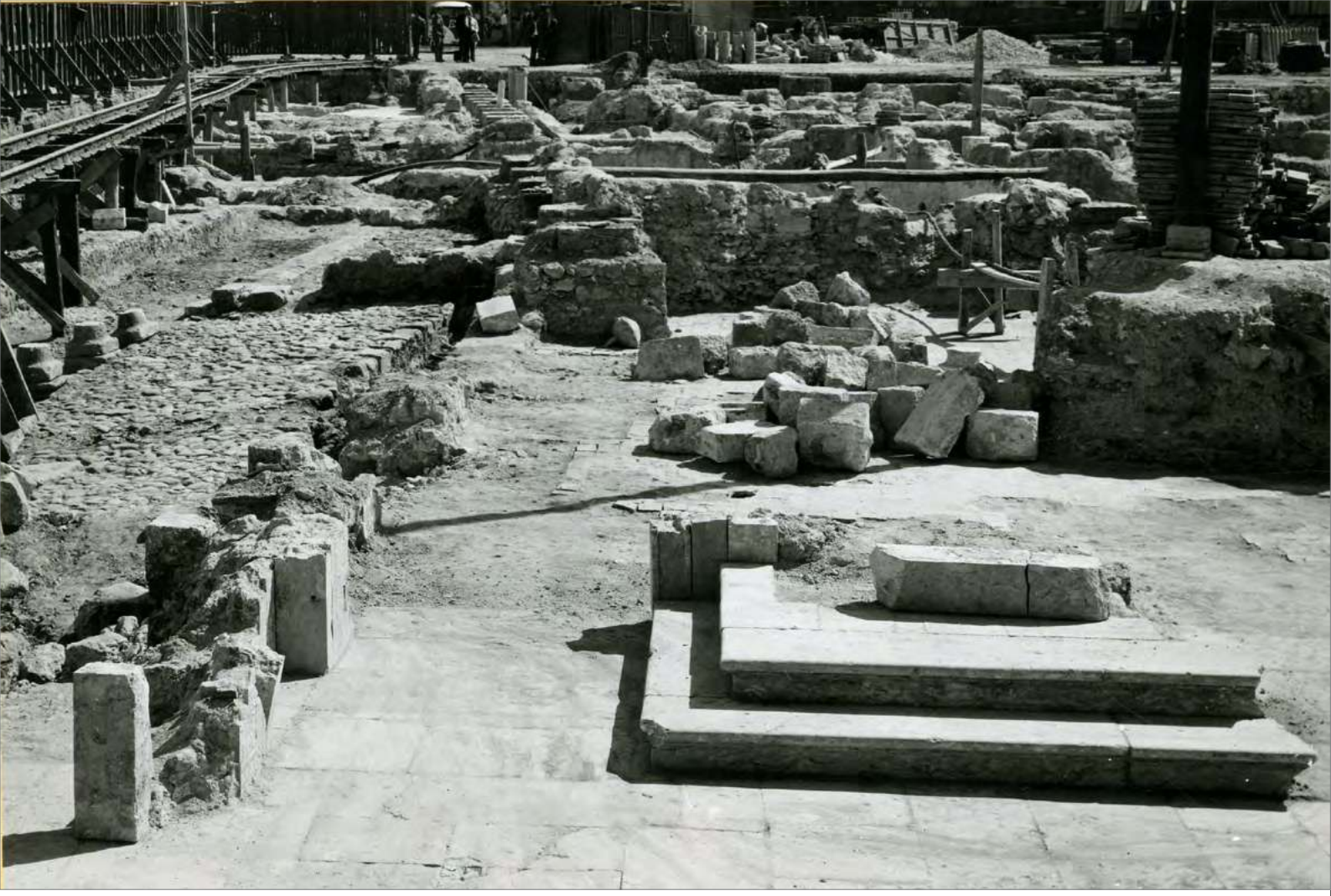
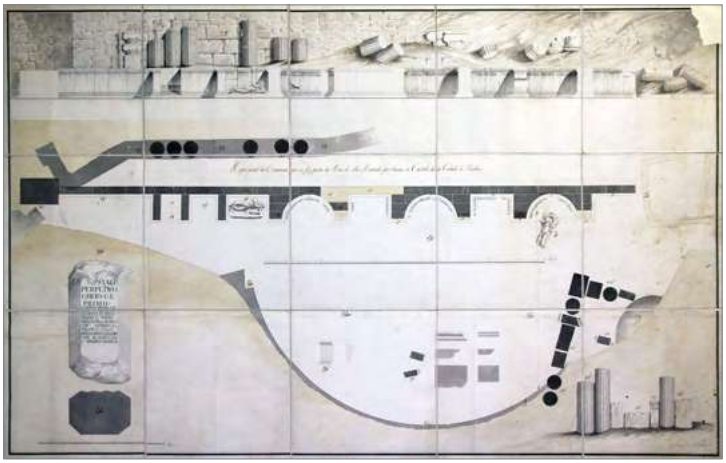


Imagem 2
Ruinas do Hospital Real de Todos-os-Santos (Ermida de Nossa Senhora do Amparo e baixos de Enfermaria de Santa Clara). Fotografia de Mário Novais. 1960. Museu da Cidade

Estas que segundo a própria estariam "deficientemente estudadas e exploradas"[4].
É assim que a partir de Outubro de 1959, procede a trabalhos de prospeção e reconhecimento de campo e a sondagens arqueológicas na estação de Vila Pouca[5]. Apesar dos diversos estudos sobre o local, decidiu-se pelas indicações de Virgílio Correia, inclusas na sua publicação de 1912, *Lisboa Pré-Histórica*, tendo intervindo numa extensa área central da Serra de Monsanto (entre a Ribeira de Alcântara, a nascente e a Ribeira da Pimenteira, a Sul). Além da recolha de inúmeros materiais (industrias líticas e cerâmica) guardados nos Serviços dos Museus da CML (sendo que hoje, os mais significativos integram a exposição permanente do Museu da Cidade, como acontece com a maioria de espólios de outras escavações), concluiu tratar-se de um importante povoado do Neolítico (não um castro, como indicava Virgílio Correia) com uma população fixa que usufruía da excelente posição geográfica e da abundancia dos recursos naturais. Hoje sabemos que a partir do Neolítico, a ocupação deste território não se cingiu apenas ao manto basáltico de Monsanto (Vila Pouca e Montes Claros), como se pensava, mas que se expandiu para outras áreas, também servidas de múltiplos recursos, como é o caso da Encosta de Santana ao Martim Moniz[6].
Quando em 1960 o Metropolitano de Lisboa, dando início aos trabalhos para a construção da estação do Rossio na Praça da Figueira, pôs a descoberto as ruínas do Hospital Real de Todos-os-Santos[7] a Câmara Municipal de Lisboa atuou de imediato, conseguindo, numa primeira fase que os materiais encontrados, de interesse para a História da cidade, fossem entregues ao município (com indicação de proveniência e dia da recolha). Com o avançar da intervenção, começaram a aparecer consideráveis estruturas de paredes com revestimento azulejar (zona da Ermida de Nossa Senhora do Amparo, anexo do Hospital) que levou à suspensão da obra por 15 dias, para se proceder às sondagens arqueológicas. Situação inédita. Irisalva Moita seria, então, nomeada como responsável pela intervenção que iniciou a 22 de Agosto de 1960 com uma equipa de 79 trabalhadores não especializados, como sublinha no seu relatório, distribuídos por dois turnos; um diurno e outro noturno que procedia a tarefas menos complexas, tais como remoção das camadas superficiais de terra.

Do Hospital e anexos foi posto a descoberto a fachada poente-norte, um dos quatro claustros, os baixos da enfermaria de Santa Clara, a zona da Ermida de Nossa Senhora do Amparo e diversas construções como uma secção do Cano Real. As ruínas foram exaustivamente fotografadas (incluindo fotografias área), filmadas (Arquivo Fotográfico e Audiovisual do Museu da Cidade) e cartografadas (planta geral das estruturas). Todos os elementos arquitetónicos (molduras de portas, capitéis, bases de coluna, contrafortes, ladrilhos, cantarias soltas, entre outros) foram levantadas e transferidas para um depósito dos Museus, juntamente com os azulejos e os 44 caixotes de materiais "retirados do entulho", especialmente cerâmicas (muitas delas completas).
Dada a extensão da área intervencionada (cerca de 250m2) foi possível prorrogar o período por mais 15 dias. Para Irisalva Moita esta foi a sua primeira grande intervenção em solo urbano, um trabalho que descreve como uma tarefa que não foi fácil: prazo muito reduzido, temperaturas elevadas, horário pesadíssimo e um "recinto descoberto e em pleno coração de Lisboa"[8].
Registe-se que neste processo teve um papel ativo o então Presidente da CML, General António Vitorino França Borges (que esteve à frente da Autarquia entre 1960-1970) ao empenhar-se pessoalmente em garantir que nada faltasse ou prejudicasse "as investigações arqueológicas" e a tão importante recolha de espólios de "interesse para a História da cidade".

Imagem 3
Irisalva Moita guiando uma visita às escavações do Hospital Real. Agosto de 1960. Armando Serôdio. 1960. Arquivo Municipal de Lisboa. A31194



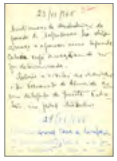
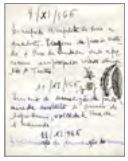
WWW...

Imagem 4
Mapa geral das escavações que se fez na Rua de S. Mamede por baixo do Castelo desta Lisboa- Prospecto e Planta das ruínas do Teatro Romano Desenho Aguarelado. Francisco Xavier Fabri. C. 1798. Museu da Cidade

Imagem 5
Aspeto geral das ruinas com proteção após intervenção de Irisalva Moita. Fotografia de Horácio Novais. Museu da Cidade

A escavação do Hospital Real de Todos-os-Santos é um marco na História da arqueologia, já que a podemos considerar como a primeira grande ação de salvaguarda do património arqueológico urbano[9].
Com a continuação das obras do Metropolitano na Praça da Figueira, nos inícios de 1961, Irisalva Moita era alertada por um fiscal sobre o aparecimento de uma estrutura romana em "opus signinum", sob as ruinas do Hospital que se apressou a documentar. Mas com o prosseguimento dos trabalhos, outras evidências arqueológicas, relacionadas com a existência, no local, de uma Necrópole romana do século I ao IV (da qual se desconhecia a existência), foram postas a descoberto. Irisalva Moita foi diariamente recolhendo os diversos achados (urnas cinerárias, lápides epigrafadas, cerâmicas diversas, elementos estruturais, etc), ao mesmo tempo que insistia, junto dos serviços municipais, na necessidade de se proceder a escavações arqueológicas metódicas[10]. Estas acabariam por ser realizadas, com paralisação dos trabalhos em 1962, por Fernando Bandeira Ferreira sob a alçada da Junta Nacional de Educação.
Estaria ainda reservado para Irisalva Moita a direção das escavações do Teatro Romano de Lisboa que levou a cabo entre Fevereiro de 1966 e Julho de 1967, dando continuidade aos trabalhos de prospeção de D. Fernando de Almeida, dentro de um edifício da Rua de S. Mamede (nºs 2 e 4).
Foi na parte central do Teatro de Olisipo que havia sido identificado, estudado e desenhado pelo arquiteto Francisco Xavier Fabri, em 1798 (desenho aguarelado, MC/DES/12), que escavou, procedendo à demolição das construções sobrepostas às ruínas, com recuperação de elementos arquitetónicos reaproveitados (prédio da Rua de S. Mamede já referido e o nº 11 e 13 da Rua da Saudade entretanto adquirido pela CML), ao "desentulhamento" das estruturas e à recolha de capitéis, colunas e outros materiais soltos[11].
As ruinas do Teatro postas a descoberto, foram entretanto protegidas por um tapume e uma cobertura. O objetivo de Irisalva Moita era o de dar continuidade aos trabalhos de escavação da totalidade do edifício cénico. Para tal seria necessário a Edilidade proceder à aquisição de diversos imóveis e ao seu derrube. Este programa ambicioso, foi apoiado "corajosamente" pelo Presidente França Borges mas ficaria, pela compra de alguns prédios e apenas uma demolição, não só pelo grande investimento que acarretava, como pelo enorme mal-estar que provocou junto dos habitantes que temiam ser desalojados.

Imagem 6
Trabalhos de escavação do Teatro Romano. 1966-1967. Museu da Cidade

Cadernos de Campo das Escavações do Teatro Romano.
Manuscritos de Irisalva Moita
Centro de Documentação do Museu da Cidade

Não tendo conseguido restituir o Teatro à cidade, a sua ação foi determinante para a salvaguarda, estudo e futura musealização do monumento que ocorre em 2001[12].
Apesar de não estarem definidos mecanismos legais expeditos para defesa do património arqueológico, havia a consciência clara da sua importância. Desde a primeira década do século XX, assistimos, por parte do município de Lisboa, à vontade expressa em recolher achados ocasionais encontrados no subsolo da cidade, ou elementos artísticos provenientes de demolições. Assumindo-se, inclusivamente, a partir de 1924 que estes deviam integrar o espólio do Museu da Cidade[13]. Foi frequente, desta forma, nos anos 60/70, no decurso de obras diversas, serem descobertos materiais que eram entregues à CML para o seu Museu. Destas situações e outras em que participa na recolha, publica Irisalva Moita um "Noticiário Arqueológico e Artístico"[14] .

Documentário (mudo) das Escavações Arqueológicas da Praça da Figueira. CML, 1962. Realização de Martim Junior, Direcção Científica de Irisalva Moita (Película 16 mm). Museu da Cidade

Ainda sobre a matéria arqueológica na cidade de Lisboa, deixou vasta obra publicada em revistas como *O Arqueólogo Português*, *Revista Municipal* (CML), *Revista de História*, atas de congressos de arqueologia nacionais e internacionais, no *Livro de Lisboa*, entre outros exemplos. Por vontade própria, consciência patrimonial e inerência do seu cargo, Irisalva Moita teve, sem qualquer sombra de dúvida, um papel ativo na proteção do património arqueológico de Lisboa, não só como responsável de escavações arqueológicas, mas também através da realização de programas de recuperação de monumentos ("Termas Romanas da Rua da Prata", 1968-1969, por exemplo que não chegaria a concretizar-se), ou através de inúmeros pareceres técnicos exarados , ou ainda, integrando comissões municipais como a Comissão de Arte e Arqueologia da CML. Além de contribuir generosamente para o conhecimento da História de Lisboa e de ajudar a desvendar e divulgar o seu passado, de concorrer para a salvaguarda patrimonial e para o acréscimo da coleção do Museu da Cidade, podemos afirmar que os trabalhos de investigação arqueológica, levados a cabo por Irisalva Moita em Lisboa, já considerados como pioneiros[15], são percursores do que viria a afirmar-se, mais tarde, como arqueologia urbana.

Notas

1 Irisalva Constância de Nóbrega Nunes Moita (Sá da Bandeira/ Angola, 1924 -Lisboa, 2009). Para a Biografia e Currículo: Exposição no Museu da Cidade, *Irisalva da Nóbrega Moita. Olisipografa, Historiadora, Arqueóloga e Museóloga*, 2008, (por ocasião da entrega da Medalha de Honra da Câmara Municipal de Lisboa); artigo de José Meco "Irisalva Moita, *Curriculum Vitae*" in Boletim *Cultural*, Assembleia Distrital de Lisboa, IV série, nº 95, 1º tomo, 2009, pp.7-25. Toda a documentação referida neste artigo encontra-se nos arquivos do Museu da Cidade.

2 Realizado entre 1953/55 no Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Nacional de Arte Contemporânea e Museu Nacional de Etnologia Dr. Leite de Vasconcelos, tendo apresentado como Dissertação final o trabalho *Anteprojecto para a Secção de Arqueologia do Futuro Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos* (" O Plano do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos" in *Revista Municipal*, CML, nº 78, 1958).

3 MOITA, Irisalva, "Cemitério Cristão do Largo do Salvador" in *Revista Municipal*, CML, nº64, 1955, pp 47-50.

4 P.49, MOITA, Irisalva, "Povoado Neolítico de Vila Pouca" in *Revista Municipal*, Ano XXVIII, Nº 112/113, 1967, pp 47-78).

5 Intervenção custeada com verba inscrita no Orçamento da Secção de Propaganda e Turismo da CML. Os Serviços de Museus Municipais, na orgânica da Edilidade pertenciam à Direção dos Serviços Centrais e Culturais, tendo como Conservadora-Chefe Julieta Ferrão.

6 Intervenção arqueológica realizada pelo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade: campanha de 2001, arqueólogos João Muralha e Cláudia Costa; campanha de 2004-2006, arqueólogos Vasco Leitão e Manuela Leitão.

7 O Hospital Real de Todos-os-Santos mandado construir por D. João II em 1490, nas hortas do medieval Convento de S. Domingos, com frente para o Rossio, entrou em funcionamento em 1504, já no reinado de D. Manuel. Considerado um dos mais modernos hospitais da época, sofreu diversas obras e viria a ser desativado na sequência dos danos causados pelo Terramoto de 1755.

8 MOITA, Irisalva, "O Hospital Real de Todos-os-Santos. Relatório das Escavações a que mandou proceder a CML de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960" in *Revista Municipal*, CML, nº101/102, 1964, pp. 76-100; nº 104/105,1965, pp.25-103; nº 106-107,1965, pp 7-57; nº 108-109, 1966, pp. 7 -55; nº 110-111, 1966, pp.41-59.

9 Carlos Fabião considera também como a "primeira grande ação de salvamento em âmbito urbano" , P.176 in *Uma História da Arqueologia Portuguesa*, Lisboa, CTT, 2011.

10 MOITA, Irisalva, "Achados da época romana no subsolo de Lisboa" in *Revista Municipal*, CML, nº 116-117, 1968, pp.33-71.
Por ocasião da construção do atual Parque de Estacionamento da Praça da Figueira, o Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade levou a cabo uma intervenção arqueológica, entre ao anos de 1999/2001, da responsabilidade do arqueólogo Rodrigo Banha da Silva, que permitiu identificar uma outra área do Hospital, já muito destruída mas sobretudo importantes vestígios da Necrópole romana, incluindo sepulturas de inumação.

11 MOITA. Irisalva, *O Teatro Romano de Lisboa*, Separa da "Revista Municipal, CML, nº 124-125, Lisboa, 1910; "Cadernos de Campo", Centro de Documentação do Museu da Cidade.

12 Desde 2001, no âmbito do Projeto "Teatro Romano – Programa de Recuperação e Valorização" (Ana Cristina Leite, 1998, Centro de Documentação do Museu da Cidade) este importante monumento foi dotado de um museu e de um novo Programa de Intervenção Arqueológica, da responsabilidade da arqueóloga Lídia Fernandes (atual Coordenadora do Museu) que levou a cabo escavações em 2001, 2005, 2006, 2009, 2010 e 2011. Sobre as diversas intervenções no Teatro veja-se o artigo FERNANDES, Lídia, "Teatro Romano de Lisboa. Os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica" in *Almadan*, Centro de Arqueologia de Almada, nº15, 2007, pp.28-39.

13 Com a criação do Museu da Cidade, em 1909, na procura de um edifício para a sua instalação, a Câmara utilizou o Museu Arqueológico do Carmo como depósito provisório dos achados arqueológicos de Lisboa, onde em 1922 abria a primeira experiencia expositiva.

14 *Revista Municipal*, CML, nº 114-115, 1967; nº 124-125, 1970; nº 128-129, 1971; nº 134-135, 1972.

15 O impacto desta experiência associado, hoje, à indispensabilidade da pesquisa arqueológica, foram os embriões (e a inspiração), para o desenvolvimento de uma prática cientifica sistemática no campo arqueológico, assumida pelo Museu da Cidade, através do seu Serviço de Arqueologia, instituído em 1996 e que terá continuidade no recém criado CAL – Centro de Arqueologia de Lisboa.

OBRAS DE REFERÊNCIA
HISTÓRIA GERAL
1 / 2 / 3 / 4 / 5

António Miranda
Vitor Serrão

Planta topográfica de Lisboa representando a faixa ribeirinha compreendida entre a Ponte de Alcântara e o Convento das Comendadeiras de Santos, segundo quartel do séc. XVIII. Litografia colorida, meados do séc. XX, Museu da Cidade, MC.GRA. 495

Palmos

ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DE LISBOA

EDUARDO FREIRE DE OLIVEIRA

Organizada em 17 volumes por Eduardo Freire de Oliveira (1841-1916), arquivista da Câmara, a publicação dos «Elementos para a História do Município de Lisboa», entre 1882 e 1911, foi mandada fazer a expensas municipais, "para commemorar o centenário do Marquez de Pombal".
No preâmbulo Oliveira informa que pretendeu dividir o trabalho em duas partes. A primeira, composta "de summarios e índices, mais ou menos desenvolvidos, e classificados chronologicamente, sobre a organização e regímen da camara, legislação, foraes, arestos de côrtes, rendas, privilégios, outros diplomas, e factos notáveis", ficou incompleta.
A segunda parte prevista não chegou a vir a lume.
O mau estado de conservação de muitos documentos levou o autor a optar pela sua transcrição integral. Assim, neste trabalho de investigação inédito, compilou "todos os documentos importantes e curiosos (…) que (...) andavam muito dispersos, e mesmo ignorados", criando o primeiro *corpus* documental, cronologicamente classificado, sobre a história da cidade.
O Tomo I (1882) é constituído por 12 capítulos: Capítulo I - Origem da câmara de Lisboa, sua organização, atribuições e denominação; forma de eleição; procuradores dos mesteres; vencimentos e propinas do presidente, vereadores e procuradores da cidade; divisão da cidade; legislação administrativa (de 13 de junho de 1391 a 30 setembro 1879); Capítulo II - forais de Lisboa (de D. Afonso Henriques de 1179 à reforma do mesmo por D. Manuel em 1500); Capítulo III – Regimentos dos vereadores e procuradores da cidade, e diversas disposições regulamentares que tem tido a câmara de Lisboa (de 12 de fevereiro de 1471 a 2 de janeiro de 1882); Capítulo IV – Divisa da cidade; Capítulo V – Cores da cidade; Capítulo VI – Estandarte ou bandeira da cidade; Capítulo VII – Ceremonial da entrega das chaves da cidade; Capítulo VIII – Doações (de janeiro de 1248 a 23 de novembro de 1775; Capítulo IX - Capítulos de côrtes; Capítulo X – Rendas antigas; Capítulo XI – Portagens; Capítulo XII – Factos notáveis e faustos da camara, seus privilégios, preeminências, jurisdicções, prerogativas, graças, mercês e honras que lhe fôram conferidas, de 7 de dezembro de 1190 a 20 de junho de 1580.
Os restantes 16 tomos apenas dão continuidade a este último capítulo até 1777. Assim, Tomo II (1885) – de 11 de setembro de 1580 a 3 de abril de 1621; Tomo III (1887) – de 17 de abril de 1621 a 29 de outubro de 1633; Tomo IV (1888) – de 2 de novembro

de 1633 a 19 de novembro de 1645; Tomo V (1889) – de 23 de novembro de 1645 a 31 de outubro de 1656; Tomo VI (1891) – de 27 de novembro de 1656 a 19 de novembro de 1667; Tomo VII (1893) – "um maço" de documentos de 6 de agosto de 1642 a 31 de maio de 1661, que ficou esquecido, foi anexado neste volume, retomando depois a continuação da cronologia anterior, de 23 de novembro de 1667 a 7 de outubro de 1673; Tomo VIII (1894) – de 16 de outubro de 1673 a 14 de maio de 1687; Tomo IX (1896) – de 16 de maio de 1687 a 5 de maio de 1700; Tomo X (1898) – de 2 de junho 1700 a 3 de fevereiro de 1712; Tomo XI (1899) – de 6 abril de 1712 a 22 de setembro de 1723; Tomo XII (1901) – de 24 de setembro de 1723 a 17 de dezembro de1734; Tomo XIII (1903) – de 7 janeiro de 1735 a 31 de agosto de 1741; Tomo XIV (1904) – de 27 de outubro de 1741 a 17 agosto de 1747; Tomo XV (1906) – de 31 de agosto de 1747 a 4 de novembro de 1754; Tomo XVI (1908) – de 6 de novembro de 1754 a 31 de julho de 1764; Tomo XVII (1911) – de 18 Setembro de 1764 a 27 de agosto de 1777.
Os textos e as anotações do autor trazem também importantes achegas para a melhor compreensão e contextualização da documentação coligida. A sua consulta apesar de não ser difícil não é, todavia, simples. Daí a necessidade de criar um índice

remissivo, por assuntos, publicado em 1942 e 1943, em dois volumes - o primeiro de A a C e o segundo de D a Z, dirigido por Jaime Lopes Dias, Director dos Serviços Centrais do município. A título de curiosidade, a divisa de Lisboa apresentada no frontispício do tomo I que não estava correcta, aparece-nos rectificada no frontispício do tomo VIII "conforme com o sello d'onde foi copiada", pelo arquitecto José Luís Monteiro. No tomo X o mesmo brasão de armas de Lisboa aparece-nos, pela primeira vez de "forma regular e permanente" por proposta de 1896 e ratificada por alvará de 1897 de D. Carlos aí transcrito. Finalmente, após uma primeira suspensão que se relata no preâmbulo do tomo XVI, por motivos de ordem económica, os «Elementos» quedar-se-iam pelo tomo seguinte.
Obra de referência desde o primeiro tomo é de consulta obrigatória para todos quantos ao estudo de Lisboa se dedicam.

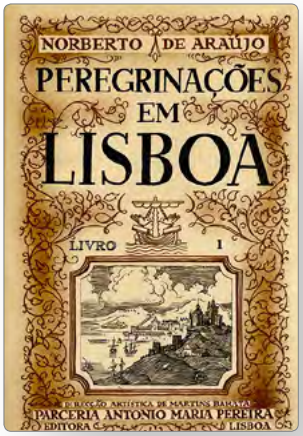
António MIranda. Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Cultura

PEREGRINAÇÕES EM LISBOA

NORBERTO DE ARAÚJO

Norberto de Araújo (1889-1952), jornalista, escritor e olisipógrafo, é o autor de *Peregrinações em Lisboa*. A 1ª edição da obra (1938-39), em 15 "livros", deve-se à Parceria A. M. Pereira, e foi contemplada em 1940 com o Prémio Júlio de Castilho, pela primeira vez atribuído. Martins Barata (1899-1970) é o ilustrador e director artístico. Cada conjunto de cinco "livros" dava origem a um volume encadernado, com índices remissivos (simultaneamente ideográfico, toponímico e antroponímico), organizados por Júlio de Jesus Martins (1912-1993), nos "livros" 5, 10 e 15. Daí estes colaboradores aparecem nas referências bibliográficas como sendo co-autores. A obra foi reeditada em 1992-93 pela Vega, em edição fac-similada, embora contemplada com nova capa, cujo *Livro I* é prefaciado por Appio Sottomayor que faz uma útil abordagem à obra e seu autor. Foi esta a versão que utilizámos. Pretendia ser uma primeira série, a que se seguiria outra "de dez livros" abrangendo "freguesias limítrofes (…) e ainda alguns bairros e sítios apenas apontados nas quinze jornadas que fizemos, (…) e a outra banda (…)". Todavia, como adianta no Epílogo, a situação do mercado editorial de 1940, a que certamente o eclodir da II Guerra Mundial não seria alheio, obrigou a uma suspensão de tal desígnio, que se tornou definitiva.
Os 15 livros-jornada "que reuniram cerca de seis mil rubrícas" apresentam-se estruturados em: Livro I - «Peregrinação» retrospectiva. – Dos primeiros povos à conquista cristã. – A tomada de Lisboa. – Defesas muralhadas dos séculos XII e XIV. – Síntese dos três ciclos de Lisboa: da primeira dinastia ao começo do actual século; Livro II – Madalena, Pedras Negras, Sé, Lóios, Santa Luzia. Menino Deus; Livro III – Costa do Castelo, Castelo, S. Cristóvão, S. Lourenço, Mouraria, Borratém; Livro IV – Sant'Ana, Bemposta, Anjos, Estefânia, Santa Bárbara, Arroios; Livro V – À roda do Bairro Alto: Calhariz, Patriarcal, S. Pedro de Alcântara, S. Roque; Livro VI – Interior do Bairro Alto, Trindade, Carmo; Livro VII – Santos, Madragoa, Esperança, Lapa, Janelas Verdes; Livro VIII – S. Vicente, Graça, Monte, Penha, Santa Clara; Livro IX – Alcântara, Santo Amaro, Junqueira, Belém, Ajuda; Livro X – Alfama Ribeira Velha; Livro XI – Rato, Santa Izabel, Campolide, Campo de Ourique, Estrela; Livro XII – Baixa, Terreiro do Paço, Chiado; Livro XIII – Chagas, S. Paulo, Santa Catarina, S. Bento, Aterro; Livro XIV – Rossio, Restauradores, Avenidas; Livro XV – Santa Apolónia, Xabregas, Beato, Chelas, Alto do Pina. Um epílogo de

seis páginas, complementado com um "índice-esquema das Peregrinações (…) por livros e áreas", dá por concluída a obra. No Livro I é explicada a «Razão das Peregrinações» «Este pensamento de peregrinar pela Lisboa do passado, dentro da Lisboa do presente». (p. 7), em jeito de deambular, sem preocupações, pelo simples prazer de o fazer. Todavia, esta «Peregrinação retrospectiva» fica fora das jornadas, e constituiu excepção à estrutura das demais, já que pretende contextualizar a génese do que irá ser mostrado nos restantes livros, sendo em grande parte escrita em jeito de analepse, onde o autor, em dado momento, se assume como um cronista presente à época dos acontecimentos da conquista de Lisboa.
A obra é escrita em tom coloquial e ligeiro, assumindo-se o autor como divulgador junto do «Dilecto» público leitor. Deambulando por percursos previamente definidos, que constituem jornadas, Araújo faz história e conta-nos estórias, temperadas por hábitos e costumes. Aos factos, ameniza-os completando-os com historietas, contos, lendas … que contribuem para um dos encantos das Peregrinações
De consulta fácil, graças à sua estrutura por capítulos que definem qual o percurso a seguir, com cada assunto principal



devidamente destacado na margem a negrita e também variando o tipo de letra consoante o que pretende salientar, a obra é, todavia, desequilibrada na estruturação dos temas.: nuns mais sintética e comedida, noutros o autor deixa-se levar e esmiúça-os detalhadamente. Embora datada será essa uma das suas mais-valias, pois retrata a Lisboa de 1938-39, e nos descreve realidades, edifícios e sítios que já não podemos observar porque desaparecidos. Daí ser uma obra de referência e consulta obrigatória, mais que não seja, até para situar a leitura nos novos contextos historiográficos e confrontar os mesmos locais de então com o que hoje são: o que ficou, o que mudou, o que se perdeu. Subjaz em muitas das apreciações uma lógica de pensamento ainda oitocentista (leia-se o que escreve a propósito do restauro, em execução, da Sé), e chega mesmo a ser paradoxal,

Imagem 1
Planta a folha 57 do livro 1, Traçado
das duas muralhas de Lisboa

dada a contradição entre o fascínio pela cidade antiga, em muitos casos destinada ao "camartelo" que vê com "pena" mas inevitável pois "queremos uma Lisboa saudável e moderna." Tem ainda lapsos e imprecisões que o próprio autor admite. Por vezes faz observações subjectivas e superficiais, do género "átrio revestido de azulejos leves, do tipo dos de S. Vicente" (L 3, p. 75), e não é muito credível nas datações que atribui a edifícios de arquitectura vernacular pré-terramoto. Cite-se, a título de exemplo, "casitas modestas, muito século XVIII, com seu andar de ressalto", (L 2, p.13). Um erro recorrente ao longo da obra, pois sempre que refere um prédio de ressalto data-o de Setecentos. Apesar disso será, das obras da olisipografia clássica, uma das mais agradáveis de ler. A prosa, quantas vezes poética, encanta-nos. A leitura faz-se também pelo prazer de uma boa escrita. Por toda ela perpassa a paixão por Lisboa. As pequenas gralhas, imprecisões, incorrecções factuais ou de datas são meros deslizes de uma carta de amor. Assim, continua e continuará a encantar gerações, pois que escrita por um apaixonado. Eis o maior encanto desta partilha.

António Miranda. Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Cultura

traçado das duas muralhas de lisboa

cerca moura (af. henriques) - 1147
cerca de d. fernando - 1373 - 1375

INVENTÁRIO DE LISBOA

NORBERTO DE ARAÚJO
DURVAL PIRES DE LIMA

O *Inventário de Lisboa*, planeado por Norberto Araújo (1889-1952), embora inacabado, assume-se como o primeiro arrolamento das existências patrimoniais relevantes da capital. À guisa de prefácio, no Fascículo 1, justifica-se: «à Câmara Municipal cumpre defender-lhe os bens de raiz, para o que deverá proceder ao seu inventário.» A necessidade de «uma catalogação bem orientada e ordenada, deveria constituir (…) elemento apreciável para a defesa – no presente e no futuro – do património da Cidade. (…) [P]retende ser a relação sumária dos monumentos, valores artísticos e documentais, espécies e principais exemplares de expressão olisiponense (…) [e] aspira a abranger tudo que oferece interesse histórico ou arqueológico: (…) inclusive o que, embora propriedade particular, se entende pertencer ao património espiritual da Cidade.» Trata-se de uma obra que não pretendia reduzir a tónica da inventariação patrimonial aos edifícios reconhecidos como monumentos mas alargá-lo também a outros, cuja relevância deriva de factores extrínsecos à arquitectura *de per si*. Edição da Câmara Municipal de Lisboa, o Inventário quedou-se por 12 fascículos, publicados de 1944 a 1956. A morte do seu autor, em 1952, levou a uma primeira interrupção. Dentro do plano estabelecido a publicação recomeçou, em 1955, sob a direcção de Durval Pires de Lima (1905-1988), com edição de mais três fascículos que intercalam artigos póstumos de Araújo com outros de Pires de Lima, dedicados às, então, 48 Igrejas paroquiais. Treze entradas são da autoria do último que fez também alterações nos textos do seu antecessor. Ao todo são inventariados 7 monumentos históricos, 4 referências às cercas de defesas, 5 paços e palácios nacionais, 61 palácios e 48 igrejas paroquiais. Cada fascículo apresenta fotografias e ilustrações, ganhando maior importância as primeiras ao longo da obra. Entre os fascículos 5 e 6 foi publicado um volume especial dedicado às Casas da Câmara e Paços do Concelho. Trata-se de uma obra monográfica autónoma de Luís Pastor de Macedo e de Norberto de Araújo, com outro fôlego, pelo que a entrada a eles dedicada no fascículo 5 do *Inventário de Lisboa* reduz-se a breve referência remetendo para esse trabalho.
O plano geral da obra inicialmente previsto dividia-a em 23 grupos organizados por temas (ver Sumário - Fasc. 1): 1 – Monumentos históricos; 2 – Cercas de Defesa; 3 - Palácios Nacionais e Municipais; 4 – Palácios particulares; 5 – Casas históricas; 6 – Casas pitorescas; 7 – Igrejas

paroquiais; 8 - [Igrejas] não paroquiais e ermidas; 9 – Edifícios conventuais; 10 – Edifícios públicos; 11 – Naus e brasões; 12 – Pelourinhos e obeliscos; 13 – Arqueologia e História; 14 – Chafarizes e bicas; 15 – Cruzeiros e padrões; 16 – Pórticos, portais e janelas; 17 – Túmulos e panteões; 18 – Arcos e viadutos; 19 – Azulejos e registos; 20 – Estátuas e monumentos; 21 - Museus – Arte Olisiponense; 22 - Parques e jardins; 23 – Pátios e curiosidades. Deste ambicioso plano apenas os temas 1 a 4 e 7 tiveram concretização.
Os itens são apresentados por ordem cronológica, sempre que possível. Cada artigo tende a obedecer a uma mesma metodologia e estrutura. De fácil consulta e leitura didática, começa por listar a cronologia mais relevante para a história do edifício, origens e demais transformações. Sucede-se *Breve notícia histórica* que faz o seu enquadramento de acordo com os conhecimentos que, à época, se tinha do mesmo e que, em muitos casos, pouco mais foi entretanto acrescentado. Depois num *Inventário* enumera-se o que há a destacar no exterior e no interior. São acompanhados, por vezes, de notas informativas, de teor variável, que remetem para outros trabalhos, nem sempre bibliográficos, algumas remissivas e outras informações complementares.
Obra de referência no contexto da olisipografia, o *Inventário de Lisboa* revela-se uma obra maior e pioneira nas preocupações expressas face à necessidade de preservação e protecção de edifícios e outros elementos com valor patrimonial, enquanto documentos históricos.

António Miranda. Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Cultura

DICIONÁRIO DA HISTÓRIA DE LISBOA

FRANCISCO SANTANA
EDUARDO SUCENA

Goradas que foram outras iniciativas que tentaram dar a lume um projecto desta natureza, o *Dicionário da História de Lisboa*, sob a direcção de Francisco Santana e Eduardo Sucena, editado em 1994, assume-se como a primeira obra de referência enquanto compilação temática, que se pretendeu exaustiva, para o estudo da Olisipografia. Em 973 páginas têm entrada 1185 verbetes, incluindo 381 remissivas (4 repetidas), organizados alfabeticamente pela denominação mais corrente. Colaboraram 178 autores que contribuíram para uma diversidade de textos, concretizados em forma de artigos e notas, de diferente extensão. Cada verbete é, geralmente, complementado por bibliografia. No final um índice temático, de 14 páginas, facilita a consulta. Inovadora, porque pioneira, na súmula alfabética de temas ligados à olisipografia, alguns verbetes trazem novidades no tratamento ou divulgação de matérias. A título de exemplo, as entradas dedicadas às fábricas, ou as sínteses sobre a evolução histórica e geográfica da cidade.
No conjunto sobressai o número de verbetes dedicados à arquitectura religiosa (143), seguidos pela arquitectura civil de habitação (127). Considerando que parte dos verbetes dedicados aos estabelecimentos de ensino, laico e religioso (33), museus e fundações (36) e arquivos e bibliotecas (18) também se integrariam nos dois grupos anteriores, serão essas as temáticas mais representadas. Seguir-se-ão os verbetes associados à toponímia (110) e os dedicados a antropónimos ilustres (65). Os demais verbetes distribuem-se por uma panóplia muito diversificada de temas.
Projecto ambicioso acabou por não corresponder totalmente às expectativas.
A consulta imediata de um tema, que seria a vantagem de qualquer dicionário, é, em alguns casos, subvertida pela opção por entradas colectivas, por vezes demasiado longas, que funcionam como pequenas monografias locais onde cabe tudo e onde se encontrará, ou não, o que se pretende; entradas múltiplas para o mesmo assunto; entradas que excedem ou não tocam o âmbito da história municipal. Existem, ainda, remissivas que não têm concretização efectiva, e faltou uma revisão final dos textos. Uma série de verbetes não se encontram assinados. Não se tratando de um dicionário ilustrado, as 59 imagens nele contidas, à excepção eventualmente de alguma cartografia, desde que devidamente legendada, não é relevante.
Obra desequilibrada, com fragilidades a nível científico

devido à qualidade díspar dos verbetes, uns mais académicos que outros, há que ser utilizada com alguma cautela.
As deficiências serão atribuíveis a uma imperfeita coordenação do dicionário, natural, numa primeira tentativa para uma obra tão exaustiva como esta. E, estamos em crer, que a pressão para a ter concluída a tempo de ser editada no âmbito da Lisboa 94 - Capital Europeia da Cultura, para isso terá contribuído.
Malogrou-se uma 2ª edição revista e aumentada, como previsto, onde, certamente, teriam sido corrigidas as falhas registadas.
Malgrado o resultado final nem sempre corresponder às expectativas, esta obra constituiu um marco na história da olisipografia ao tentar condensar num único volume, e por ordem alfabética, temas olisiponenses.

António Miranda. Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Cultura

Imagem 1
Emblema dos Amigos de Lisboa. Desenho de Almada Negreiros, 1938. Reproduzido na pag. 64.

O LIVRO DE LISBOA

IRISALVA MOITA

LISBOA: HISTÓRIA FÍSICA E MORAL

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA

Se entre a bibliografia recente dedicada aos estudos olisipógrafos, que é vastíssima, houvesse que seriar dois títulos de dimensão incontornável, esses seriam *O Livro de Lisboa* (1994) da museóloga Irisalva Moita e *Lisboa: História Física e Moral* (2008) do historiador de arte José-Augusto França.
A avaliação destas duas obras monumentais sobre a cidade de Lisboa valoriza, antes de tudo, a inovação das abordagens realizadas, o rigor crítico de quem descreve e situa a produção humana e os acontecimentos micto-históricos, a profundidade das análises factuais, o acréscimo de dados de saber, e a qualidade da escrita, que tornam os livros supracitados páginas incontornáveis sobre a capital portuguesa. Se em *O Livro de Lisboa* (1994) a coordenação de Irisalva Moita mostra, em síntese pluri-disciplinar que unifica o contributo de vinte e três autores, uma espécie de grande fresco em que se cimentam todos os conhecimentos acumulados, até à data da edição, pelas investigações olisipográficas, a *Lisboa: Historia Física e Moral* (2008) segue um discurso histórico-literário-analítico-descritivo de larga e rara contextualização, ao longo de 870 pp. em que um só autor escalpeliza, segundo um ponto de vista comprometido, as fases da formação da cidade em que a arquitectura e as vivências se conjugam (e esclarecem) como um corpo unívoco. Que ambas as edições tenham cabido à chancela de Rogério de Moura (1925-2008) à frente de Livros Horizonte, só abona a respeito dessa editora, responsável por tantos e incontornáveis serviços prestados à Olisipografia (e, também, à História da Arte portuguesa, em que assumiu esforço pioneiro).
O ano de 1994 foi marcante para os estudos de Olisipografia, pois corresponde ao da edição de *O Livro de Lisboa* e, também, do muito útil *Dicionário da História de Lisboa* dirigido por Francisco Santana e Eduardo Sucena. Quanto a *O Livro de Lisboa*, a coordenação de Irisalva Moita (1924-2008), olisipógrafa de saudosa memória, procurou reunir, em jeito de grande síntese definida por uma periodização consistente, os conhecimentos arqueológicos, históricos, artísticos e patrimoniais reunidos ao longo de séculos sobre a cidade, com textos pedidos à competência de 25 colaboradores. Assim, desde a pré-história à romanização, à fase de ocupação islâmica, à Reconquista cristã e aos alvores da nacionalidade, passando pelos séculos medievais e modernos, até ao terramoto de 1755, à reconstrução pombalina, à cidade romântica, revivalista e contemporânea, a cidade é revisitada, com recurso a documentação gráfica,

plantas, reconstituições e estudo de remanescências, num livro em que os capítulos se concatenam com saber, cumprindo o plano preestabelecido, e se interligam entre si, em rico cruzamento de informações (e relações), a partir do património conhecido. Desde os vestígios arqueológicos pré e proto-históricos, ao resultado das escavações no Teatro Romano, ao culto de São Vicente mártir, o padroeiro da Cidade que foi símbolo de resistência cultural dos moçárabes antes de se assumir espécie de culto nacional no século XV, à Lisboa que se redesenha com o tempo das Descobertas ou, a seguir ao megassismo, com o iluminismo de Pombal, seguindo o brilho das fachadas azulejadas do século XIX e até à Lisboa recente, aos seus usos e costumes bairristas, tudo perpassa com atentas lições pelas belas páginas de *O Livro de Lisboa*. Tratou-se de um empreendimento editorial muito arrojado, só possível com uma apertada coordenação da mentora da obra, ademais enriquecido por uma base de dados bibliográfica e icononímica de grande extensão e rigor. Continua a considerar-se, portanto, uma das primeiras obras de consulta para quem deseje estudar algum aspecto histórico-artístico ou arqueológico da cidade.

Imagem 1
Grande Vista de Lisboa, Museu Nacional do Azulejo. (detalhe)
Zona do Terreiro do Paço e Campo das Cebolas.
Reproduzido na pag. 268 de *O Livro de Lisboa*

Imagem 2
Vista do Rossio anterior ao terramoto de 1755, desenho à pena, aguarelado a nanquim. Ass. Zuzarte,1787
Reproduzido nas págs. 242/243 de *O Livro de Lisboa*

Outro marco excepcional da bibliografia olisiponense é o *Lisboa: História Física e Moral* (2008) de José-Augusto França. A sua matriz estruturante é distinta, pois se trata de obra de um único autor que, assumindo a dupla condição de historiador e de escritor, se abalança a uma leitura exaustiva da Cidade, desde as primícias do povoamento até às nove fases fundamentais da sua vivência em tempo da nacionalidade, a saber: os períodos medieval, manuelino, maneirista, filipino, barroco, joanino, pombalino, oitocentista e novecentista, tratados como linhas-de-força em capítulos autónomos. Após 800 pp. de texto denso mas luminoso, o autor oferece, enfim, um conjunto de índices remissivos sobre arquitectos, urbanistas e artistas, personagens, instituições e publicações, além de plantas topográficas sobre o crescimento da cidade, sem esquecer os Planos Directores de 1948, de 1976 e de 1995. Todas essas 'fases' de crescimento são primorosamente descritas e analisadas com um considerável fôlego e um fervor de escopro devotado, mostrando a longa relação do autor com o espaço que aqui se fez livro -- e mostrando, também, que o Prof. França não restringe a sua paixão por Lisboa aos estudos do Pombalismo e à magna obra urbanística da Baixa iluminista.

Esta História que é física e também moral, na medida em que os homens estão sempre presentes nas pinceladas que acentuam as linhas deste seu e nosso percurso de muitos séculos, revela-nos uma cidade viva, marcada por um carácter de *linhagem contínua*, tal como pode ser percebido ao longo do tempo em tantas fases de convulsão e de viragem. Conforme diz o autor, «assim crê o autor que devem ser as histórias de todas as cidades, feitas de ruas e casas, tanto quanto de gentes que as percorrem e habitam. As pedras mortas, que se acumulam por protecção e as vivas ("ce sont hommes", diz Pascal), que lhes dão sentido e necessidade, devem ser correlativas, para que a cidade exista em sua coerência. No tempo que a atravessa, os homens afeiçoam-se em engenhos e intrigas, procuram a felicidade possível, comportam-se, em suma, como seres humanos, bons e maus, ou nem isso, em seus costumes que os séculos mudam em morais e modas. E constroem por comodidade e lucro, por vaidade também, e devoção, quando foi caso disso; por necessidade de criação, nos mais nobres casos». O livro constrói-se, assim, segundo esta perspectiva física e moral. Pelo meio, entrecortando as descrições «reais» de monumentos, de ruas ou de acontecimentos narrados, a pena do escritor transveste-se e, mais uma vez, imiscui-se no percurso do historiador de arte, deixando-nos testemunhos preciosos de História contra-factual, digamos assim, que iluminam sobre as possibilidades que perante o desconhecimento documental podem ser levantadas: citem-se, como mero exemplo, as páginas notabilíssimas (pp. 111-121) em que se imaginiza o diálogo havido entre o Arcebispo D. Jorge da Costa e o mestre pintor Nuno Gonçalves para a pintura do retábulo de São Vicente da Sé de Lisboa. Em outras 'fases' da vida de Lisboa o autor volta a assumir o seu testemunho de possibilidades contra-factuais: e se tivesse sido assim? …
São estas qualidades de reflexão crítica e de saber pôr a pensar -- francamente inusuais na Olisipografia com esta dimensão de sucesso -- que tornam este livro uma obra marcante, de consulta incontornável: podemos utilizá-lo, ora como um roteiro de percursos, ora como um manancial de pistas para apoio a novas pesquisas, ora como reflexão esclarecida para a visão de certas obras, sejam, ruas, avenidas, praças ou monumentos. José-Augusto França consegue unificar as muitas visões fragmentárias que existem sobre Lisboa a partir dessa sua análise micro-artística, num tónus profundamente

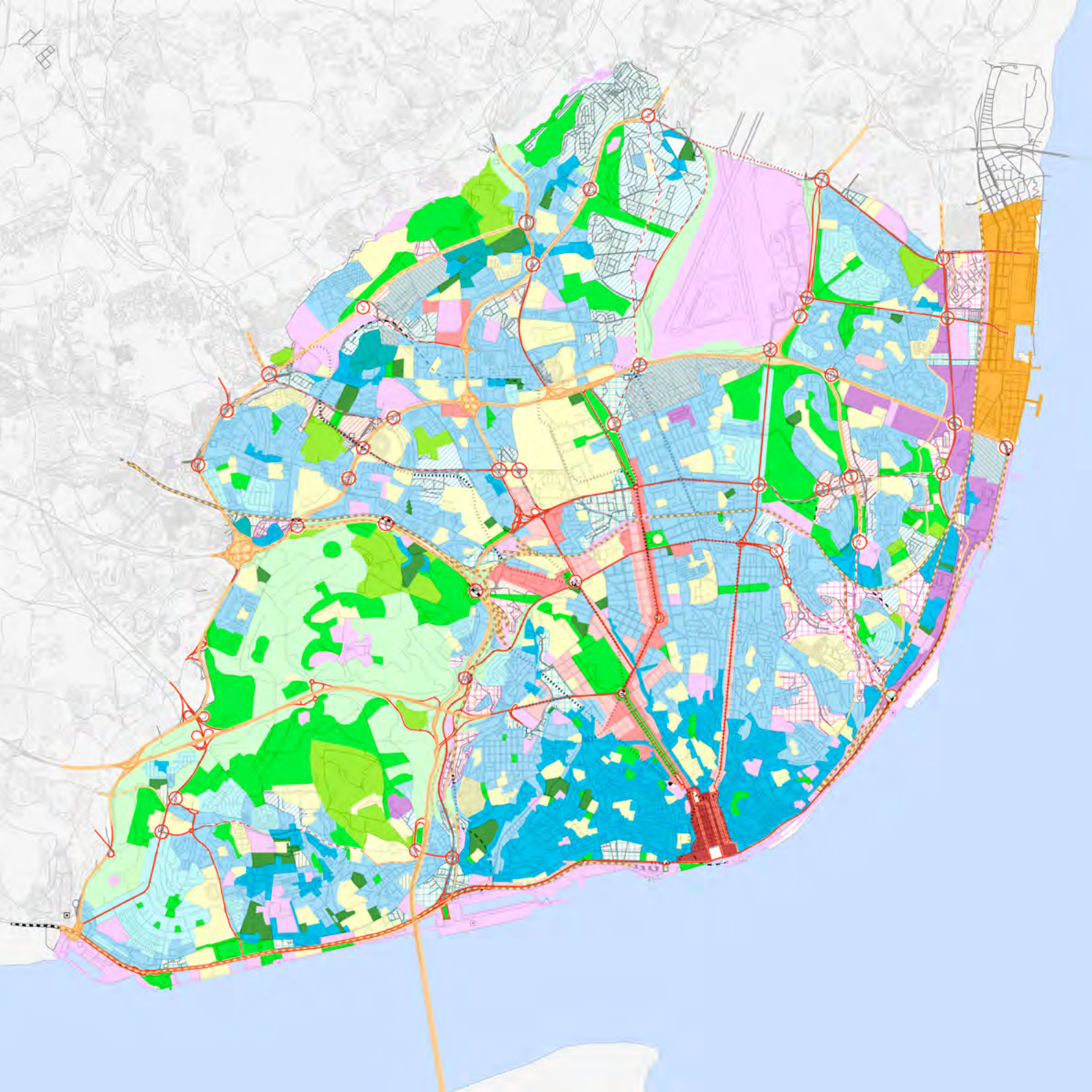


Imagem 3
Plano Director de Lisboa de 1994.
Lisboa. História Física e Moral
Planta de Ordenamento - Classificação do Espaço Urbano

humanizado (uma história física e moral ao mesmo tempo, como o título indica), onde os sucessos e misérias dos lisboetas, os seus heroísmos e bravuras, as suas festas, conflitos e devoções particulares, ajudam a tecer uma visão olisiponense cheia de vibrações – e cheia de singularidade. Como diz o autor em jeito de balanço, «em oito séculos e meio de história, os lisboetas foram e vão vivendo a sua mansa continuidade, com benefício do clima – e do Tejo da sua necessidade de transporte e de recuperada ecologia, se o for, numa sociedade de consumo, mais físico e financeiro que moral». E José-Augusto França deixa, sobretudo, um aviso que é em si uma constatação de atenta memória histórico-artística: «desengane-se quem supuser que, por ir tendo, desde o século XIX, mais factos e dados registados, na abundância de informação disponível, a Lisboa de 2000 é mais importante do que a de 1500. A todo o momento da leitura isso deve estar presente no espírito – como o esteve à responsabilidade do historiador».

Vitor Serrão

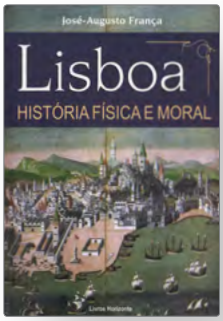


Imagem 4
Capa. Concepção gráfica de Estudos Horizonte. Pormenor de um biombo Nambam, séc. XVII
Lisboa. História Física e Moral

OBRAS DE REFERÊNCIA
BLOCO POMBALINO
1 / 2 / 3 / 4 / 5

José-Augusto França
Renata Araújo
Margarida Tavares da Conceição
Ana Tostões

Extrato do *Desenho de evolução do Plano da Baixa*. Eugénio dos Santos e Carlos Mardel (atrib.) 1756/58. Instituto Geográfico Português, 0355

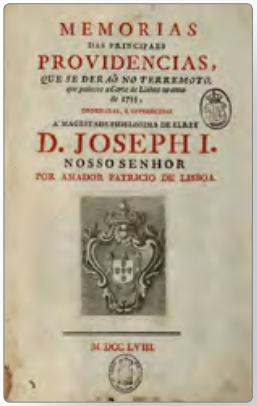
MEMÓRIAS DAS PRINCIPAIS PROVIDÊNCIAS QUE SE DERAM NO TERRAMOTO QUE PADECEU A CORTE DE LISBOA NO ANO DE 1755

AMADOR PATRÍCIO DE LISBOA

Sob o pseudónimo de Amador Patrício de Lisboa, supõe Inocêncio, no seu *Dicionário Bibliográfico*… (vol. I, 1868) que o padre oratoriano Francisco José Freire (que foi conhecido literariamente pelo pseudónimo arcádico de "Cândido Lusitano" como poeta, orador, teórico de estética neoclássica, historiógrafo e epistológrafo (1719-1773), por ordem de Sebastião José de Carvalho, reuniu e publicou, logo em 1758, sem nome de editor nem local, num volume in-4º, *Memórias das Principais Providências que se deram no Terramoto que padeceu a Corte de Lisboa no ano de 1755, ordenadas e oferecidas à Majestade Fidelíssima de El-Rey D. José I* a quem a obra faz longo elogio numa dedicatória em que jamais é nomeado o ministro.
Em 375 páginas alinhou o autor 14 "Providências" tratando: 1) de evitar falecer de peste, 2) evitar a fome, 3) curar os feridos, 4) reconduzir os moradores que tinham desertado, 5) evitar os roubos e castigar os ladrões, 6) evitar a fuga deles pelo mar, 7) remediar as necessidades dos porcos do Algarve, Setúbal, América e Índia, 8) mandar vir tropas do Reino para segurança da cidade, 9) darem-se as comodidades precisas para alojamento interno do povo, 10) restabelecer-se o exercício dos ofícios divinos, 11) recolher as religiosas cujos conventos ficarem inabitáveis, 12) acorrer a diversas necessidades em que estava o povo, 13) praticar actos de religião para aplacar a ira divina e 14) darem-se os meios mais conducentes para a reedificação da cidade – a parte mais importante do volume (páginas 37 a 318). Começa ele por um decreto mandando fazer a medição e tombo das partes arruinadas, a que se segue um "aviso" ao Engenheiro-mor Manuela da Maia para nomear os engenheiros a encarregar de planos e obras, e, finalmente (doc. nº 9) estabelecer o "plano" que S. Majestade envia ao Duque-Regedor das Justiças (Lafões, destinatário hierárquico destas ordens expressas em "avisos", "alvarás", "editais" e "decretos" assinados, em nome do Rei – "manda El-Rei" – por Sebastião José de Carvalho e Melo) para se regular o alinhamento das ruas, etc… - documento em 45 pontos datado de 12 de Junho de 1758. Esta é a data retida como da decisão urbanística que estabeleceria a nova "Lisboa Pombalina", coberta por um decreto seguinte para o Duque-Regedor tratar da "reedificação" e de uma carta remetendo-o, a 16 de Junho. Esta obra tem uma importância fundamental no processo de reedificação – e a sua consulta deve ser completada

com a obra de Eduardo Freire de Oliveira, atrás referida, e a *Colecção de Leis, decretos e alvarás que compreende o feliz reinado d´+ El-Rei Fidelíssimo D. José I, Nosso Senhor, desde o ano de 1750 até o de 1775* (Lisboa, 1775).

José-Augusto França


MEMORIAS
DAS PRINCIPAES
PROVIDENCIAS,
QUE SE DERÃO NO TERREMOTO
que padeceu a Corte de Lisboa no anno
de 1755.
A' MAGESTADE FIDELISSIMA DE ELREY
D. JOSEPH I.
NOSSO SENHOR
POR AMADOR PATRICIO DE LISBOA.
M. DCC. LVIII.

WWW...

O TERRAMOTO DO 1 DE NOVEMBRO DE 1755 EM PORTUGAL E UM ESTUDO DEMOGRÁFICO

FRANCISCO LUIS PEREIRA DE SOUSA

O tenente-coronel de Engenharia Francisco Luís Pereira de Sousa publicou, entre 1919 e 1924, os três volumes in - 4º do seu minucioso estudo sobre *O Terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, edição dos Serviços Geológicos (Lisboa), que consagra os dois primeiros tomos aos distritos de Faro, Beja e Évora ou de Santarém e Portalegre. O terceiro volume ocupa-se do distrito de Lisboa e engloba um conjunto documental inédito recolhido na Torre do Tombo e no então Fundo Geral da Biblioteca Nacional, que o autor foi o primeiro a explorar metodicamente, servindo-se também de obras de Júlio de Castilho, de Augusto Vieira da Silva, de artigos pioneiros, de artigos pioneiros de Vilhena Barbosa, publicados no Arquivo Pitoresco e das Recordações … de J. Ratton, ou da *História Geral dos Terramotos*, de Moreira de Almeida (1758) e também de um inventário do Pe. António Pereira, oratoriano, publicado em latim e em português ainda em 1755. Mas, para o seu trabalho, principalmente o autor usou o manuscrito da História da Ruína da Cidade de Lisboa, do Pe. Manuel Portal (1756) e, logo inicialmente, o "Questionário" enviado, por ordem do ministro Sebastião José de Carvalho, "a diferentes párocos do país" e onde são consignados eventos e perdas havidas na catástrofe, de modo objectivo e minucioso. Tal como as "Memórias paroquiais", manuscrito da Torre do Tombo, e como outro, de uma "Descrição geral do Terramoto em Lisboa", igualmente precioso. Daí o autor pode chegar a um inventário das "freguesias queimadas, arruinadas" ou "bem livradas", na cidade, com listas de bens e pessoas "célebres" ou não atingidas, em igrejas, mosteiros e palácios, que preenche cerca de 100 páginas do volume. Um capítulo sobre a "determinação das intensidades sísmicas" (que é acompanhado por um mapa colorido) e um estudo demográfico, para o qual se serviu da *Geografia Histórica*… de L. C. Lima (1736) e do *Portugal Sacro e Profano* de P. Dias de Niza (1767), que eram as fontes no seu tempo mais fidedignas. As famosas gravuras parisienses de Philippe Le Bas, conforme desenhos localmente feitos por Paris e Pedegache, são mostradas como iconografia de informação. Os capítulos VIII e IX do volume referem-se às

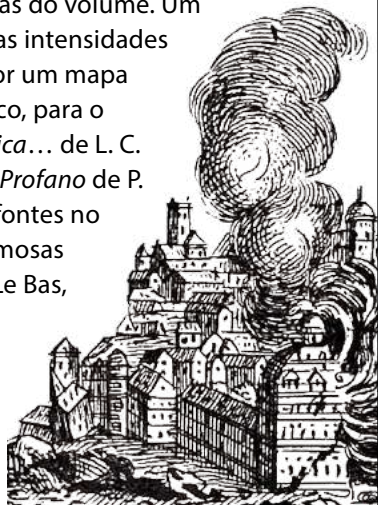


Imagem 1
Extrato da gravura *Triste tableau dês effects causes par le Tremblement de terre et incendies arrivés a Lisbonne le 1 er Novembre 1755,*
2ª metade do séc. XVIII. Museu da Cidade, MC.GRA.28

freguesias limítrofes de Lisboa, até Oeiras e Seixal, ou a Setúbal e concelhos vizinhos. Trata-se de uma obra fundamental para o conhecimento dos efeitos do terramoto e para o entendimento das "Providências" seguidamente tomadas pelo futuro marquês de Pombal – ou já então, se atentarmos no "Questionário" enviado às paróquias do Reino para o recente ministro poder, ao tomar as inteiras rédeas do governo, preparar o futuro regenerado da política nacional, após o longo e deficitário reinado joanino a que o Terramoto de 1755 impôs trágico fim.

José-Augusto França

LISBOA POMBALINA E O ILUMINISMO

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA.

De muitos livros diz-se que mudaram o mundo. É sem dúvida o caso deste, salvaguardadas, naturalmente, as proporções do mundo em causa. Para a história da arte portuguesa há um antes e um depois da *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* de José-Augusto França. Para a história do urbanismo português poder-se-ia dizer que não há antes, só depois.
No depoimento publicado no número dedicado à "Baixa Pombalina" da revista *Monumentos*[1], o autor esclarece, como já tinha feito antes, a génese do livro, cuja base foi a sua tese de doutoramento, defendida em Paris, em 1962, na École Pratique des Hauts Études, sob a direção de Pierre Francastel. Segundo o próprio, a proposta que inicialmente apresentou a Francastel era a de uma tese panorâmica cuja intenção era tratar o século XVIII português tendo como marcos Mafra e o Palácio da Ajuda, onde a reconstrução da cidade surgia como um corte radical que se associava à própria radicalidade do terramoto. Ainda segundo o depoimento de França, foi Francastel quem achou que seria melhor concentrar as atenções na reconstrução vendo a Lisboa de Pombal no âmbito de uma estética do Iluminismo (literalmente o título original da tese - *Une ville des lumières: la Lisbonne de Pombal*).

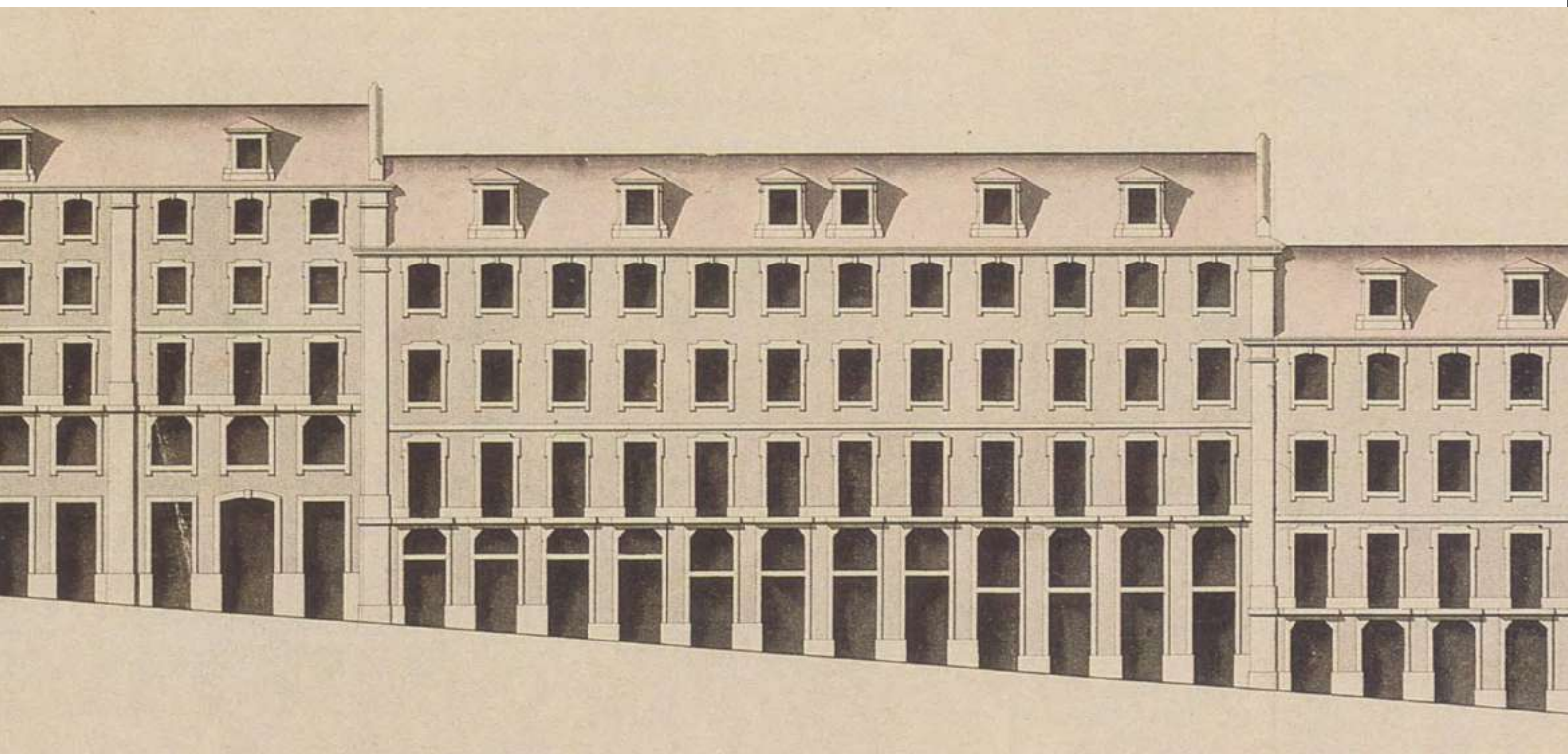
Essa conjuntura é importante porque situa *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, desde a sua produção, num ponto de charneira em vários aspetos. O primeiro e mais significativo é a confluência profícua entre a intencional visão de conjunto do século XVIII português ambicionada por França, que se fundava no desejo de colmatar uma grande lacuna na historiografia da arte portuguesa e a leitura, claramente internacionalizada, de Francastel que queria ver o caso tendo como pano de fundo o conjunto do iluminismo europeu e que direciona o estudo para o âmbito do urbanismo.
Marcada até aquela altura por uma base de cunho romântico, com influências do positivismo e do formalismo, a história da arte portuguesa versava essencialmente a época medieval, as exuberâncias do manuelino e as especificidades do barroco nacional, descobertas e divulgadas por Robert Smith, que se interessava sobretudo pela talha e o azulejo.
Das cidades enquanto objeto de história do urbanismo não se falava, salvo pela tradição de trabalhos monográficos de história urbana, de que o caso de Lisboa era eventualmente dos mais ricos, com os estudos de olisipografia.
França coloca a cidade sob a lupa de uma particular e acutilante

leitura que conjuga a análise sociológica do fato artístico, que lhe era própria pela ação como crítico de arte e que foi acrescida da formação francesa, com uma revisão profunda da própria metodologia da história da arte portuguesa. Sustentada por uma abundante recolha documental e por um excecional trabalho de investigação, interpretação e apresentação literária, Lisboa, destruída e reconstruída, emerge no estudo como um literal objeto de reflexão, em todos os sentidos.
Na introdução da *Lisboa Pombalina* há um parágrafo que esclarece de maneira lapidar o método de José-Augusto França. Diz o autor: *"(...) que a reconstrução de Lisboa se apresenta como um fenómeno em certa medida normativo: ele não reflecte apenas o espírito reformista, o "despotismo esclarecido" de Pombal, mas fornece-lhe uma dimensão nova, propõe-lhe novos valores, de certo modo o modela. Ele constitui um caso exemplar para o entendimento do poder de informação sociocultural que à arte compete, um caso precioso para o estabelecimento duma disciplina de sociologia da arte. Senão de história da arte...."*[2].
As reticências são significativas e a relação em causa não é um mero jogo de palavras. França propõe-nos uma "história da arte" entendida verdadeiramente como tal, ou seja, convida-nos a perceber o que a arte engendra na sociedade, fazendo, ela própria, história. No caso de Lisboa a pertinência desta leitura é tal que a cidade reconstruída não é só a "obra de arte" que redunda do processo, como a história do processo, sendo história social, política e estética é, também, história da arte, assim como é, a história que se segue, onde a arte, isto é, a cidade reconstruída, atua.
É neste sentido que ao longo dos nove capítulos se vai paralela e progressivamente descortinando o processo e apresentando e discutindo o seu significado, sem nunca perder de vista as relações mais amplas que a cidade estabelece com a sua própria história, com a história do pais, com a história da arte como um todo.
O primeiro capítulo, intitulado "Lisboa antes do Terramoto de 1755", trata-se de uma verdadeira panorâmica, a um tempo minuciosa e rápida, que utiliza, de maneira inovadora naquela conjuntura, as vistas de Lisboa como elemento de condução do discurso, chamando a atenção para o tema da imagem da cidade, que seria depois seguidamente trabalhado. França indica já aqui três períodos decisivos para o entendimento da cidade nova: no início do século XVI, o Bairro Alto; a União das

Coroas, com as obras de Terzi e o terceiro, o período joanino. A paragem no Bairro Alto não é longa mas é decisiva, pois estabelece o elo com a génese da cidade renovada. Segue-se o período filipino, com a construção do torreão de Terzi (e a sua importância em termos de imagem) que é já relacionada com Mafra e que França alude como *"o primeiro monumento "moderno" de Lisboa"*. Na primeira metade do século XVIII o quadro económico faz a relação com o ouro do Brasil e D. João V surge como o rei absoluto que emulava a corte francesa no seu gosto de grandeza. Mafra é desde logo apresentada como *"vasta escola em que se formarão uma ou duas gerações de arquitectos e artesãos"*.
O segundo capítulo apresenta "O Terramoto". É um capítulo razoavelmente longo no contexto da economia da obra, que serve sobretudo para reforçar em termos de análise o fato de o terramoto ter dado mais que falar que a reconstrução no estrangeiro. Depois da descrição da catástrofe, a sequência das principais medidas e a série de legislação imediatamente aplicada pelo então Conde de Oeiras, que aponta desde logo para o papel proeminente desempenhado pelo ministro do rei.
O terceiro capítulo intitula-se "A Nova Lisboa segundo Manuel da Maia". Aqui se faz a apresentação do velho Manuel da Maia (tinha então perto de 80 anos). Refere-se ao seu papel como engenheiro-mor e faz-se a apresentação da dissertação, que segue o próprio discurso do engenheiro, chamando a atenção para as suas qualidades intrínsecas. França deduz que há uma opção "favorita", supondo ser a nova cidade em Belém, mas depois aventa a hipótese de o discurso mais demorado sobre a cidade nova ser uma estratégia do engenheiro para refazer, como nova, a velha cidade. A questão da localização do novo palácio é tida como um dos nós centrais do discurso de Manuel da Maia, fazendo depender desta escolha (do rei) a escolha do processo a seguir na reconstrução.
O autor reforça o caráter dedutivo dos textos de Maia fazendo notar o aspeto técnico e de prevenção dos terramotos que é ressaltado pelo engenheiro, a hierarquia dos "modos" de intervir e o problema económico de encontrar o "meio ajustado" de compensar os proprietários. De igual modo são consideradas as questões, muito importantes, de localização urbana, restaurando a hierarquia de posicionamento relativamente às grandes praças, assim como a ideia da "uniformidade" que reforça o sentido da submissão da arquitetura à cidade.
Importa notar que a apresentação coloca efetivamente na mesa

os principais dados da questão apontados pelo documento do engenheiro-mor, que é publicado na íntegra em anexo. Ao apresentar os colaboradores do plano, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, França reforça a identificação que Manuel da Maia tinha feito: *"engenheiros de profissão, são também na arquitectura civil os primeiros arquitectos"* o que é fundamental para a compreensão adequada do método utilizado pela equipe.

O quarto capítulo "A Urbanização da Nova Lisboa" é o maior e o mais importante capítulo do livro que tem tudo de certo modo condensado. Começa com a análise dos seis projetos que Manuel da Maia submeteu ao rei em 19 de Abril de 1756, tendo em conta a progressão em complexidade e em graus diferenciados de intervenção formal (mudar pouco relativamente ao antigo, ou mudar muito). Importa notar a observação de França relativamente ao fato do plano da equipa de Eugénio dos Santos poder ser lido como uma síntese dos planos das outras duas equipas, considerando sobretudo a questão das relações horizontais e verticais e as formas e ligações das duas praças. Depois dos planos, França identifica os tipos de fachadas A, B e C, e as hierarquias a elas inerentes, que é desde logo uma introdução às questões de tipologia que serão mais desenvolvidas no capitulo VI. Trata a seguir das praças. A Praça do Comércio é objeto de uma depurada interpretação que relaciona a forma criada com os antecedentes formais do terreiro do paço. Mais interessante ainda é toda a análise simbólica do nome da praça e do seu significado, deixando já apontado o papel aí desempenhado pela estátua equestre. No Rossio, França destaca a importância da ação de Mardel (com o duplo telhado e a animação das fachadas com a relação janela de sacada-portal), assim como a continuidade e o fecho do desenho com o projeto de Reinaldo Manuel para o Palácio da Inquisição e para o Arco do Bandeira. Refere-se ao passeio público, traçado por Reinaldo Manuel em 1774, chamando a atenção para a sua importância. Faz-se alusão ao tempo da reconstrução e a morosidade do processo e ao papel da família de Pombal na gestão da cidade. Discute-se ainda neste capítulo o "isolamento" e o desconhecimento do caso de Lisboa na conjuntura internacional.



É especialmente importante a discussão sobre as fontes estrangeiras do urbanismo pombalino que França coloca, e bem, como um falso problema ou um problema mal posto. Ou seja, para ele era claro que Lisboa nada devia ao urbanismo internacional, ou pelo menos não devia nem mais nem menos do que todas devem a todos. Ainda não era claro, contudo, o quanto à reconstrução se vinculava à experiência urbanizadora desenvolvida no espaço da expansão. Mas esta seria, como várias outras, mais uma das portas de investigação abertas pelo livro.
O capítulo quinto trata dos "Princípios e Processos Técnicos". É um capítulo curto mas importante uma vez que refere às preocupações técnicas dos edifícios da Baixa, nomeadamente à sistematização racionalizada dos materiais de construção e a sua produção em série e as preocupações com o comportamento sísmico.
No sexto capítulo trata-se do "Estilo Pombalino". Nesta apresentação de um estilo, que não se chega a defender totalmente como um estilo, França apresenta uma hierarquia de tipos em que surgem inicialmente os prédios de rendimento (o paradigma do dito estilo), passa para os palácios (nobres e burgueses) até a maior complexidade nas igrejas. Na verdade, mais que de estilo, este capítulo é, no fundo, um capítulo de tipologia arquitetónica, o que é em si bastante inovador. No final volta a ficar claro a relação indestrinçável da arquitetura pombalina ao urbanismo.
"A estátua equestre de D. José I" é o objeto do capítulo oitavo. Um capítulo onde o sentido sociológico da análise de França, com a caracterização das personagens envolvidas, se associa à excecional qualidade de escrita do autor e ao seu talento literário. A estátua e tudo o que lhe diz respeito, o projeto de Eugénio dos Santos, o pedestal de Reinaldo Manuel, o papel de Machado de Castro, os seus desenhos e as suas queixas, o resultado escultórico, o medalhão do marquês e a festa da inauguração, tudo isto, faz convergir na estátua o fecho simbólico da real praça do comércio e o fim (encenado) de todo o processo de reconstrução.
Nos dois últimos capítulos "Burguesia e vida social depois de 1755" e "Queluz e o gosto da corte" o autor faz-se, deliberadamente, de advogado do diabo da obra que antes defendera. Num a cidade é apresentada como cenário de uma peça onde ninguém sabia (ainda) o seu papel. O quadro cultural português é descrito em tons tão críticos que se

coloca quase como uma colagem das decantadas visões dos estrangeiros. No outro, o palácio de campo da Casa do Infantado é apresentado como o oposto, o contraste "cortesão" (ou reacionário, como diz o autor) com a cidade racional do marquês (dos burgueses). Embora se possa dizer que a imagem passada seja talvez exageradamente enfática nos seus contrastes, são importantes estes capítulos pela metodologia de França, que se obriga a uma visão conjuntural alargada do fenómeno urbano e o põe em confronto literal com os espaços de resistência com os quais a cidade convive.
Na conclusão reforça-se a ligação entre o fato urbanístico e o fato político e Lisboa surge, em síntese muito bem vista, como a *"última das cidades antigas e a primeira das modernas"*. Com efeito, convergem na cidade reconstruída quer as tradições, quer as experiências e assimilações do urbanismo português continental e colonial.
O estudo de José-Augusto França logrou mostrar, a partir de dentro, não apenas a construção de um projeto de urbanização, mas deu sobretudo a ver o discurso urbanístico subjacente ao projeto. Sem referências anteriores na historiografia nacional, a base lançada pelo livro de França foi desde logo assimilada como a visão que de fato faltava.
Depois de defendida a tese em 1962, o trabalho teve uma primeira edição em francês, em 1965. A primeira edição em português fez-se em 1966. Em 1972 saiu a tradução italiana. Em 1978 fez-se uma segunda edição em português e, em 1987, a terceira edição revista e atualizada pelo autor, que segue sendo editada, com sucessivas reimpressões.
Depois da publicação de *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* muitos autores tem escrito não só sobre a cidade como sobre vários dos temas apontados no livro, desde às obras de arte referidas, aos personagens e situações indicadas. Vários destes autores (alguns dos quais serão apresentados nesta revista) foram duplamente formados por José-Augusto França (não só pelo livro, como pelo mestrado em História da Arte na Universidade Nova de Lisboa).
Sabe-se hoje, sem dúvida, mais do que se sabia quando o livro foi lançado. Mas só se sabe por que, por mais paradoxal que pareça, a genialidade da obra de França foi ter dado a ver não o invisível, mas o visível, foi ter finalmente mostrado para si própria, a cidade, e nela todos nos termos podido reconhecer como num espelho.

Renata Araújo. Universidade do Algarve

Notas

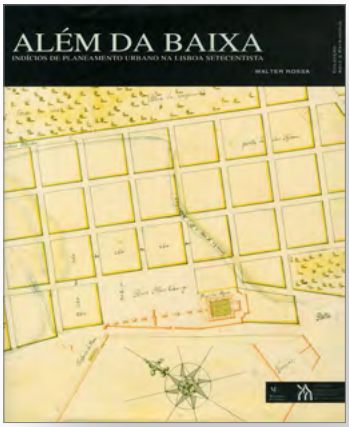
1 José-Augusto França, "Uma experiência pombalina", in *Monumentos*, nº 21, setembro, 2004, pp. 18-21.

2 José-Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo.* 3º edição. Lisboa: Bertrand Editora, 1987, p. 14.

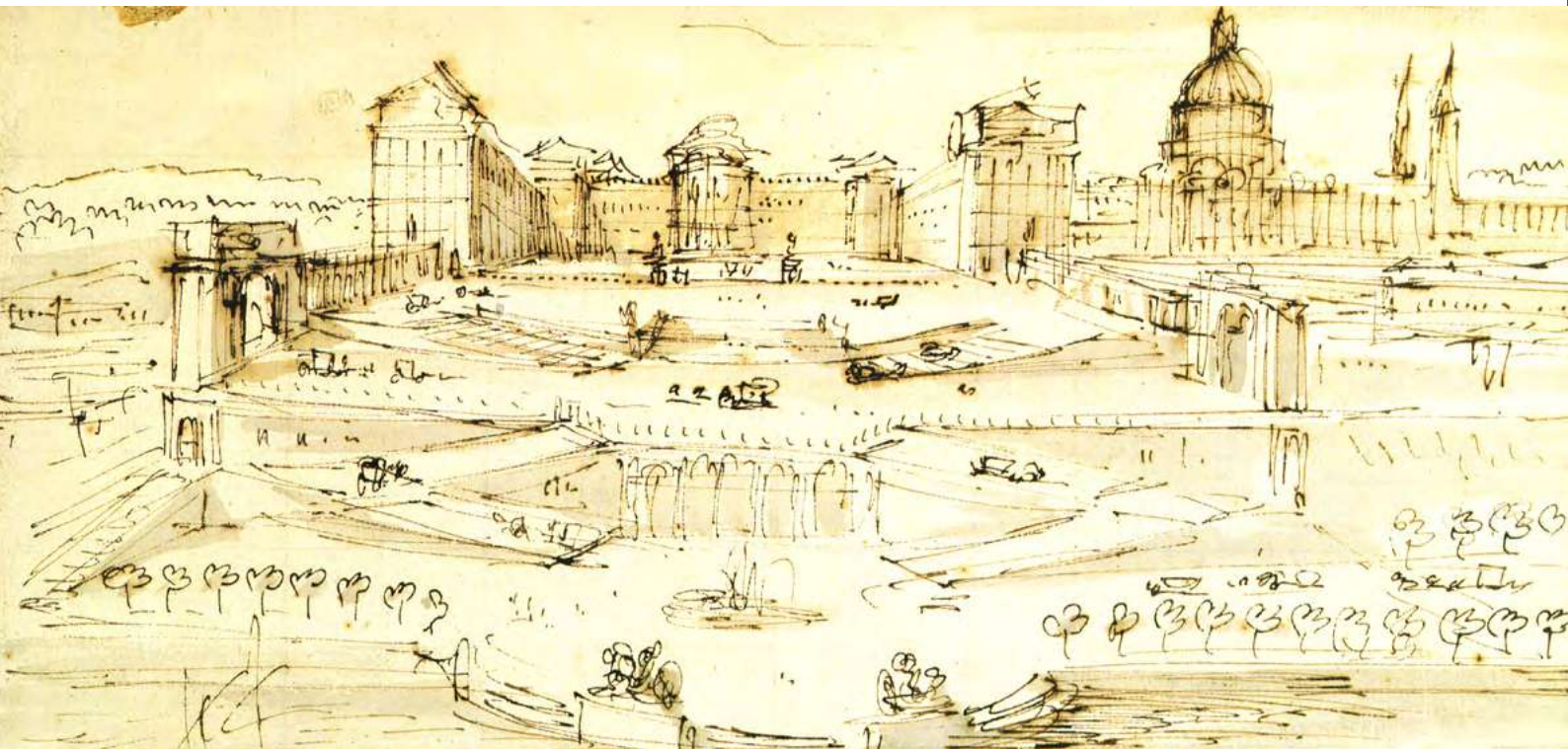
PARA ALÉM DA BAIXA

WALTER ROSSA

Além da Baixa – Indícios de Planeamento urbano na Lisboa Setecentista constitui o título de um livro publicado em 1998, muito bem ilustrado, em versão portuguesa e também em língua inglesa, factos raros no panorama editorial português, mas essenciais para a divulgação alargada e internacional da História do Urbanismo em Portugal.
O entendimento da profundidade científica dos conteúdos desta obra, situada "muito para além" da dimensão olisipográfica, inicia-se no seu próprio enquadramento académico: corresponde a um trabalho anterior, uma dissertação de mestrado em História da Arte, apresentada em 1990 à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, à qual quase não foram acrescentadas adições. Foi uma tese orientada por José Eduardo Horta Correia e que contou com José-Augusto França como arguente, o que coloca o trabalho e o seu autor, arquitecto de formação, numa linha genealógica precisa: a linha de fundação da História do Urbanismo em Portugal, seguindo o protocolo científico de nível universitário e criando um âmbito de estudos capaz de se desprender da História da Arte e da Arquitectura.
Constituindo, aparentemente, depois da *Lisboa Pombalina* de José-Augusto França, a primeira obra a abordar esse objecto/tema, a investigação então apresentada tem contudo raízes na disciplina de História da Arte Moderna, leccionada naquele mestrado por José Eduardo Horta Correia. Trata-se de um facto significativo, que pois a dimensão do urbanismo pombalino foi efectivamente desenvolvida por Horta Correia na sua tese de doutoramento: *Vila Real de Santo António – Urbanismo e Poder na Política Pombalina*[1], a principal referência metodológica, mas também o elo principal do entendimento da cidade no contexto de uma escola portuguesa de arquitectura e de urbanismo. A este historiador e professor se deverá ainda, também por via da supervisão de outros trabalhos de investigação em contexto académico, o desenvolvimento deste argumento, por sua vez ampliado por Walter Rossa nos trabalhos por si realizados ou orientados.
No contexto da obra do autor a cidade de Lisboa surge cedo como campo de reflexão[2]; e entre a prestação da prova académica e a publicação do livro, outras contribuições foram editadas. Destacam-se em 1994 dois artigos sobre Lisboa para a revista *Rassegna*[3] e em 1995 o texto "A cidade portuguesa"[4], onde insere as realidades urbanísticas da capital num âmbito



muito mais vasto. Da mesma maneira, a par de muitos outros artigos, designadamente em revistas, actas e livros, alguns de circulação internacional, os temas que gravitam em torno da cidade Pombalina voltaram depois a ser abordados, com destaque para a co-organização de uma exposição e respectivo catálogo, *Lisboa 1758: o plano da Baixa Hoje*[5]. Mas na verdade, no seu já vasto currículo, mais do que a compreensão do fenómeno pombalino em Lisboa, o que está (e sempre esteve) em causa é a complexidade do próprio conceito da cidade portuguesa e a consolidação da investigação na amplitude e multidisciplinariedade da História do Urbanismo. Esse facto é assumido na própria dissertação de mestrado, quando coloca como objectivo de partida indagar o significado urbanístico da Fábrica das Sedas na transição da cidade entre dois reinados, mas explicitando de imediato que o objectivo principal se refere à discussão da existência de uma ideia global *de* cidade e *da* cidade; ou seja, propõe o questionamento de modelos téoricos, desde logo a própria natureza do objecto urbano, assumindo a "desmesurada pretensão de expor as ideias que podemos formar acerca desse processo metodológico que deverá ter sido o principal espaço de reflexão ante-pombalino acerca do urbanismo de Lisboa." (p. 5). Portanto, colocando em discussão o contexto da própria Baixa Pombalina, na cidade de Lisboa e no urbanismo português. Com efeito, e muito para além da Baixa e da área das Amoreiras, este trabalho seminal demonstra como, em matéria de História do Urbanismo, a História da Arte é somente um ponto de vista, passando à indagação sistemática de todos os contextos passíveis de explicar o objecto *cidade* numa dada conjuntura e na sua profunda continuidade no tempo. Da história económica, social, política e cultural à abordagem específica da engenharia militar, por si só plena de facetas interdisciplinares, para isso convoca também a história da ciência e da técnica. No entanto, o melhor resumo ainda é sem dúvida aquele que J.E. Horta Correia escreveu no prefácio do livro: "Do que



resulta um novo entendimento da noção de planeamento, da interacção entre formação profissional dos engenheiros militares e estruturas ideológicas, estéticas e corporativas e consequente aprofundamento radical do conceito operativo de 'escola portuguesa de arquitectura e urbanismo'. É, aliás, no entendimento desta 'escola'" que reside a chave de toda a complexa interpretação conseguida pelo autor, e donde emerge a figura de Manuel da Maia como seu agente primeiro e determinante." (p. XV). Em suma, contextos amplos que explicam a importância desta obra *para além* de Lisboa.
As diversas perspectivas na aproximação à apreensão da complexidade da cidade e seus encadeamentos sucessivos fixa-se assim num texto extremamente denso, onde as próprias notas de rodapé são por vezes de leitura obrigatória, quando não mesmo as entrelinhas... Quase em contradição, tal complexidade é visível na própria estrutura da obra em três partes, interligando diferentes vertentes de um dado tema e alcançando um arco que poderá ir da "macro" leitura ao nível do país à "micro" leitura do adorno de uma estrutura construída.
Na PARTE I, chamada justamente "À escala da cidade", começa por delinear a evolução da estrutura urbana de Lisboa, fundamentando-se na base das bases, a topografia, numa crescente aproximação à área objecto de estudo: a confluência de caminhos no Largo do Rato. Nesse quadro, destaca-se a importância concedida à delimitação do amplo perímetro defensivo de 1650, sublinhando desde logo a importância de algumas definições do reinado de D. Pedro II, onde marca já presença o desempenho de Manuel da Maia.
É na estabilização desses dados que no capítulo 2 ("Uma nova Lisboa – o sonho da expansão planeada da cidade para Ocidente"), se torna particularmente importante o inquérito articulado às iniciativas joaninas e, em especial, o cruzamento entre as propostas de Juvarra (acompanhadas de excelentes reproduções dos desenhos conservados em Turim) e a actividade de Manuel da Maia, sublinhando ainda a importância de outros protagonistas, em especial da esfera político-administrativa.
Esta abordagem permitiu-lhe questionar no próprio palco da área Buenos Aires / Amoreiras, o cruzamento dos vários indícios de planeamento estruturado, relacionando nesse plano a linha da fortificação, os levantamentos topográficos, a implantação do complexo palatino régio/eclesiástico e a implantação da infra-estrutura hidráulica. Confrontando questões políticas

e metodológicas, fica demonstrada a sua convergência na redacção de um regulamento urbanístico ante-terramoto. Desta maneira, o capítulo 3 transpõe o ponto de viragem de 1755, proporcionando um balanço do processo da reconstrução da Baixa inserido já num alcance diferente, ao tomar como referência principal a armadura metodológica e conceptual das *Dissertações* de Manuel da Maia. Renovado o interesse pelo sítio alto e seguro, demonstra como se conjugaram os planos e desenhos no quadro da Casa do Risco, possibilitando assim uma compreensão global das propostas para o Bairro das Águas Livres (e outras mais sectoriais) e sublinhando o pragmatismo e unidade conceptual da escola de engenheiros militares, fenómeno que permitirá alinhar essa actuação em Lisboa com a realização de Vila Real de Santo António, não sem deixar de mencionar as "extensões" coloniais.
Ficando delineada a estrutura global da cidade, a II PARTE – A infraestrutura das Águas Livres, não reduz propriamente a escala, antes sublinha o entendimento do abastecimento de água como estrutura de suporte ao planeamento urbano (capítulos 1 e 2). E fá-lo também através da evolução histórica, recuando pelo menos ao reinado sebástico, a partir das propostas de

Francisco de Holanda, continuadas depois em vários estudos das captações, como o *Roteiro* de Pedro Nunes Tinoco.
Na senda de uma dupla antiguidade, da memória do aqueduto romano à coincidência global dos traçados nos diferentes estudos que o antecederam, Manuel da Maia retomou uma tradição, de certo modo apresentada como refundação urbana. Tal como na linha perimetral de defesa, Walter Rossa chama aqui a atenção para o facto do abastecimento de água assumir um sentido primordial na "fundação de cidade". Ainda na distinção entre a parte técnica da infraestrutura e a parte visível relacionada com o desenho urbano, demonstra o ponto de ligação entre estes dois níveis e a coincidência de questões de ordem ideológica, técnica e legislativa, numa unidade ideal muito cara ao Iluminismo.
Recordando a experiência de Manuel da Maia na rede hidráulica da Tapada da Mafra, clarifica igualmente o papel dos vários técnicos no empreendimento das Águas Livres, em especial a decisão sobre a travessia do vale de Alcântara, deixando claro o que cabe sem margem para dúvidas ao "grande mentor técnico e urbanístico", cujo perfil que percorre todo o livro: a concepção da totalidade do traçado, as decisões técnicas de fundo, a definição dos "parâmetros do impacto urbano da obra através da localização e caudal dos pontos de fornecimento da água" (p. 77). Se ficou a dever-se a Custódio Vieira a opção pela travessia monumental, coube a Carlos Mardel, finalmente, o desenho de arquitectura: das lanternas à mãe de água, dos chafarizes ao arco de triunfo, ponto preciso onde a elasticidade de leitura na escala espacial é feita engenhosamente: Rossa coloca este elemento à escala da simbologia urbana global e problematiza o seu detalhe decorativo e recitativo. Semelhante exercício é feito a respeito da localização do chafariz do Largo do Rato, a (desejada) "praça às portas da cidade".
Como remate desta segunda parte, apresenta um argumento chave: a empreitada das Águas Livres como campo de treino da escola de engenheiros portugueses que viria a ser protagonista da reconstrução da Baixa, aspecto essencial para a compreensão do fenómeno da Casa do Risco.
Já a III PARTE, intitulada "A Fábrica das Sedas", analisa de maneira detalhada o contexto da indústria no Rato (a fase privada e a fase pombalina propriamente dita, da Real Fábrica das Sedas ao Real Colégio das Manufacturas do Rato), aprofundando a relação essencial entre as actuações urbanísticas e as reformas

políticas e económicas da época pombalina, relação essa fixada em corpo legislativo. Tal como mais tarde em Vila Real de Santo António, o urbanismo mostra-se como ponto de convergência e instrumento de objectivos económicos, sociais e políticos, em suma, como factor renovador da nação.
Trata-se de uma análise muito importante porque capaz de relacionar este aspecto quer com outros empreendimentos industriais da cidade e do país, quer com o contexto das ligações pombalinas a outros meios europeus. Um alargamento que, aliás, foi sendo feito desde a primeira parte, comprovando o conhecimento de outras realidades e casos exteriores, sublinhando a recusa de uma originalidade portuguesa baseada na ideia de um país periférico e isolado.
Entre a congruência de objectivos funcionais e a coerência arquitectónica da fábrica, atribuída a Carlos Mardel e identificada na análise da proporcionalidade métrica do edifício, Rossa apresenta as características do que considera ser um dos primeiros edifícios industriais europeus de concepção erudita e talvez o primeiro edifício português projectado de raiz para esse fim.
A análise formal com recurso aos antigos padrões metrológicos não evidencia apenas o virtuosismo da "especulação geométrica", mas serve para demonstrar a presença de uma matriz, o quadrado e o rebatimento da sua diagonal, como regra estruturadora detectável no plano desenhado para o Bairro das Águas Livres. Assim, e dada a sua frequente identificação em muito outros traçados urbanos (e arquitectónicos), e garantia da "forma total" de Vila Real de Santo António, constitui mais um indício da existência (e persistência) de uma regra compositiva constante, mas simples e flexível, eficaz para uma adaptação pragmática nas mais diversas circunstâncias.
Deste modo, o planeamento do Bairro das Águas Livres (capítulo "o Pombalino das Amoreiras") será a pedra de fecho da tese, o elo de ligação que faltava entre a Baixa e Vila Real de Santo António, ao associar a definição rigorosa da rua e do quarteirão ao desenho funcional, social e económico das massas edificadas. No local privilegiado para a expansão da cidade antes do Terramoto, ponto de chegada do aqueduto, dotado de um plano contemporâneo das obras de reconstrução da Baixa, único local com expansão (parcialmente) executada à luz dos princípios expostos nas *Dissertações* de Manuel da Maia, e onde se regista a criação de novos tipos arquitectónicos

relacionados com a reforma da indústria manufactureira, prenuncia-se o próprio nível de utopia do planeamento da nação: através do desenho e correspondente diploma legislativo, através da ligação entre o urbanista e o político. Em síntese, os ensinamentos que aqui convergem derivam para outros contextos e muito para *Além da Baixa*, que nos lega uma grande parte da história portuguesa da construção de um método de fazer cidade.

Margarida Tavares da Conceição
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Notas

1 HORTA CORREIA, José Eduardo (1984 / 1997), *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.
2 ROSSA, Walter (1989), "Elementos da estrutura urbana de Belém até ao século XVIII", *in* IPPC (org.), *Catálogo da Exposição do Concurso para o projecto do Centro Cultural de Belém*. Lisboa: IPPC, 123-128 (reeditado em *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português*. Coimbra, Almedina, 2002, 47- 51).
3 ROSSA, Walter (1994), "Acquedotti di età moderna in Portogallo / Modern Age Aqueducts in Portugal", *Rassegna*, XVI, 57, 60-63. ROSSA, Walter (1994), "Episódios da evolução urbana de Lisboa entre a Restauração e as Invasões Francesas / The 1755 Earthquake: A Town under the Sign of Reason / Il terremoto del 1755: una città sotto il segno della ragione", *Rassegna*, XVI, 59, 28-43.
4 ROSSA, Walter (1995), "A cidade portuguesa", *in* Paulo Pereira (org.), *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, 233-323 (reeditado em *A Urbe e o Traço*…, 193-359).
5 ROSSA, Walter e Tostões, Ana (org.) (2009), *Lisboa 1758: o plano da Baixa Hoje, Catálogo da Exposição*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Também com edição em versão inglesa.

LISBOA 1758
O PLANO DA BAIXA HOJE

WALTER ROSSA
ANA TOSTÕES

A catástrofe que, nos primeiros dias de Novembro de 1755, destruiu o centro de Lisboa – o Grande Terramoto – desde sempre foi celebrizada e até comemorada, em especial quando, em 1955, 1985 e em 2005, se contaram, respectivamente, dois séculos e dois séculos e meio sobre a ocorrência. Mas foi com a obra de José-Augusto França *Lisbonne, Une Ville des Lumières* (Paris, 1965) que se resgatou o aspecto mais consequente da catástrofe, por outras palavras, que se conheceu o carácter absolutamente inovador do instrumento de planeamento segundo o qual se processou a reconstrução: o Plano da Baixa de 1758. De facto, depois deste trabalho o tema do plano de reconstrução foi definitivamente circunscrito como facto de dimensão histórica, sociológica, politica e artística inquestionável.
Em 2008, por ocasião dos 250 anos da promulgação do alvará de 12 de Maio de 1758 que se constituiu como a lei básica do processo da reconstrução da zona de Lisboa destruída com aquela catástrofe, considerou-se importante reforçar a divulgação e a reflexão sobre a excelência, a eficácia e o carácter absolutamente inovador do Plano com a realização de uma exposição e a publicação bilingue (português e inglês) do livro intitulado "LISBOA 1758, O Plano da Baixa Hoje".
O alvará regulou o sistema fundiário, estabeleceu regras idênticas às que hoje designamos como de perequação, determinou prazos, sendo um dos seus objectivos centrais o cumprimento do novo plano regular que seria publicado dois meses depois: em 12 de Junho surgiu então o diploma com o Plano para a reconstrução do centro da cidade, constituído por uma memória descritiva e um conjunto de desenhos.

O traçado urbano assinado por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel havia sido elaborado, tudo o leva a crer, a partir da proposta que o primeiro desenvolvera, dois anos antes, a um nível de anteprojecto e que fora apresentada ao poder por Manuel da Maia, em 19 de Abril de 1756,

com a terceira parte da sua Dissertação. À planta juntava-se um conjunto de desenhos-tipo, designadamente alçados de rua. Durante anos, esses desenhos seriam desenvolvidos e adaptados a cada espaço da reconstrução. Com a promulgação dos regulamentos e desenho urbano, estava concluído o processo de apuramento do Plano iniciado logo após a catástrofe, um verdadeiro "plano-piloto" para a renovação da zona baixa da cidade e da colina que a aconchega pelo poente, o Chiado.

Mas a catástrofe e o processo que conduziu à elaboração e concretização do Plano catalisaram ainda a reflexão especulativa, sob a forma de planos sectoriais, acerca do desenvolvimento urbanístico da cidade numa área bem mais vasta, segundo um perímetro então definido. O seu conjunto constitui, assim, um "primeiro plano global" para a cidade, o qual não foi apenas consequente na Baixa-Chiado. Se entendido na sua globalidade – desenho, instrumentos de regulação, sistema de financiamento e, fundamentalmente, a sua verificada exequibilidade –, ao nível da história da urbanística mundial foi uma peça inovadora cuja relevância importava considerar, avaliar e divulgar devidamente. Logrou gerir a reconformação de uma área crucial de uma cidade simbólica para a imagem do País e do universo de então, mas teve também a virtude de suportar condignamente a evolução que transformou o espaço até aos dias de hoje. Assim, "LISBOA 1758, O Plano da Baixa Hoje" responde à iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa a partir do seu Pelouro do Urbanismo e Planeamento Estratégico a que se associou activamente o Pelouro da Cultura com o apoio do Arquivo Histórico e do Museu da Cidade, de através de uma exposição e livro, coordenados cientificamente

por Ana Tostões e Walter Rossa, se propor não apenas celebrar e dar a conhecer o facto numa dimensão ajustada à sua relevância, mas também potenciá-lo no sentido de catapultar o processo de regeneração da área.
A designação desta acção – Lisboa 1758: o Plano da Baixa Hoje– resulta de uma reflexão em torno da forma de trazer para o comum entendimento e debate contemporâneo o objecto em questão, não só como um acto cultural, mas também como um apelo à cidadania.
O livro foi produzido com um DVD associado, incorporando suportes inovadores onde se reproduziu toda a documentação exposta e se reuniu a fortuna de produtos apresentados constituído: pelas edições, em Português e em Inglês, de um volume com textos escritos sob encomenda, acompanhado por um CD bilingue no qual estão disponíveis, através de meios dinâmicos de consulta, os textos e elementos gráficos e audio-visuais da exposição, bem como o registo da sua montagem. O livro passaria assim, a ser uma ferramenta imprescindível para todos os que se interessem pelo tema, pois reúne, nesses dois formatos complementares, a investigação centrada sobre o Plano e o seu desenvolvimento em cidade.

É formado por duas partes. A primeira – O Processo da Baixa – é constituída por um conjunto de quatro textos de enfoque essencialmente histórico elaborados segundo protocolos científicos, constituindo uma síntese actualizada sobre a temática, integrando algumas novidades factuais e interpretativas. Walter Rossa realiza uma reflexão metodológica sobre o plano enquanto instrumento de gestão urbana e o processo que o originou e a que deu origem demonstrando as suas virtualidades e complexidade conceptual e metodológica. Assumindo que o conjunto de planos então realizados, que designa por "além da Baixa", constituem a primeira visão integrada do planeamento da cidade, de acordo com Manuel da Maia que na Parte Iª da *Dissertação* tornou claro que o processo de reconstrução, por renovação, da área devastada pela catástrofe seria a pedra de toque do planeamento da cidade como um todo. Daí que a procura da *razão urbanística*

para a Baixa, tenha sido acompanhada pelo planeamento especulativo da vasta área sobre a qual Lisboa se estenderia no século seguinte. Mas pelos pequenos núcleos e muitos edifícios projectados e construídos nessa Lisboa "*além da Baixa*". Claudio Monteiro demonstra como o Terramoto foi o pretexto para antecipar uma reforma legislativa, criando as condições para que a construção da nova Lisboa, enquadrada por um *"novo Plano regular, e decoroso"*, fosse também precedida da definição de um novo Direito, capaz de promover as necessárias transformações na estrutura da propriedade imobiliária urbana, de assegurar a adequação da vontade dos particulares às opções definidas no plano e de garantir a segurança dos investimentos realizados na reconstrução. Para concluir que legislação e plano constituem dois instrumentos de uma mesma política urbanística, definida pelo futuro Marquês de Pombal com objectivos políticos claros, de centralização e afirmação do poder absoluto do Rei, e de modernização das estruturas jurídicas, económicas e sociais do país. Considerando que a legislação pombalina da reconstrução antecipa em pouco mais de uma década, afirmando o interesse público da Cidade sobre os interesses particulares dos proprietários, e serve os mesmos propósitos de racionalidade do plano, expressos na regularidade dos traçados das ruas, na simetria das fachadas dos edifícios e na estandardização dos respectivos processos construtivos, sendo por isso fundadora do nosso moderno Direito do Urbanismo. Raquel Henriques da Silva percorre o que designa a "Lisboa regenerada", da Avenida da Liberdade ao Plano das Avenidas Novas, tratando sequencialmente da Lisboa delineada por Eugénio dos Santos e construída entre a autoridade da Casa do Risco e da fuga, mais ou menos empírica, a essa autoridade; em segundo lugar, de um incerto período em que o plano pombalino continuava a ser considerando o instrumento fundamental de produção e gestão da cidade, embora esta, na verdade, seja em grande parte determinada por factores exógenos, nomeadamente os resultantes do nascimento do Estado liberal (1833), da extinção dos conventos e da difusão de uma cultura romântica de matriz ecléctica; em terceiro lugar, da Lisboa de Frederico Ressano Garcia que, a partir de 1874 e bem apoiado em equipas técnicas cuja actualização promoveu, implantou as infraestruturas da cidade moderna (transportes públicos, abastecimento de água, redes de saneamento)

e iniciou a ampliação norte de Lisboa, desenvolvendo e potenciando algumas decisões do plano pombalino. Analisando as transgressões ao plano realizadas a partir de novecentos, Ana Tostões realiza um balanço sobre a formação da consciência do valor e da modernidade do plano, considerando que depois de quase dois séculos de desprezo é no quadro contemporâneo, quando são assumidas no âmbito disciplinar as valências técnica, formal e ideológica da arquitectura e urbanismo do movimento moderno, que o Plano de 1758 é finalmente reconhecido pelos arquitectos modernos Carlos Ramos e Pardal Monteiro a partir de uma visão global sobre a cidade capaz de promover uma articulação integrada urbana assente no conceito global de Plano. Os "Precursores do urbanismo e da arquitectura modernos" são justificados: em primeiro lugar porque a cidade foi, pela primeira vez e de um modo irrepetível, pensada na sua globalidade e organizada funcionalmente na medida em que se articularam no espaço as funções simbólicas, sociais, utilitárias; depois porque o urbanismo dominou a escala da arquitectura pensada em concordância com as infraestruturas técnicas e construtivas também de um modo global. Finalmente concebida no quadro do que hoje designaríamos por um "sistema ecológico sustentável" que distinguia cidade e campo, urbano e rural com cidade de uma cidade concebida como sistema contemporâneo, que assenta um dos aspectos de mais radical modernidade no plano elaborado pelos engenheiros de Pombal. Entre o Marquês de Pombal e o ministro Duarte Pacheco, entre a reconstrução de Lisboa ou a Lisboa nova, analisam-se os actos políticos e administrativos quando o Estado foi o agente das transferências de lucros propiciados pela renovação ou expansão urbana e reflecte-se sobre o processo de construção de uma consciência patrimonial estimulado pelo nascimento e desenvolvimento da *olisipografia,* e mais tarde, nos anos 60 pela a obra de José-Augusto França que inaugurava a investigação científica no domínio da história da arte e da cultura portuguesas e que, pioneiramente, chamou a atenção com responsabilidade científica para a excelência e inovação do Plano de Reconstrução da Baixa de Pombal. Desenvolvendo uma obra de pesquisa original e de síntese, inédita no quadro de uma responsabilidade historiográfica moderna baseada na análise sociológica da arte e no plano de uma larga problemática cultural, abordando temas nunca até então tratados e apresentando outros de maneira

metodologicamente nova, e assim conduzindo à *Proposta de salvaguarda do património artístico – arquitectónico e histórico dos bairros tradicionais da cidade de Lisboa* (1967). Finalmente a 12 de Setembro de 1978 "A cidade baixa" é classificada como imóvel de interesse público. O processo de reconstrução do Chiado, assente na busca da unidade de permanências e invariantes, e o futuro da Baixa, à semelhança dos sinais inequívocos dados por este Plano de Pormenor para a Zona Sinistrada do Chiado, passa por uma estratégia concertada que lance o futuro e assegure a contemporaneidade. Os projectos estruturantes em arranque no início deste novo milénio são a prova dessa vontade, de continuar o "primeiro plano integrado", e de confirmar a resistência desse "plano-conceito" excepcional. Como refere José-Augusto França "é preciso re-inventar e Baixa!" A segunda parte intitulada – Intenções/Novos Planos–conjuga a reflexão dos responsáveis políticos sobre as potencialidades, os desejos, os métodos e os projectos, integrando uma breve visão e uma amostragem especializada, sobre os acervos municipais. Na sua essência, o CD contém o registo da exposição, não apenas dos textos, imagens e legendas, que podem ser extraídos e editados em baixa resolução, mas também

dos seus espaços e concepção museográfica. A consulta, aliás, pode ser efectuada tema a tema, sala a sala ou, em alternativa, segundo uma barra cronológica. Inclui ainda a entrevista, com a duração de cerca de uma hora, realizada a José-Augusto França, a qual constitui um inestimável testemunho acerca do florescimento e desenvolvimento do tema da Baixa e do seu Plano como bens culturais.
O livro constitui-se não apenas no testemunho e registo da exposição que, explicitamente, pela primeira vez chama a atenção do ponto de vista do urbanismo para a relevância do Plano de Lisboa de 1758, mas também como em mais um marco da evolução do conhecimento sobre o tema com o objectivo, graças à versão inglesa, de catapultar a sua divulgação internacional.

Ana Tostões. Instituto Superior Técnico, DECivil

BIBLIOGRAFIA CRÍTICA

AA.VV

AA.VV

Arquitectura do Princípio do Século em Lisboa (1900-1925). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/ Pelouro da Cultura, 1991

Obra de divulgação geral baseada no trabalho de levantamento e classificação da arquitectura do 1º quartel do século XX, realizado em 1989 para a Câmara de Lisboa com objectivos de protecção e salvaguarda. Contempla apenas a identificação dos exemplares mais significativos ainda existentes, enquadráveis em diferentes correntes estilísticas e tecnológicas. A cidade é dividida em 6 grandes áreas geográficas, dentro das quais são destacadas sub-zonas com a identificação dos objetos inventariados. Para cada um é apresentada informação básica (fotografia, designação, data/autoria, pormenores assinaláveis), bem como a classificação proposta, dividida em 3 níveis qualitativos, todos a proteger. Nos exemplares com grau de qualidade superior (3 estrelas) é apresentado desenho em aguarela (da autoria de Ana Tostões), ilustrativo dos elementos mais notáveis. Nota-se falta de índice geral.
Rita Mégre

AA.VV

Lisboa subterrânea. Milão: Lisboa 94/ Electa, 1994

Catálogo da grande exposição realizada em 1994 no Museu Nacional de Arqueologia, conduz-nos numa fascinante viagem pelo tempo e revela-nos uma Lisboa "escondida", resgatada do solo enquanto memória pela pesquisa dos arqueólogos. Sob coordenação científica de Ana Margarida Arruda, a exposição fez parte da programação de *Lisboa 94. Capital Europeia da Cultura*. Com prefácio de Simonetta Luz Afonso, a 1ª parte do catálogo inclui 23 textos de 21 autores, que contextualizam o universo temporal e geográfico da exposição. A 2ª parte apresenta as 395 peças exibidas, organizadas em 6 núcleos: " Os primeiros habitantes", "Das sociedades recolectoras às sociedades camponesas", " A Península de Lisboa entre o Norte atlântico e o Oriente mediterrânico", "Lisboa romana e visigótica", "Lisboa da Idade Média ao terramoto" e "Lisboa submersa".
Rita Mégre

AA.VV

Monumentos, nº 21. Lisboa: DGEMN, Set. 2004.

Publicação técnico-científica destinada à divulgação e valorização do património construído, cujo nº 21 apresenta dossiê de 200 páginas dedicado à Baixa Pombalina. Nele se incluem 24 artigos de 30 autores, a transcrição da mesa-redonda "Que futuro para a Baixa Pombalina" e 4 páginas de bibliografia exaustiva sobre o tema. Numa abordagem pluridisciplinar, abrangente e que nos traz dados novos, os artigos cobrem áreas diversas que vão desde questões de âmbito estrutural, às transformações funcionais, à geologia, à monitorização dos níveis freáticos, às novas fontes para a datação do edificado, à arquitectura - aqui com alguns casos de estudo -, à azulejaria de interior e ao urbanismo.
Rita Mégre

ACCIAIUOLI, Margarida

Exposições do Estado Novo, 1943-1940. Lisboa: Livros Horizonte, 1998

Estudo das exposições de carácter propagandístico organizadas pelo regime do Estado Novo, a partir de 1934 (Congresso da União Nacional, Exposição Colonial no Porto) e, sobretudo, do "Ano X da Revolução Nacional", (1936). Capítulos especiais são consagrados às Exposições de Paris (1937) e de Nova York e S. Francisco (1939), e com abordagem das suas premissas ideológicas e estéticas, e das polémicas provocadas, da "Exposição do Mundo Português" (1940), largamente descrita e analisada nos seus valores artísticos e também na sua projecção cultural e política (exposições, edições, concursos).
José-Augusto França

ACCIAIUOLI, Margarida

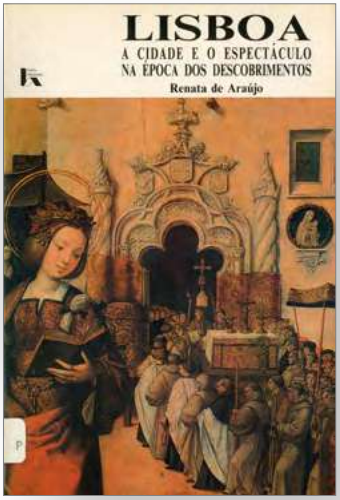
Os cinemas de Lisboa. Um fenómeno urbano do século XX. Lisboa: Bizâncio, 2012

Estudo histórico actualizado, ilustrado e profundamente documentado, sobre salas de cinema de Lisboa (e arredores), em sua definição arquitectónica, desde uma pré-história teatral e feirante e da primeira instalação independente (Salão Ideal, 1904) até ao último edifício (Londres, 1975), que são, curiosamente, os únicos existentes em 2013, quando os conjuntos comerciais oferecem c.75 salas, inauguradas desde 1971 (Apolo 70). Especial atenção é prestada aos Tivoli, Capitólio, Eden, S. Jorge, Monumental, Império, aos cinemas de bairro e da "expansão da cidade". O estudo aborda factos urbanos e fenómenos de cinefilia (cineclubes, cinemateca, imprensa, crítica) mas não programações, frequências e publicidade. Elenco de 59 arquitectos implicados na especialidade e bibliografia terminam o volume, a que falta uma cronologia das salas (inauguração, transformações, encerramento).
José-Augusto França

AGAREZ, Ricardo Costa

O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa. 2009

Resultante da investigação que deu lugar à dissertação de mestrado em História da Arte e baseado num elenco vastíssimo de exemplos estudados, a obra analisa a produção arquitectónica para a habitação multifamiliar praticada no interior de Lisboa. Por essa via problematiza os condicionalismos e as potencialidades que dirigiram a renovação urbana, a adopção de fórmulas e a sua relação com uma aproximação ao pensamento moderno, no plano habitacional, e ainda, os níveis de influência dos diversos actores/intervenientes no processo. Recorrendo a uma demonstração profunda dos casos estudados, com imagem gráfica e fotográfica, o autor aborda, de forma particularizada a Câmara Municipal de Lisboa, os autores/arquitectos, entre outros, dando à estampa um levantamento notável.
Maria Teresa Bispo



ARAÚJO, Renata de

Lisboa: a cidade e o espetáculo na época dos Descobrimentos. Lisboa: Livros Horizonte, 1990

Estudo sobre as manifestações festivas - sagradas e profanas - na Lisboa dos Descobrimentos. Mostra como o final da Idade Média foi uma época de importantes transformações para a cidade, com a deslocação do seu centro da colina do castelo para o rio, concretizada na transferência do paço da Alcáçova para o paço da Ribeira, assim como o crescimento ao longo da margem ribeirinha. Destaca a importância dos rituais e das conceptualizações, nas quais se misturavam o sagrado e o profano, presentes nas festas, procissões, batismos, casamentos e funerais reais, momentos de espetáculo para a população. Descreve pormenorizadamente alguns acontecimentos públicos e a sua composição. Descreve a ação de D. Manuel na construção da Lisboa Quinhentista, na abertura e calçamento de ruas, na edificação dos edifícios emblemáticos, no arranjo cenográfico do espaço público.
Anabela Valente

ARRUDA, Luísa

Caminho do Oriente. Guia do Azulejo. Lisboa: Livros Horizonte, 1998

Obra complementar do *Caminho do Oriente. Guia Histórico*, conduz o leitor num percurso que vai do Largo do Museu Militar ao Convento de Marvila. Zona da cidade de uma enorme riqueza em azulejaria, esta arte é-nos mostrada nas suas duas vertentes: a azulejaria de interior e os ambientes por ela criados, e a azulejaria de fachada, concebida como forma de arte urbana. O gosto, o significado da decoração, a articulação dos azulejos com o espaço e com as arquitecturas são os temas abordados. O território é dividido em 6 zonas – Santa Apolónia, Cruz da Pedra, Xabregas, Xabregas ao Grilo, Grilo a Marvila e Marvila, num total de 41 entradas que incluem palácios, edifícios conventuais e frentes urbanas, profusamente ilustradas com imagens de excelente qualidade.
Rita Mégre

BARATA, Ana

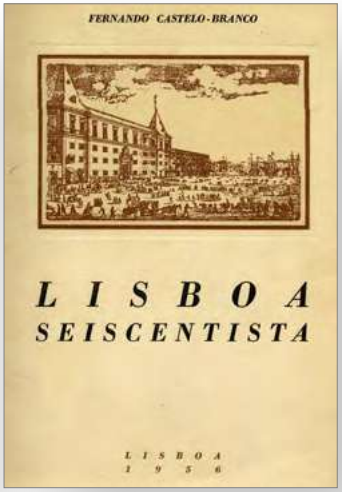
Lisboa "caes da Europa": realidades, desejos e ficções para a cidade (1860-1930). Lisboa: Edições Colibri, IHA, 2010, (Colecção Teses,12)

Resultado da investigação no âmbito do mestrado em História da Arte na FCSH-UNL, Ana Barata estuda um período (1860-1930) em que Lisboa foi alvo de profundas mutações urbanísticas. Centra-se na análise das propostas, planos e projectos apresentados para promover o aformoseamento da capital. Destacam-se as diversas tentativas falhadas para a elaboração de um 'Plano Geral de Melhoramentos' e os desejos de ver Lisboa transformar-se novamente no "cais da Europa". O carácter mais singular da obra prende-se com o enfoque dado aos desejos e às discussões na opinião pública da época sobre os rumos que o desenvolvimento da cidade foi adoptando. História das expectativas, dos projectos não realizados e das ficções que Lisboa soube inspirar, cruzando fontes impressas e fontes manuscritas, lê-se com agrado.
António Miranda

CASTELO BRANCO, Fernando

Breve Historia da Olisipografia. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa-Biblioteca Breve, 1980

Escrito por encomenda do editor (instituição que precedeu o Instituto Camões), no quadro de uma colecção de sínteses de conhecimentos em vários sectores culturais portugueses, este estudo assume-se em posição pioneira. Organiza-se em dez capítulos, desde a "pré-olisipografia" (incluindo Fernão Lopes até princípios de Setecentos), e uma homenagem a Vilhena de Barbosa (seus artigos em *Arquivo Pitoresco*, anos 1850), trata das obras de Júlio de Castilho, G. Matos Sequeira, A. Vieira da Silva, dos "discípulos" do primeiro (Gomes de Brito, Freire de Oliveira, Tinop), de Pastor de Macedo e Ferreira de Andrade, além do epigrafista Cordeiro de Sousa e do etnógrafo Luís Chaves e de dois "divulgadores", Francisco Câncio e Norberto de Araújo, terminando com menção de autores estrangeiros e brevíssima antologia.
José-Augusto França



CASTELO BRANCO, Fernando

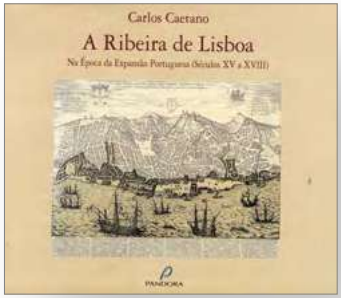
Lisboa seiscentista. Lisboa: Câmara Municipal, 3ª ed. rev. e aumentada, 1969

O autor descreve a cidade do séc. XVII e o modo de viver dos lisboetas. Caracteriza os arruamentos labirínticos, de ruas estreitas e tortuosas; as praças do Rossio e do Terreiro do Paço, ambas bem delineadas e grandiosas. Descreve o trânsito e as dificuldades de circulação, a criação de regras de prioridades na passagem dos veículos. Fala da habitação, casas, palácios, conventos, bem como das quintas nos arredores da cidade, da sua ocupação e vivências. Fala do ambiente social e moral, vida familiar e vida pública. Descreve cerimónias oficiais, casamentos, entradas na cidade, e diversões, como as touradas. Descreve a vida religiosa, e os acontecimentos como as procissões, autos de fé e os Sermões. Fala da vida mundana, o Teatro, as Academias e a Imprensa. Muito bem documentado e minucioso nas referências utilizadas.
Anabela Valente

CABRAL, Manuel Villaverde

A evolução de Lisboa e a Rua das Portas de Santo Antão (1879--1926). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de Mestrado, 1997, 2 vols.

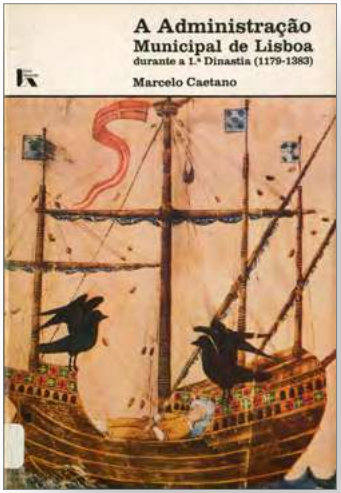
Como *pretexto para um estudo da cidade, parcial evidentemente, mas útil no contexto global*, o autor propôs uma análise histórica e sociológica da Rua das Portas de Santo Antão, integrada no eixo urbano que vai de S. José até S. Sebastião. A baliza temporal definiu-a entre *a abertura da Avenida da Liberdade que altera o estatuto de velha rua e a intervenção modernista no Bristol-Club, nos anos vinte*. No estudo considerou os protagonistas: políticos, engenheiros, arquitectos, técnicos, artistas, intelectuais, comerciantes, habitantes e *ocupantes do espaço público*. Abordou ainda a questão da propriedade fundiária urbana ou peri-urbana, o parcelamento e a ocupação do solo. Destaco a excelente inserção histórica que foca os primórdios e a evolução desde a *velha Corredoura medieval até à abertura da Av. da Liberdade.*
Elisabete Gama



CAETANO, Carlos

A Ribeira de Lisboa na época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII). Lisboa: Pandora, 2004

Cobre o espaço das Tercenas da Porta-da-Cruz (Museu Militar) a Cata-que-Farás (Cais do Sodré) e Paria de Santos-o-Velho, ente 1482 (Casa da Mina) e 1755 (terramoto). Estuda, co descobertas arquivísticas e de terreno a tarda Idade-Média e o porto quinhentista, com traçados conjunturais do século XIII e vistas de Braunius (1598), etc. Uma parte consagrada à "plataforma portuária das cidades marítimas portuguesas" (Ilhas. África, Oriente) e outras à "cidade e a expansão" e, nela, a "Ribeira de Lisboa", com atenção à "paisagem humana" e instituições. Investiga sítios sucessivos: tercenas, mercados, celeiros, fornos, armazéns, armaria, estaleiros, detendo-se nas Casas da Moeda, de Ceuta, Mina e Índia. Usa reconstituições gráficas originais. Apêndice documental (71 items) e bibliografia. Nota-se falta de índices sistemáticos.
José-Augusto França



CAETANO, Marcelo

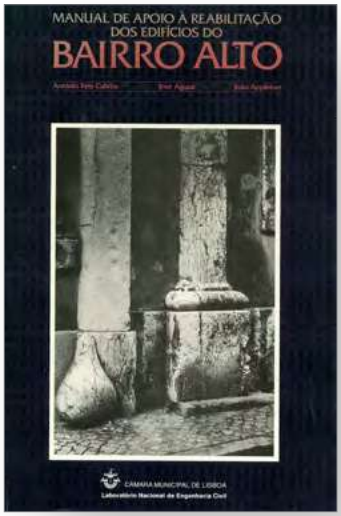
A administração municipal de Lisboa durante a 1a dinastia: (1179-1183). Lisboa: Livros Horizonte, 3ª edição, 1991

Obra de referência sobre a História de Lisboa durante a Idade Média, publicado originalmente em 1951, na *Revista da Faculdade de Letras.* No primeiro capítulo o autor analisa os aspectos da organização concelhia referidos no foral de 1179, para seguidamente se debruçar sobre o surgimento e as competências dos alvazis. No terceiro capítulo, analisa o papel e as atribuições da assembleia dos homens-bons e as razões que levaram, a um maior grau de especialização dos alvazis. Com base nos agravos apresentados pela cidade em 1331, o autor debruça-se sobre os principais conflitos entre os representantes da Coroa e as autoridades municipais, mote para o quinto capítulo, onde analisa os aspectos relacionados com o surgimento dos magistrados de nomeação régia, concluindo com uma panorâmica das alterações verificadas no governo da cidade entre 1325 e 1383.
Miguel Martins

CÂMARA, P(aulo) P(erestrelo)

Descrição geral de Lisboa em 1839. Lisboa: Tipografia da Academia de Belas Artes, 1839

"Ensaio histórico de tudo quanto esta capital contem de mais notável na sua História política e literária até ao tempo presente", esta obra amadorística mas pioneira no século XIX, no país liberal, usa "pedaços inteiros" de Balbi, J. B. de Castro, "já que anda temos de bom sobre esse assunto". A posição geográfica e histórica, a população, a divisão política, e eclesiástica, a "polícia geral", os teatros e circos, a nomenclatura dos diversos empregos públicos, as praças, passeios, jardins, etc., edifícios religiosos mais notáveis, como palácios e casas, estabelecimentos "literários" e úteis são sucessivamente elencados. O capítulo VI é consagrado aos arredores (até Mafra, Alenquer e Setúbal). Fichas sobre poetas e escritores do passado são completadas com uma notícia sobre "autores ainda vivos".
José-Augusto França



CARITA, Hélder

Bairro Alto. Tipologias e Modos Arquitectónicos. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1990

Ao longo das últimas duas décadas, este livro tem sido de consulta obrigatória para quem se dedique à história urbanística e arquitectónica do Bairro Alto, sendo também uma ferramenta muito útil para quem estuda a arquitectura não erudita de Lisboa anterior ao século XX. Na verdade, após os capítulos iniciais mais dedicados ao urbanismo, o autor passa à parte mais substancial do seu trabalho, apresentado de forma essencialmente prática: as tipologias arquitectónicas. Embora não esqueça a arquitectura erudita (Cap. IV), Carita desenvolve sobretudo o tópico da arquitectura vernácula, caracterizando várias tipologias: o edifício dos séculos XVI-XVII; o edifício pombalino; e o edifício tardo-pombalino e romântico (Cap. V). O livro tem ainda um capítulo final sobre «Elementos de arquitectura e composição».
Helena Pinto Janeiro

CARITA, Hélder

Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521. Lisboa: Livros Horizonte, 1999

Obra dedicada ao reordenamento urbano ocorrido em Lisboa durante o reinado de D. Manuel. Após uma reflexão sobre os antecedentes urbanísticos medievais de Lisboa, o autor centra-se no primeiro programa de reordenamento da capital de finais do século XV. A legislação merece também um capítulo próprio. Em seguida, o autor desenvolve o tema da evolução urbanística sobre partes específicas de Lisboa (Cata-que-Farás, Boavista, Vila Nova da Oliveira, Ribeira, Rossio, Bairro Alto). Nos capítulos seguintes estuda-se a conjuntura cultural e ideológica. Nos capítulos finais, o autor foca temas diversos: sistemas construtivos, teorias e metodologias, legislação e modelos urbanísticos. O trabalho é todo ele bem documentado e ilustrado com plantas da cidade. Contém ainda um apêndice documental e uma considerável bibliografia disposta tematicamente.
Manuel Fialho

COSTA, João Pedro

Bairro de Alvalade. Um paradigma no Urbanismo Português. Lisboa: Livros Horizonte, 3ª edição, 2006

Tendo por base a dissertação de mestrado apresentada em 1998 à FA-UTL, a obra percorre as fontes primárias que documentam o processo de planeamento, urbanização e edificação da zona, de finais dos anos 30 a meados dos anos 70 do século XX. A partir da análise dos diferentes elementos morfológicos do espaço urbano - sistema viário, espaços públicos, edificado, logradouros, espaços verdes – muito bem documentada com imagens e plantas (no total de 352 figuras), pretende-se mostrar que o Bairro de Alvalade é um exemplo eclético de desenho urbano, que reinterpreta e incorpora conceitos urbanísticos retirados de diferentes modelos, como sejam os da cidade tradicional, os do Movimento Moderno ou os da Cidade-jardim.
Rita Mégre

FERNANDES, José Manuel
JANEIRO, Maria de Lurdes

Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925-1940. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1991

Obra de divulgação geral, apresenta versão resumida do levantamento realizado em 1988 para a Câmara Municipal de Lisboa com o objectivo de dar a conhecer a arquitectura "construída na cidade durante os primórdios da generalização do uso do betão armado, e durante a época de divulgação das estéticas modernizantes". A cidade é dividida em 6 grandes áreas "coerentes", dentro das quais são destacadas sub-zonas com a identificação dos objetos inventariados: edifícios e conjuntos habitacionais, equipamentos e lojas. Para cada item é apresentada informação básica (designação, data/autor, pormenores assinaláveis) e classificação proposta. De salientar os 5 níveis considerados, numa escala de valores associada a níveis de protecção - desde os edifícios de "grande qualidade", a manter obrigatoriamente, aos que devem "ser encarados dentro das regras do bom senso". Nota-se falta de índice geral.
Rita Mégre

FOLGADO, Deolinda
CUSTÓDIO, Jorge

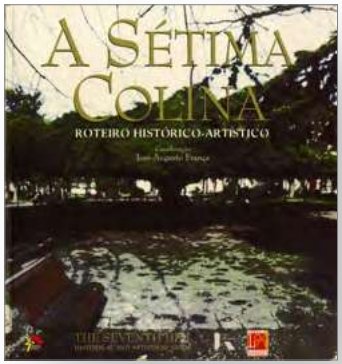
Caminho do Oriente. Guia do Património Industrial. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

Especialistas em património industrial, os autores apresentam um estudo histórico pioneiro e muito completo, que pretende contribuir para o reconhecimento e salvaguarda dos valores industriais da Lisboa Oriental. A 1ª parte debruça-se sobre a leitura industrial do território numa perspectiva histórica e faz uma reflexão, do ponto de vista patrimonial, sobre os desafios e constrangimentos que se colocam numa altura de desindustrialização e de grandes transformações urbanísticas na zona. A 2ª parte, mais extensa, identifica e caracteriza 31 edifícios ou conjuntos notáveis ainda existentes, através dum estudo histórico detalhado que aborda as componentes artístico-arquitectónicas e técnicas. Bem documentado com plantas, desenhos e fotografias.
Rita Mégre

FRANÇA, José-Augusto

Lisboa: Urbanismo e Arquitectura. Lisboa: Livros Horizonte, 3ª edição actualizada, 1997

Historia crítica de Lisboa desde o sítio pré-histórico, as ocupações fenícias, romana, visigótica e moura e à reconquista cristã (1147). Segue-se "A Cidade Medieval" até às modificações estruturais da "Cidade Manuelina e Filipina" e da "Cidade Joanina" de Setecentos. O terramoto (1755) e a reconstrução da "Cidade Pombalina" ocupa o capítulo IV. Seguem-se a "Cidade Romântica" e a "Capitalista" marcada pela abertura da Avenida e continuada pela "Cidade Modernista" dos anos 20 e pela "Cidade do Estado Novo" (aeroporto, 1942; Plano Groer, 1948; metropolitano, 1959; ponte sobre o Tejo, 1966) e "da II Republica" (Centro Cultural de Belém, 1994; Exposição Universal, 1998 – que levou ao desenvolvimento da zona oriental). Nota biográfica e Tabua Cronológica.
José-Augusto França



FRANÇA, José-Augusto (coordenação)

A Sétima Colina – Roteiro Histórico-artístico. Lisboa: Livros Horizonte, 1994

Conjunto ilustrado de 35 textos de 12 autores, sobre locais e monumentos no percurso programado entre o Cais do Sodré e o Largo do Rato, com longa introdução de J.-A. França – que realizara o levantamento desta zona transversal da cidade no quadro do Ano do Património da Unesco (Academia Nacional de Belas Artes e Fundação C. Gulbenkian – exposição, com Frederico George, 1976) que agora serviu ao programa de "Lisboa Capital Europeia da Cultura". 12 fichas cobrem ainda monumentos e estátuas inseridos no percurso, e uma bibliografia termina o volume – com textos traduzidos em inglês. Note-se ausência de referência à "mãe d´água" subterrânea, construída em 1858-1861.
José-Augusto França

FRANÇA, José-Augusto

28, Crónica de um Percurso. Lisboa: Livros Horizonte, 1998

Descrição crítica do itinerário da carreira Nº 28 dos Carros Elétricos, com inicio no Largo Martim Moniz, subida aos Anjos e à Graça (1º capitulo), descida por S. Vicente de Fora, Escolas Gerais S. Tomé e Portas do Sol, à Sé (2º capitulo) travessia da Baixa junto ao Terreiro do Paço e subida ao Chiado (3º capitulo), passagem por Camões, descida pelo Combro a S. Bento (4º capitulo), subida à Estrela e ao *terminus* nos Prazeres (5º capitulo). Neste trajeto são estudados numerosos monumentos e locais (igrejas e conventos, teatros e cinemas, palácios, jardins e estatuaria), com evocações históricas de acontecimentos e personagens.
José-Augusto França

FRANÇA, José-Augusto

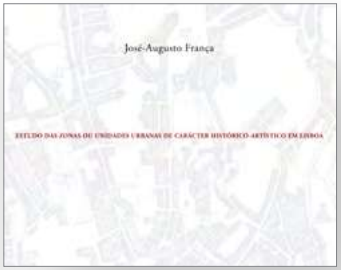
Monte Olivete, Minha aldeia. Lisboa: Livros Horizonte, 2001

Descrição de uma zona da cidade cujo topónimo se encontra em Fernão Lopes (séc. XIV) e que também se designou (séc. XVII) por Cotovia. A obra propõe a delimitação a partir do Rato pela Rua do Salitre até à Avenida da Liberdade, pela Rua de S. Bento até a Rua Nova da Piedade donde parte uma sequência de vias até a Praça da Alegria; a bisetriz deste triângulo irregular é constituída pela rua da Escola Politécnica até ao Príncipe Real. São inventariados historicamente monumentos (Escola Politécnica, Fabrica das Sedas, Convento do Rato, Imprensa Nacional), palácios (Palmela, Ceia, Alagoa e outros prédios importantes, jardins (Botânico, Príncipe Real, com Reservatório subterrâneo de Aguas e sitio do Palácio Tarouca, Patriarcal e Erário Régio), Praça das Flores e da Alegria.
José-Augusto França

FRANÇA, José-Augusto

Lisboetas no Século XX – Anos 20, 40, 60. Lisboa: Livros Horizonte, 2005

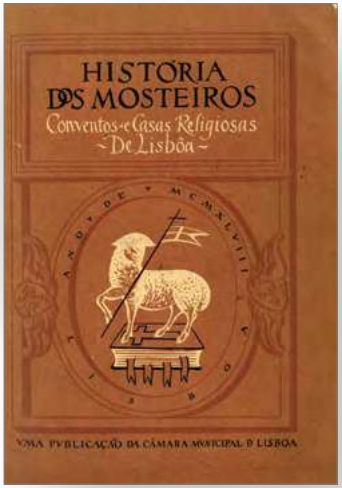
Inquérito sobre vivências quotidianas, urbanistas e habitacionais, sociais, políticas e culturais dos lisboetas, em três decénios do século XX: anos 20, 40, 60, meio-século de história demarcado pelas efemérides da travessia do Atlântico-Sul por Coutinho e Cabral (1922) e pela desaparição de Salazar, durante o qual os habitantes da capital passaram de 485 mil (1921) a 750 mil (1970). Referências literárias, artísticas, teatrais, cinematográficas, musicais, jornalísticas, desportivas, de trânsito, locomoção e modas, são recolhidas, analisadas e situadas com grande escolha de ilustrações, em que abundam significativos desenhos de Stuart, Almada, Bernardo, Botelho, Valença, Amarelhe e J. Abel Manta, e plantas da cidade em transformação, até à "Grande Lisboa" definida em 1952.
José-Augusto França



FRANÇA, José-Augusto

Estudo das zonas ou unidades urbanas de carácter histórico-artístico em Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012

Com prefácio de Catarina Vaz Pinto, Vereadora da Cultura, e de Guilherme d´Oliveira Martins (presidente do Centro Nacional de Cultura), o volume-álbum profusamente ilustrado inclui o estudo realizado pelo autor em Novembro de 1967 e aprovado como "Regulamento para Salvaguarda do Património" da cidade em 14 de Maio de 1970. Numa "Topografia pombalina", ele inclui 8 zonas, da Baixa às Amoreiras, alargando a "proposta de balizagem das zonas a preservar", à Junqueira-Belém, Paço do Lumiar, Ameixoeira e Charneca, e com "Determinação de núcleos topográficos e de interesse histórico, arqueológico e artístico", com indicação de "Zonas a preservar" (7) e de "Zonas a considerar" (13) e de um "Inventário das espécies de interesse Municipal", em duas categorias.
José-Augusto França



LIMA, Durval Pires de

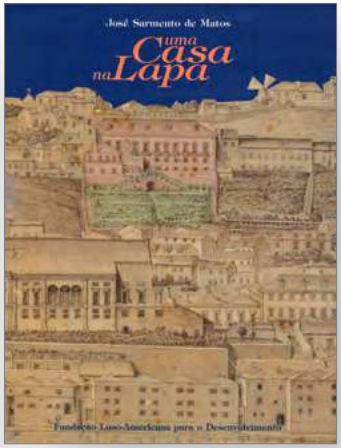
História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa: na qual se dá conta da fundação e fundadores das instituições religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta cidade, 2 vol. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950-1972

Transcrição, por Durval Pires de Lima, de um códice da Biblioteca Nacional de Portugal escrito entre c. 1704-1708. O manuscrito está incompleto, pelo que não foi transcrita a parte relativa às igrejas, capelas e paróquias. Organizada em dois tomos, compreende a descrição de conventos, mosteiros e colégios de Lisboa, sendo uma excelente fonte para o estudo dos edifícios religiosos antes do Terramoto de 1755. Para além de informação de carácter artístico e monumental, há apontamentos sobre as Ordens, notícias de religiosos, fundadores e padroeiros, etc. Ambos os tomos incluem uma tábua cronológica dos factos da história eclesiástica de Lisboa, e 4 índices: de assuntos, de cargos, dignidades e ofícios, de pessoas e de topónimos. O 1º tomo inclui ainda um extenso capítulo com observações de Durval Pires de Lima.
Rita Mégre

MACEDO, Luis Pastor de

Lisboa de Lés a Lés: subsídios para a história das vias públicas da cidade, 5 vol. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1940-1943

Reúne 412 entradas de topónimos ordenadas alfabeticamente procurando dar a conhecer a sua origem e evolução. O tipo de informação recolhida para os arruamentos varia em quantidade e em qualidade: explicação para o nome, antigo traçado do arruamento, transcrições de outras obras relacionadas com o assunto, referências a moradores e ao comércio local, a ofícios e profissões arruados nesse arruamento, etc. O tamanho variável das entradas, resultante da recolha de informação mais ou menos aprofundada, torna-a uma obra desequilibrada. Porém, permanece como a mais completa obra de Toponímia de Lisboa.
Ana Homem de Melo



MATOS, José Sarmento de

Uma Casa na Lapa. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/Quetzal, 1994

Estudo promovido pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), em 1994, sobre o edifício onde se encontra instalada desde 1988 - o n.º 21 da Rua do Sacramento à Lapa. Com este ponto de partida é explicada a "invenção da Lapa", nas palavras do autor, na zona conhecida anteriormente por sítio de Buenos Aires, que marcou o desenvolvimento da Lisboa pós terramoto, a par da renovação da Baixa. É analisado todo o processo urbano, com destaque para o papel do universo conventual existente, nomeadamente o das freiras Trinas, ao mesmo tempo que é contextualizada a ascensão de um novo sector da sociedade lisboeta, a burguesia oitocentista. Profusamente ilustrada, com apêndice documental relevante, constitui hoje uma obra de referência para o conhecimento desta zona da cidade.
Mafalda Enes Dias

MATOS, José Sarmento de
PAULOS, Jorge Ferreira

Caminho do Oriente. Guia Histórico. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, 2 vols.

Estudo histórico pioneiro sobre o eixo ribeirinho entre Santa Apolónia e Marvila, apresentado em dois volumes. Integra o projecto editorial "Caminho do Oriente", coordenado por Sarmento de Matos, que inclui o *Guia do Património Industrial* e o *Guia do Azulejo.* A área de estudo é dividida em 5 zonas – Santa Apolónia e Cruz da Pedra (volume 1), Xabregas, Grilo-Beato e Marvila (volume 2),analisadas detalhadamente na sua evolução urbana. São identificados os edifícios mais marcantes, no total de 31 entradas, para os quais é apresentada "resenha histórica" bem documentada e "comentário" do autor centrado nas questões arquitectónicas. Os edifícios e as vias antigas principais são identificados em planta geral apresentada a p. 23 e 23 do vol. 1. Textos acompanhados por selecção criteriosa e elucidativa de imagens.
Rita Mégre

MURTEIRA, Helena

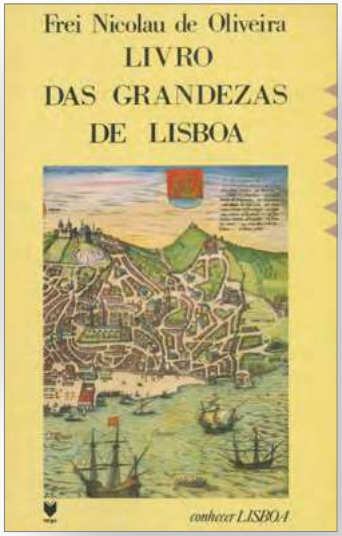
Lisboa da Restauração às Luzes. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

A autora fixa uma imagem de Lisboa entre 1640 e 1755, em termos urbanos e na dimensão humana da cidade. Recorre aos testemunhos de estrangeiros que a visitaram e que escreveram sobre ela e sobre os seus habitantes. A imagem da cidade é também retirada dos olhares nacionais, recorrendo a diversas fontes: estatísticas, inquéritos paroquiais, descrições e crónicas. Faz uma caracterização da cidade na Restauração e das alterações introduzidas pelos Braganças nas fortificações militares, na arquitetura civil - de iniciativa régia, religiosa, particular, e camarária. Desenvolve com profundidade a atuação do Senado da Câmara na limpeza das ruas, iluminação e construção e reparação de infraestruturas. Fala sobre a formação dos engenheiros e arquitetos que intervinham no desenho da cidade. A obra, bem documentada, retrata muito bem a Lisboa pré pombalina.
Anabela Valente

NUNES, João Pedro Silva

*À escala humana. Planeamento urbano e arquitectura de Habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969). Lis*boa: Câmara Municipal de Lisboa, 2007

Resultante da investigação que deu lugar à dissertação de mestrado em Sociologia constitui um estudo profundo e fundamental, assente na observação e análise do crescimento urbano nos Olivais Sul, na década de 1959/69. O crescimento demográfico e a expansão territorial, o Plano dos Olivais e a intervenção do Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa indiciam o que virá a ser a transformação estrutural para a cidade, na vertente do planeamento urbano. À escala humana e tendo em visto o que o autor designa por "arquitectura familiar" fica demonstrado como "o plano dos Olivais foi construído em revisão crítica das premissas e nas práticas modernistas".
Maria Teresa Bispo



OLIVEIRA, Nicolau de

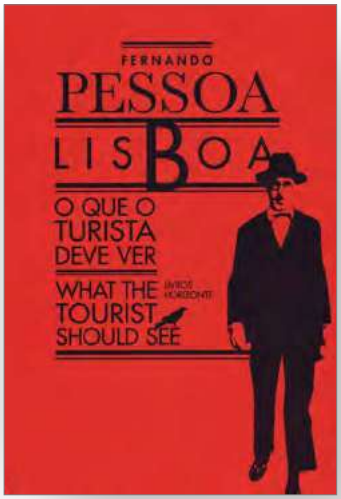
Livro das Grandezas de Lisboa. 1620. Lisboa: Vega, 1991

Neste volume, com prefácio de Francisco Santana, reúne-se o fac-simile da edição original de uma obra impressa em 1620 e a versão do seu texto atualizado por Maria Helena Bastos. O autor dividiu o seu livro em dez tratados, os quais são na sua maioria dedicados ao enaltecimento de Lisboa através da apresentação de numerosos detalhes descritivos que nos dão um quadro amplo e rigoroso da realidade da cidade naquele tempo. Tal atitude visava mostrar a abundância de um espaço que, tendo perto de 165 000 habitantes, reunia as condições necessárias para ser uma capital ibérica, ideia que no ano anterior enquadrou a receção a Filipe II de Portugal quando este entrou em Lisboa.
José Manuel Garcia

PEREIRA, Luís Gonzaga

Monumentos sacros de Lisboa em 1833. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1927

O original do volume aqui publicado, com um prefácio de Augusto Vieira da Silva, encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal sendo os seus desenhos reproduzidos com os textos que os acompanham. O conteúdo desta obra foi preparado antes e depois de 1833, nele procedendo o seu autor a um levantamento visual de 127 construções religiosas então existentes em Lisboa, as quais são divididas em secções relativas a conventos e a igrejas paroquiais. Trata-se de um trabalho com raro sentido de oportunidade pois foi traçado num tempo de grandes mudanças nele se fornecendo registos que muitas vezes constituem os únicos testemunhos iconográficos de alguns monumentos que entretanto foram destruídos ou alterados, sendo por isso fontes fundamentais para o conhecimento do património lisboeta.
José Manuel Garcia



PESSOA, Fernando

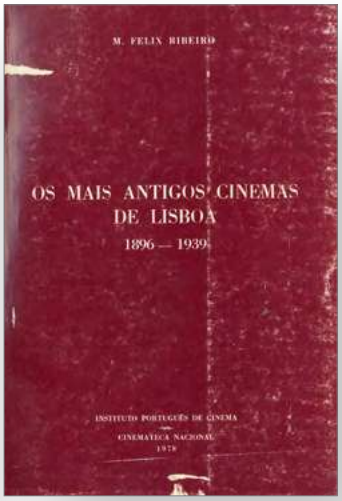
Lisboa, o que o turista deve ver. Lisboa: Livros Horizonte, 1992

Descoberto em dáctilo escrito não assinado nem datado (referencialmente datável entre Dezembro 1925 e Março 1926), em língua inglesa ("what the tourist should see"), no espólio do poeta (Biblioteca Nacional) em 1988, foi traduzido, prefaciado por Teresa Rita Lopes. Trata-se de uma obra que Pessoa decidiu compor "alimentarmente" imaginando uma visita de automóvel desde os cais, pela Baixa, Avenida acima e pelas Sete Colinas. As notícias (respigadas no "Guia de Portugal") são "sem pitoresco nem ironia", repletas d e datas, nomes e autorias, com pormenores inesperados (elogio do monumento à Guerra Peninsular, em construção). "Uma visita a Sintra, via Queluz" completa sucintamente o volume que constitui curiosidade pessoana. 7 edições (7ª edição bilingue, 2012) foram realizadas e uma tradução francesa, (Paris, Ed. Anatolis,1995).
José-Augusto França

PORTUGAL, Fernando
MATOS, Alfredo

Lisboa em 1758: memórias paroquiais de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974

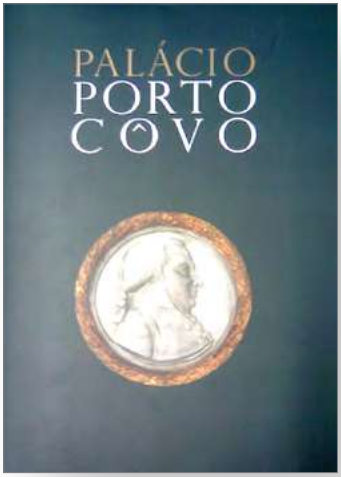
Transcrição, anotada, com as respostas dos párocos de 39 das 46 freguesias da cidade e termo de Lisboa a um inquérito de âmbito nacional realizado em 1758. As 27 questões incidem sobre o Terramoto de 1 de Novembro de 1755 e dão-nos um importante relato do fenómeno e das suas consequências físicas e humanas. A publicação inclui também informação diversa recolhida pelos autores na Torre do Tombo, como dados numéricos relativos às freguesias, ermidas e mosteiros "bem livrados" ou "arruinados", e notas sobre conventos, igrejas e ordens religiosas. No final, índices geográfico, antroponímico e analítico.
Rita Mégre



RIBEIRO, M. Félix

Os mais antigos cinemas de Lisboa: 1896-1939. Lisboa: Instituto Português do Cinema, 1978

O autor, fundador da Cinemateca Nacional (1958), propõe obra pioneira e fundamental, investigando os primórdios da exibição do "animatógrafo", no Real Coliseu da Rua da Palma (18 de Junho de 1896) e somando (mesmo que sem metódica histórica) notícias das salas sucessivamente abertas – logo no Teatro "D. Amélia" (29 de Outubro). São inventariadas cerca de 60 unidades, espalhadas pela cidade, em termos mutas vezes precários, respondendo à curiosidade popular, ou satisfazendo interesses mundanos e culturais nas salas do centro, com primeiras construções apropriadas: "Tivoli" (1924), "Ódeon" (1927), ou "Trianon" (1930), já nas Avenidas Novas, passando pela conversão a cinema do "S. Luís (1928, com apresentação do sonoro, a par do "Royal", em 1930). Um capítulo final é utilmente consagrado à distribuição dos filmes.
José-Augusto França



ROMÃO, José António de Arez

Palácio Porto Côvo da Bandeira. Lisboa: Lusitânia Editores, 2011

Primeira monografia sobre o palácio fundado em fins de Setecentos pelo 1º barão de Porto Côvo da Bandeira na Lapa. Além da abordagem da interessante espécie arquitectónica (atribuída verosimilmente a Joaquim de Oliveira, arquitecto das Mercês), por ter trabalhado para o fundador na sua vila de Porto Côvo, estuda-o nas nas vicissitudes: aquisição para embaixada britânica em 1941, venda à empresa Lusitânia em 1995, com transformações funcionais. A obra (excelente apresentação gráfica, mas com algumas deficiências nas legendas: retrato-cópia de D. Maria II, retrato póstumo do 2º barão e 1º conde, em pormenor e sem autoria de José Rodrigues, errada leitura do brasão da fachada), e situa a personagem do fundador nas políticas económicas da sua época e na sua sucessão. Tradução inglesa do texto.
José-Augusto França

SANTANA, Francisco
(recolha e índices)

Lisboa na 2ª metade do séc. XVIII (Plantas e descrições das suas freguesias). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, s.d.

Transcrição de um manuscrito de 1770 da Torre do Tombo com a descrição das freguesias antes do Terramoto (pp. 5 a 21) e em 1770 (pp. 31 a 110), Esta última inclui 37 plantas, levantadas pelo sargento-mor José António Monteiro de Carvalho, e texto descritivo de 40 paróquias. As plantas são acompanhadas de legenda dos arruamentos e edifícios religiosos assinalados. Por último, transcrição do plano da divisão e trasladação das paróquias de Lisboa de 1780 (pp. 129 a 157). No final, dois índices de grande utilidade – um de nomes próprios e túlulos, outro de arruamentos e edifícios. Este documento dá-nos uma imagem razoavelmente minuciosa da cidade em finais do 3º quartel do século XVIII, constituindo uma fonte importante para o estudo das suas transformações urbanas.
Rita Mégre

SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos

El proyecto de Manuel da Maia y la Reconstrucción de la Baixa de Lisboa en el Siglo XVIII. Barcelona: Universitat Politectnica de Catalunya, 2012. Tese de Doutoramento (policopiado)

Dissertação de doutoramento traz nova dimensão aos estudos sobre a Baixa Pombalina, iniciados em 1962 (Universidade de Paris). O projecto do Engenheiro Manuel da Maia, embora já publicado e estudado, é abordado numa perspectiva de "processo de implantação" no tecido pré-existente da Baixa lisboeta, conforme prática da autora, arquitecta de formação. Especial interesse cabe aos "casos de estudo", da Rua Augusta ("A definição do sistema de transferência" e do Rossio, e particularmente do convento do Corpus Christi "simbolismo e persistência dos sítios antigos"). O "contexto teórico" do século XVIII é finalmente abordado e, num segundo volume, recolheram-se ilustrações inéditas ou pouco conhecidas e organizaram-se quadros esquemáticos que enriquecem o trabalho – que aguarda edição portuguesa em volume.
José-Augusto França

SENOS, Nuno

O Paço da Ribeira: 1501-1581. Lisboa: Editorial Notícias, 2002

Ensaio, a partir de uma tese de mestrado da Universidade Nova de Lisboa, que é uma aplicação prática do conceito de cripto-história de arte, a vertente da história que se ocupa do património artístico desaparecido. Neste caso do Paço da Ribeira, mandado erguer nos inícios do século XVI por D. Manuel I e que se transformou na mais permanente e importante das residências da coroa portuguesa, mantendo este estatuto até ter sido destruído pelo Terramoto de 1755. A monografia, com prefácio de Rafael Moreira, debruça-se sobre a construção deste edifício, fundamental para a história da arquitetura do período, mas também importante para o ideário político dos inícios de quinhentos e das suas vicissitudes até à subida ao trono de Filipe I de Portugal.
Rui Matos

SILVA, Raquel Henriques da

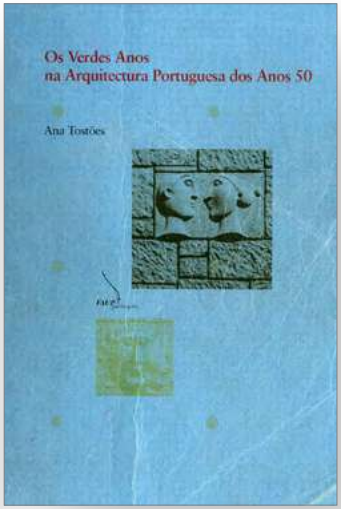
As Avenidas Novas de Lisboa, 1900-1930. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1986. Dissertação de Mestrado, 2 vols. (policopiado)

Abordagem muito completa e sistematizada do processo de planeamento e construção das Avenidas Novas. A reflexão organiza-se em torno de 3 áreas - o projecto urbanístico, a realização arquitectónica e a imagem das avenidas na literatura da época. Muita da informação apresentada resulta de intensa pesquisa da autora nos arquivos municipais. É o caso das Actas da Câmara, que informam sobre o processo de elaboração e execução do plano, e dos processos de obra, que dão a conhecer os projectos de arquitectura, seus autores, promotores e construtores. A realização arquitectónica é analisada ao longo de 3 períodos – 1901-1910, 1911-1920 e 1921-1934. Como anexos, listagem dos cerca de 570 edifícios estudados e respectivas autorias; e listagem de arquitectos, engenheiros e construtores, com indicação das obras em que participaram.
Rita Mégre

SILVA, Raquel Henriques da

Lisboa romântica. Urbanismo e arquitectura, 1777-1874. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, *1998*. Tese de Doutoramento, 2 vols. --(policopiado (policopiado), 2 vovols.

A autora conduz-nos ao longo de um século de história urbana da cidade, desde o afastamento do marquês de Pombal do poder até à nomeação de Frederico Ressano Garcia como engenheiro-chefe da Repartição Técnica da CML., "um tempo que pode ser considerado historicamente *fraco* porque não emergem nele nem personalidades nem ideias estruturadas", e por isso menos estudado. "A cidade no final do Antigo Regime", "A cidade liberal e burguesa" e "A cidade da Regeneração" são abordadas nas vertentes do urbanismo e da produção arquitectónica, através das suas vivências, das mutações e permanências, dos seus paradigmas estéticos e funcionais, da obra realizada e das utopias. Dados novos, recolhidos nos *Livros da Décima da Cidade* e nos *Cartórios Notariais,* informam-nos sobre a construção e os promotores de muitos dos edifícios de arquitectura civil analisados.
Rita Mégre



TOSTÕES, Ana

Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50. Porto: FAUP, 1997

Trabalho genérico a partir da dissertação de Mestrado em História de Arte (UNL, 1994), examina a evolução da arquitectura nacional desde "sinais de contaminação dos Pós-Guerra", interessa-se pelos "Paradigmas da `nova` Arquitectura" e pelas "novas técnicas, processos inéditos e materiais reinventados", pela "nova crítica", contrapõe "tradição e modernidade, vanguarda e regionalismo em Keil, Távora e Siza" – para terminar (no âmbito da produção lisbonense), que importa aqui pela eleição de duas obras do "fim dos anos 50 e princípios de 60": sede da Fundação Gulbenkian e Igreja do Sagrado Coração de Jesus", consideradas emblematicamente, "coroamento" de uma época e abertura a outra, conforme leitura proposta em 1974 e 1980 (J.-A. França). Um aparelho modesto mas significativo de ilustrações termina o volume.
José-Augusto França

TOSTÕES, Ana

Cultura e tecnologia na arquitectura moderna portuguesa. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2002. Tese de Doutoramento (policopiado)

Dissertação que sintetiza os estudos da autora em torno da arquitectura moderna portuguesa. Estruturado em dois momentos chave: entre 1924 e 1940, com as primeiras experiências modernistas, e entre 1948 e 1961 com o Movimento Moderno, dá enfoque à relação entre cultura arquitectónica e técnica construtiva. Na parte I é abordada a génese do Movimento Moderno, na parte II o primeiro ciclo do betão e da descoberta do "estilo" moderno em Portugal, e na parte III o segundo ciclo do betão e a afirmação da arquitectura moderna portuguesa. Cada momento é complementado com casos de estudo minuciosamente analisados, muitos deles em Lisboa (IST, Casa da Moeda, Bloco das Águas Livres, etc.) em que se procura articular uma crítica interpretativa sobre estrutura e forma, materiais e expressão.
Rita Mégre

PRESENÇAS MOÇÁRABES EM AL-ŪŠBŪNA E SEU ALFOZ (ATÉ 1147) UM ESTADO DA QUESTÃO

André de Oliveira-Leitão*
Filipa Santos**

Introdução

O estudo que ora se apresenta[3] enquadra-se no escopo mais vasto da Olisipografia, transformada em «ciência» da história de Lisboa por vultos dados ao estudo da cidade, entre os quais abundam os nomes de vários cronistas e polígrafos modernos, mas também dos grandes olisipógrafos contemporâneos[4]. Os trabalhos destes autores – meritórios pelo manancial de informações que lograram recolher, acumulando assim um vasto conhecimento em torno da história da cidade de Lisboa – enfermam, a nosso ver, de um vício de raiz, relacionado com a própria definição do conceito em apreço. De facto, ao circunscrever a cidade de Lisboa, a Olisipografia tem tomado como ponto de referência o espaço do concelho tal como foi delimitado entre 1885 e 1895[5], quando ocorreram as últimas alterações de vulto nas fronteiras da cidade, demarcada doravante pelas estradas militar e da circunvalação[6]. Optámos, pois, deliberadamente, por incluir neste artigo todas as referências por nós coligidas, com a ressalva de abordarmos a área de influência regional de Lisboa, e não apenas o seu espaço urbano, delimitado intramuros[7].

* Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.
** Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Os moçárabes no Ġarb al-Ândalus

Nos últimos decénios, a multiplicação de estudos sobre o Ġarb al-Ândalus ampliou em muito o nosso conhecimento sobre esta região; porém, em comparação com outros espaços, é ainda escasso o nosso saber acerca da ocupação do Baixo Vale do Tejo durante o período de domínio muçulmano (salvo os principais centros urbanos – al-Ušbūna e Šantarīn[8]). Quanto aos moçárabes (cristãos arabizados)[9] que habitavam no Ocidente peninsular, sendo embora inquestionável a sua existência, a expressão minoritária e periférica que revestiam torna muito subtis os seus vestígios nas fontes[10]. Com efeito, o vigor dos moçárabes manifestou-se nas zonas mais setentrionais da península, nas marcas militares – como Toledo (na Marca Média) ou Coimbra (na Marca Inferior); mas foram também numericamente importantes e culturalmente dinâmicas[11] as comunidades do Meridião, encabeçadas pelos seus prelados e próximas dos principais centros decisórios do Ândalus – como Córdova (a capital omíada) ou Sevilha[12]. Em face do exposto, parece-nos lícito admitir a sobrevivência de outros grupos, mais ou menos organizados, vivendo noutras urbes andaluzas, bem como nos seus arrabaldes e alfozes, em moçarabias[13] – num fenómeno inverso ao constatado após a «Reconquista», em que os monarcas cristãos permitiram aos muçulmanos que ficaram a viver nos seus territórios o estabelecimento de comunidades organizadas e tuteladas pelo rei (as mourarias), geralmente nos arrabaldes citadinos.

Imagem 1
Distribuição dos principais núcleos de povoamento muçulmano – cidades (*mudun*) e alcarias (*qura*) – e das possíveis comunidades moçárabes (com base na toponímia).

Em finais do século XI, com a entrada no Ândalus de uma nova vaga de contingentes berberes oriundos da África do Norte (os almorávidas), que pregavam uma interpretação mais rigorista e conservadora – e, porventura, menos tolerante – do Islão, muitos moçárabes terão sido «relegados em condições de inferioridade para os meios rurais, como agricultores dependentes dos vencedores», no dizer de José Mattoso[14] – afirmação que reputamos de bastante redutora, pois que já antes haveria moçárabes em contexto rural. Nesse sentido, o advento dos impérios berberes talvez se tenha limitado a acentuar a migração de populações cristãs para os campos – de facto, sendo as elites muçulmanas andaluzas essencialmente urbanas, o meio rural à volta das cidades constituía um espaço privilegiado para os não-muçulmanos, sendo muito pouco permeável à islamização, favorecendo assim a perpetuação dos velhos cultos (tal como, outrora, os antigos *pagi* rurais haviam constituído os focos de maior resistência à introdução do cristianismo). Concomitantemente, a chegada à Hispânia de cavaleiros francos (vindos em auxílio dos soberanos cristãos) e a introdução do rito litúrgico romano (importado também de além-Pirenéus) levaram a que os moçárabes acabassem por soçobrar, de modo paradoxal, após vários séculos de domínio muçulmano, incompreendidos ante a intolerância dos novos senhores berberes do Ândalus (almorávidas e almóadas), mas igualmente dos cristãos (hispanos e francos) do Norte peninsular – na primeira metade do século XIII, o arcebispo de Toledo, Jiménez de Rada, num curioso exercício pseudo-etimológico, chamava aos moçárabes *mixti arabi*[15], procurando assim justificar, sociológica e até ideologicamente, a aquiescência destes cristãos face ao domínio muçulmano.

Imagem 2
Lápide Funerária de al-Abbas Ahmad com inscrição árabe, calcário, 1398, Praça da Figueira. Museu da Cidade, MC. ARQ.PDF/62/1 E A

Uma primeira aproximação: os tratados geográficos muçulmanos

A corroborar a ideia expressa por Mattoso acerca da presença de moçárabes no mundo rural, consideramos bastante significativo um trecho do apartado geográfico relativo à cidade de Lisboa, redigido pelo anónimo autor do *Ḏikr Bilad al-Andalus* («Relação do País de al-Ândalus»). Segundo este, Lisboa era «uma cidade grandiosa, muito antiga e *com muitos distritos*. […] Ao seu redor existem muitos montes, castelos e fortalezas inexpugnáveis, e *vilas e aldeias dispersas*»[16]. Apesar de datado criticamente de finais do século XIV ou inícios do século XV (quase três séculos após a definitiva conquista cristã), é de notar a menção aos «muitos distritos» e às «vilas e aldeias dispersas» ao redor de Lisboa, importando averiguar se esta afirmação corresponderia a uma observação do espaço tal como ele se apresentava nos séculos XIV e XV – ou se, pelo contrário, era reflexo de uma realidade mais antiga.
Já o geógrafo oriental Ibn *Ḥ*awqal, ao compor o seu *Kitāb Ṣūrat al-'Arḍ* («Livro da Imagem da Terra»), na segunda metade do século X, afirmava existirem no Ândalus «muitas explorações agrícolas [*ḍiyā'*, «aldeias»], agrupando milhares de camponeses que ignoram por completo a vida urbana, e que são os *rūm* [cristãos]»[17]. Poderia semelhante afirmação, generalizada para o contexto ibérico, ser estendida ao caso concreto do alfoz de Lisboa durante o período muçulmano? Necessitando embora de uma comprovação arqueológica, parece-nos crível – em função da evidente abundância de unidades de povoamento que a documentação cristã atesta, logo no primeiro século após a «Reconquista» (e atendendo à etimologia árabe de muitos dos povoados da região[18]) – que tais lugares não corresponderiam a fundações *ex nihilo*, levadas a cabo pelos novos colonos oriundos no Norte, mas sim ao reaproveitamento de estruturas populacionais preexistentes[19] (as quais seriam, com grande probabilidade, povoadas por moçárabes, como se infere da alusão aos *rūm* no citado excerto de Ibn *Ḥ*awqal[20]). De resto, atrevemo-nos mesmo a sugerir que «lugar» – a designação atribuída à maior parte dos povoados rurais na documentação cristã posterior a 1147 – seja apenas a versão romance do termo arábico *al-ḍay'a*, só muito mais tarde difundido e vulgarizado na língua portuguesa[21].

As referências cristãs

No contexto cristão, por seu turno, vale a pena recordar dois textos narrativos: uma saga nórdica (redigida na primeira metade do século XIII) e a famosa carta do cruzado inglês (datada pela crítica da segunda metade do século XII ou inícios do século XIII[22]). Ainda que posteriores a 1147, ambos parecem comprovar, de modo unívoco, a presença de moçárabes em Lisboa antes daquela data[23].
O primeiro dos textos (a *Heimskringla*), composto pelo *skaldr* islandês Snorri Sturluson com base em sagas mais antigas, fala dos feitos dos reis da Noruega, entre os quais Sigurd Magnusson (1103-1130). Segundo Sturluson, o monarca norueguês organizou uma expedição destinada às paragens do *Outremer* e arribou à Península Ibérica em 1109, tendo conquistado Sintra e passado a fio de espada todos os seus habitantes pagãos (muçulmanos), por se recusarem converter ao cristianismo; logo após, assolou Lisboa, uma grandiosa cidade que, no dizer do *skaldr*, era metade de cristãos e metade de pagãos[24]. Saber se se trata de uma figura de estilo usada por Sturluson, ou se correspondia antes a uma realidade testemunhada por Sigurd, torna-se difícil de averiguar; ainda assim, demonstra a existência de uma significativa cifra de moçárabes no interior da cidade, apenas alguns anos volvidos sobre a conquista da mesma pelos almorávidas, em 1094[25].
Quanto ao segundo dos textos – a carta de um cruzado inglês, identificado com o presbítero Raul[26] e geralmente conhecida como *De Expugnatione Lyxbonensi* – faz menção a um idoso bispo (*episcopus*), citado em duas ocasiões distintas ao longo da epístola: primeiro aparecendo no topo das muralhas, ao lado da elite da cidade[27], aquando das conversações prévias entre cruzados e portugalenses (de um lado) e lisbonenses (do outro); mais adiante, é referido num contexto de grande violência, quando é morto pelos cruzados no momento da expugnação da cidade[28], com outros elementos da comunidade a que presidia – estes últimos, estranhos homens tidos por muçulmanos que, ante a carnificina dos sitiadores estrangeiros, invocavam «Maria boa, boa Maria» (por quem, de resto, os moçárabes tinham grande devoção[29]), esperando assim que as suas vidas fossem poupadas[30] (um repto que não terá surtido efeito, pois para anglo-normandos, flamengos e germanos, essa subtil distinção entre os habitantes de Lisboa era inexistente[31]).
No que concerne à figura do *episcopus*, embora se tenha chegado a admitir que o emprego do termo não corresponderia a uma dignidade da hierarquia eclesial, sendo antes o nome

atribuído pelo cruzado ao «dignitário maior dos religiosos muçulmanos»[32], parece hoje fora de qualquer dúvida que o vocábulo revestia de facto o significado de líder religioso de uma comunidade cristã. Como nos recorda José Augusto Oliveira, o cruzado, ao descrever «as violências do saque onde há mortes, roubos, estragos, estupros, injúrias […] isola deste conjunto nefando a morte do bispo»[33]. O reiterado emprego da expressão *contra ius et fas* levaram-no a concluir que o cruzado «se não deteria […] a distinguir o caso, se tivesse ficado nele a convicção de que o velho bispo não era mais do que um sacerdote maometano que os cruzados haviam mandado ao inferno»[34]. Para o autor da epístola era, pois, evidente que o *episcopus* era o líder religioso da comunidade moçárabe e, por isso mesmo, frisava que a sua morte havia constituído uma grave violação, não apenas das leis humanas, mas também das divinas. Menos certo será determinar se o idoso bispo (cujo nome se ignora) seria o herdeiro de uma linhagem apostólica ininterrupta, iniciada com Potâmio no século IV ou se, eventualmente, esta se havia perdido durante a ocupação muçulmana, para reaparecer, mais tarde, numa hipotética restauração diocesana operada durante o fugaz lapso de tempo em que a cidade esteve em mãos cristãs, entre 1093 e 1094[35] – facto que não seria de todo impossível, se nos recordarmos da tomada de Silves, em 1189, e a consequente nomeação de Nicolau como seu bispo (muito embora a cidade voltasse a ser perdida para os almóadas, transcorridos apenas 23 meses, em 1191, e a sua Sé fosse restaurada somente 64 anos mais tarde, em 1253[36]). Apesar de pouco provável (dadas, como dissemos, a exiguidade do domínio cristão e a inexistência de quaisquer testemunhos que o corroborem), tal não nos permite afirmar que o ancião morto pelos cruzados não pudesse ser um eventual bispo instalado por Afonso VI na cátedra ulixbonense (atendendo à menção textual a um «episcopum […] antiquissimum»), ou um seu sucessor imediato, que então deteria o pálio episcopal. Igualmente de acordo com o relato, ao tempo da chegada dos cruzados, Raul afirma que «a cidade, incluindo os subúrbios em volta, contava com 60 mil famílias que pagavam tributo, a que se somavam os homens livres isentos de impostos»[37].

Deveremos entender, nesta separação entre contribuintes e desobrigados, a destrinça entre moçárabes (tributados com a *ǧizya*) e muçulmanos? A tomarmos como válida a cifra apresentada, tal corresponderia a uma proporção muito significativa de habitantes de Lisboa identificados como moçárabes; em passo mais adiantado, o cruzado afirma que a cidade chegou a contar 154 mil homens – após o ingresso de muitos muçulmanos vindos de Santarém, conquistada nesse mesmo ano, bem como dos nobres de Sintra, Almada e Palmela, que se acolheram à cidade com receio da devastação dos seus castelos. Ainda que a soma, no todo, seja exageradíssima (como no-lo recorda Herculano[38]), e se descontarmos o número dos refugiados, talvez que a proporção entre cristãos e muçulmanos em Lisboa continuasse próxima daquela apresentada por Sturluson, ao escrever que Lisboa «era metade de cristãos e metade de pagãos»[39].

Imagem 3
Pia de abluções com inscrição cúfica, calcário, sécs. XIII-XV, Rua de João Outeiro à Mouraria. Museu da Cidade, MC.ARQ. RJO.90 EP.0067

A toponímia, ou a «memória» das origens

Além das menções cronísticas, subsiste na periferia de Lisboa um conjunto de topónimos de origem árabe que – embora remetendo para uma aparente ocupação cristã (leia-se, moçárabe) do espaço – não poderão ter aparecido senão durante a dominação muçulmana, num tempo em que as elites predominantemente arabizadas podiam impor as suas denominações aos *habitats* que ocupavam, visto o árabe se ter convertido em *lingua franca* da administração, comércio e cultura[40].

Tal é o caso dos topónimos derivados de *al-kanīsa* («a igreja»), como Caneças (com perda do artigo inicial), em Odivelas, ou Alcainça Grande e Alcainça Pequena (mais próximos do étimo árabe, com a manutenção do artigo definido *al-*), duas povoações localizadas em Mafra[41]. Designando *kanīsa* o templo cristão (por oposição à *al-masǧid*, «a mesquita»), tal nome denotaria uma povoação onde haveria uma igreja – e, talvez, pequenas comunidades moçárabes, organizadas em torno do seu culto (no que configura uma arriscada extensão de ideias, por carecer de testemunhos escritos e/ou arqueológicos, mas que ainda assim reputamos de plausível)[42].

São também de mencionar os topónimos Monservia (em São João das Lampas, Sintra) e Mossorovia (em Aldeia Gavinha, Alenquer), aparentemente derivados de Monçaravia e que (como sugeriram Leite de Vasconcelos, Joaquim da Silveira ou José Pedro Machado[43]) parecem demonstrar uma apropriação do espaço por moçárabes[44]. De igual modo, Almoçageme (em Colares, Sintra) parece remeter para uma ocupação por mouros estrangeirados – isto é, cristianizados (*al-must'aǧami*)[45].

O testemunho da arqueologia

As escavações arqueológicas levadas a cabo em Lisboa e no seu amplo aro rural têm, similarmente, confirmado uma vigorosa presença moçárabe, ao tempo da proclamação do califado de Córdova, em 929[46]; de resto, a pujança desta comunidade aparece atestada de forma significativa no registo arqueológico, ao arrepio do que sucede nas fontes escritas coevas.

Como Paulo Almeida Fernandes demonstrou, as campanhas de obras levadas a cabo no que é hoje a Sé de Lisboa (com a famosa «placa do Paraíso») ou a edificação do «friso dos leões», em Chelas, testemunham, de modo irrefutável, a presença destacada de moçárabes no interior da sociedade lisboeta de meados do século X – ainda que as suas manifestações artísticas demonstrem de modo cabal um fenómeno de orientalização em curso no al-Ândalus (que se manifestou não só entre a minoria moçárabe, como também entre a elite andaluza) –, ocupando inclusivamente posições-chave na topografia da cidade.

Com efeito, a identificação de materiais moçárabes nas igrejas de Santa Cruz do Castelo[47], de Santa Justa e Rufina, de Santa Maria Maior e de São Cristóvão são demonstrativos da existência de comunidades paroquiais na almedina e arrabaldes (e, presumivelmente, de uma autoridade episcopal que as tutelasse), a que se juntam os vestígios recolhidos nos mosteiros de Chelas e Santos[48], bem como outros espólios nos concelhos de Cascais (Abuxarda, Alcoitão e Talaíde), Mafra (Alcainça) e Sintra (no eixo Faião-Cabrela), que parecem apontar para a existência de eventuais moçarabias nestes lugares[49].

Santos da Antiguidade Tardia e ícones marianos – um indício inusitado?

Como nos recorda José Luís de Matos, «não nos pode […] escapar o significado político e social dos topónimos religiosos ou "hagiónimos" existentes no território […]. No caso de Lisboa, nos períodos anterior e posterior à «Reconquista», o estudo dos critérios que terão presidido à sua implantação, a data em que surgem, assim como o território de influência estrita e lata de cada uma das entidades celestes, é essencial para a compreensão da cidade de todos os tempos»[50].

Com efeito, algumas das mais antigas paróquias de Lisboa (quer do intramuros, quer dos arrabaldes) têm como oragos santos – sobretudo mártires – dos primeiros séculos do cristianismo (o que poderá traduzir a sua continuidade sob o domínio muçulmano[51]), ao invés dos santos tradicionais da «Reconquista» (característicos das comunidades do Norte peninsular, ou trazidos de além-Pirenéus pelos francos que vieram povoar a região – como Santiago, São Pedro ou São João Baptista).

Tais são os casos, para o espaço eminentemente urbano, das igrejas de Santa Justa e Rufina, Santa Maria de Alcamim[52], Santa Marinha, Santo Estêvão, São Bartolomeu, São Julião, São Lourenço, São Mamede, São Martinho ou São Nicolau e, para o espaço rural, de Santa Iria (na Azóia[53]), Santo Antão e São Julião (no Tojal), São Julião e Santa Basilissa (em Frielas), São Romão (em Carnaxide), São Saturnino (em Fanhões e Sintra), São Silvestre (em Unhos) ou São Vicente (em Alcabideche) – quase todos atestados, para o período cristão, desde muito cedo[54]. Será lícito admitir a existência de comunidades moçárabes, mais ou menos expressivas e devidamente organizadas, que teriam perpetuado o culto destes santos nesses lugares, e que, por conseguinte, o quadro paroquial que se desenvolve após 1147 se sobreponha a um mapa anterior, que havia persistido durante a ocupação muçulmana?

Vale também a pena recordar a fundação de três casas monásticas no extramuros de Lisboa, tendo por oragos mártires bastante populares na Hispânia pré-muçulmana. Falamos, claro, de São Vicente (cujas relíquias eram cultuadas no Cabo de São Vicente, no Algarve, até à sua solene trasladação para a Sé de Lisboa, em 1173 – facto simbolicamente perpetuado pela heráldica municipal até aos nossos dias[55]), de Chelas (onde teria existido um antigo cenóbio, refundado durante o reinado de D. Afonso Henriques, tendo por oragos os santos Félix, Adrião e Natália) e de Santos-o-Velho (onde se preservavam as relíquias dos mártires Veríssimo, Máxima e Júlia[56]).

Neste contexto, julgamos ainda pertinente aludir às lendas relacionadas com a descoberta de imagens devocionais marianas, alguns séculos volvidos sobre a «Reconquista», e que a tradição afirma terem sido ocultadas por comunidades cristãs após a chegada dos intransigentes almorávidas – tais os casos da Senhora da Luz (Carnide), da Rocha (Carnaxide), do Funchal (Ameixoeira) ou – já fora do espaço que nos propusemos estudar – do Cabo (Sesimbra)[57].

Conclusão

Foi nosso intuito traçar, em breves linhas, uma panorâmica alargada sobre a presença de comunidade(s) moçárabe(s), não apenas em Lisboa, mas igualmente no amplo espaço periurbano e rural à volta da cidade, esforço que nos forneceu indícios bem expressivos, não só da sua sobrevivência, como também da sua vitalidade.

Em face do que ficou dito, julgamos seguro concluir pela existência de um largo grupo moçárabe habitando o intramuros de Lisboa até meados do século XII (como se comprova pela *Heimskringla* e pelo *De Expugnatione*…), organizado em torno do seu bispo (cuja existência hoje se nos afigura relativamente consensual), a que se juntavam outras comunidades rurais, mais pequenas (à maneira de paróquias), dispersas pelos arrabaldes e alfoz – facto confirmado por alguns textos árabes (mesmo se respeitantes ao espaço mais vasto do al-Ândalus e relativos a outras cronografias), e que tanto a toponímia (sendo bastante significativos os topónimos que, tendo um cunho inegavelmente árabe, parecem apontar para uma estrutura de povoamento cristã) como os oragos de várias igrejas paroquiais (a que poderíamos juntar ainda a edificação, após a «Reconquista», de novos mosteiros cujas invocações cremos apontarem para uma persistência das devoções moçárabes) parecem comprovar (mapa 1).

Em suma, a conjugação de todos estes dados aponta para uma presença sustentada destas comunidades ao longo dos vários séculos da ocupação muçulmana – estando, porventura, na génese de algumas das povoações que subsistem hoje nos arredores de Lisboa. O cunho essencialmente periférico que Lisboa sempre assumiu no Ġarb al-Aqṣā poderá ajudar a explicar por que razão aqui parece não ter havido um significativo recuo moçárabe, do ponto de vista cultural ou demográfico, antes da «Reconquista» cristã. Nesse sentido, talvez a transição do domínio islâmico para o poder cristão (1147) possa ser encarada como uma continuidade, ao invés de uma rotura abrupta com o passado – o que, em parte, explicaria a presença (desta feita, na antroponímia) de um curioso «hibridismo» que testemunha a fusão de elementos cristãos do Norte com os velhos moçárabes de Lisboa[58].

Imagem 4

Tomada de Lisboa aos mouros em 1147 num óleo sobre tela anónimo de meados do século XVIIque esteve na ermida de S. Crispim. Museu da Cidade, MC.PIN. 224.

Notas

3 Os autores gostariam de deixar expressos os seus agradecimentos à mestre Inês Lourinho (CH-FLUL) pelas suas pertinentes sugestões e cuidada revisão do texto, bem como ao mestre Luís Carlos Ribeiro Gonçalves (CH-FLUL/CIDEHUS-UÉ) pela sua pronta disponibilidade na elaboração do mapa que ilustra este estudo.

4 Sobre o conceito e evolução histórica da Olisipografia, vide Fernando Castelo-Branco, *Breve História da Olisipografia*, Lisboa, ICALP, 1980.

5 Através da carta de lei de 18 de Julho de 1885, era extinto o concelho de Belém e as suas freguesias situadas no perímetro da estrada da circunvalação eram anexas ao de Lisboa; em simultâneo, as freguesias mais meridionais do município dos Olivais, localizadas também no interior da circunvalação, eram igualmente incorporadas em Lisboa. Cerca de um ano mais tarde, por decreto de 22 de Julho de 1886, foi extinto o concelho dos Olivais (tendo a sua sede sido transferida para a povoação de Loures, onde se instalou uma nova edilidade), redefinindo-se a fronteira da cidade na sua zona nordeste, através da estrada militar, o que ditou a inclusão na capital de Camarate e da parte intramuros de Sacavém. Por fim, através do decreto de 26 de Setembro de 1895, aquelas duas freguesias foram desanexadas do concelho de Lisboa e incorporadas no de Loures (cf. Augusto Vieira da Silva, *As Freguesias de Lisboa. Estudo Histórico*, Lisboa, Publicações Culturais da CML, 1943).

6 Tal facto ditou que uma grande parte do antigo termo (espraiado pelos modernos concelhos da Amadora, Loures, Odivelas e Oeiras, e partes dos de Arruda dos Vinhos, Mafra, Sintra, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira) tenha sido sistematicamente excluído pela Olisipografia da sua análise historiográfica.

7 Algumas das conclusões aqui apresentadas foram já, em parte, dadas a conhecer num dos capítulos da dissertação de mestrado do primeiro dos autores (cf. André de Oliveira-Leitão, *O Povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a Territorialização e a Militarização (meados do século IX – início do século XIV)*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/6790>).

8 Sobre a estruturação do espaço do Baixo Vale do Tejo durante este período de transição, vejam-se, para Santarém, a tese de doutoramento de Mário Viana (*Espaço e Povoamento numa Vila Portuguesa (Santarém, 1147-1350)*, prefácio de Iria Gonçalves, Lisboa/Casal de Cambra, CH-FLUL/Caleidoscópio, 2008) e, para Lisboa, a já citada dissertação de mestrado de André de Oliveira-Leitão (*O Povoamento*…) e ainda a de Luís Carlos Ribeiro Gonçalves (*Sistemas de Povoamento e Organização Territorial: Dois Vales na Periferia de Lisboa (Séculos IX-XIV)*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/6873>).

9 Para a definição do conceito de moçárabe, vejam-se: Pedro Chalmeta Gendrón, «Mozarab», in Clifford Edmund Bosworth [*et al.*] (ed.), *The Encyclopaedia of Islam. New Edition*, vol. VII, Leiden, E. J. Brill, 1993, pp. 246-249; Maria Filomena Lopes de Barros, «Moçárabes», in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III (*J-P*), coord. de Ana Maria Castelo Martins Jorge [*et al.*], Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 246-249.

10 Cf. António Rei, «The Mozarabs in the Western Iberian Peninsula», in José Mattoso (dir.), *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, ed. by Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa and Maria João Branco, Lisbon, IEM-FCSH-UNL, 2011, pp. 562-570.

11 Recordemos que foi nestes meios que se produziram obras de significativo valor cultural e religioso – como as de Eulógio ou Álvaro de Córdova –, tomando como referentes algumas figuras maiores da Antiguidade Tardia peninsular (casos de Paulo Orósio ou Isidoro de Sevilha).

12 Esta coabitação teve também períodos de relativo afrontamento (caso dos célebres mártires de Córdova, decapitados na década de 50 do século IX), considerando-se que, a partir desta época, terá tido lugar uma gradual fuga dos moçárabes para os reinos cristãos, o que conduziu a uma redução significativa dos seus quantitativos populacionais. Assim, impedidos de crescer numericamente, quer pela proibição do proselitismo, quer pelas migrações para o Norte, os moçárabes remanescentes terão acabado por cristalizar as suas tradições religiosas – sobretudo a liturgia, facto que lhes valeu serem tidos por heterodoxos, a partir do século XI (quando, na verdade, o seu rito se baseava nas tradições religiosas de um dos maiores doutores da *Christianitas*, Santo Isidoro de Sevilha).

13 Estas comunidades foram toleradas pelas autoridades islâmicas mediante o pagamento do correspondente tributo, a *ǧizya* (cf. Claude Cahen, «Djizya», in Bernard Lewis, Charles Pellat and Joseph Schaht (eds.), *The Encyclopaedia of Islam. New Edition*, vol. II, Leiden, E. J. Brill, 1991, pp. 559-562), aplicado aos chamados «Povos do Livro» (*'Ahl al-Kitāb*) – um dado que reputamos particularmente relevante para a compreensão dessa mesma tolerância, pois que, incluídos no número dos *ǧimma* («protegidos»), constituíam uma camada da sociedade que contribuía, sob o ponto de vista fiscal, muito mais que o comum muçulmano (em teoria, sujeito apenas ao pagamento dos impostos canónicos prescritos pelo Alcorão).

14 Cf. José Mattoso, «Os Moçárabes», in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, pp. 21-22.

15 Cf. Rodericus Ximenius de Rada, *Opera*. Reimpresión facsímil de la ed. de 1793, ed. de María de los Desamparados Cabanes Pecourt, Valencia, Anúbar Ediciones, 1968, p. 70.

16 Cf. Luis Molina (ed.), *Una Descripción Anónima de al-Andalus [= ǧikr Bilad al-Andalus]*, tomo II (*Traducción y estudio*), Madrid, CSIC, 1983, pp. 56-57 (itálicos da nossa responsabilidade).

17 Cf. Muṣammad Abū 'l-Qāsim Ibn 'Alī Ibn ṣawqal al-Naṣībī, *Opus Geographicum auctore Ibn Hǧaukǧal secundum textum et imagines codicis Constantinopolitani conseruati in Bibliotheca antiqui Palatii no. 3346 cui titulus est «Liber imaginis terrae»*, editio secunda, edidit Johannes Hendrik Kramers, Leiden, E. J. Brill, 1967, p. 111, *apud* Vincent Lagardère, *Campagnes et Paysans d'al-Andalus. VIIIe-XVe Siècles*, Paris, Éditions Maisonneuve et Larose, 1993, p. 101.

18 Com efeito, é de destacar a densidade dos topónimos de origem árabe nesta região (cf. Hermann Lautensach, *Maurische Züge im geographischen Bild der Iberischen Halbinsel*, Bonn, In Komission bei Ferdinand Dümmlers Verlag, 1960) – o que, como sustenta Hermenegildo Fernandes, parece comprovar «uma grande concentração de povoamento árabe ou berbere na zona, que não foi […] transformado pela conquista cristã, ou seja, esse povoamento não foi integralmente substituído por um novo povoamento de colonos vindos do Norte, porque […] a toponímia teria mudado. […] Quando a toponímia permanece, isso é um indicativo relativamente seguro […] de que há uma continuidade desse povoamento» (cf. Hermenegildo Fernandes, «"Mar adentro": Sintra e a organização do território entre Lisboa e o oceano depois da conquista cristã», in *Contributos para a História Medieval de Sintra. Actas do I Curso de Sintra (28 de Março – 2 de Junho de 2007)*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 2008, p. 89).

19 Destacamos, pela precocidade com que aparecem na documentação cristã, os lugares – com etimologia (comprovada ou aparentemente) arábica – de Alvalade (1180), *Benefarzom* ou *Benalfarzom* (1189; lugar hoje desaparecido, mas situado nas imediações de Alvalade, e cujo prefixo *ben-* parece remeter para uma ocupação clânica do espaço), Odivelas (1190), Sacavém (1191), Xabregas (1197), Alpriate e Alverca (1206), Almofala (1209), Queluz (1218), Alhandra, Almargem e Almoçageme (1220), Algés (1259), Alfornelos (1265; então apenas Alfornel) ou, mais tarde, Bobadela (1428; então A-do-Budel); cf. André de Oliveira-Leitão, *O Povoamento*…, pp. 45-84.

20 Esta é, como sabemos, a designação dada no Oriente – donde Ibn ṣawqal era originário – aos habitantes do Império Bizantino, que se consideravam a «Nova Roma» e que, por isso mesmo, se chamavam de romanos (donde o ár. *rūm*), ainda que falassem grego; Ibn ṣawqal ter-se-á limitado a verter para a linguagem que conhecia a realidade que testemunhou no al-Ândalus, chamando *rūm* a esses cristãos vivendo debaixo do domínio muçulmano (ao invés de os denominar, por exemplo, como *naǧārā*, «nazarenos»), ignorando assim as especificidades do Ocidente islâmico.
21 Cf. José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*. Reprodução fac-similada da ed. de 1980, vol. II, Lisboa, IN-CM, 1995, p. 282.
22 Cf. Maria João Branco, «Introdução: a conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida», in Aires Augusto do Nascimento (ed., trad. e notas), *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado [= De Expugnatione Lyxbonensi]*, introd. de […], Lisboa, Vega, 2001, p. 9.
23 Sobre os moçárabes de Lisboa, vejam-se os estudos de Manuel Luís Real, «Os moçárabes do Gharb português», in Santiago Macias e Cláudio Torres (coord.), *Portugal Islâmico. Catálogo da Exposição*, Lisboa, IPM/MNA, 1998, pp. 35-56; Christophe Picard, «Les mozarabes de Lisbonne: le problème de l'assimilation et de la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l'exemple de Lisbonne», in *Arqueologia Medieval*, n.º 7 (*Actas do Colóquio «Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos». 850.º Aniversário da Reconquista de Lisboa*), Porto/Mértola, 2001, pp. 89-94. Disponível em: <http://www.camertola.pt/sites/default/files/ArqueologiaMedieval%207.pdf>; Paulo Almeida Fernandes, «A marginalidade do lado cristão: o breve exemplo dos moçárabes de Lisboa», in Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos (coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. III, Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 1231-1237; idem, «Os moçárabes de Lisboa e a sua importância para a evolução das comunidades cristãs sob domínio islâmico», in Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Inglês Fontes (coord.), *Lisboa Medieval. Os Rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 71-83.
24 Cf. Snorri Sturluson, *The Heimskringla; or Chronicle of the Kings of Norway*. Transl. from the Icelandic with a preliminary dissertation by Samuel Laing, vol. III, London, Printed for Longman, Brown, Green and Longmans, 1844, pp. 150-151. Disponível em: <http://books.google.pt/books?printsec=frontcover&dq=&ei=od07UfexNIiYhQfz04CgBg&id=NNIAAAAAcAAJ&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>. De notar que, para os recém-cristianizados povos nórdicos, parece não haver uma clara distinção da identidade muçulmana, sendo os seus fiéis considerados idólatras (atente-se também na *Chanson de Roland*, onde os muçulmanos são igualmente chamados pagãos e, como tal, tidos por politeístas, adorando Mahun – a versão em francês antigo de Muṣammad – e outras divindades, como Apolo ou Termagante).
25 Cf. María Jesús Viguera Molíns, *Los Reinos Taifas y las Invasiones Magrebíes (al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, pp. 175-176.
26 A autoria e destinatário desta epístola originaram um vasto número de estudos em torno desta questão, desde que o manuscrito foi descoberto, na segunda metade do século XIX, no Colégio de *Corpus Christi*, em Cambridge, por William Stubbs – devendo destacar-se os trabalhos de edição do original levados a cabo por Charles Wendell David (ed. and transl.), *The Conquest of Lisbon*, 2nd ed., foreword and bibliography by Jonathan Phillips, New York, Columbia University Press, 2001 (ed. original de 1936), e as traduções portuguesas, de desigual valor e qualidade, de José Augusto Oliveira (ed., trad. e notas), *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, Testemunhas Presenciais do Cerco*, 2.ª ed., prefácio de Augusto Vieira da Silva, Lisboa, Serviços Industriais da CML, 1936, e de Aires Augusto do Nascimento, *op. cit.* (tendo-nos guiado, neste particular, pela opinião do último autor).
27 Cf. Aires Augusto do Nascimento, *op. cit.*, pp. 92 (versão latina) e 93 (versão portuguesa). Note-se que o *episcopus* figura aqui mencionado entre os demais governantes da cidade, ora por constituir uma autoridade de uma importante minoria étnico-religiosa dentro da mesma (embora, nesse caso, seja significativo que o cruzado refira apenas a presença do bispo moçárabe, e não, por exemplo, do rabi judeu), ora por ser – como em várias outras urbes muçulmanas – um funcionário cuja nomeação ou confirmação era apanágio das autoridades islâmicas para, através da sua vinculação, sujeitar toda a comunidade que dele dependia (designadamente, sob o ponto de vista fiscal).
28 Cf. Aires Augusto do Nascimento, *op. cit.*, pp. 138 (versão latina) e 139 (versão portuguesa).
29 Esta referência ao culto mariano não era estranha no contexto do Ġarb al-Ândalus – veja-se, por exemplo, a persistência do nome de Santa Maria na cidade de Faro, como *Šantamariyya 'l-Ġarb* (Santa Maria do Ocidente), até à conquista definitiva em 1249. A manutenção de tal topónimo, durante o domínio muçulmano (mesmo nos períodos de maior fundamentalismo), denota bem a importância que teria conseguido manter, não apenas a comunidade cristã, como o próprio culto mariano (vale a pena lembrar que Maria é igualmente mencionada no Alcorão e profundamente reverenciada pelos muçulmanos enquanto mãe do profeta 'Īsā – isto é, Jesus). Também no Algarve, o topónimo *Šanbraš*, hoje São Brás de Alportel (onde subjaz um culto de um santo tipicamente moçárabe), atesta bem a permanência de moçárabes no Algarve, região onde o sinal mais evidente dessa presença serão as relíquias de São Vicente, cultuadas no cabo hoje com o mesmo nome, na igreja do Corvo (*kanīsa al-ġurāb*), à qual acorriam em peregrinação muitos cristãos do Ġarb, até à trasladação das mesmas para Lisboa em 1173 – como relatam, de resto, os autores árabes, entre os quais o septense al-Idrīsī e o sírio Yāqūt (cf. Abū 'Abd Allāh Muṣammad Ibn 'Abd Allāh Ibn Idrīs al-Šarīf al-Idrīsī, *Geografía de España*. Textos preparados por Reinhardt Dozy y Michael Jan de Goeje; trad. española de Eduardo Saavedra y Antonio Blázquez; introd. de Antonio Ubieto Arteta, Valencia, Anúbar Ediciones, 1974, pp. 169-170; Šihāb al-Dīn Abū 'Abd Allāh Yāqūt al-ṣamawī al-Rūmī, «La España musulmana en la obra de Yāqūt (siglos XII-XIII). Repertorio enciclopédico de ciudades, castillos y lugares de al-Andalus, extraído del *Mu'ǧam al-Buldān* (Diccionario de los Países)», ed. y trad. española de Gamāl 'Abd al-Karīm, in *Cuadernos de Historia del Islam*, n.º 6, Granada, 1974, p. 95).
30 Cf. Aires Augusto do Nascimento, *op. cit.*, pp. 142 (versão latina) e 143 (versão portuguesa).
31 Ao contrário da saga relatando os feitos de Sigurd, onde o *skaldr* menciona, em campos opostos, cristãos (moçárabes) e pagãos (muçulmanos), o autor da epístola dá a entender que estes cruzados, oriundos de Inglaterra, Flandres e Germânia, pareciam ignorar as especificidades de cada um daqueles grupos, que seriam muito ténues, quando não nulas (os moçárabes ter-se-iam aculturado, empregando a língua árabe e trajando até como os demais muçulmanos no seio de uma cidade dominada politicamente por estes últimos); ou, ainda que pudessem estar cônscios dessa alteridade, talvez tenham preferido ignorar esse facto, tomando os seus inimigos todos por muçulmanos, a fim de, praticando um morticínio indiferenciado e outras sevícias da guerra, poderem justificar o saque de que estavam ávidos.
32 Cf. Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. II (*Tomada de Lissibona aos Moiros por el-Rei D. Afonso Henriques)*, 2.ª ed., Lisboa, Serviços Industriais da CML, 1935, pp. 106-109, 216-217; José Augusto Oliveira, *op. cit.*, pp. 122-134; Pe. Luís Gonzaga Azevedo, S.J., «Bispo moçárabe de Lisboa, em 1147?», in *História de Portugal*, prefácio e revisão de Domingos Maurício Gomes dos Santos, S.J., vol. IV, Lisboa, Edições «Bíblion», 1942, pp. 254-259.
33 Cf. José Augusto Oliveira, *op. cit.*, p. 132.
34 Id., *ibid.*, pp. 132-133.
35 Id., *ibid.*, pp. 133-134.
36 Cf. André de Oliveira-Leitão, «Do Ġarb al-Ândalus ao "segundo reino" da

"Coroa de Portugal": território, política e identidade», in *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série, n.º 16/17, Lisboa, 2007, pp. 80-81, 92-93. Disponível em: <http://www.academia.edu/539255>.
37 Cf. Aires Augusto do Nascimento, *op. cit.*, pp. 78 (versão latina) e 79 (versão portuguesa).
38 Cf. Alexandre Herculano, *História de Portugal. Desde o Começo da Monarquia até ao Fim do Reinado de Afonso III*, pref. e notas críticas de José Mattoso e verificação do texto de Ayala Monteiro, vol. I, Lisboa, Bertrand Editora, 2007, p. 320.
39 Cf. Snorri Sturluson, *op. cit.*, p. 151.
40 Com a ocupação da Península Ibérica, a partir de 711, por contingentes militares de origem berbere, iniciou-se um lento mas inexorável processo de aculturação, quer sob o ponto de vista linguístico – o que parece ter culminado na arabização de amplos grupos da sociedade andaluz (lembremo-nos do exemplo aduzido por Álvaro de Córdova, no seu *Indiculus luminosus*, onde este deplorava o facto de os seus conterrâneos cristãos, na segunda metade do século IX, falarem e conhecerem o árabe em profundidade, ao mesmo tempo que ignoravam por completo o latim em que se liam as Sagradas Escrituras) ou, pelo menos, numa situação de bilinguismo –, quer ainda sob o ponto de vista religioso – ditando a conversão de muitos habitantes da antiga Hispânia ao Islão. No entanto, estes dois movimentos não foram concomitantes; arabização e islamização processaram-se a velocidades e intensidades diferentes, tendo a primeira decorrido com maior facilidade, e a segunda com maior resistência, só se tendo operado com mais profundidade ao fim de algumas gerações.
41 Data de 1270 a mais antiga referência a Alcainça, em documento da chancelaria de D. João Peres de Aboim (cf. Pedro Augusto de Azevedo (ed.), *Livro dos Bens de D. João de Portel. Cartulário do Século XIII*. Reprodução fac-similada da ed. de 1906-1910, com uma notícia histórica de Anselmo Braamcamp Freire e nota prévia de Hermenegildo Fernandes, Lisboa/Portel, Edições Colibri/Câmara Municipal de Portel, 2003, p. 85) e de 1309 a primeira menção que conhecemos a Caneças (A.N.T.T., *Colegiada de São Julião de Frielas*, maço 1, n.º 11).
42 Encontrámos na Biblioteca Nacional de Portugal um curioso opúsculo onde se alude a uma ermida em Sacavém, no termo de Lisboa, a qual fora consagrada a Nossa Senhora da Vitória após a miraculosa vitória dos portugalenses junto à alcaria de Šaqabān (Sacavém), em 1147, mas que havia sido fundada no tempo dos godos, com a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, e que aparentemente lograra subsistir durante todo o período de domínio muçulmano (cf. Frei António do Espírito-Santo Andrade, O.F.M., *Sermaõ de Nossa Senhora da Victoria Glorioso Titulo, que lhe deo o invencivel Rey D. Affonso Henriques pela batalha dos Mouros, que venceo neste sitio, em que a Senhora era venerada com o titulo dos Prazeres. Prégado na Ermida do Lugar de Sacavem na Festa, que lhe fizeraõ os seus Irmãos com o Sacramento exposto em 11. de Junho de 1737. Dedicado à Mesma Senhora Pela mão dos seus Irmaõs da Mesa. Por […], Religioso de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, Impressor do Duque Estribeiro Mòr, 1738); embora tardia, julgamos interessante inserir esta referência no contexto de compreensão da ocupação moçárabe do espaço lisboeta dos meados do século XII (cf. André de Oliveira-Leitão, *O Povoamento…*, pp. 85-130).
43 Cf. José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*. Reprodução fac-similada da ed. de 1982, com uma notícia introdutória de Orlando Ribeiro, vol. II, Lisboa, IN-CM, 2007, p. 282; Joaquim da Silveira, «Toponímia portuguesa (esboços). Continuação do vol. XXXIII, págs. 233-268», in *Revista Lusitana*, vol. XXXV, Lisboa, 1937, pp. 67-69. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/revistalusitana/35/lusitana35_pag_50.pdf>; José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.ª ed., vol. II (*E-M*), Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p. 1011.
44 Por outro lado, e tendo continuado a existir moçárabes vivendo sob o domínio dos reinos cristãos, seria possível admitir que as comunidades identificadas como moçarabias (até pela maior proximidade fonética dos topónimos apresentados à forma romance do que ao étimo árabe *must'arib*) pudessem designar sobrevivências de grupos seguidores do antigo rito visigótico (então chamado moçárabe) quando os reinos peninsulares haviam já, oficialmente, abraçado a reforma dita «gregoriana» e imposto o catolicismo romano oriundo de além-Pirenéus.
45 Cf. Joaquim da Silveira, *op. cit.*, pp. 69-70.
46 Cf. Paulo Almeida Fernandes, «A marginalidade…», pp. 1231-1237; idem, «Os moçárabes…», pp. 71-83; Luís Carlos Ribeiro Gonçalves, *op. cit.*, pp. 51-53.
47 Cf. Maria João Branco, «Reis, bispos e cabidos. A diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração», in *Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2.ª série, tomo X (*Cristianização na Época Medieval*), Lisboa, 1998, p. 57. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4953>.
48 Cf. José Luís de Matos, «Lisboa Islâmica», in *Arqueologia Medieval*, n.º 7 (*Actas do Colóquio «Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos». 850.º Aniversário da Reconquista de Lisboa*), Porto/Mértola, 2001, pp. 84-85. Disponível em: <http://www.camertola.pt/sites/default/files/ArqueologiaMedieval%207.pdf>.
49 Cf. Paulo Almeida Fernandes, «Os moçárabes…», pp. 75-76.
50 Cf. José Luís de Matos, *op. cit.*, p. 82.
51 Cf. Pedro Cunha Serra, «Da hagionímia e hagiotoponímia portuguesa (a propósito de um livro recente)», in *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VIII, Lisboa, 1957, pp. 39-59; Stéphane Boisselier, «Organisation sociale et altérité culturelle dans l'hagyonimie médiévale du Midi portugais», in *Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2.ª série, tomo XVII (*Clérigos e Religiosos na Sociedade Medieval*), Lisboa, 2005, pp. 255-298. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4509>.
52 A devoção a Santa Maria de Alcamim, cedo substituída pela de São Cristóvão, parece constituir igualmente testemunho de culto moçárabe – e acaso não seria *Alcamim* o substantivo «caminho» arabizado e, por isso mesmo, substituído pelo intercessor dos viandantes e das encruzilhadas (cf. Rui Pinto de Azevedo, «Período de formação territorial. Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, p. 54)?
53 Santa Iria, que a lenda afirma martirizada junto a Santarém durante o domínio visigodo da Hispânia, foi alvo de particular devoção entre os moçárabes, tendo sido durante o período muçulmano que o seu hagiónimo (arabizado como *Šantarīn*) suplantou o velho nome de *Scallabis* como designação de Santarém (cf. Ādel Yūsuf Sīdārūs, «*Shantarîn*/Santarém, fronteira ambivalente islamo-cristã», in *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio, 13 a 13 de Março de 1998*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, p. 319). Quanto a Santa Iria da Azóia – onde se fundem o hagiónimo e o elemento Azóia (o qual nos remete para o mundo do misticismo islâmico) – leva-nos a pensar na possibilidade de terem coexistido, lado a lado, no alfzo de al-Ušbūna, uma comunidade moçárabe e um eremitério sufi, este último ligado à figura de 'Alī Ibn 'Isma'īl al-Fihrī al-Qurašī al-Šaqabānī, dito al-ṣayṣal al-Šaqabānī, místico que terá vivido no século XI e que erigiu um *ribāğ* (ou talvez uma *rābiğa*) nas imediações de Šaqabān (cf. Rui Santos, «Notas sobre Sacavém islâmica», in *Brotéria. Cristianismo e Cultura*, vol. 159, n.º 4, Lisboa, 2004, pp. 259-266).
54 Com efeito, uma parte significativa destes lugares surge na documentação cristã logo a partir da segunda metade do século XII – Carnaxide (1173), Fanhões (1185), Frielas e Unhos (1191), Tojal (1218); cf. André de Oliveira-Leitão, *O Povoamento…*, pp. 45-84.

55 A trasladação das relíquias de São Vicente – um dos mais populares mártires do santoral moçárabe – para a Sé de Lisboa é bastante significativa, por haver sido patrocinada pelo próprio D. Afonso Henriques, tendo o seu relato sido redigido por mestre Estêvão, chantre da Sé de Lisboa (cf. Aires Augusto do Nascimento e Saul António Gomes (ed., trad. e notas), *São Vicente de Lisboa e seus Milagres Medievais*, Lisboa, Edições Didaskalia, 1988). Não obstante, gerou-se intensa disputa pela posse das relíquias entre o cabido da Sé e os cónegos regrantes; veja-se, a esse propósito, Pedro Picoito, «A transladação de São Vicente. Consenso e conflito na Lisboa do século XII», in *Medievalista Online*, vol. 4, 2008. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/PDF4/picoito-PDF.pdf>; idem, «Identidade e resistência. São Vicente e os moçárabes de Lisboa», in *Xarajib. Revista do Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves*, n.º 7 (*Actas do I Colóquio Internacional sobre Moçárabes*), Silves, 2009, pp. 21-34.
56 Cf. Aires Augusto do Nascimento, *op. cit.*, pp. 78 (versão latina) e 79 (versão portuguesa), 95 (versão latina) e 96 (versão portuguesa).
57 Cf. Inês Lourinho, *1147. Uma Conjuntura vista a partir das Fontes Muçulmanas*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, p. 57. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/1776>.
58 Cf. Manuel Fialho Silva e Inês Lourinho, «O hibridismo na sociedade olisiponense pós-1147», in *Actas do II Colóquio Internacional sobre Moçárabes*, Silves, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, [no prelo].v

O PATRIMÓNIO DO HOSPITAL DE TODOS OS SANTOS NA CIDADE DE LISBOA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVI

Rute Ramos[1]

Planeado por D. João II desde 1479 e inaugurado em 1501 por D. Manuel I, o Hospital de Todos os Santos tratou-se do maior e mais importante hospital português do período moderno. A sua fundação marcou o início de uma nova era na assistência hospitalar em Portugal, consentânea, de resto, com a reforma das estruturas de caridade e assistência que arrancaram na Europa a partir dos finais da Idade Média[1].
O Hospital de Todos os Santos, tal como os seus congéneres, foi criado sob um conjunto de orientações muito precisas quanto à forma de funcionamento, serviços que deveria prestar e populações a assistir. Verdadeiramente inovador neste período foi a perceção que a pobreza e a doença, ainda que ligadas, constituíam realidades separadas que necessitavam de intervenções diferenciadas[2]. As orientações da coroa, expressas no regimento do hospital dado em 1504[3] foram neste sentido pois, claramente, proibiam o hospital de receber pacientes portadores de doenças incuráveis e/ou contagiosas ou de servir de recolhimento de mendigos.

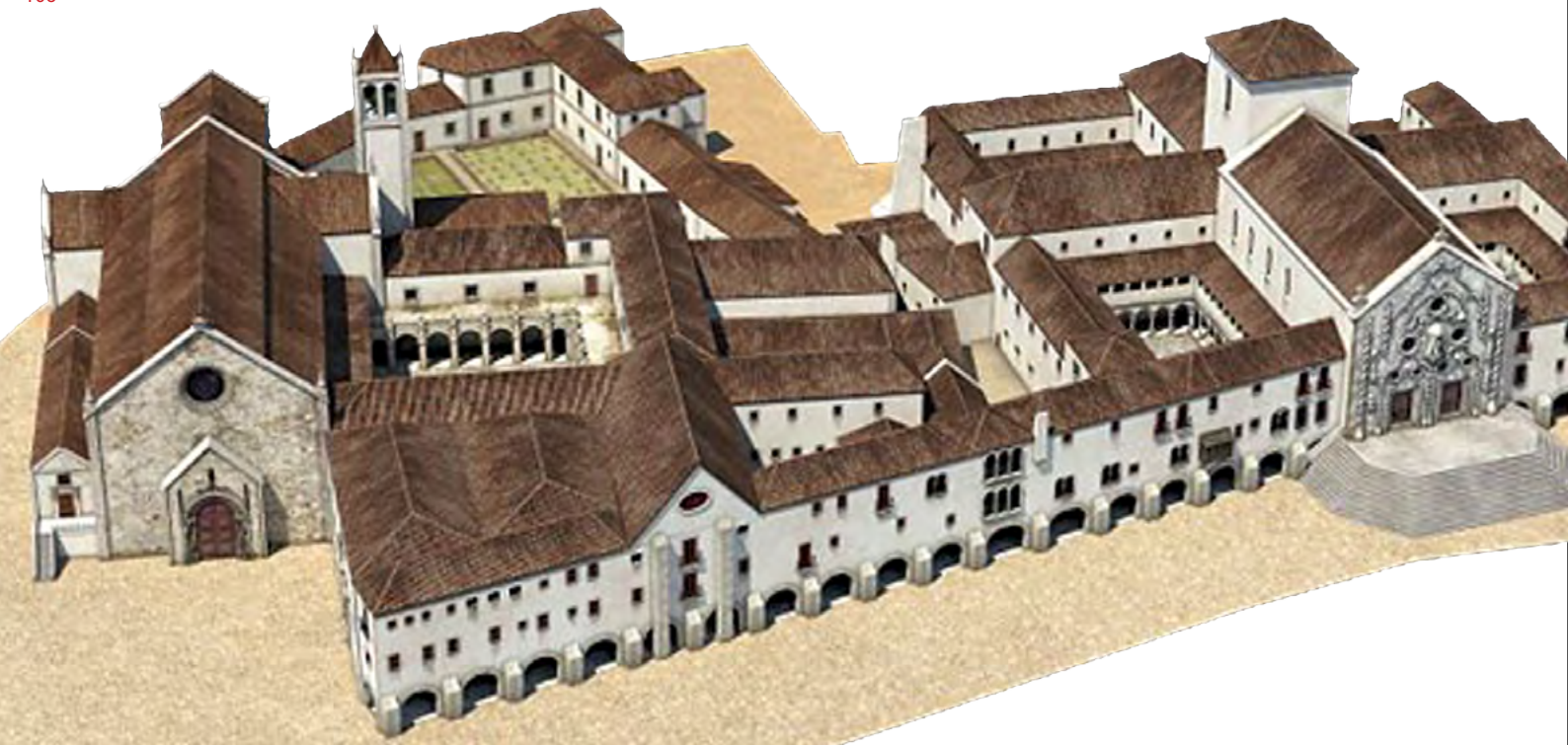
[1] UE-CIDEHUS (Universidade de Évora - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades).

A natureza do projeto assistencial tal como foi delineado no regimento dado pelo rei D. Manuel I pressupunha a existência de uma base económica que pudesse responder aos objetivos propostos. Gerir o hospital era antes de mais saber quais os rendimentos com que se podia contar e com o que se devia forçosamente gastar cada ano[4].
Poucos anos depois de abrir portas, a quase maioria dos bens do hospital eram bens de raiz doados diretamente pelo monarca ou provenientes de fundações pias.
A maioria dos privilégios, benefícios e isenções[5] foi concedida nos reinados de D. Manuel I e D. João III, e mantiveram-se até ao século XVIII[6]. A coroa, omnipresente na vida do hospital, exerceu sobre ele, durante mais de três séculos, uma função protetora. Cada reinado foi uma oportunidade para se confirmar e, nalguns casos, acrescentar privilégios o que denota o reconhecimento, por parte dos monarcas, da grandeza e utilidade que a instituição teve no campo assistencial.
O Hospital de Todos os Santos e a Misericórdia de Lisboa que o administrou[7] foram muito favorecidos, aliás, como foram as várias misericórdias e outras instituições de cariz assistencial do reino que continuamente receberam e viram confirmadas distinções outorgadas em reinados anteriores[8].

Esta situação deve-se ao facto dos monarcas assumirem a caridade e a assistência como campos do exercício do poder régio. Nos últimos anos de Quatrocentos e primeiros anos da centúria seguinte o rei doou ao hospital uma grande variedade de produtos. Da zona do ribatejo passou a chegar o pão e o vinho, produtos essenciais que constituíam a base da alimentação, mas também a carne, legumes e naturalmente, de além-mar, o açúcar e as especiarias. Estas esmolas foram sistematicamente oferecidas e nalguns casos, como o do açúcar, continuamente aumentadas. As esmolas de açúcar e especiarias foram dadas com frequência por D. Manuel a várias misericórdias, conventos, mosteiros, hospitais, etc.[9]. A distribuição destes bens era realizada através do hospital real que para isso disponibilizava tempo, pessoas e instalações. Além destes produtos, o hospital adquiriu ao longo dos séculos tenças e juros em dinheiro assentes em vários almoxarifados, na Casa da Índia e na Alfândega de Lisboa, sendo que no século XVI, a grande parte provinha também dos monarcas.

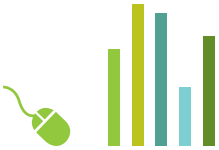
Imagem 1
O Hospital de Todos os Santos. Extracto Painel de azulejos. (1ª metade do séc XVIII). Museu da Cidade, MC.AZU.PF.006

Obviamente que os privilégios e doações dos primeiros tempos não podem, de todo, dissociar-se de uma conjuntura favorável proporcionada pelos rendimentos da expansão ultramarina.
A ajuda financeira chegou também por via das isenções, dispensando-o do pagamento da sisa na compra e venda de vários bens móveis e de raiz. O facto não surpreende, uma vez ter sido frequente a publicação de diplomas que facilitavam o acesso das instituições de assistência a produtos de melhor qualidade ou a melhores condições de transporte. Bastante variadas, as multas de justiça foram também outra fonte de rendimento para a instituição.
Na prática D. Manuel criou condições para que o hospital usufruísse de bens suficientes e capazes de sustentar o projeto que o seu antecessor e ele próprio empreenderam. A situação não foi isenta de intervenção pontifícia, justificada não só por questões doutrinais, mas também pelo facto de boa parte dos bens que chegavam ao hospital serem provenientes de fundações pias, o que requeria intervenção papal sempre que se tratava de os aplicar de modo diferente do que fora inicialmente determinado. Uma atuação que recuava à incorporação dos antigos hospitais, permitida pela bula de Sisto IV de 13 de Agosto de 1479[10].

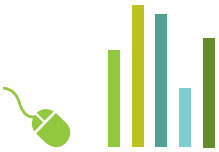


A administração destes institutos pios pelo hospital estendeu-se, por privilégio de D. Manuel I, às capelas privadas da cidade de Lisboa e termo, regulamentadas através do *Regimento das Capelas, hospitais e albergarias e confrarias da cidade de Lisboa* de 1504, ampliado a todo o reino pelo regimento das capelas e hospitais de 1514[11]. Para além de preocupações devocionais, que procuravam saber se os bens deixados pelos defuntos eram devidamente utilizados a bem das suas almas, a administração de capelas permitiu ao hospital adquirir e aumentar o seu património. E neste contexto não podemos, de todo, esquecer as avultadas quantias que passaram a entrar nos cofres da instituição a partir da segunda metade do século XVI fruto da comutação de legados não cumpridos[12]. Apesar de todas as doações e concessões régias e dos legados de particulares não podemos esquecer que o hospital teve, desde a primeira hora, formas próprias de angariação de fundos. Ainda que de pouco valor, tratava-se, sobretudo, de dinheiro proveniente de vendas de bens, pagamentos de serviços e esmolas.

Infografia 1
O rendimento das propriedades do hospital em Lisboa (1568)



Infografia 2
Localização e tipologia das propriedades do hospital em Lisboa (1568)



WWW...

A localização e o rendimento dos foros do hospital na cidade de Lisboa

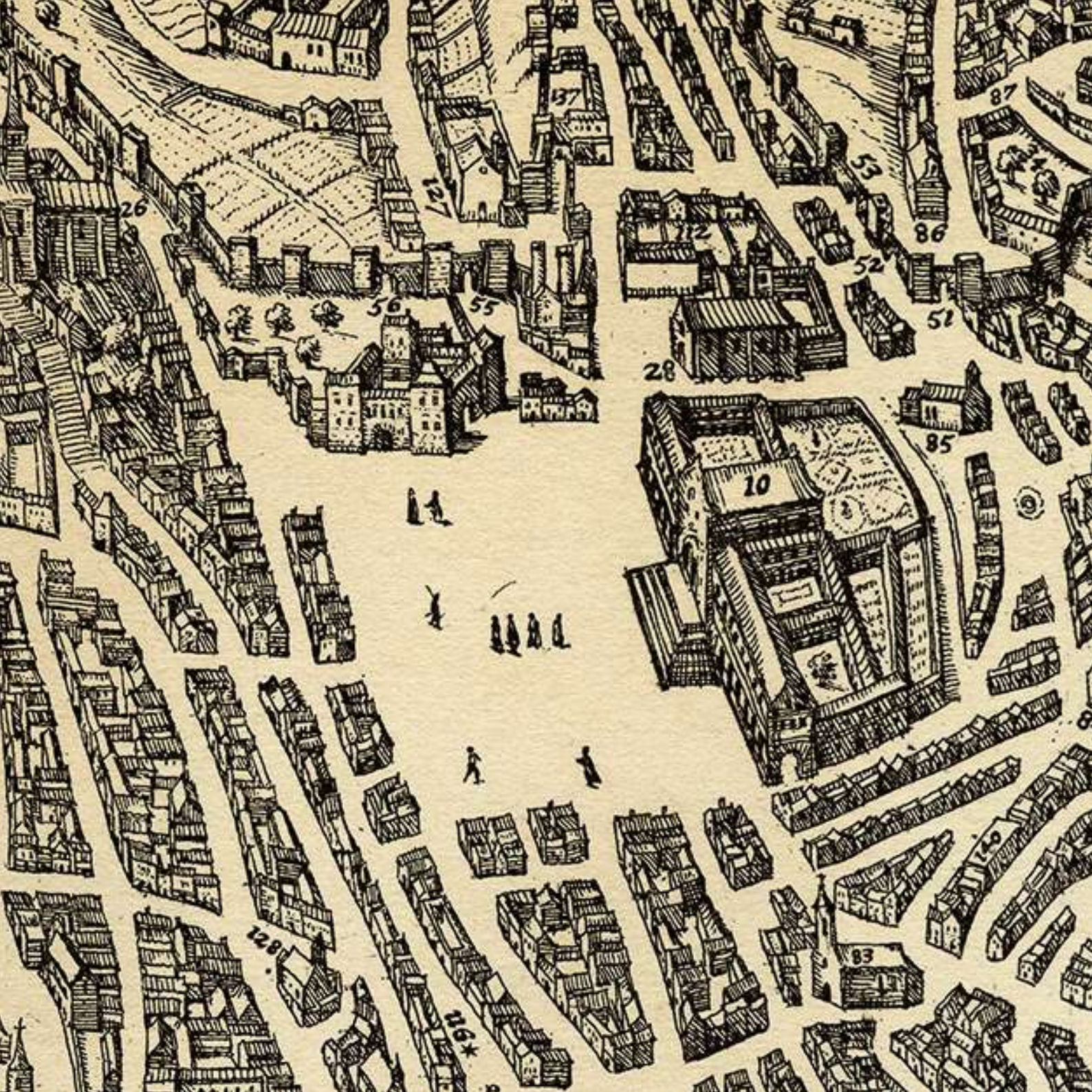
Em menos de um século, o Hospital de Todos os Santos tornara-se detentor de mais de um milhar de prédios tipologicamente diversos[13] e geograficamente dispersos[14]. Os bens localizavam-se sobretudo na zona centro do reino, sendo os mais longínquos no Algarve[15]. Das várias cidades e vilas, Lisboa, como é natural, figurava como a mais importante. **Infografia 1**
No século XVI a cidade transformou-se numa importante metropole. As oportunidades que Lisboa oferecia levaram à fixação de população oriunda de cidades e vilas do reino, mas também estrangeiros, viajantes, homens de negócio e outros vindos da Europa, África e Ásia. Nos finais de Quinhentos o núcleo primitivo da cidade dava sinais de lotação levando ao aparecimento de novas freguesias no limite da urbe, entre elas, a freguesia dos Anjos[16]. Era aqui, em terrenos outrora pertencentes à freguesia de Santa Justa que o hospital tinha um maior número de foros, entre casas, chãos, terras, olivais, quintais, olarias, lojas e um lagar de azeite[17]. Cremos que, boa parte, eram propriedades que haviam pertencido aos mouros e que tinham sido doadas pelo rei[18]. Apesar disso, não era desta zona que o hospital obtinha maiores proventos[19]. **Infografia 2**
Lugar pouco nobre os foros eram muito baixos, a maioria inferior 100 réis. No decorrer do tempo este foi um dos locais onde as cobranças se tornaram mais difíceis. Em muitos casos, a importância a arrecadar, cremos, dificilmente justificava medidas coercivas de cobrança por parte da instituição que assim se viu privada deste rendimento, nalguns casos, por mais de uma centena de anos.
A segunda freguesia onde o hospital tinha mais bens era em Santa Justa[20]. Por esta altura, era uma área de expansão da cidade onde se localizava o Hospital de Todos os Santos, o Mosteiro de São Domingos e o Palácio dos Estaus, todos debruçados sobre a grande praça do Rossio. O valor pago pelas casas era mais elevado, na ordem dos 1.000 réis, podendo frequentemente atingir os 2.000, 3.000 e 4.800 réis anuais[21]. Bem localizados e rentáveis eram também as propriedades que o hospital possuía na zona da ribeira. Até ao fim do século XV esta área fora habitada por judeus[22]. Em 1596, o rei D. Manuel decretou a expulsão de todos os judeus mas dando-se conta dos prejuizos ordenou a sua conversão e foram muitos os que abandonaram as judiarias misturando-se com

a demais sociedade. As judiarias foram extintas, as sinagogas foram tranformadas em igrejas e os judeus, ordenada a sua conversão, passaram a ser oficialmente cristãos. Estavam, assim, criados os chamados cristãos-novos e um problema que se arrastaria, como sabemos, por largos anos[23]. Desdobrado em ações em prol do hospital, o rei concedeu-lhe os bens móveis e de raiz que haviam pertencido aos judeus e que se localizavam maioritariamente na área correspondente às freguesias de Santa Justa, São Nicolau e São Julião.
A expulsão dos judeus e o incremento das atividades comerciais transformaram esta zona no centro económico e administrativo do reino e de todo o império português[24]. No início do século XVI assistiríamos ainda à transferência do centro militar e político da Alcáçova para as novas acomodações no Palácio da Ribeira. Nesta zona os bens do hospital eram constituídos na sua grande maioria por casas de habitação. Na freguesia de São Julião, era senhorio de trinta e seis casas e uma loja na Rua dos Anjos[25], em São Nicolau tinha quarenta e três imóveis[26] e na freguesia de Nossa Senhora da Madalena mais dezoito[27]. Contígua a estas estava a freguesia de Nossa Senhora da Conceição com mais prédios também muito rentáveis.[28] Nesta área, os foros eram substancialmente mais elevados e os incumprimentos mais raros o que, claramente, demonstra que Lisboa era uma cidade de fortes contrastes económicos e sociais. O crescimento da cidade também fez, como sabemos, crescer os edifícios em altura[29] e sendo esta uma zona de forte densidade populacional não é de estranhar que o hospital também tivesse neste lugar casas tipologicamente diferentes[30].
Para além destas, o Hospital de Todos os Santos possuia bens noutras freguesias da cidade ainda que em menor quantidade. No morro do castelo tinha sobretudo casas de habitação[31]. Já na zona oriental era da freguesia de São Miguel que auferia maiores proventos boa parte resultante dos foros que recebia de três alcaçarias de que era proprietário[32]. Em Santo Estêvão, São Salvador, São Pedro e São Vicente tinha mais alguns bens[33] e apenas uma casa em Santo André, outra em São Tomé junto dos adros das respetivas igrejas.
Em Santa Engrácia, além de um casario de baixo rendimento, digno de menção são as hortas e os olivais próprios desta zona periférica da cidade[34] que era, aliás, uma das principais fontes de abastecimento de Lisboa. Na zona ocidental da cidade o hospital tinha casas[35] na freguesia de Nossa Senhora dos Mártires além de uma loja e sobre-loja na Rua da Manja. Mais longe em Santos-o-Velho possuía mais dois prédios[36].

A organização e a gestão dos foros

O dinheiro que se recebia de foros constituía a principal fonte de receita da instituição. Ou, nas palavras do provedor Mem Carceres, «a principal renda que o Hospital tem, é das casas e os foreiros não pagam»[37]. Uma queixa proferida em 1518 mas que seria recorrente no discurso dos seus governantes. O aumento do património do hospital e a falta de dispositivos coercivos eficazes para executar devidamente as cobranças levou, anos mais tarde, o rei Filipe I a autorizar que o hospital usasse os mesmos procedimentos da Fazenda Régia na cobrança das suas rendas[38]. Na prática visava facilitar-lhe a administração da casa permitindo uma melhor arrecadação de rendas, a penalização de infratores e a resolução de conflitos.
Como seria de esperar, estes bens eram explorados através de contratos de aforamento[39]. O foro poderia ser pago em moeda, géneros ou ambos, entregues obrigatoriamente no hospital. O pagamento podia ser realizado uma única vez ou em prestações, no Natal, Páscoa, dia de São João e dia de Nossa Senhora de Agosto, como era hábito ao tempo, já que as principais datas do calendário litúrgico coincidiam com as atividades agrícolas. Em meados do século XVI, o hospital deveria receber dos foreiros que tinha na cidade quase 1 conto de réis, mais 580 galinhas e 3 moios de trigo.
Os contratos podiam ser perpétuos ou em vidas. Cerca de 62% dos contratos que tinha na cidade eram feitos em vidas; 38% a título perpétuo. Tanto os prazos perpétuos como os em vidas podiam ser vendidos mediante certas condições, nomeadamente, a obrigatoriedade do foreiro, detentor do domínio útil, informar a sua intenção de vender ao senhorio. Neste caso o hospital, que possuía o domínio direto, podia optar por exercer o seu direito de preferência sobre o prazo ou dar autorização para o negócio, cobrando uma percentagem do preço de venda.

Imagem 3
Extrato da gravura de G. Braunius, c. 1598, com base em desenho de c. 1565.


137
127
26
56
55
112
53
86
87
52
51
28
85
10
140
83
128
116

Conclusão

Para concluirmos, parece-me importante referir que o rendimento proveniente de foros, ainda que não fosse o único, foi o mais importante na vida económica da instituição, sobretudo na primeira metade do século XVI. E Lisboa foi o espaço privilegiado onde se localizava a maioria destes bens e de onde auferiu maiores ganhos. Porém, o número de imóveis, a dispersão geográfica e a falta de medidas eficazes para fazer as cobranças conduziu a uma situação de frequentes incumprimentos tendencialmente agravados pela depreciação do valor das rendas, o que fez com que estes proventos diminuíssem tornando-se pouco expressivos no cômputo das receitas da instituição nos dois séculos seguintes. Se é evidente que nos primeiros tempos o mecenato régio foi essencial para garantir a sobrevivência da instituição não oferece qualquer dúvida que o movimento de fundação de capelas, reforçado pela valorização do Purgatório num ambiente pós-Trento, teve uma importância fulcral na formação do património do hospital. Quer por via da comutação de legados não cumpridos, quer pelas capelas que o hospital passou a administrar e que lhe permitiram fazer investimentos de capital[40] uma atitude financeira bem delineada, e que, de resto ia ao encontro do pensamento económico da Misericórdia. O equilíbrio das contas do Hospital de Todos os Santos foi sempre difícil de alcançar obrigando a instituição a diversificar as suas receitas. As estratégias que sustentaram a sua atuação, quando analisadas num período longo, podem ser explicadas por uma diversidade de situações e uma multiplicidade de fatores. Uma gestão repleta de vícios, arbitrariedades de vária ordem e uma macrocefalia administrativa, particularmente evidente a partir de 1564, associada a um crescente número de enfermos, servidores e muitos outros dependentes que continuamente usufruíram dos recursos da instituição foram algumas das razões que internamente contribuíram para a reiterada instabilidade. Mas não só. O empobrecimento brutal e generalizado, os frequentes surtos epidémicos e as diversas conjunturas políticas, económicas, sociais e religiosas que caracterizaram o período moderno conduziram o hospital aos problemas pelo qual atravessou e que, de resto, foram transversais a várias instituições de assistência onde lhes foi exigido mais do que os seus recursos permitiam.

Notas

2 Sobre o assunto veja-se uma ampla bibliografia especializada, entre outros, as obras de HENDERSON,2006; RISSE**,** 1999; MCHUGH, 2006; JONES, BROCKLISS, 1997; JONES, 1989; LINDERMANN, 2002; WOOLF, 1986.

3 ABREU, 2008, pp. 31-49.

4 Publicado pela primeira vez por CORREIA, 1946.

5 Previa o rei D. Manuel que o hospital necessitasse de cerca de 1 contos de réis para fazer face às suas despesas. AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv.38, f. 88. Mas rapidamente esse valor tornou-se insuficiente, já que em meados de quinhentos as suas despesas situavam-se já nos 3 contos de réis. BRANDÃO, (organização e notas de José da Felicidade Alves),1990.

6 Sobre os privilégios concedidos ao hospital veja-se DAUPIÁS, 1959.

7 Sendo que as primeiras doações chegaram logo pelo testamento de D. João II. CARVALHO, 1992, p. 27.

8 Em 1564, a Misericórdia de Lisboa assumiu o governo do hospital. Inicialmente, a administração de todos os Santos esteve a cargo de provedores de nomeação régia, a maior parte capelães do rei ou servidores da casa real. Em 1530, João III entregou o governo do hospital à Congregação de São João Evangelista. SANTOS, 1918.

9 Sobre os privilégios concedidos às misericórdias veja-se, entre outros, SÁ, 2002, p.21.

10 Veja-se o quadro apresentado por SÁ, 2002, p.30.

11 Patrimonialmente os vínculos mais significativos foram os dos Hospitais de D. Maria Aboim, Hospital dos Meninos e o do Conde D. Pedro os outros, de fracos recursos, apenas permitiram a incorporação de antigas instalações e pouco mais.

12 *Regimento de como os contadores das comarcas hão-de prover sobre as capelas, hospitais, albergarias, confrarias, gafarias, obras, terças e resíduos* publicado dez anos depois. Para uma análise detalhada destes textos normativos veja-se ROSA, *2005,* pp.185-190.

13 Se os administradores de capelas não mandassem celebrar as missas ou os clérigos e religiosos as não dissessem no tempo que o fundador da capela determinou o dinheiro dessas missas reverteria para o Hospital de Todos os Santos, que o utilizaria em benefício dos doentes. Este movimento iniciou-se a partir de 1545 quando o papa Paulo III mandou aplicar ao Hospital de Todos os Santos os legados não cumpridos da cidade de Lisboa e termo. Esta determinação que foi ampliada a toda a diocese meio século depois pela bula de Clemente VIII de 5 de Fevereiro de 1598.

14 Entre outros, tinha casas, casais, quintas, quintais, hortas e, pomares. Era proprietário de olivais, vinhas, terras e ainda de outras propriedades menos nobres como chãos, serrados, matos e pardieiros. Detinha também alguns meios de produção, tais como, olarias, fornos de pão, lagares de azeite, moinhos e azenhas.

15 Os primeiros registos sobre as propriedades do hospital existentes atualmente no Arquivo do Hospital de São José remontam à primeira metade de XVI e respeitam aos livros de receita, então, chamados de «livros de foros e fazendas». Com a entrega do hospital à Misericórdia de Lisboa foi organizado o primeiro tombo do hospital (1568) que, cremos, foi executado entre finais do século XVI e inícios de XVII. E isto porque algumas freguesias a que o tombo faz referência só obtiveram esse estatuto administrativo em data posterior. A opção metodológica passou por manter a designação apresentada no tombo. O tombo continuou ativo por mais de dois séculos, sendo-lhe acrescentadas sucessivas verbas até 1852, altura que em passou a ser conhecido como «Tombo Antigo» e se procedeu à sua reforma AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 1187; liv. 1179 a 1185.

16 Entre outros locais, o hospital tinha bens em Alcácer do Sal, Santarém, Torres Vedras, Azambuja, Samora Correia, Benavente, Alenquer, Vila Franca de Xira, Sobral de Monte Agraço, Loures, Bucelas, Santa Iria, Vialonga, Sintra, Mafra, Ericeira, Benfica, Oeiras e Sacavém.

17 Sobre as freguesias de Lisboa, veja-se, por exemplo, SILVA, 1968, pp.193-197.

18 Estes bens localizavam-se sobretudo na Mouraria, Almoçovar, Nossa Senhora do Monte, Beco dos Captivos, Rua Direita das Olarias, Monte das Olarias, Beco do Alegrete, Rua do Pocinho, Rua Direita que vinha da Calçada de Santo André para Santa Bárbara, Rua Direita debaixo que vinha da Porta de São Vicente para Santa Bárbara, Rua Direita que ia para Santa Bárbara, Rua dos Lagares, Calçada de Santo André e Rua de João do Outeiro.

19 Até ao momento, descortinamos a proveniência de cerca de 26% do total de bens do hospital quer na cidade de lisboa quer nas demais povoações do reino. O registo da origem dos bens que se encontravam na posse da instituição faz apenas sentido nos primeiros tempos, depois disto, as propriedades são pertença da instituição e as referências à sua proveniência tendem a desaparecer dos registos. É evidente que o crescimento patrimonial do hospital está associado à proteção monárquica, como todos os historiadores têm repetido. E é bastante provável, cremos, que a restante percentagem de bens cuja origem nos escapa tivesse sido chegado ao hospital pela mão do monarca.

20 Para este estudo não foi contemplado a dimensão das propriedades o que, naturalmente, justifica o valor do foro em determinada zona. Esta opção sairia do âmbito do trabalho em curso, o qual tem como principal objetivo conhecer as receitas e as despesas da instituição e forma como foram utilizadas para financiar a assistência praticada pelo hospital.

21 Localizavam-se, entre outros, na Rua dos Vinagreiros, Rua Direita da Porta de São Vicente da Mouraria, Rua do Monturo do Benete, Rua da Praça da Palha, Rua das Arcas, junto do Pocinho entre as Hortas, Rua de São Pedro Mártir, Rua da Porta de Santo Antão, Beco de Rui da Grã, junto ao adro de Santa Justa, Praça da Palha, junto aos Estaus, Rua do Pato, Anunciada, Rua da Bitesga, Poço do Borratém e Beco da Farinha.

22 Já em freguesias vizinhas o número de propriedades era bem mais reduzido assim como o seu valor. Em São Sebastião situavam-se na Rua de João do Outeiro, Rua Direita que ia da Porta de São Vicente para Santa Bárbara, Beco de Martim Vaz, Rua dos Cavaleiros, Rua do Capelão, Rua da Amendoeira, Rua que ia da Porta de São Vicente da Mouraria para Santa Bárbara, detrás da Capela-mor de Santo Antão; Em São Cristóvão distribuíam-se entre a Rua da Achada, Rua de São Cristóvão e Rua do Regedor; Na freguesia de São Lourenço localizavam-se na Rua das Fontainhas e na Rua Direita que ia para São Lourenço; Em São Mamede tinha duas casas defronte do Adro de São Mamede e na Rua que ia das Pedras Negras para a Costa e na freguesia de Nossa Senhora da Pena tinha uma casa junto ao Cemitério de Sant' Ana e na freguesia de São José um olival junto no campo de São Lazaro.

23 Expulsos dos seus reinos pelos reis católicos, em 1492, os judeus tornaram-se um signficativo grupo de imigrantes que veio juntar-se aos que já aqui se encontravam. Protagonizaram uma autêntica invasão autorizada, a titulo provisório, por D. Joao II que viu neles a oportunidade de receber proventos, dotar o reino de gente e com oficios úteis. MAGALHÃES, 1993, pp. 475-476.

24 MAGALHÃES, 1993, pp 475-480.

25 RODRIGUES, 1970, p. 102.

26 As casas estavam repartidas entre a Rua dos Ourives do Ouro, Rua

da Amoreira, Rua Nova de El Rei, Rua dos Fornos, Rua do Vidro, Travessa que ia da Rua da Calcetaria para a Rua dos Fornos, junto à Igreja de São Julião, Rua das Esteiras que ia ter a São Julião, Rua Direita da Conceição, Fangas da Farinha, Rua do Álamo, Rua do Anjo, Rua do Anjo à Sobreiraria, Rua dos Pocinhos, Rua do Selvagem e Rua da Ferraria.
27 Situavam-se na Rua dos Douradores, Rua da Cutelaria, Rua do Poço do Chão Valverde, Rua que ia ter à Calçada do Carmo e à Portaria do Mosteiro, Rua que ia de Nossa Senhora da Vitoria para o Paço dos Estaus, Travessa que ia dos Torneiros para as Pedras Negras, Rua do Espírito Santo da Pedreira, Rua do Arco do Rossio, Lagar do Cebo, Rua que ia da Pecheleira para o Rossio, Calçada de Paio de Novais, Rua do Calçado Velho e Travessa da Sombreiria.
28 Localizavam-se no Terreiro dos Martinis, Beco de João Cotrim, Rua que ia da Madalena para a Conceição, Rua das Pedras Negras, Rua da Fancaria, Rua de Martim Alho, Rua da Ourivesaria da Prata e Portas do Açougue junto às Portas da Ribeira.
29 Situavam-se na Rua de Lava Cabeças, Poço da Fotea, Rua que vinha da Madalena para a Igreja da Conceição, Rua da Chancuda, Rua da Tinturaria, Rua dos Mercadores e Rua da Jubetaria Velha.
30 «a casa de sobrados era a casa que se elevava em andares, para além do andar do rés-do- chão; a parte que se chamava sobrado situava-se sempre sobre um compartimento, ou conjunto de compartimentos, a que geralmente se chamava «logea» ou «casa sobrada» […] numa casa de diversos andares, o primeiro sobrado poderia designar-se por sobre-loja» DIAS, José João Alves, 1996, pp. 105-106
31 Nas freguesias de Nossa Senhora da Madalena o hospital tinha três sobrados à entrada da rua da ourivesaria da prata pelos quais pagava Ana Vaz 3.500 réis e 2 galinhas. Na freguesia de Nossa Senhora da Conceição tinha mais quatro na Rua das Cristaleiras, Rua da Tinturaria, outro junto ao Terreiro do adro da Conceição e mais um na Rua da Chancuda.
32 Na Sé tinha cinco casas defronte de Santo António; em São Tiago mais duas junto a São Brás; em São João da Praça, outras duas casas; na de Santa Cruz, possuía umas casas junto ao castelo, um muro e barbacã no Postigo do Moniz; e em São Martinho apenas uma loja.
33 Tinha outros imóveis distribuídos pela Rua Direita que ia de São Pedro para o Chafariz dos Cavalos, Rua da Adiça e Rua da Regueira.
34 Em Santo Estevão situavam-se nas proximidades da Rua Direita da Porta da Cruz; em São Salvador tinha casas na Rua de Castelo Picão, Rua que ia do Mosteiro do Salvador para o Chafariz dos Cavalos, Rua da Rigueira e Rua Direita que ia da Igreja de São Tomé para Santo André; em São Pedro de Alfama, quatro casas e uma alcaçaria na Rua Direita que ia de São Pedro para o Chafariz dos Cavalos e junto à porta da Igreja de São Pedro; e, em São Vicente, casas na Rua do Cano de Alfugir, Rua de São Vicente e Bairro dos Escolares.
35 Em santa Engrácia as casas localizavam-se sobretudo fora da Porta da Cruz e as hortas e os olivais situavam-se sobretudo no vale de xabregas.
36 Situavam-se na Cordoaria Velha, Beco de Pedro Rodrigues, Rua da Comendadeira e Rua dos Cobertos de Cataquefarás.
37 Localizavam-se na Rua Direita da Esperança e perto de São Bento.
38 CARVALHO, 1992, p. 179.
39 Esta não foi de todo uma concessão invulgar, uma vez algumas misericórdias há muito que haviam alcançado esta prerrogativa, entre elas, a de Lisboa que a conseguira a título permanente em 1558. SÁ, 2002, p. 29
40 Sobre a propriedade enfitêutica veja-se SERRÃO, José Vicente, *Os campos da cidade. Configuração das estruturas fundiárias da região de Lisboa nos finais do Antigo Regime*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2000, Tese de doutoramento, pp. 423 a 575
41 É conhecido que desde finais do seculo XVI, a vinculação de bens de raiz para cumprimento dos sufrágios vinha a perder peso porque em tempos de dificuldades económicas e consequente falta de liquidez dava-se preferência as capelas instituídas em dinheiro.

Bibliografia

ABREU, Laurinda, «As Crianças Abandonadas no Contexto da Institucionalização das Práticas de Caridade e Assistência, em Portugal, no Século XVI», Actas do Seminário *A Infância no Universo Assistencial no Norte da Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*, 2008, pp. 31-49.

BRANDÃO, João, *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa, na 2a metade do século XVI: estatística de Lisboa de 1552,* (organização e notas de José da Felicidade Alves) Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

CARVALHO, Augusto da Silva, *Crónica do Hospital de Todos os Santos*, Reprod. Fac-similada da ed. de 1949, Lisboa, [s.n.], 1992.

CORREIA, Fernando da Silva (Pref.), *Regimento do Esprital de Todolos Santos de El Rey Nosso Senhor de Lisboa,* Lisboa, Laboratório Sanitas, 1946.

DAUPIÁS, Nuno, *Cartas de privilégio, padrões, doações e mercês Régias ao Hospital de Todos os Santos (1492-1775): subsídios para a sua história*, Lisboa, [s.n.], 1959.

DIAS, José João Alves, *Gentes e espaços em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

HENDERSON, John, *The Renaissance Hospital: Healing the Body and Healing the Soul*, New Haven, Yale University Press, 2006.

JONES, Colin, *The Charitable Imperative: Hospitals and Nursing in Ancien Régime and Revolutionary France*, London, Routledge, 1989.

JONES, Colin; BROCKLISS, Laurence, *The Medical World of Early Modern France*, Oxford, Clarendon Press, 1997.

LINDERMANN, Mary, *Medicina e Sociedade no Inicio da Europa Moderna: Novas Abordagens da História Europeia,* Lisboa, Replicação, 2002.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, «A sociedade», em José Mattoso (dir), *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, pp. 469-509.

MCHUGH, Tim, *Hospital Politics in Seventeenth-Century France: The Crown, Urban Elites and the Poor (History of Medicine in Context)*, Hampshire, Ashgate Publishing, 2006.

RISSE, Guenter B., *Mending Bodies*, *Saving Souls: A History of Hospitals*, New York, Oxford University Press, 1999.

RODRIGUES, José Albertino, «Ecologia urbana de Lisboa na segunda metade do século XVI», *Análise Social,* vol. VIII, n.º 29, 1970, pp. 96-115.

ROSA, Maria de Lurdes, *As almas herdeiras: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521),* Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2005, Tese de Doutoramento.

SÁ, Isabel dos Guimarães, «As Misericórdias da fundação à União Dinástica», em José Pedro Paiva (coord), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

SANTOS, Sebastião Costa, *Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José*, Porto, Tipografia da Enciclopédia Portuguesa, 1918.

SILVA, Augusto Vieira da, *Dispersos*, vol.1, Lisboa, Câmara Municipal,1968.

WOOLF Stuart, *The poor in western Europe in the eighteenth and nineteenth centuries*, London and New York, Methuen, 1986.

A PORTUGUESE MASTERPIECE IN A GERMAN CASTLE

THE ROYAL ENTRY OF KING PHILIP III INTO LISBON IN 1619

Andreas Gehlert[1]

In 2008, at the Lisbon Gabinete de Estudos Olisponenses (Institute for Lisbon Studies), the author had an opportunity to introduce a previously unknown Portuguese painting from a German collection to the public for the first time[1]. The large painting (oil on canvas, approx. 197 x 109 cm) depicts a panoramic view of the city of Lisbon (**Imagem 1**, página seguinte) and is one of the most significant Portuguese paintings outside of the country as well as from the seventeenth century. In the opinion of this author, the painting may well have been commissioned by the then viceroy, Cristovão de Moura, Marquês de Castelo Rodrigo, around 1600, after the death of King Philip II in 1598, as part of a campaign to convince the king to establish his court at Lisbon.[2] The painting may be identical with the one mentioned by contemporary sources[3] as a large painting showing the entry of Philipp III in 1619 (**image 2**) that was part of the decoration of the Salón de los Espejos in the Spanish royal palace, the Alcázar, in Madrid.

Imagem 2
The number 1613 indicated in the cartouche above is a restoration error.

[1]Independent art historian in Frankfurt am Main.

Today, the historically and art historically important painting is kept in the Elector's Chamber (**Imagem 3**) in the southern wing of Schloss Weilburg (**Imagem 4**), the former residence of the house of Nassau. How did a masterpiece like this make its way from a Spanish royal palace to a German residential palace? Was there a connection between the house of Nassau and the house of the Habsburgs, who ruled Spain and Portugal at that time? The answer is rather straightforward. According to the Hessian Palace Administration, the painting came from Schloss Holzhausen (**Imagem 5**) near Giessen, the former residence of Baron von Stumm. A famous art collector, Stumm served the German Kaiser as an envoy in Madrid around 1880, and it seems likely that he acquired the view of Lisbon on that occasion. After his death in 1925, the Stumm collection was dissolved and sold at auction in the course of several decades. However, our painting was in very poor condition and never made it into an auction. In 1948 it was taken to Schloss Weilburg, which at that point had already come into the possession of the Hessian government. There, the painting was inventoried, restored, and several decades later displayed as part of the reconstructed furnishing of the palace.

Imagem 3
The present setting in which the picture is shown

Imagem 4
Schloss Weilburg

Imagem 5
Holzhausen castle, residence of Baron von Stumm.

Imagem 1
Entrada de Su Magestad Don Phelipe III en Lisboa en 1619, Schloss Weilburg, Alemanha.

ENTRADA DE V MC
DON PHELIPE III EN
LISBOA EN 1613.

The painting shows the royal entry of King Philip III (Filipe II de Portugal) into Lisbon in 1619. In addition to the typical topography, the important buildings, and the giant and magnificent galleons and galleys, we can see in detail four of the thirty or so ornate triumphal arches that had been built in honor of the king's visit. In Lisbon, the hope was that the king's visit marked a commitment to the longstanding plan of making Lisbon the capital of the united crowns of Spain and Portugal. Although the plan made perfect sense since Lisbon was the gateway between the old and new world, it never came to pass.
The painting is highly interesting for a variety of reasons.
For one thing, it shows a full panoramic view of the city of Lisbon, from the outskirt towns of Belém in the west to Xabregas in the east. At the time, Lisbon had around 165,000 inhabitants and was one of the largest cities in the world. No other view of Lisbon from around 1600 shows such a complete panorama (the famous tile frieze in the Museu do Azulejo dates from the eighteenth century).
The topographical setting of the city on the seven hills is just as well observed as the architectural sites – from the royal palace and viceroy's palace on the waterfront (**Imagem 6**) to the cathedral (**Imagem 7**), the castle of São Jorge (**Imagem 8**), the giant monastery of São Bento da Saúde (**Imagem 9**) and the monastery of São Vicente de Fora (**Imagem10**). For architectural historians, the painting consequently serves as an important reference for the appearance of the buildings prior to the earthquake of 1755.

Imagem 6
The Torreão built under Philipp II. To the left is the large palace of the Marquês de Castelo Rodrigo

Imagem 7
The cathedral (Sé) of Lisbon decorated with the arch of the Italian nation. The central tower and the two towers at the entrance conform to earlier views of the cathedral such as the drawing of Lisbon from the 16th century held at Leiden university.The red roof to the left of the Sé seems to belong to the church of S. António which marks the birthplace of S. Anthony of Padua. The renaissance building shown here seems to have a semi-circular or hexagonal choir. This is in strong contrast to both the medieval building shown by Braunio and today's baroque building erected after the earthquake.

Imagem 8
Castelo de S. Jorge. The Castelo de S. Jorge high above the old city had been the royal residence before the Paço da Ribeira at the waterfront came in use under king Manuel. The castle wall dates back to a moorish construction. There is a belfry and further towers and buildings. To the left of it is a palace with a long garden descending in front of it. This twin-towered palace is shown as being adjacent to the castle on other old images of Lisbon and would probably refer to the royal residence at the castle.

Imagem 9
The huge monastery of S. Bento da Saúde, today seat of the parliament. The monastery had been intended as a pantheon of the Corte Real family and Cristóvão de Moura is buried in the crypt.

Imagem 10
S. Vicente de Fora is shown with a dome that was never built, but can be traced to architectural plans of the church.

Imagem 7

Imagem 8

Imagem 9

Imagem 10

Secondly, the image is also conceived as a reliable map; the coastline corresponds relatively accurately with the cartographical depiction of the coast on modern maps. The painter evidently worked with the aid of a cartographer who surveyed the coastline precisely. The love of detail, above all apparent in the rendering of the ships (**Imagem 11**) and the festively decorated main square (**Imagem 12**) on the waterfront (today's Praça do Comércio), is reminiscent of the manner of painting of cartographers, who were just as painstakingly meticulous as miniaturists (**Imagem 13**).

Imagem 11
Ships

Imagem 12
The festively decorated landing pier

Thirdly, the painting describes a historic event and through that alone becomes an important document of the time. In fact, the canvas provides an accurate rendering of the festive choreography of the royal procession (**Imagem 14**), which is described in some thirty books from the period between 1619 and 1623. It underscores that the individual sections of the king's journey were very closely related to the prior visit of the Spanish king, when Philip II entered Lisbon in 1582. The most recognizable structures in our painting, by the way, bear witness to the period of Habsburg rule (the large royal palace at the center of the painting; the viceroy's palace to the left of it in unmistakable Spanish style, and the monasteries of São Bento and São Vicente de Fora). From 1580 to 1640, the Spanish king was also the King of Portugal.

Imagem 13
Detail of a Madonna. The figures on the banners present one of the few possibilities to establish parallels with other figurative paintings. This Madonna shows significant similarities to Madonnas in Portuguese mannerist paintings of around 1600 by painters such as Fernão Gomes or Diogo Texeira. The extremely small size of the details is reminiscent of illustrations in illuminated manuscripts or on maps.

Fourthly, and lastly, the work can also be viewed as a marine painting, since at least two thirds of the canvas is taken up with the Tejo, where many fleets of galleons, galleys, and caravels can be seem, some maneuvering in formation (**Imagem 15**). A close look reveals astonishing details such as the pennants and banners of the ships (**Imagem 16**), the wood carved statues of patron saints on the sterns, and even a few sailors. The ships are shooting a salute in honor of the king, and the welcome is responded from Castelo de São Jorge high above the city.
The author of the painting is still unknown, but it is likely that the Portugues court cosmographer, chronicler, cartographer, and naval engineer João Baptista Lavanha played an important role in the planning of the procession and hence possibly also in the creation of this painting as a master plan for the event.

Imagem 14
Arch of the German nation; in the background left, the royal palace; there were two rows of columns decorated with statues of the German kings and emperors. The large arch of the German nation was actually the last one the king passed on his way through Lisbon. It was erected in the center of the Terreiro do Paço and forms the central element on Lavanha's print of the entry. The splendid golden arch with blue columns featured a giant double-headed eagle alluding to the union of Habsburg and Spain. To the left of the arch, the square was filled with two rows of columns bearing representations of the German kings and emperors. To the right of the arch, we see a multitude of people with their carriages and the horses pulling them.

Imagem 15
Galleys in formation firing salute; note tiny details e.g. in the patron saints

Imagem 16
Detail of the banners. The banners feature images of the Virgen Mary, crucifixion scenes, as well as representations of other patron saints such as Santiago shown in the upper left on his typical white horse and with the cross of Santiago in red.

In 1622, he summarized the procession in book form, including etchings illustrating an excerpt from the panorama (**Imagem 17**) and all of the triumphal arches in detail.
The Weilburg painting is an altogether astonishing work of art that should certainly be exhibited in Lisbon in the future, possibly in context with the frieze of the Museu do Azulejo.

Notas

1 Lecture on October 22, 2008, in conjunction with the exhibition Lisboa do século XVII: Imagens e textos nos quatrocentos anos do nascimento do padre António Vieira at the Palácio do Beau Séjour (Estrada de Benfica).
2 See Andreas Gehlert, Uma esplêndida vista de Lisboa no Castelo de Weilburg, Monumentos (magazine of the Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Lisbon), no. 28, December 2008, pp. 208-213.
3 Cassiano dal Pozzo, 1626 and Carducho, 1633.

Imagem 17
Print taken from J.B. Lavanha, *Viage de la Catholica Real Magestad del Rei D. Filipe III N.S. al Reino de Portugal I Relacion del Solene Recebimiento que en el se le hizo*, Madrid 1622 (detail)

A ENCENAÇÃO UTÓPICA DA CAPITAL DO IMPÉRIO
O PROJECTO DE LUÍS CRISTINO DA SILVA PARA O PALÁCIO DO ULTRAMAR (1951-1958)

Vera Félix Mariz*

*Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, verinhamariz@hotmail.com

Da (i)legitimidade da encenação utópica da *capital do Império*

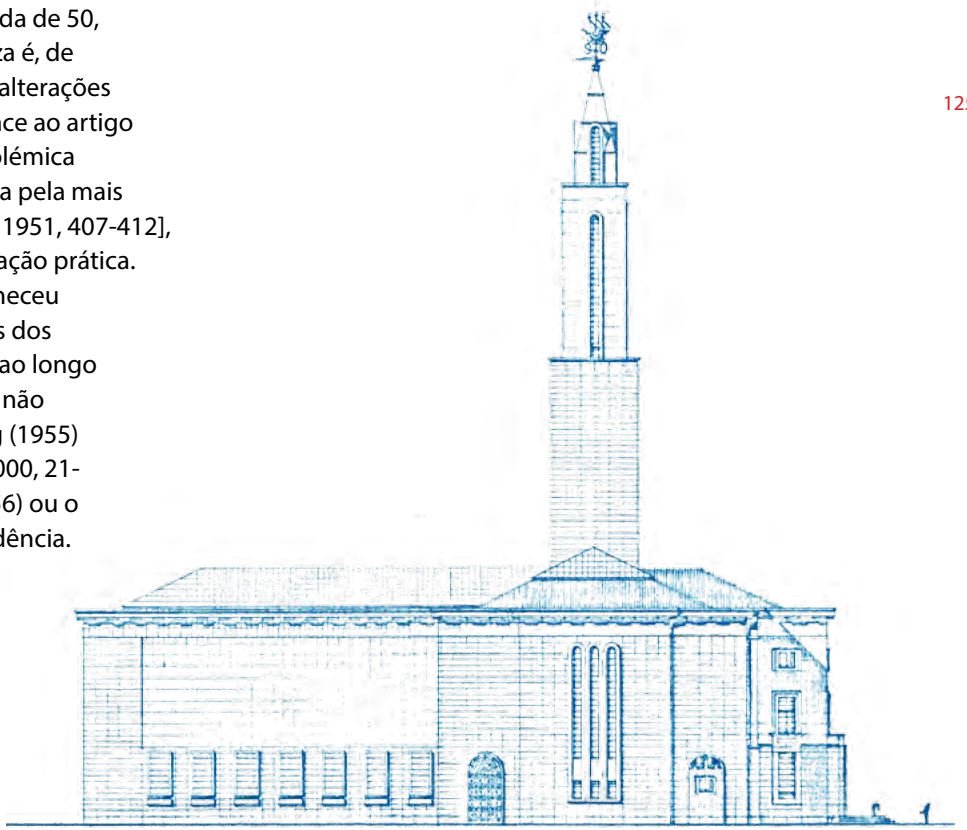
No dealbar dos anos 50 do século XX, tal como nos meados do século XV, a arquitectura foi entendida como um eloquente veículo de propaganda oficial e, tendo em consideração a sua quase total dependência do poder público[1], foi convincentemente utilizada como um poderoso instrumento de elevação nacional.
Deste modo, tal como Leon Battista Alberti (1404-1472) reconhecera na *res aedificatoria* a soberana missão de "render felice la vita" [Alberti, 1966, vol.1, 6], António Ferro (1895-1956) advertiu, em 1932, António de Oliveira Salazar (1889-1970), para a capacidade elevatória das artes.
Vejamos, o modo como, através da projecção do Palácio do Ultramar, o *Estado Novo* procurou marcar, em Belém, a sua posição relativa ao colonialismo e, simultaneamente, dignificar a capital de um império construído a partir do século XV.
A Praça do Império foi escolha, no final de 1951, para receber o Palácio do Ultramar, uma construção destinada a reunir espaços de exposição temporária e permanente de mostras alusivas à expansão e colonização portuguesa, um cinema-teatro, bem como os serviços da Agência Geral do Ultramar.
A escolha do local não foi, evidentemente, inócua.
Efectivamente, ao longo do desenvolvimento de todo o projecto é notória a unanimidade relativa à localização da edificação, afirmando-se que "É fora de toda a dúvida que não há em Lisboa local mais apropriado para a construção dos Palácios-Museus do Ultramar e dos Descobrimentos do que o do antigo areal do Restelo, hoje transformado, magnificamente, na Praça do Império [FCG/LCS[2], 48.5.13, 1953]. Afinal, entendendo os sítios e os monumentos como eloquentes testemunhos da glória nacional, Belém era, para o regime, o símbolo máximo da epopeia nacional, o local a partir do qual, no século XV, partiram as naus portuguesas, fruto da visão de ínclitos e venturosos monarcas imbuídos da ideia utópica de domínio total do homem sobre a natureza [Alberti, 1966, vol.1, 8-10]. Fundamentalmente, a projecção do Palácio do Ultramar para a praça frontal ao Mosteiro de Santa Maria Belém, visava, assim, o cumprimento simbólico e material do conceito de nacionalismo português: "o acordo e a síntese de tudo o que é permanente e de tudo o que é novo, das tradições vivas da Pátria e dos seus impulsos mais avançados" [*Decálogo*, 1934, 8].

De resto, relativamente à escolha do local, não podemos esquecer que esta não foi inédita. Afinal, entre 1938 e 1940, Cottinelli Telmo (1897-1949), arquitecto-chefe da *Exposição do Mundo Português*, debruçara-se sobre a urbanização daquele espaço, criando, como palco principal de um certame efémero, a Praça do Império. Assim, o local previsto no esboceto apresentado, em 1952, para o futuro Palácio, era, precisamente, orientado por aquela praça, estabelecendo-se o lado nascente, outrora ocupado pelo "Pavilhão de Honra e de Lisboa" do mesmo Cristino, como espaço de implantação [FCG/LCS, 48.4.1, 1952].
Vistos os motivos ideológicos e práticos orientadores da decisão da localização do Palácio do Ultramar, importa compreender a pertinência desta intenção em 1951.
Herdeira da 1ª Exposição Colonial Portuguesa (1934), da Exposição Histórica da Ocupação (1937), do I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo (1937), dos Pavilhões dos Portugueses no Mundo, dos Descobrimentos e da Colonização (1940), esta iniciativa foi lançada como uma forma propagandística de legitimar o colonialismo português.
Não obstante o seu estatuto enquanto uma das ideias-base do salazarismo, o colonialismo português, na década de 50, atravessava uma fase de fragilidade. Esta delicadeza é, de resto, denunciada em 1951, com a publicação das alterações introduzidas na Constituição, momento em que, face ao artigo 73 do capítulo XI da *Carta das Nações Unidas*[3], a polémica designações de "colónia" é oficialmente "substituída pela mais inócua "província ultramarina" [Diário do Governo, 1951, 407-412], sem que isto signifique, evidentemente, uma alteração prática.
Afinal, a verdade é que enquanto o regime permaneceu irredutível na sua posição relativa às reivindicações dos movimentos independentistas e procurou erguer, ao longo de quase dez anos, um Palácio do Ultramar, países não alinhados reuniram-se na Conferência de Bandung (1955) para discutir a questão do colonialismo [Afonso, 2000, 21-22] e a Argélia (1951), a Líbia (1951), Marrocos (1956) ou o Sudão (1956), entre outros, alcançaram a independência.

O projecto inicial – hibridismo moderno e tradicional (1951-1953)

No ano de 1952, a construção do grande complexo destinado a sede de informação e propaganda colonial, foi oficialmente adjudicada a Luís Cristino da Silva, definindo-se um valor de 450.00$00 a pagar pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) [Diário da República, 1952, 526].
Já com os dados de engenharia tratados e apresentados por Rui de Sá Carneiro (1899-1963) [FCG/LCS, 48.1.1, s/d], Cristino da Silva propôs, em Agosto de 1952, para o lado nascente da Praça do Império, um edifício monumental em L, no qual se distinguem três corpos, estando o principal orientado no sentido Norte/Sul e os restantes paralelos ao rio Tejo. **Imagem 1**

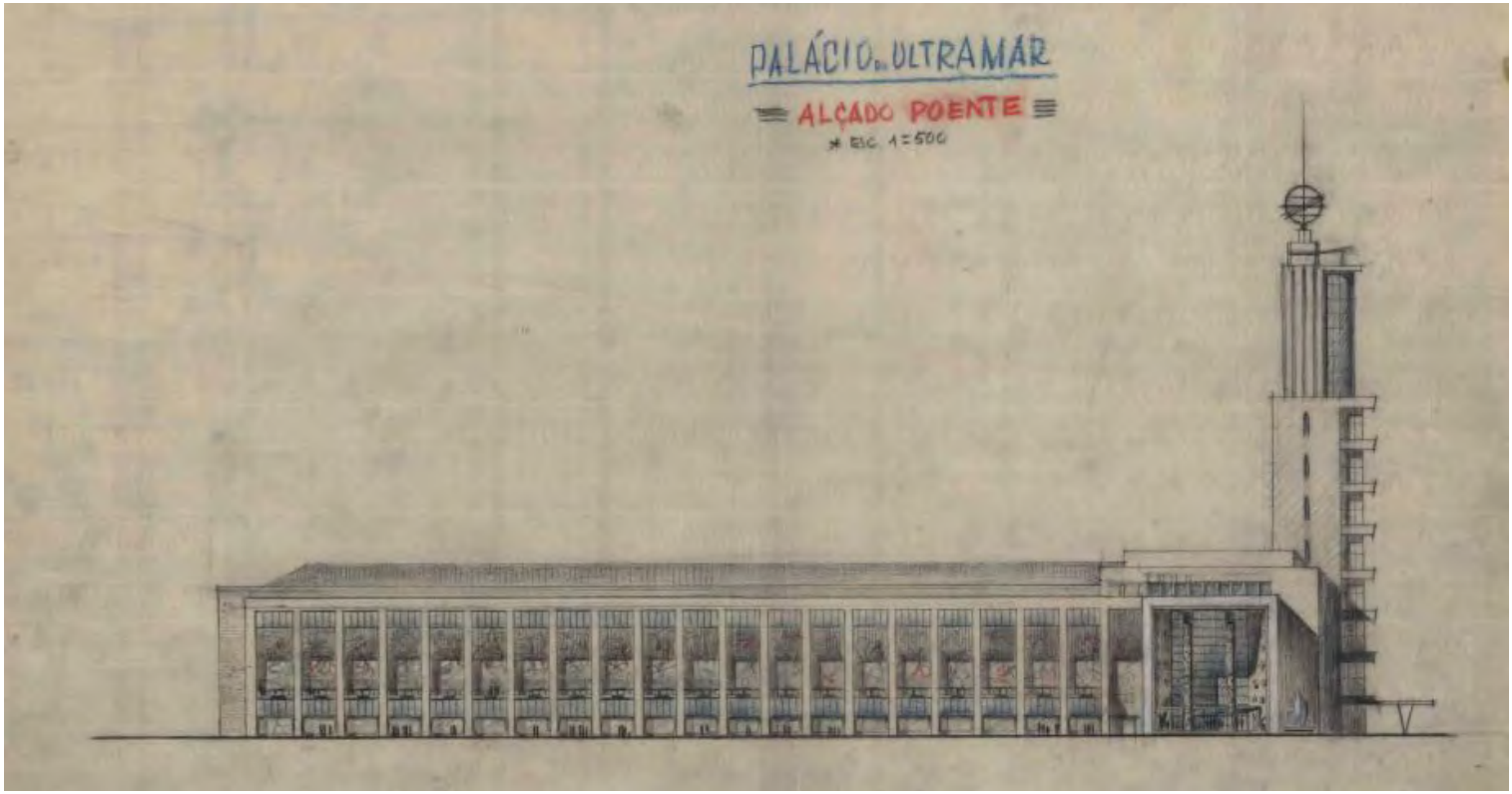
Imagem 1
Museu de Arte Contemporânea: alçado lateral. Projecto Luís Cristino da Silva, 1943. Espólio Luís Cristino da Silva. FCG/Biblioteca de Arte, LCSDA 28.0



Intimamente filiada no estilo do "Pavilhão de Honra e de Lisboa" e do não executado Museu de Arte Contemporânea (1943), a fachada principal do edifício é, sem dúvida, o elemento que melhor denuncia a procura de escala duma construção onde o relacionamento entre modernidade e tradição reflecte o ideal de uma arquitectura oficial, moderna e portuguesa. Assim, num jogo bem articulado de volumes imponentes e despojados, surge, virada para a praça, a imponente fachada paralelepipédica marcada por mais de uma vintena de pilastras que permitem a criação de uma passagem coberta com grandes janelões e montras. Na entrada principal, um elevado pórtico, localizado a sul e adossado ao grande "caixote" que marca o ponto de ligação entre os dois corpos principais, denotamos novo hibridismo. De resto, a grande torre que marca, com os seus 72 metros de altura [FCG/LCS, 48.4.1, 1952], o centro do "caixote", denuncia uma síntese eloquente do incessante desejo de nacionalizar o apátrida modernismo internacional dos anos 30. Afinal, note-se que este elemento de volumetria depurada, marcado, num primeiro nível, por balcões orientados para o rio e, numa segunda fase, por um envidraçado, e que conta, ainda, com uma esfera armilar, é, não só, recorrente na produção de Cristino[4], como na de um arquitecto que, como o português (Rodolfo, 2002, 53], frequentou a *Villa Médicis* da *Académie des Beaux Arts*: Tony Garnier (1869-1948) [Pawlowski, 1993][5].

Imagem 2

Imagem 2
Palácio do Ultramar: alçado poente. Projecto Luís Cristino da Silva, 1953.
Espólio Luís Cristino da Silva. FCG/Biblioteca de Arte, LCSDA 48.12

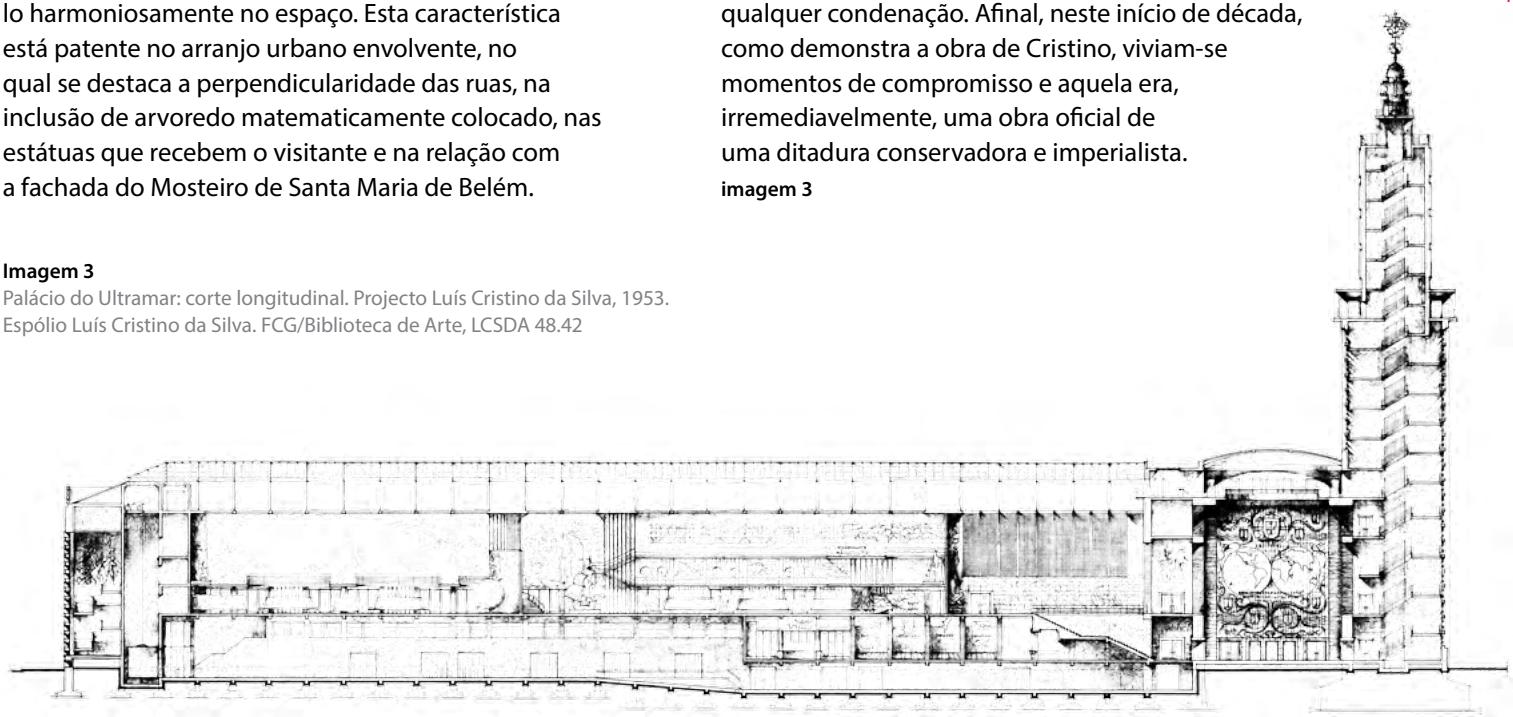


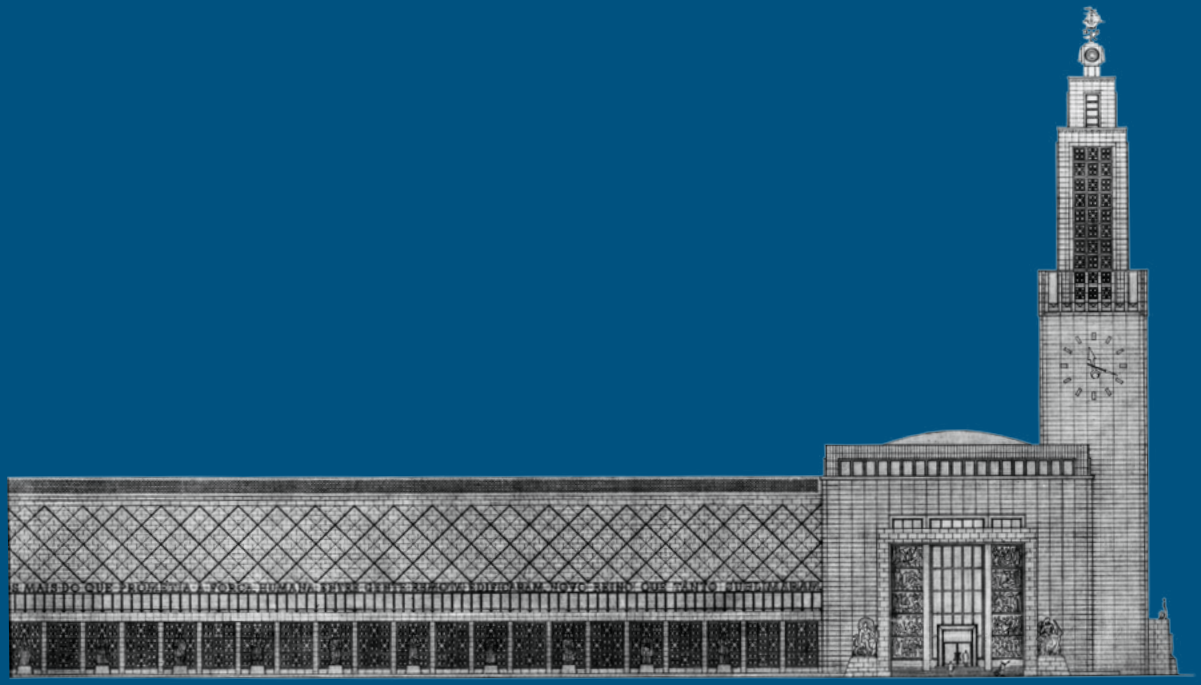
O corpo principal, com a sua grande nave, destinar-se-ia à exposição permanente – "Portugal Ultramarino e a Nação" – apresentando, no andar nobre e segundo piso, elementos representativos do universo colonial [FCG/LCS, 48.4.1, 1952]. Além disto, este corpo contaria, nas caves e rés-do-chão, com um espaço para depósitos, oficinas, laboratórios e estúdios [FCG/LCS, 48.4.1, 1952]. Após o vestíbulo de honra, destinado aos serviços administrativos, surge o segundo corpo, mais modesto, e destinado a exposições temporárias, a salas de convívio, um restaurante, uma biblioteca e um auditório de trezentos lugares [FCG/LCS, 48.4.1, 1952].
Por fim, no seguimento deste corpo, surge o terceiro volume, um cinema-teatro para mil espectadores.
Já extra-construção arquitectónica em L, o arquitecto colocou a hipótese de criar um diorama [FCG/LCS, 48.4.1, 1952], instrumento pedagógico que visaria, evidentemente, a reprodução da vida, fauna e flora ultramarina, complementando, deste modo, os jardins.
De resto, como é característico na produção de Cristino da Silva [Fernandes, 1998, 41], esta primeira abordagem denúncia um notável entendimento da necessidade de apresentar não só o Palácio mas, também, de integrá-lo harmoniosamente no espaço. Esta característica está patente no arranjo urbano envolvente, no qual se destaca a perpendicularidade das ruas, na inclusão de arvoredo matematicamente colocado, nas estátuas que recebem o visitante e na relação com a fachada do Mosteiro de Santa Maria de Belém.

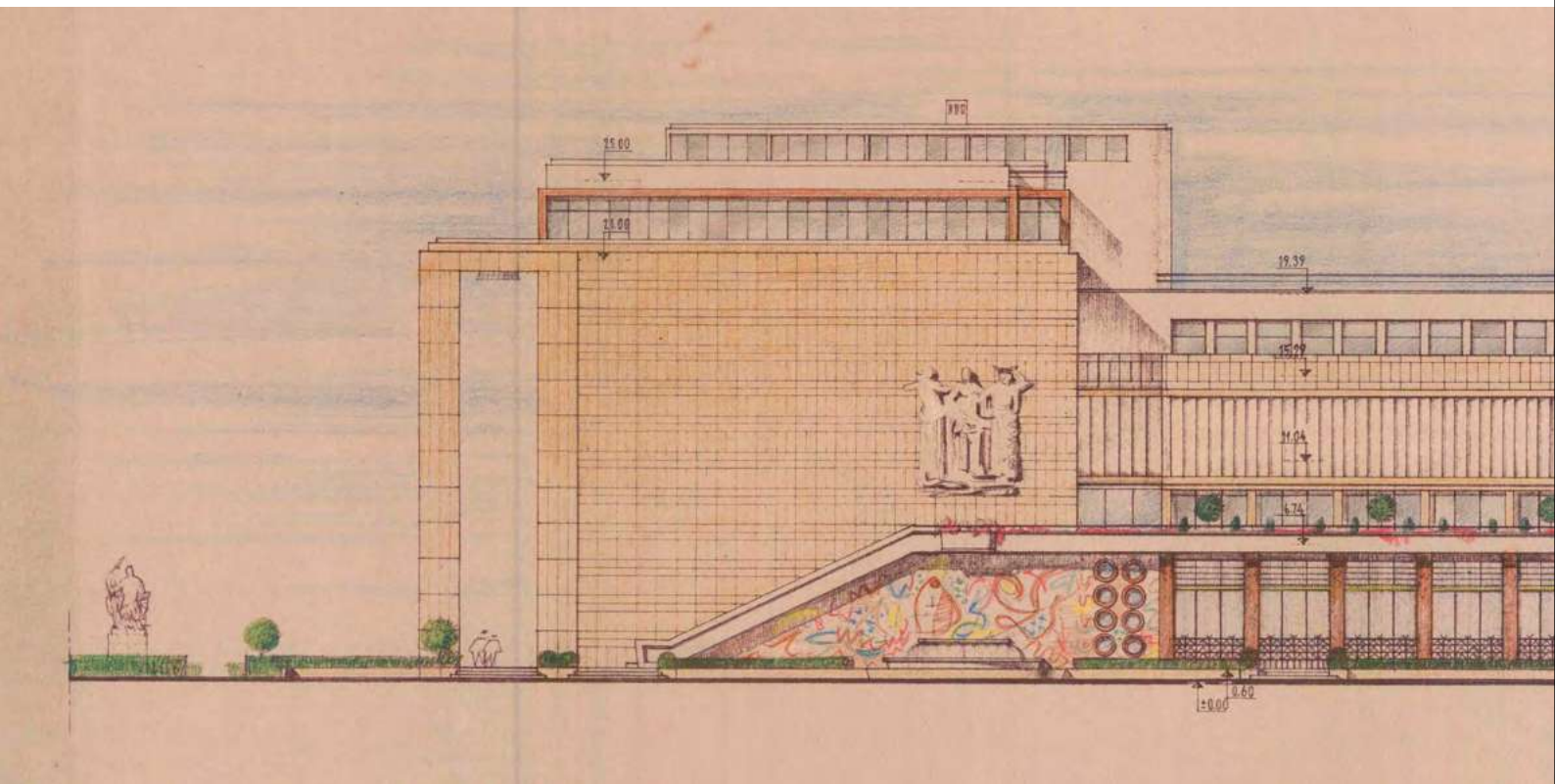
Afinal, para Cristino seria obrigatório atender "ao Mosteiro dos Jerónimos, monumento nacional de grande valor histórico e artístico." [FCG/LCS, 48.4.1, 1952]. De facto, não podemos deixa de notar a mestria com a qual o arquitecto procurou harmonizar a nova construção com a pré-existente – manuelina, consagrada e classificada – jogando com a disposição espacial, volumes, mas, sobretudo, sem cair num revivalismo manuelino, optando, inversamente, pelo purismo dominante.
Após a sua conclusão, este esboceto foi submetido, a 24 de Março de 1953, à apreciação do Conselho Consultivo da DGEMN. Nesta ocasião, as questões levantadas, prenderam-se, sobretudo, com a volumetria e aspectos formais. Assim, entendeu-se que o arranjo da praça não deveria ser simétrico; os volumes, especialmente no pórtico, deveriam ser reduzidos; a torre, elemento decorativo, pouco convencia; finalmente, contestava-se, a ausência de unidade estilística nas diversas fachadas [FCG/LCS, 48.5.13, 1953]. Presentemente, para compreendermos estas considerações, é necessário ter em consideração que o I Congresso Nacional de Arquitectura teve, efectivamente, impacto mesmo junto dos ditos "arquitectos do regime", como seria o caso de Pardal Monteiro (1897-1957), vogal do conselho, procurando-se, da forma possível, incutir um espírito actual, pelejador do tal portuguesismo moderno. Contudo, não deixa de ser curioso que os elementos mais gritantemente nacionalistas – os escudos, a esfera e a caravela – não foram alvos de qualquer condenação. Afinal, neste início de década, como demonstra a obra de Cristino, viviam-se momentos de compromisso e aquela era, irremediavelmente, uma obra oficial de uma ditadura conservadora e imperialista.

imagem 3

Imagem 3
Palácio do Ultramar: corte longitudinal. Projecto Luís Cristino da Silva, 1953.
Espólio Luís Cristino da Silva. FCG/Biblioteca de Arte, LCSDA 48.42






25.00
23.00
19.39
15.29
11.04
6.74
0.60
±0.00

Ainda assim, no anteprojecto apresentado a 23 de Junho de 1952, Cristino da Silva permaneceu irredutível em relação à volumetria e proporções, justificando o aspecto monumental pelo desejo do Ministro das Obras Públicas "de ver mantidas as características e proporções adoptadas na cércea estabelecida no anteprojecto do edifício do Museu de Arte Contemporânea" [FCG/LCS, 48.4.7, 1953]. **Imagem 4**

Quanto ás alterações introduzidas nas fachadas, na principal assiste-se a uma maior depuração, diminuindo-se as dimensões das pilastras e introduzindo-se, em compensação, um longo paramento marcado linhas oblíquas cruzadas. Esta alteração, prender-se-ia com o facto do arquitecto ter compreendido a desnecessidade de prolongar as pilastras e abrir grandes janelas, pois afinal a grande nave seria iluminada superiormente por um imenso lanternim, e, no caso do andar nobre, este seria lateralmente alumiado por vinte sete vãos de sacada.

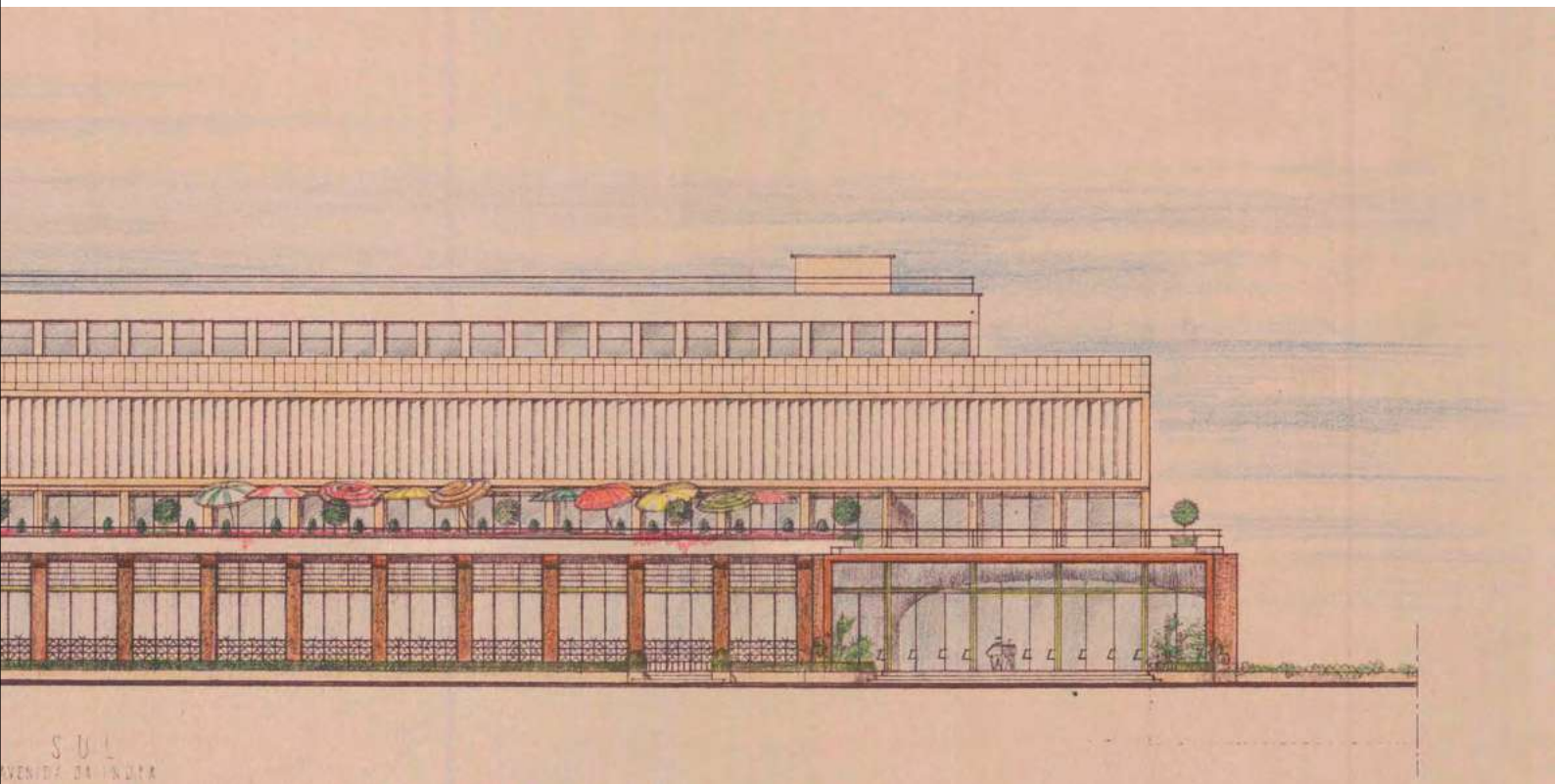
No entanto, não podemos falar de uma total conversão a princípios funcionais, mas sim, novamente, de uma situação de compromisso, conforme testemunha a introdução, nestes vãos, de uma grelhagem decorativa em pedra de Ançã [FCG/LCS, 48.4.7, 1953].

Neste segmento, o cunho nacional foi, ainda, reforçado através da introdução de uma estrofe d'*Os Lusíadas*[6].

A entrada neste grandioso Palácio denota, também ela, alterações significativas que, novamente, denunciam a preocupação em criar não um "português suave", mas um "português duro" [Portas, 2005, 292]. Assim, surge, ao centro, neste pórtico, um vão notável pela sua amplitude, permitindo a iluminação do vestíbulo de honra, mas, também, panos de parede totalmente decorados por motivos de cerâmica policromada. **Imagem 5**

Imagem 4
Palácio do Ultramar: alçado poente. Projecto Luís Cristino da Silva, 1953. Espólio Luís Cristino da Silva. FCG/Biblioteca de Arte, LCSDA 48.178

Imagem 5
Palácio do Ultramar: alçado sul. Projecto Luís Cristino da Silva, 1958. Espólio Luís Cristino da Silva. FCG/Biblioteca de Arte, LCSDA 48.33



No entanto, neste anteprojecto, a fachada sul, virada para o rio é, sem dúvida, a mais interessante. Neste momento, Cristino da Silva, procurando traduzir "quanto possível, o aspecto funcional do fim elevado a que se destina" [FCG/LCS, 48.4.7, 1953], projectou uma varanda que quebra a cadência de colunas e vãos e a monotonia do paramente superior. Com os seus 6 metros de largura, pretendia-se que esta varanda servisse, simultaneamente, de local de lazer, e numa notável visão museográfica, de protecção solar à sala das exposições temporárias. Todavia, com a inclusão de um alto-relevo no segmento lateral do corpo do vestíbulo de honra, e de uma pintura mural no pano que antecede os vãos sob a varanda, não podemos deixar de notar uma óbvia intrusão formal neste aspecto funcional.

Imagem 6

Por sua vez, devido à proximidade com o Mosteiro de Santa Maria de Belém, o alçado norte é, indiscutivelmente, o mais sóbrio. Aqui, repare-se na inclusão de uma varanda, permitindo, deste modo, o acesso aos jardins.

Quanto ao elemento mais criticado no parecer do Conselho Consultivo, a torre, Cristino da Silva esclarece que esta não tinha um interesse decorativo, sendo um elemento de sinalização horária [FCG/LCS, 48.4.7, 1953]. Formalmente, esta surge aqui mais embelezada mas menos gritantemente nacional, contando com um jogo de paramentos lisos e superfícies vazadas dinamizadas por uma grelhagem. No topo, a esfera armilar deu lugar a uma caravela, elemento lisboeta mas, simultaneamente, alegoria da expansão portuguesa. Quanto às varandas que, anteriormente, permitiam apenas olhar o rio, tornaram-se, neste projecto, panorâmicas, rodeando a torre em dois momentos. **Imagem 7**

Para terminar, observe-se, novamente, a dualidade modernismo/tradição, com a utilização, no corpo principal, de um característico telhado de duas águas revestido a telha "Luza", enquanto, as restantes coberturas, à semelhança do que Cristino fizera no Liceu de Beja (1930-1934), iriam receber, apenas, lajes de betão armado.

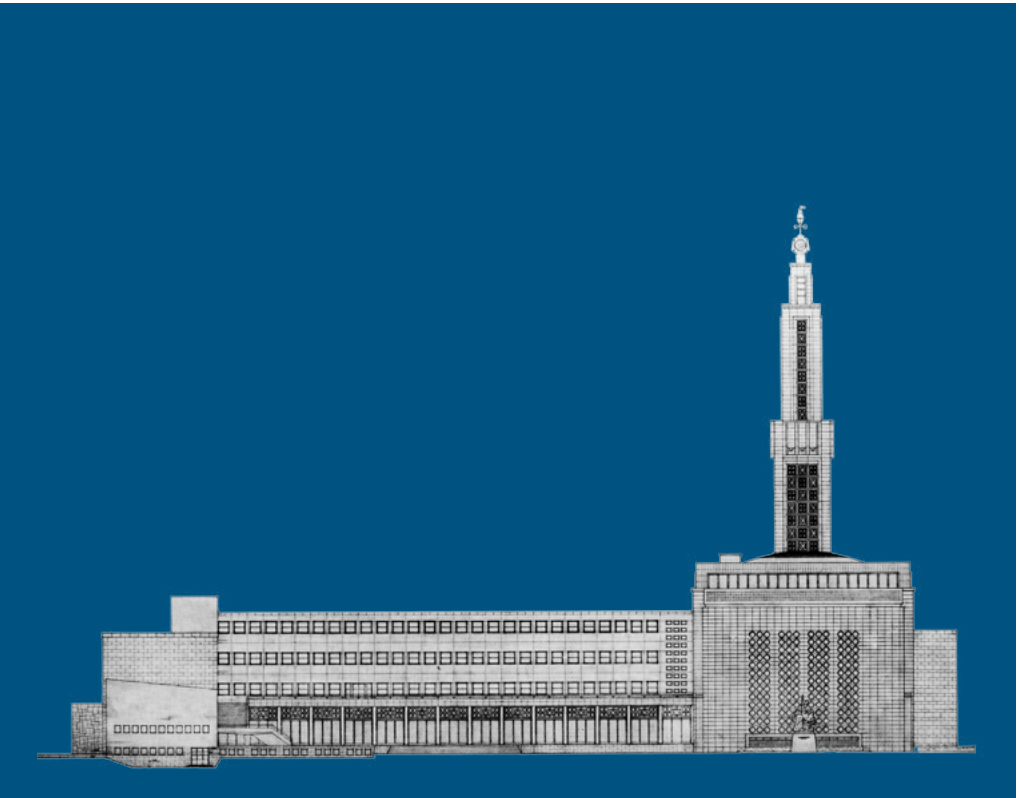
Imagens 8 e 9

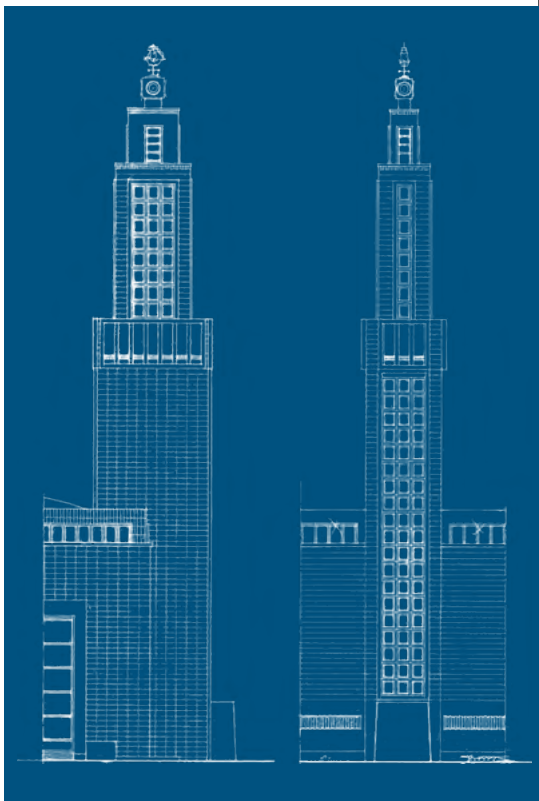
Imagem 6

Palácio do Ultramar: alçado norte. Projecto Luís Cristino da Silva, 1953. Espólio Luís Cristino da Silva. FCG/Biblioteca de Arte, LCSDA 48.177

Imagem 7

Palácio do Ultramar: estudo para a torre horária. Projecto Luís Cristino da Silva, 1953. Espólio Luís Cristino da Silva. FCG/Biblioteca de Arte, LCSDA 48.34





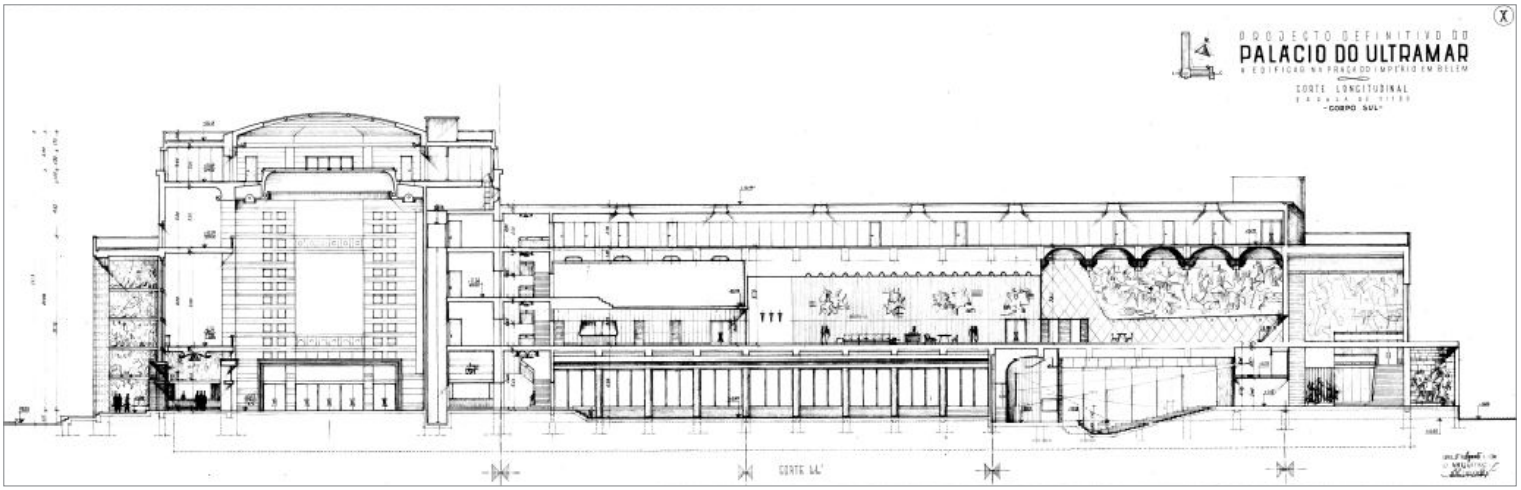
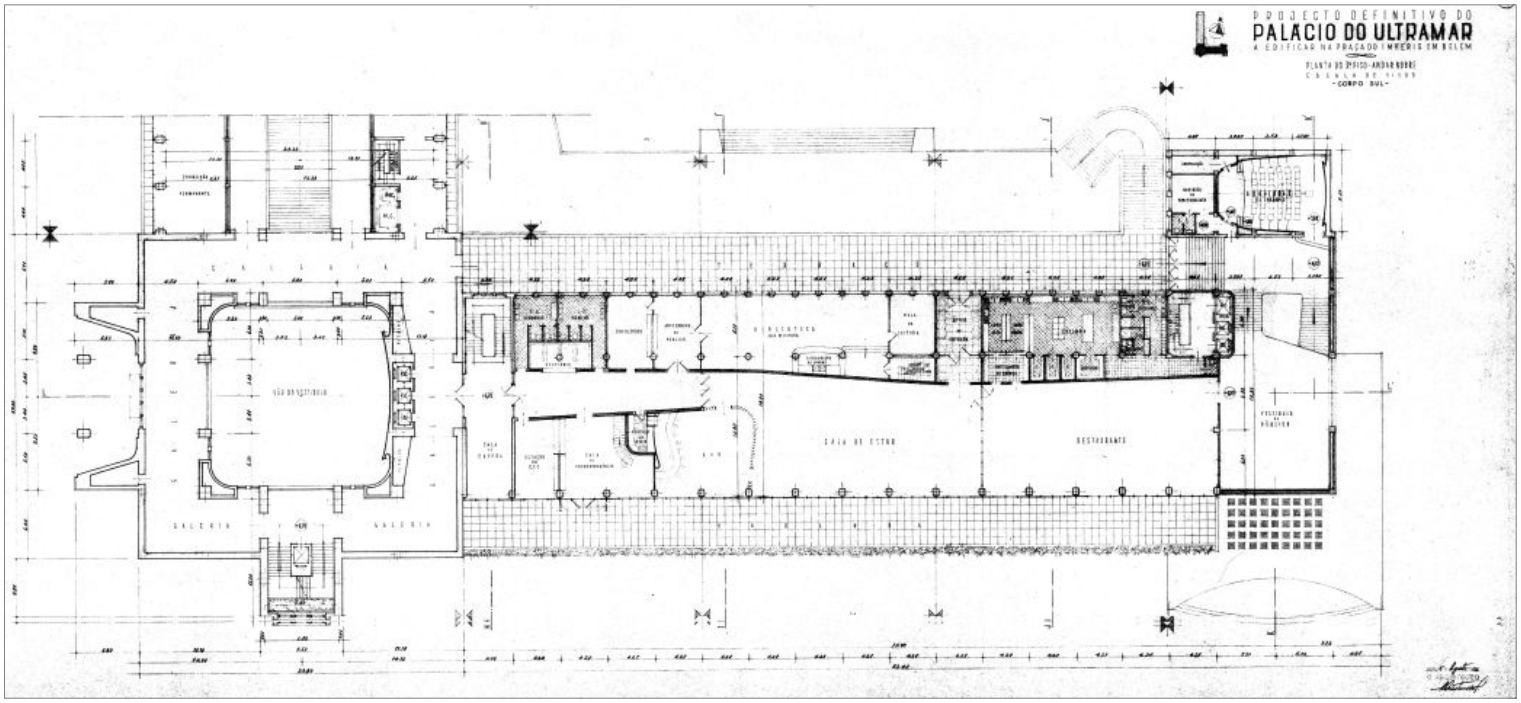


Imagem 8
Palácio do Ultramar: corte longitudinal do corpo sul. Projecto Luís Cristino da Silva, 1954. Espólio Luís Cristino da Silva. FCG/Biblioteca de Arte, LCSDA 48.56

Imagem 9
Palácio do Ultramar: planta do andar nobre. Projecto Luís Cristino da Silva, 1954. Espólio Luís Cristino da Silva. FCG/Biblioteca de Arte, LCSDA 48.154



O percurso até à interrupção – um dos 80% de "projectos-cadáveres" de Cristino da Silva (1953-1958)

Durante o Verão de 1953, o anteprojecto do Palácio do Ultramar foi, novamente, submetido a avaliação.

No entanto, não obstante a aprovação da Junta Nacional de Educação, as possibilidades de concretização desta utopia edificatória começaram a esmorecer. Efectivamente, após um parecer positivo de Pardal Monteiro[7], Cristino da Silva deparou-se com uma série de pedidos de reformulação.

Logo em Agosto de 1953, após os pareceres favoráveis da Junta Nacional de Educação e do Conselho Consultivo da DGEMN [FCG/DM, 284/99, 1953][8], o arquitecto Paulino Montez (1897-1988), incumbido de esclarecer Cristino em determinados aspectos, demonstrou receios relacionados com a altura da torre, bem como com a necessidade de ter em consideração o facto de ser erróneo cair em revivalismos, mas, também: "expressões inconsistentes, como muitas que se vêem em edifícios modernos e que exprimindo economia e técnicas louváveis, não acusem o sentido das exigências espirituais da mais bela arquitectura de todos os tempos" [FCG/DM, 284/100, 1953]. Recordando o anteprojecto previamente analisado, não podemos deixar de sublinhar a inconsistência do comentário de Montez que condenando, simultaneamente, um dos aspectos mais actuais do pórtico norte – o paramento liso dinamizado pelas linhas oblíquas cruzadas –, bem como o coroamento absolutamente tradicional da alta torre – a caravela –, não dá indicação de qual seria, afinal, o caminho a seguir.

Imagem 10

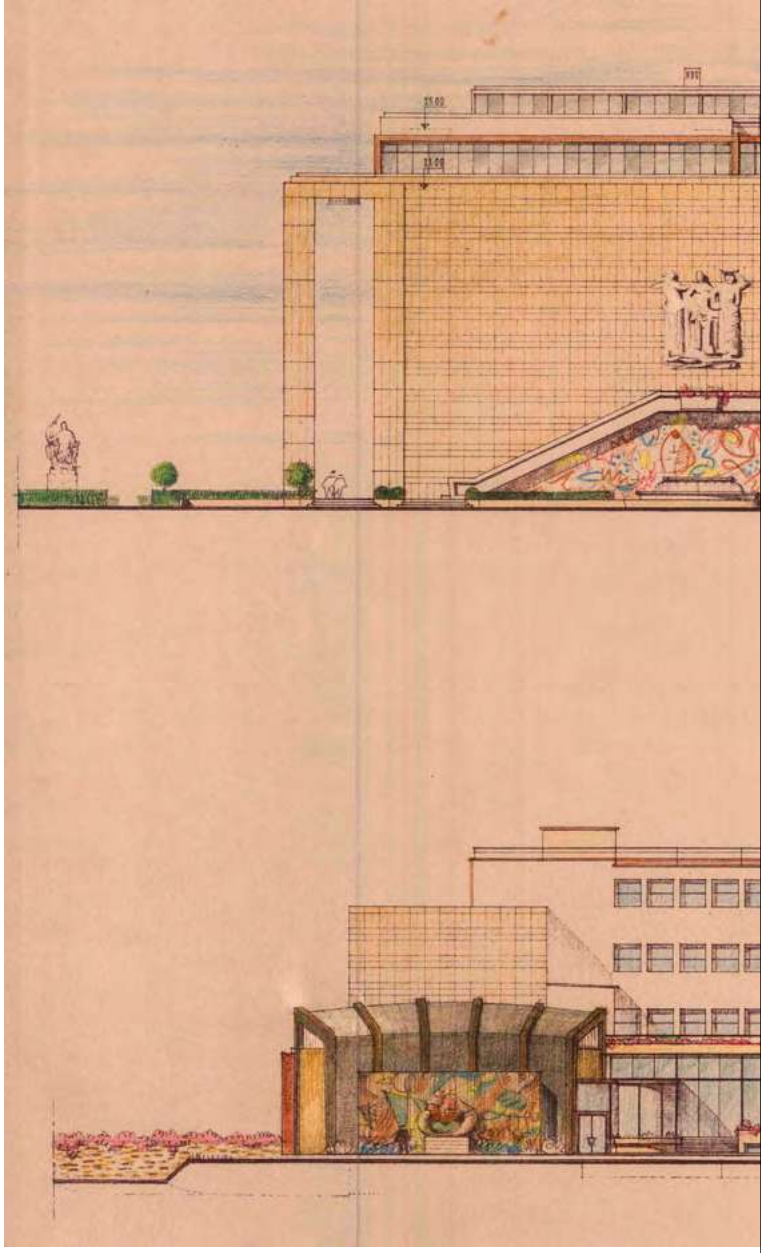
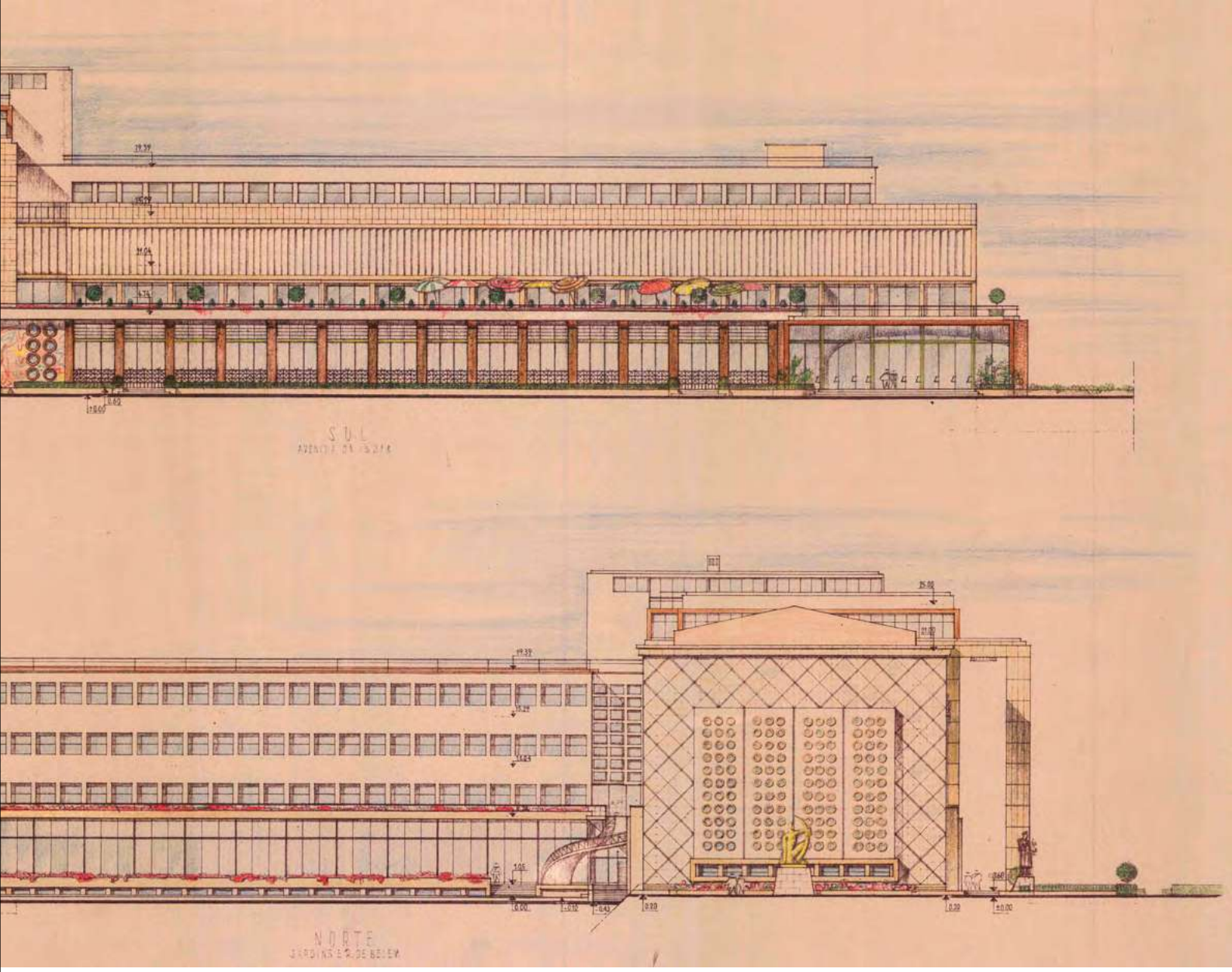


Imagem 10
Palácio do Ultramar: alçados sul e norte. Projecto Luís Cristino da Silva, 1958. Espólio Luís Cristino da Silva. FCG/Biblioteca de Arte, LCSDA 48.32


SUL
NORTE

Ainda assim, Cristino da Silva foi autorizado a elaborar o projecto definitivo, havendo, inclusivamente, da parte do Ministério da Obras Públicas e Comunicações uma certa urgência no seu progresso [FCG/LCS, 58.5.2, 1954]. No entanto, a obra não só não arrancou no ano de 1954 como, de resto, se complicou, datando desse ano o (re)surgimento oficial das intenções de remodelar todo o traçado da Praça do Império e zona marginal de Belém o que iria, obrigatoriamente, forçar alterações na localização do Palácio e, possivelmente, na composição do conjunto. **Imagem 11** Assim, com a reactivação da Comissão de Obras da Praça do Império e Zona Marginal de Belém e a aproximação do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1960), Cristino da Silva, juntamente com o arquitecto Jacques Carlu (1890-1976), viu-se envolvido num projecto de uma dimensão extraordinária que implicaria, não só, a conclusão do Palácio do Ultramar, mas, também, a construção do Museu do Ultramar, Escola Superior do Ultramar, Instituto de Medicina Tropical e, ainda, a reformulação do traçado daquele trecho [Elias, 2004, 115-117]. Ora, independentemente das tentativas de intervenção do arquitecto Carlu no Palácio, visando, sobretudo, a fachada principal e desenvolvidas no sentido de refrear o modernismo da estrutura em betão armado da grande nave de exposições [FCG/LCS, 48.5.28, 1957], só houve, verdadeiramente, uma grande alteração: a supressão da torre horária. **Imagem 12**

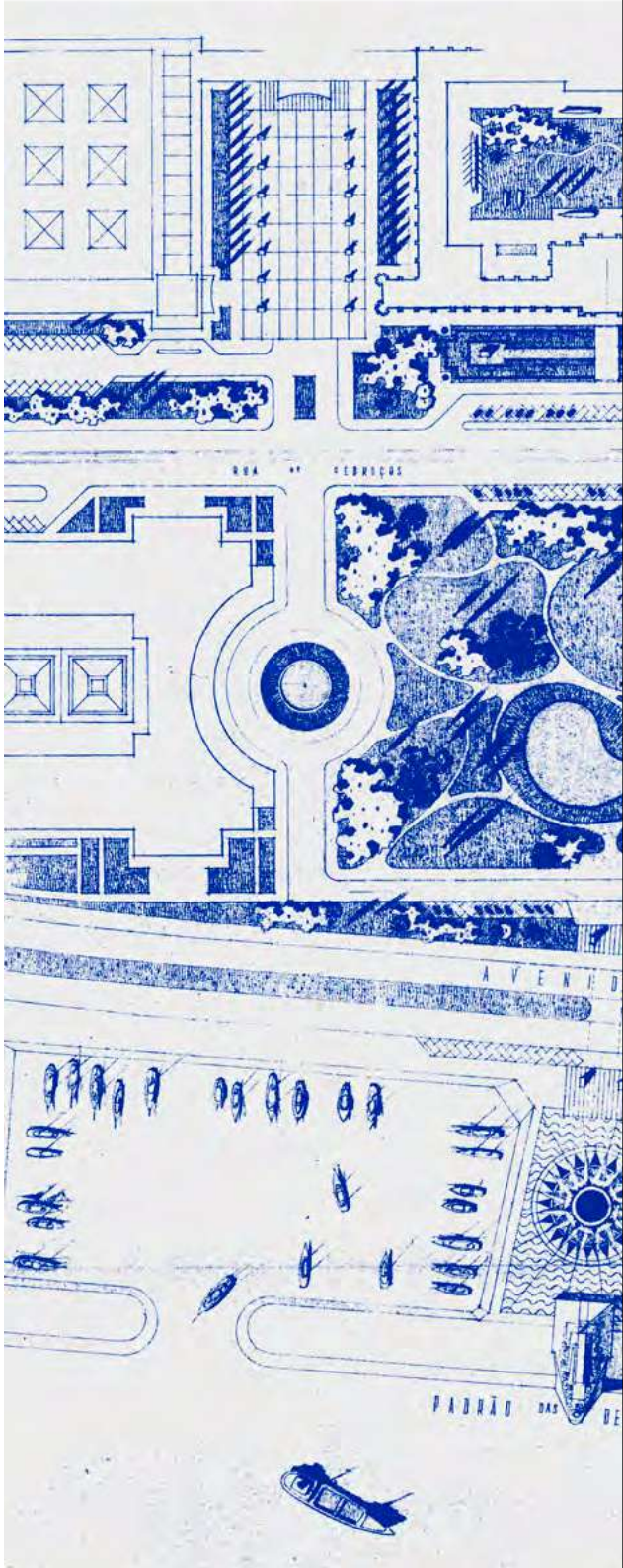
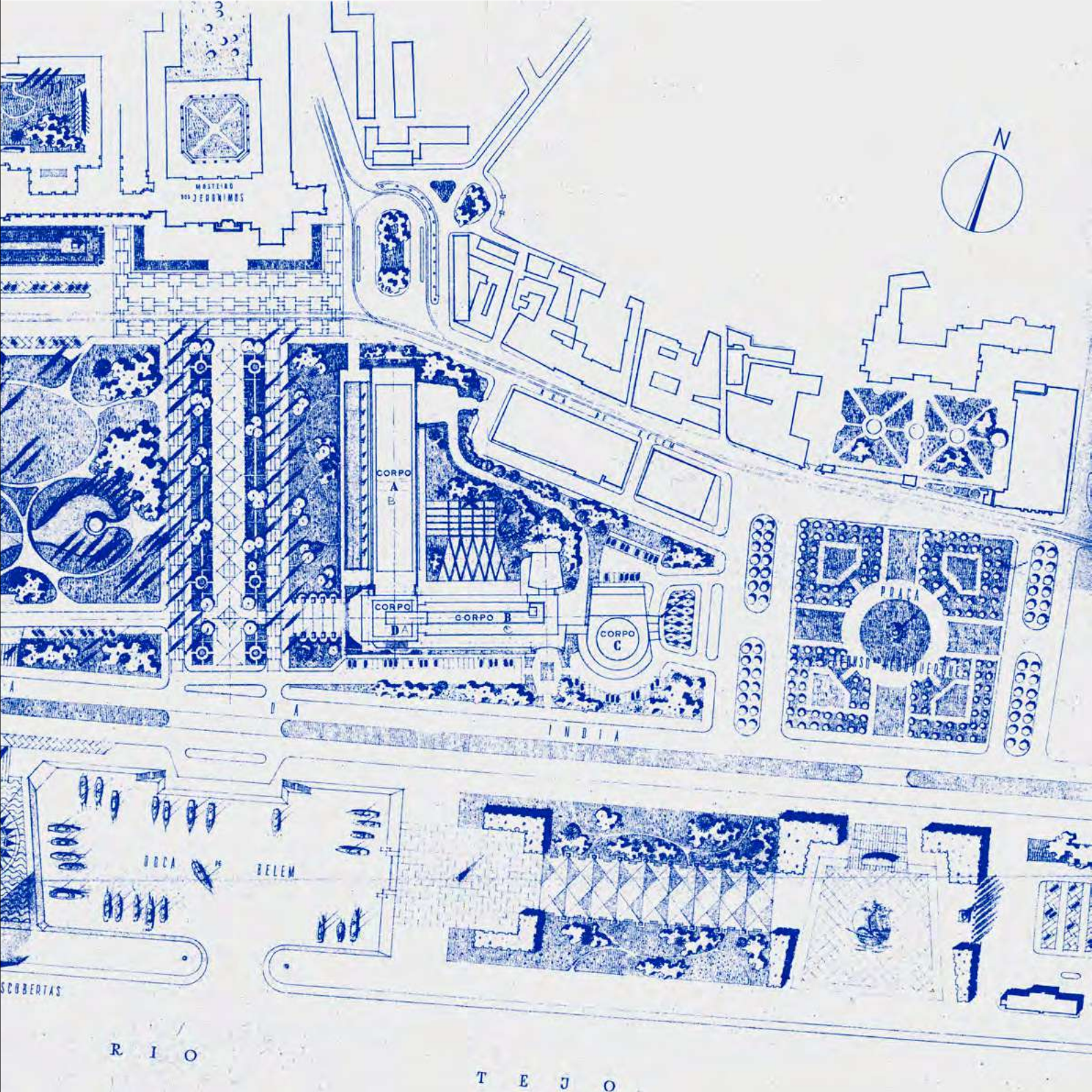


Imagem 11
Palácio do Ultramar: localização na Praça do Império. Projecto Luís Cristino da Silva, 1958. Espólio Luís Cristino da Silva. FCG/Biblioteca de Arte, LCSDA 48.166


N
MOSTEIRO DOS JERONIMOS
CORPO A
B
CORPO D
CORPO B
C
CORPO C
PRAÇA
DA INDIA
BOCA DE BELEM
SCOBERTAS
RIO TEJO

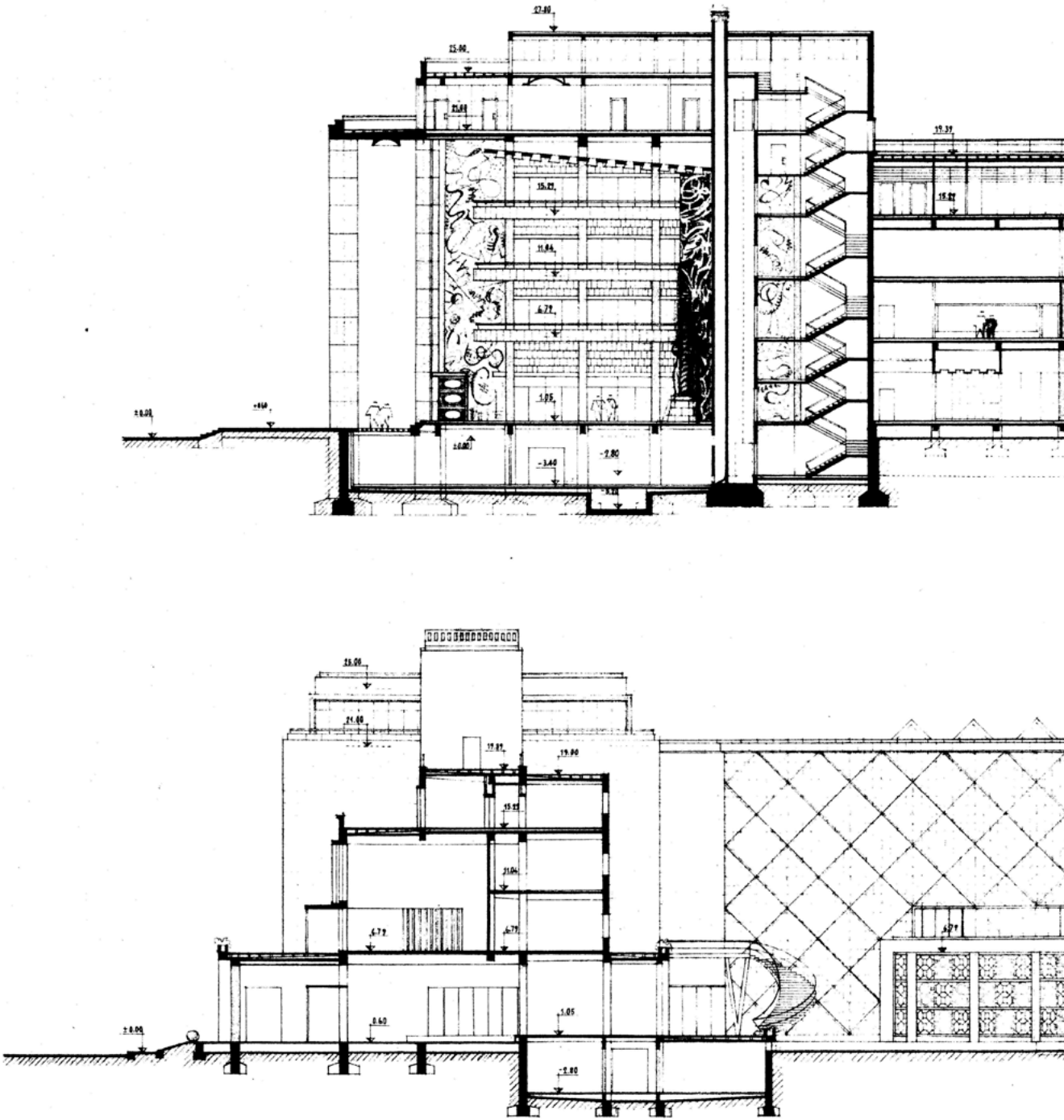
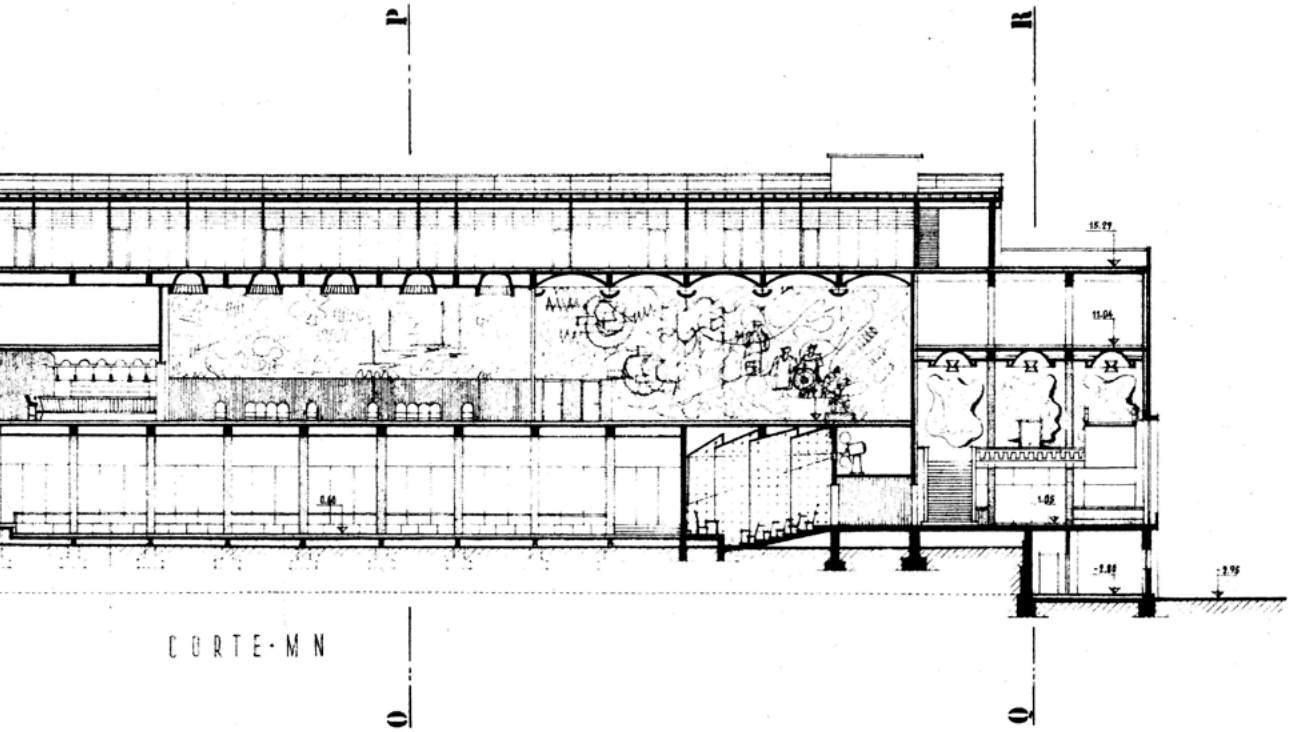
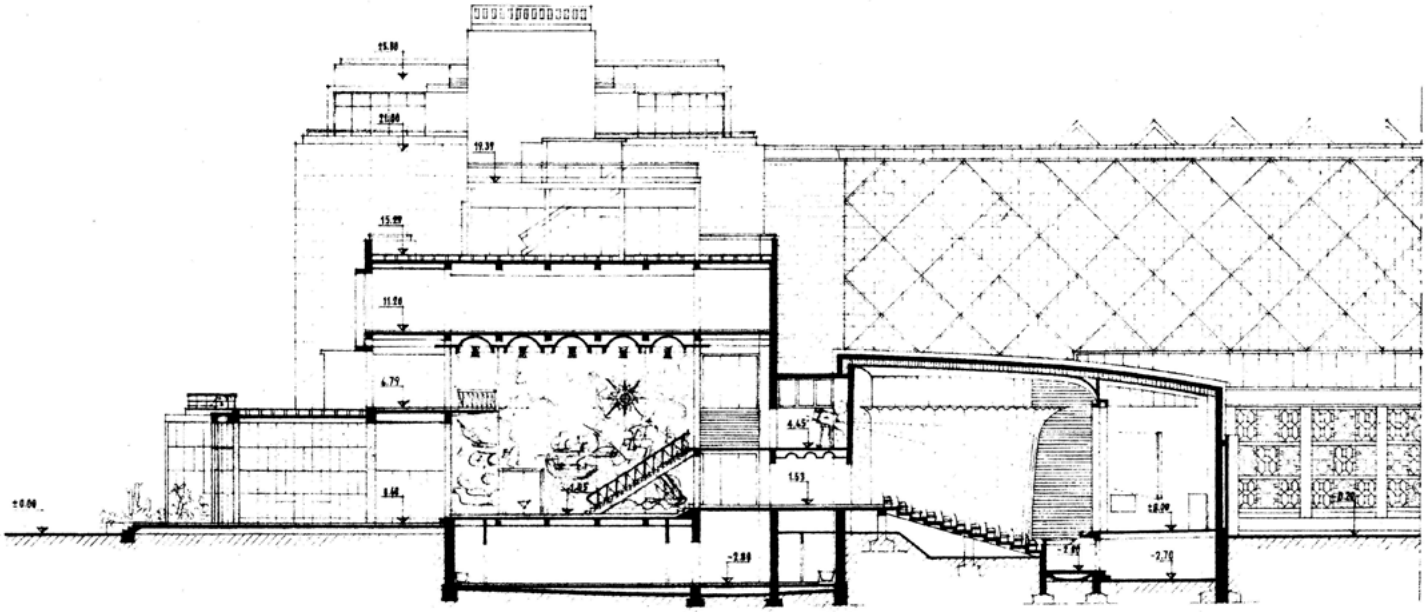


Imagem 12
Palácio do Ultramar: cortes. Projecto Luís Cristino da Silva, 1958.
Espólio Luís Cristino da Silva. FCG/Biblioteca de Arte, LCSDA 48.50



CORTE·MN



CORTE·QR

Deste modo, já sem torre e com alguns pormenores revistos nas fachadas, o anteprojecto de Cristino da Silva voltou a ser aprovado. Assim, quando tudo parecia estar, novamente, encaminhado, os estudos foram definitivamente suspensos em Fevereiro de 1959, alegando-se, uma vez mais, a necessidade do programa ser "mais actualizado" [FCG/LCS, 48.5.28, 1957]. De resto, de todo o programa planeado a partir de 1951 e consideravelmente complexificado a partir de 1955, apenas se concluiu, a tempo da celebração do centenário henriquino, a nova urbanização da Praça do Império e a implantação da rosa-dos-ventos, oferta da África do Sul, junto ao Padrão dos Descobrimentos (Fernandes, 1998, 56]. O projecto do Palácio do Ultramar, obra monumental de um significado arquitectónico e ideológico incontornável, contribuiu, deste modo, para a percentagem de 80% de obras que o arquitecto Cristino da Silva confessou, amargamente, não terem sido concretizadas [*Arquitectura*, 1971, 6], sobrevivendo, apenas, no papel como um dos muitos "projectos-cadáveres" [Portas, 2005, 293] ditados pela difícil afirmação do modernismo em Portugal nos anos 40 e 50.

Conclusão

O projecto de Cristino da Silva para o Palácio do Ultramar reveste-se, inequivocamente, de uma importância incontornável para o entendimento da forma como a arte da edificação foi entendida e utilizada pelo *Estado Novo*. Efectivamente, relativamente a este projecto, tendo em consideração a encomenda pública bem como a sua função e localização, não podemos deixar de filiá-lo nesta pretensão oficial de transformar a Nação. Afinal, este verdadeiro bastião do colonialismo foi pensado, na década de 50, como a mais óbvia e forte demonstração que a contestação internacional e as sucessivas vitórias nacionalistas em África e na Ásia, em nada afectavam a legitimidade do Império português, cuja capital era, historicamente, Lisboa.
Dos sucessivos estudos de Cristino da Silva, importa-nos destacar o modo como o arquitecto procurou, sistematicamente, encontrar uma solução que reflectisse o momento. Deste modo, não podemos deixar de entender esta obra, independentemente da sua não concretização, como uma ilustração perfeita da evolução de um arrojado modernismo português para uma situação de compromisso, onde encontramos, de forma monumental, uma volumetria depurada e marcante, uma interessante varanda, betão armado, assimetria, mas, também, grelhagens em pedra Ançã, coberturas em telhado e esferas armilares. Independentemente da forma como as dificuldades foram surgindo, consequência da alteração da política de obras públicas e da míngua de capital, é necessário sublinhar que, em 1955, o carácter transformador deste projecto foi reforçado. Afinal, a aproximação das comemorações henriquinas impulsionou o alargamento do projecto de melhoria urbanística de Belém, passando-se da edificação do Palácio do Ultramar, a um plano que ditaria a alteração no próprio traçado da zona em causa, incluindo, ainda, a construção de um Museu do Ultramar, Escola Superior do Ultramar e Instituto de Medicina Tropical. Afinal, num momento de ditadura e contestação anticolonial, havia que se celebrar, como forma de legitimação histórica, os feitos de uma geração ínclita e venturosa, cujas glórias se procuravam reviver no presente, recorrendo, para isso, à arquitectura como forma de encenar a restauração material e espiritual de uma arriscadamente moribunda *capital do Império*.

Notas

1 Veja-se a forma como Nuno Portas, a par da crítica ao regime ditatorial como um "sufocante condicionalismo", não deixa de reconhecer a incontornabilidade da importância da encomenda pública, sublinhando que a arquitectura "menos do que qualquer outra [forma de expressão], pode crescer "contra" ou "apesar" das circunstâncias dominantes". Portas, N., *Arquitectura(s) História e Crítica, Ensino e Profissão,* Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2005, p.60.

2 Uma vez que o espólio do arquitecto Luís Cristino da Silva se encontra na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, as siglas FCG/LCS remetem para: Fundação Calouste Gulbenkian/Luís Cristino da Silva.

3 Artigo referente aos territórios não autónomos: "Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios". Documento disponível em http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/ONU-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas/carta-geral-das-nacoes-unidas.html, consultado a 5 de Março de 2013.

4 Vejam-se os casos do "Pavilhão de Honra e de Lisboa" (1940), da moradia da Avenida Pedro Álvares Cabral (1942), do Museu de Arte Contemporânea (1943) ou da Caixa Geral de Depósitos da Guarda (1939-1943).

5 Repare-se como nas referidas obras de Cristino, cuja formação passou por Paris de 1920 a 1923, como em Garnier, é identificável um purismo francamente moderno, desequilibrado e monumentalizado, em altura, por elevadas torres horárias. Como exemplo na obra e Garnier vejam-se as propostas para o edifício da sala de assembleias da *Cité Industrielle* ou para a sede da Bolsa do Trabalho de Lion.

6 "Em perigos e guerras esforçados, Mais do que prometia a força humana, E entre gente remota edificaram Novo Reino, que tanto sublimaram".

7 Parece-nos viável que Pardal Monteiro tenha sentido uma certa empatia estilística com este projecto, uma vez que as semelhanças entre os jogos de volumes, mas, sobretudo, entre os pórticos deste projecto e daqueles desenvolvidos para as faculdades e reitoria da Cidade Universidade de Lisboa, são óbvias.

8 Uma vez que o espólio de Diogo de Macedo se encontra na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, as siglas FCG/DM remetem para: Fundação Calouste Gulbenkian/Diogo de Macedo.

Fontes

Arquitectura – Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas, Lisboa, Iniciativas Culturais Arte e Técnica, nº119, Janeiro-Fevereiro de 1971, pp.2-8.

Decálogo do Estado Novo, Lisboa, Secretariado de Propaganda Nacional, 1934, 94p.

Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio de Diogo de Macedo, 1889-1999.

Espólio de Luís Cristino da Silva, 1921-1976.

Bibliografia

AFONSO, Aniceto, Gomes, Carlos Matos, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, 638p., il.

ALBERTI, Leon Battista, *L'architettura* [*De re Aedificatoria*], ed. crítica e trad. ORLAINDI, Giovanni, introd. e notas de PORTOGHESI, Paolo, Milão, Il Polifilo, 1966, 2 vols., il.

ELIAS, Helena, "A emergência de um espaço na representação: Arte pública e transformações urbanas na zona ribeirinha de Belém", *On the W@terfront*, Barcelona, Universitat de Barcelona, 2004, pp.43-135.

FERNANDES, José Manuel, *et al.*, *Luís Cristino da Silva [Arquitecto]*, Lisboa, Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, 235p., il.

PAWLOWSKI, C.K., *Tony Garnier Pionnier de l'urbanisme du XXème siècle*, Lion, Les Créations du Pélicain, 1993, 190p.

PORTAS, Nuno, *Arquitectura(s) – História e Crítica, Ensino e Profissão*, Porto, Faculdade de Arquitectura do Porto, 2005, 489 p.

RODOLFO, João de Sousa, *Luís Cristino da Silva e a arquitectura em Portugal,* Lisboa, Dom Quixote, 2002, 282p., il.

LISBOA TINGIDA A INTERVENÇÃO PLÁSTICA NA CIDADE DOS MURAIS POLÍTICOS À ARTE DE RUA

Ema Ramalheira Rocha*

"Quem circula hoje por uma grande cidade apercebe-se da profusão de imagens de diversa ordem que, em cartazes publicitários e políticos, sinaléticas diversas, expressões de arte pública ou de graffiti, vão ocupando um lugar neste território. Todas estas imagens pretendem a visibilidade. (…) O graffiti não passa despercebido a quem aqui vive, entranhou-se no imaginário citadino, vulgarizou-se enquanto signo presente na paisagem. (…) vemos as paredes que nos são familiares a renovarem-se regularmente com escritos e personagens."[1] (Campos, 2010, p.21).

Imagem 1
Mural do Partido Comunista Português, Lisboa, 1979
Neves Água. 1979. Arquivo Municipal de Lisboa, NEV001104

Lisboa é uma destas cidades. As suas paredes pintadas – alguns dirão sujas, outros dirão revigoradas – fundem-se na malha urbana e entregam-na à mais recente camada iconográfica que a *pólis* contemporânea exibe: o *graffiti*. Amoreiras, Bairro Alto, Avenida Fontes Pereira de Melo, Parque Mayer, Calçada da Glória: todos estes locais nos brindam com arte de rua, na rua, para a rua, transformando Lisboa numa autêntica cidade-galeria. Os projectos ou iniciativas que contribuíram para a existência destas paredes pintadas, espalhadas um pouco por toda a sua área, têm vindo a multiplicar-se, e a enredar-se entre eles, enquanto tornam Lisboa uma das capitais europeias mais interessantes e mais observadas internacionalmente no panorama da *street art* ou do *graffiti*.
Antes de observarmos algumas destas movimentações urbanas, e o modo como elas têm estimulado Lisboa, devemos observar a génese da Rua enquanto palco para a criação artística interventiva, bem como a História desta acção plástica na nossa capital.
O *graffiti*, expressão plástica da cultura Hip-hop, e os seus praticantes, os *writers*, começaram a manifestar-se no fim da década de 60 do século XX, em Nova Iorque, nomeadamente no estigmatizado Bairro do Bronx. Entre as décadas de 30 e 50 do século passado, Nova Iorque sofreu às mãos de Robert Moses (1888-1981) importantes alterações e modernizações urbanísticas; estas, sob o pretexto de melhorias na qualidade de vida dos habitantes, acabaram por deslocar milhares de pessoas. Os seus modernos edifícios e rápidas vias favoreceram o trânsito automóvel e a subida de preços imobiliários, o que provocou o desarraigamento e o choque do realojamento de comunidades inteiras, após a migração para os subúrbios.
O desenraizamento e frustração, associados à diminuição da qualidade de vida urbana foram importantes factores de afirmação e intervenção artística, como um grito de "Nós estamos aqui. Não queremos ser ignorados!"[2] (Chalfant, 2008, p.7). "O graffiti nasceu numa era de declínio económico, produto da negligência do planeamento urbano, e teve a sua raíz nas comunidades urbanas deslocadas e alienadas. A juventude urbana, face às condições em que vivia, inventou, baseada numa resposta criativa, uma subcultura: o hip hop. Hoje, num mundo profundamente urbanizado, inspira pessoas em condições semelhantes, sendo um fenómeno global"(Rafael, 2009, p.115)[3].
Deste modo, o *writer*, representante visual do Hip-hop, cuja habilidade reside "na sua capacidade de elaboração de uma caligrafia original e arrojada" (Campos, 2010, p. 95), numa

*FCSH, Insituto de História de Arte

acção de vandalismo, dissemina o seu nome, o seu *tag* pela cidade, afirmando-se nela, e provando que ela lhe pertence. Se por um lado a vida urbana e sub-urbana oferece aos seus habitantes experiências de quotidiano que são semelhantes em todo o globo, por outro, a influência cultural da América do Norte no resto do mundo, na segunda metade do século XX, foi muito forte. O *graffiti* viu-se, paulatinamente, adoptado como fenómeno criativo mundial, quase sempre associado a comportamentos juvenis de rebeldia e vandalismo.
O surgimento do *graffiti* em Portugal não está oficialmente datado, mas presume-se que coincida com o início da comercialização do rap português, no começo da década de 90. No entanto, e numa estética completamente distinta, as paredes portuguesas, e as lisboetas, que nos interessam aqui particularmente, serviam já o propósito da comunicação e da exibição de ideais de grupo.
Os anos de 1974 e 1975 pintaram as paredes da cidade com as cores da revolução. E os anos que lhes seguiram, até início dos anos 80, levaram o legado de reivindicação, comemoração ou convocação presente nos murais políticos do pós-25 de Abril.

Os partidos de esquerda, como o Partido Comunista Português (PCP), o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) ou a União Democrática Popular (UDP), entre outros, guardam um património (efémero, é certo) de pinturas políticas murais por todo o país, mas principalmente nos grandes centros urbanos como Lisboa, que vivia, à data uma florescente ebolição política. Usando tinta e pincel, as letras pintadas, que podiam publicitar a Festa do Avante, apelar a um Comício partidário, ou celebrar a Revolução dos Cravos, eram executadas à mão, livremente, ou com *stencils,* combinando, essencialmente, três cores.
Imagem 1. Os murais políticos invocavam palavras de ordem que, ao permaneceram nas paredes, permaneciam nas memórias também. Exibiam o trabalho manual de pessoas que aspiravam aos mesmos ideais de quem observa o seu trabalho, o que teria uma carga simbólica forte para todos os partidos emergentes, mas principalmente para os partidos de esquerda. Apelando à memória, mas principalmente à emoção ideológica e ao alvoroço cívico, a pintura de murais conseguia com que as suas mensagens, nas paredes retratadas, se transformassem em poderosos slogans, associados a determinado partido ou associação, marcando a sua imagem. "Pão, Paz, Terra, Liberdade, Independência Nacional" **Imagem 2,** ficou como um dos mais conhecidos slogans nacionais do pós-25 de Abril, depois de pintados várias

vezes em murais da União Democrática Nacional. Deixemos por agora as pinturas murais políticas, para nos centrarmos na questão fundamental do presente artigo, o *graffiti,* ou a *street art*, e o modo como têm vindo a construir camadas pictóricas e simbólicas sobre as paredes de Lisboa.

Antes de mais é importante esclarecer os termos *graffiti* e *street art*, que obrigatoriamente se associam, mas não devem ser sinónimos. O *graffiti*, como vimos, estreou um estilo visual inédito, que ainda hoje traduz um estilo de vida associado à adrenalina de uma acção ilegal e da destreza que ela pode implicar, artística e fisicamente. Tendo sido ignorado pela cena artística contemporânea convencional durante muito tempo, o *graffiti* chamou à sua atenção pelo vigor que a genuidade da acção lhe confere. Ricardo Campos sintetiza este aspecto na sua investigação de Doutoramento: "Vimos como o graffiti inaugura uma linguagem urbana eminentemente visual, canalizada para o aperfeiçoamento de um discurso estético invulgar. Daí que, a par da sua natureza desviante e vandálica, o graffiti tenha sido entendido por determinados segmentos sociais como um reservatório de criatividade, um bem com elevado potencial artístico. (…) Daí que muitos coloquem o *graffiti* numa constelação de práticas que definem como *street art*. O graffiti teria inaugurado uma era de comunicação nas ruas da cidade, promovendo a democratização do acesso às artes visuais." (Campos, 2010, p.100)

Não se explica o crescente número de artistas que têm passado das ruas às galerias, do *graffiti* às Belas Artes, senão pelo ineditismo e renovação que eles cumprem. A *street art* aparece-nos assim mais abrangente do que o *graffiti*, mas dele descendente. O *graffiti* revigorou a arte pública, trouxe "o olhar a rua"e ditou uma estética que influenciou outras áreas artísticas e o design, permitindo novas abordagens da mesma matriz. Podemos quase

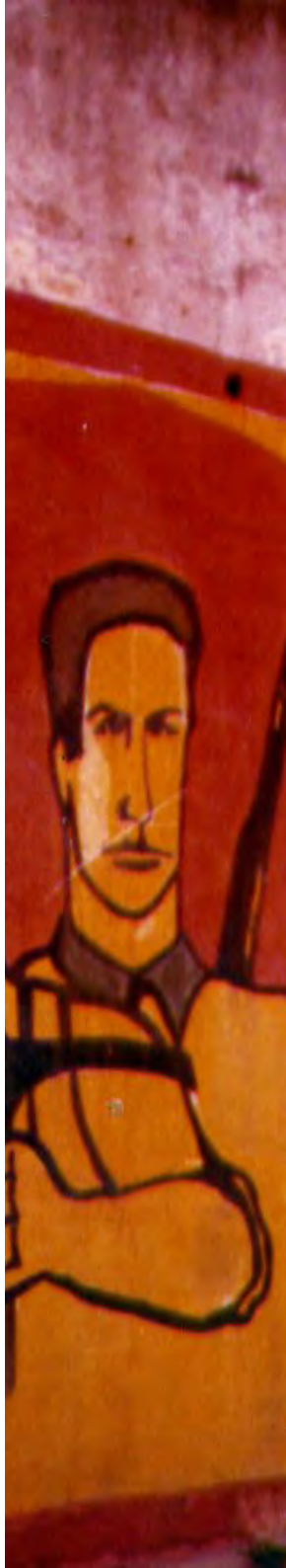


Imagem 2
Mural UDP - Rua Marquês de Fronteira, Lisboa
Universidade de Coimbra. Centro de Documentação 25 de Abril, cnew007006.

afirmar que o *graffiti* é para os pares, a *street art* é para as massas. O pós-*graffiti*, termo que sintetiza as adaptações à arte de rua, conservou a irreverência e a informalidade, o processo de comunicação, mas tornou-o mais amplo, mais leigal. Lisboa é uma cidade ocupada pelo "*graff*", e tem acolhido alguns interessantes projectos de *street art*, transformando-a numa das cidades mais interessantes da Europa neste nível, espreitando bem de perto o que se faz em Berlim ou Paris. A Galeria de Arte Urbana (GAU), que começou por ser um projecto de painéis autorais pintados junto ao elevador da Glória, integra neste momento o Departamento de Património Cultural da Camâra Municipal de Lisboa. Este organismo municipal cuida da plasticidade da cidade, equiparando as expressões de rua às restantes manifestações artísticas da cidade, desenvolvendo um olhar educado em dois sentidos: o respeito pelo património cultural histórico ou contemporâneo, mas também a promoção das manifestações de vida urbana. A sua missão está irremediavelmente ligada à comunicação e à moderação dos componentes visuais da cidade de Lisboa, criando espaço à intervenção plástica urbana em diálogo com o riquíssimo património edificado da capital portuguesa. A Galeria de Arte Urbana tem apoiado várias iniciativas que lhe são externas, mas às quais se junta como parceira institucional. Os vidrões pintados por artistas de rua, que têm povoado Lisboa um pouco por todo a sua área, são um dos exemplos. O Projecto CRONO, que mereceu também o apoio da GAU, é talvez o mais aparatoso de todos os projectos de arte urbana presentes em Lisboa. Com uma agenda marcada, o CRONO desenvolveu-se em quatro fases, de Maio de 2010 a Outubro de 2011, com a presença de vários artistas nacionais e internacionais. **Imagens 3 e 4.** As outras fases contaram ainda com nomes como o do português Vhils, em

Imagem 3
Primeira fase do Projecto CRONO. Autores: Os Gémeos (à esquerda), Blu (ao centro), Sam3 (no segundo edifício). José Vicente, 2012.

Imagem 4
Segunda fase do Projecto CRONO
Autores: Euricelcane e Lucy Mclauchlan. José Vicente, 2012.

Alcântara, ou do americano Momo, na Avenida Almirante Reis. Também a DEDICATED, loja de graffiti em Lisboa, tem promovido o graffiti português e internacional em Lisboa, em pareceria com a Junta de Freguesia de S. José, com a procura da disponibilização de paredes para pinturas legais na zona da baixa da cidade, oferecendo a oportunidade de trabalho conjunto entre *writers* nacionais, ou fomentando o diálogo com artistas de outras partes do globo. **Imagem 5** Importa-nos ainda, perto do fim, explicar por que razão este percurso foi iniciado nos murais políticos do pós-25 de Abril de 1974. Existem organismos, partidários ou não, que nunca abandonaram a herança da pintura mural como meio de alerta ou de convocatória à sociedade civil. No entanto, e sem nunca o *graffiti* se ter associado a um movimento político, pelo menos de modo visível e colectivo, as condições sócio-culturais do país neste momento particular "convidaram" à intervenção política por parte de alguns *writers*. Tendo em conta a conjuntura europeia, e os difíceis anos económicos que o povo Português enfrenta, *graffitis* de intervenção social, de forte crítica à classe política multiplicaram-se em Lisboa, em particular nas sobejas paredes "graffitadas" das Amoreiras. **Imagens 6 e 7.** Estas manifestações posicionam, de modo muito claro, o autor da peça, fugindo por isso à premissa de distanciamento político do *graffiti*. No entanto, pode ser muito curioso entendermos esta expressão como cumpridora e herdeira do sentimento de quem executou os primeiros *tags*, de quem se sentiu abalado ou sufocado pelas condições de vida que lhe foram oferecidas. É interessante pensar que condições sociais semelhantes provocaram e continuam a provocar reacções individuais semelhantes. Queremos entender o cerne deste artigo como a demonstração do *graffiti* enquanto derradeiro sentimento intrínseco, que se permite a ser permeável a mudanças históricas, sociais ou culturais, fazendo da cidade a sua tela, espalhando nela a sua mensagem.

Imagem 5
Hall of fame patrocinado pela Dedicated
Autores: Smile, Ayer, Robô – Fevereiro de 2013. Rua da Alegria 8-16.
Imagem de [http://www.dedicated-store.de/wp2/?page_id=2625]

Imagem 6
"A Lei do + Forte"
Autores: Nomen, Kurtz, Slap, Exas e Luk , Amoreiras 2012
José Vicente. GAU. CML, 2012

Imagem 7
"Este mural foi realizado sem ajuda externa"
Autores: Nomen, Slap e Kurtz, Amoreiras 2012
José Vicente. GAU. CML, 2012

Notas

1 Campos, Ricardo, *Porque Pintamos a Cidade – Uma abordagem etnográfica do Graffiti urbano*, Lisboa, Fim de Século, 2010;
2 Chalfant, Henry, Foreword in *Street Art – The Graffiti Revolution*, London, Tate Publishing, 2008, [tradução nossa];
3 Rafael, Teresa Clara, *A cidade alienada e a apropriação do espaço urbano_A razão prática do graffiti numa leitura da contemporaneidade*, Porto, Universidade Lusíada, 2009.

BANK

Este Mural foi Realizado Sem Ajuda Externa.
2012
Quanto tempo mais querem ver a assistir a este Show?
A nossa dívida continua a aumentar!

INTERVENÇÕES NA CIDADE
AVENIDA D. CARLOS I, 103-105

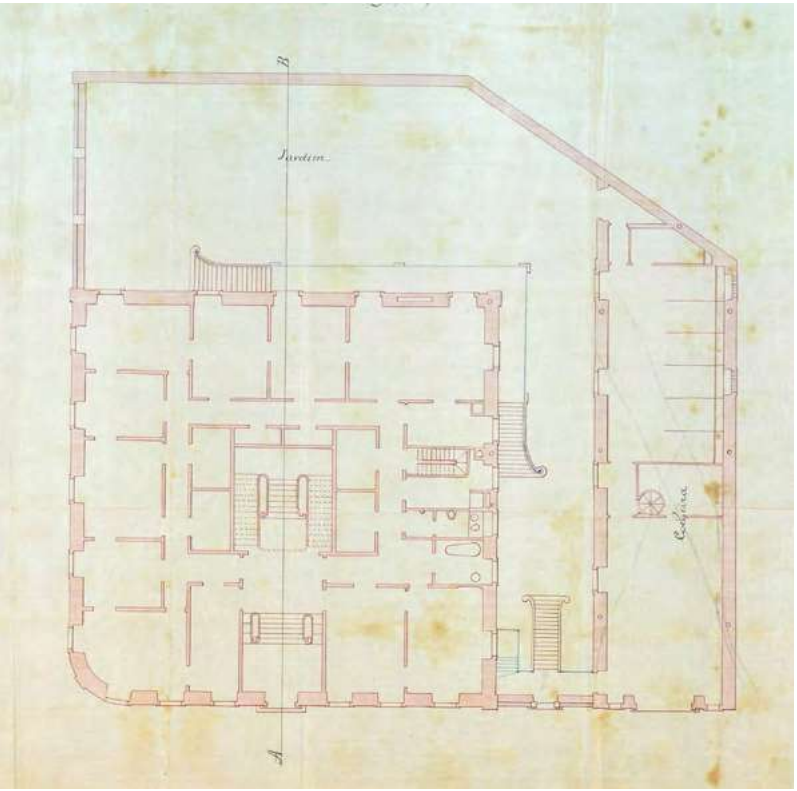
Gonçalo Lima Mayer
Vasco Appleton
Vasco Nunes da Ponte

O presente artigo refere-se às obras de alteração e ampliação num edifício de finais do século XIX

1. A PRÉ-EXISTÊNCIA

O edifício foi mandado construir por Pedro Henrique da Gama Guimarães, Comendador da Ordem de Cristo e 2º barão do Mearim.
Nascido em 1857 na cidade de São Luís do Maranhão, Brasil, veio para Portugal muito novo. Formou-se em medicina em Lisboa no ano de 1888 e faleceu em 1925.
Em 1890 apresentou à Câmara Municipal de Lisboa um projecto para a construção de uma casa de habitação e cocheira num terreno de 836,15m2 de que era proprietário, situado na frente poente da Rua de D. Carlos I, esquina com a Rua dos Industriais, em terrenos do antigo Convento da Esperança (Arquivo Municipal de Lisboa, Obra 6107, proc. 5488/DAG/TG/1890)
A casa da família Gama Guimarães insere-se na tipologia de palacete romântico. Com uma área de implantação de 442,92m2, era composta por cave-semi-enterrada, dois pisos e mansarda, e dispunha de um jardim a tardoz. À data da intervenção apresentava ainda inalterada a sua imagem urbana, assim como a compartimentação e decoração interiores. Destacavam-se a porta de entrada, o portão em ferro de acesso ao jardim, o desenho cénico do átrio e da escadaria principal, com inúmeros trabalhos de elevada qualidade artística em estuque relevado, cantaria, carpintaria e serralharia.
O projecto da casa foi encomendado ao Mestre João Santos, um dos mais conceituados da época. Conhecido por João "Calor", construiu inúmeros edifícios em Lisboa, nomeadamente na Avenida da Liberdade. Foi também o responsável pela construção do Teatro da Rua dos Condes, do Bairro Operário da Calçada dos Barbadinhos e da Penitenciária Central de Lisboa. Foi nesta última que revelou o seu génio e o enorme leque de conhecimentos e técnicas inovadoras, pois a mesma "obedecia a um sistema especial de construção, ainda desconhecido entre nós, e pouco vulgar no estrangeiro, e por isso trazia ao nosso meio artístico novos elementos de prática, aos quais só um construtor de primeira ordem podia dar a devida interpretação.", conforme relata, na Revista do SNCC (Sindicato Nacional dos Construtores Civis), de 1939, um colega membro da antiga Associação de Classe dos Construtores Civis, da qual o mestre foi sócio fundador.

Imagem 1 e 2
Arquivo Municipal de Lisboa, JBN000649, e N75441



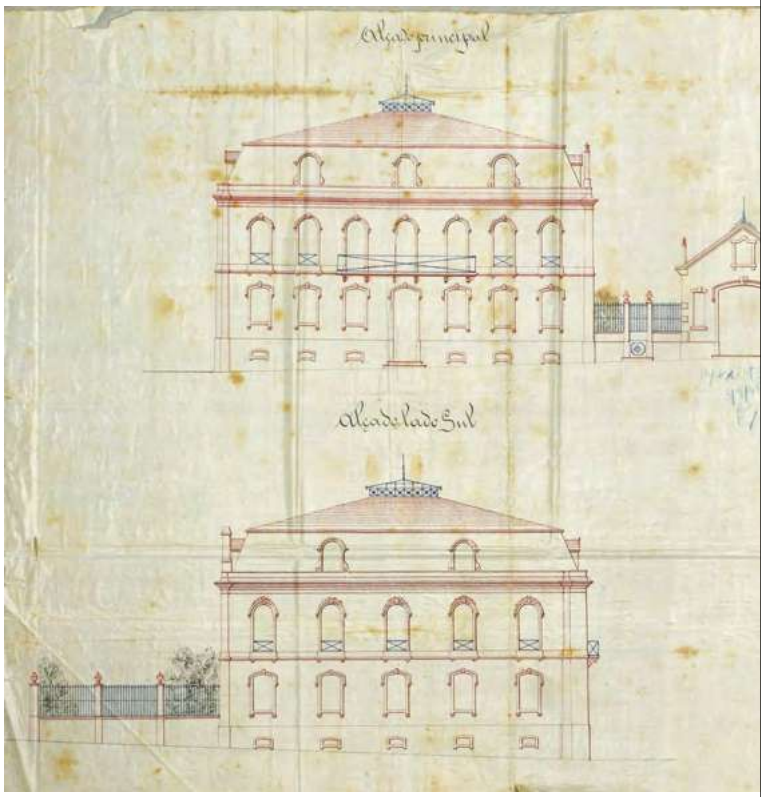
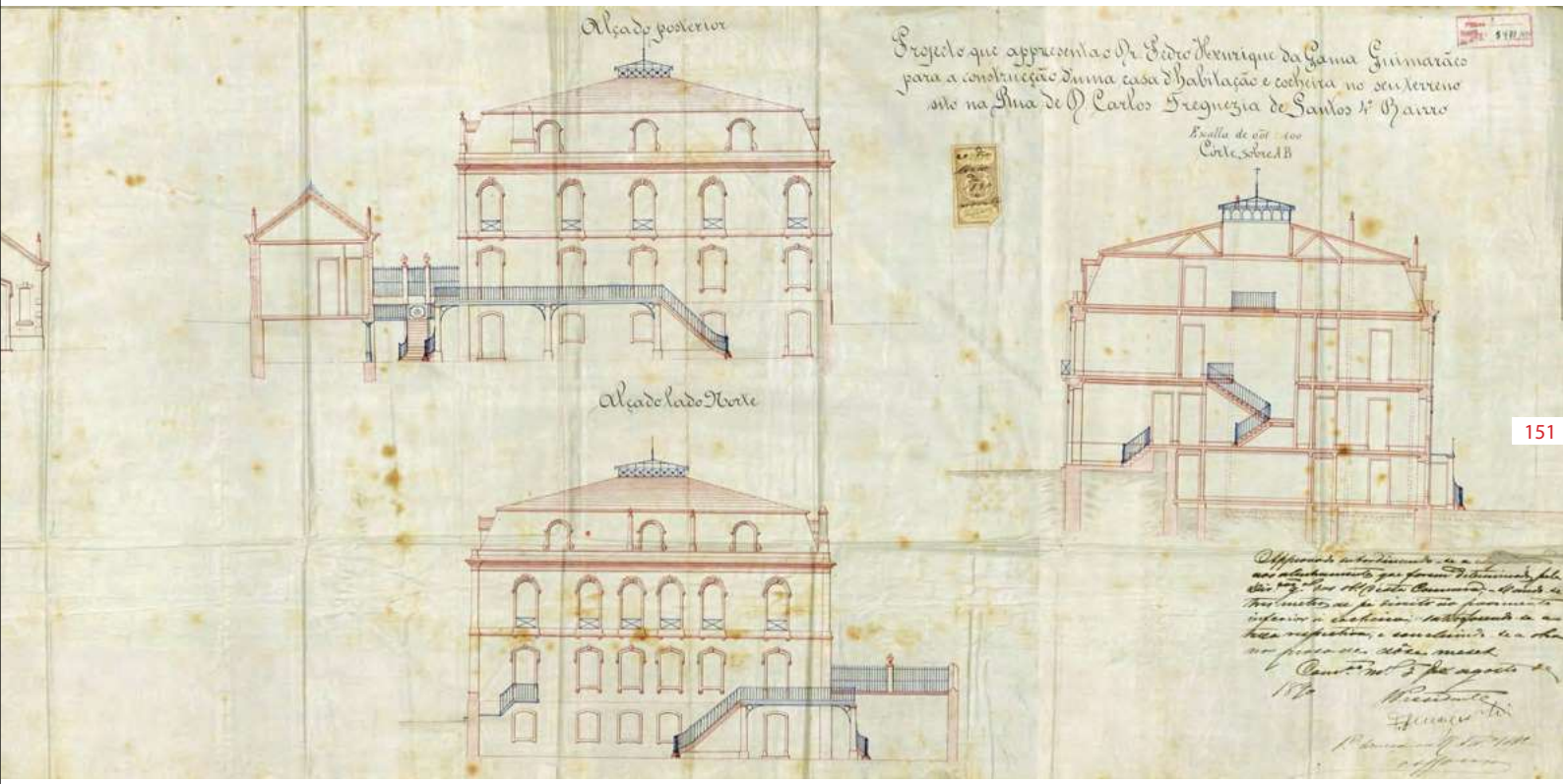


Imagem 3 e 4
Arquivo Municipal de Lisboa, VO6107, Proc. 5488-DAG-PG-1890, Folhas 2 e 3


Alçado posterior
Projecto que apresenta o Sr. Pedro Henrique da Gama Guimarães
para a construcção d'uma casa d'habitação e cocheira no seu terreno
sito na Rua de D. Carlos Freguezia de Santos 1º Bairro
Escala de 0,01 : 100
Corte sobre AB
Alçado lado Norte

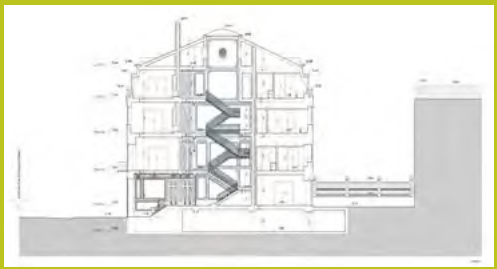
2. A INTERVENÇÃO

2.1 Arquitectura

Quando foi adquirido em 2006 pela Ribabest, o edifício encontrava-se devoluto e em avançado estado de degradação. Era intenção do promotor alterar a tipologia inicial do edifício reconvertendo-o em habitação plurifamiliar de luxo, pelo que o princípio que norteou o projecto foi o compromisso entre a manutenção dos principais elementos decorativos e construtivos do edifício, e a melhoria das suas condições de habitabilidade e segurança, diferenciando a intervenção actual dos elementos pré-existentes.
Após um longo processo de licenciamento que teve que concertar as diversas entidades envolvidas, - Câmara Municipal de Lisboa (nomeadamente o Núcleo Residente da Estrutura Consultiva do PDM) e o antigo IGESPAR (actual Direcção-Geral do Património), deu-se início à empreitada. A sua execução processou-se em duas frentes: a consolidação e recuperação das fachadas e do núcleo central do edifício, e a reconstrução duma nova estrutura. A obra demorou cerca de 2 anos e meio e encontra-se concluída.
A intervenção não alterou a implantação existente mas houve ampliação vertical do edifício em mais um piso. O interior foi reformulado, mantendo-se o átrio de entrada e o núcleo central de acessos. As paredes exteriores e cantarias existentes foram também mantidas e recuperadas.
A cave foi ampliada para introdução duma área de estacionamento (16 vagas), arrecadações e áreas técnicas, respeitando os índices de impermeabilização definidos no Plano Director Municipal. O acesso é feito pela Av. D. Carlos I, através do portão pré-existente, em rampa permeável.
No lado poente (Rua dos Industriais), a cota do logradouro foi nivelada pelo piso térreo, de forma a criar um jardim para cada um dos fogos localizados neste piso.
A entrada no edifício manteve a sua posição original, tendo sido executada a recuperação de todo o átrio e núcleo de escadas existentes. No piso térreo criaram-se 2 apartamentos de tipologia T2+1, com áreas compreendidas entre 173 e 193m2.
A entrada nos fogos faz-se pelas portas existentes no átrio, de modo a preservar a imagem e identidade do edifício. As áreas sociais dos fogos estão localizadas a poente, permitindo uma melhor fruição dos logradouros privados. As zonas de quartos, às quais se acede através de um *hall* de distribuição, estão viradas para a Av. D. Carlos I e Rua dos Industriais.

O acesso ao piso 1 faz-se pela escada original ou pelo elevador que foi inserido num espaço contíguo a esta.
Este piso tem 2 fogos, T3+1 e T2, com 208 e 183m2 respectivamente, aos quais se acede pelas portas existentes.
O acesso ao piso 2, antiga mansarda, é feito por uma nova escada no prolongamento da existente ou pelo elevador.
Esta extensão da escada é uma intervenção com um carácter assumidamente contemporâneo, de forma a localizar a intervenção no tempo e a valorizar o património existente.
Executada em estrutura metálica, madeira e vidro, é um elemento que, de forma harmoniosa, equilibrada e transparente, complementa o espaço, funcionando como um todo.
Neste piso dispôs-se um só apartamento de tipologia T4+2, com uma área de 392,05m2, cujo acesso se faz também pelas portas de madeira existentes.
O acesso à nova mansarda - 3º piso – faz-se também pela extensão da escada, através do lanternim. Este piso tem um apartamento de tipologia T4+2, com uma área de 367,07m2, e um sótão, devidamente iluminado com claraboias. O lanternim foi prolongado para se preservar o carácter da claraboia existente.
A fachada foi rebocada com recurso a argamassas à base de cal, e pintada na cor original do edifício.
Todas as cantarias foram mantidas e recuperadas.
A ampliação, da qual resultou um aumento da cércea em 4,46m, foi feita numa linguagem mimética para homogeneizar a imagem do edifício. Houve por isso um cuidado criterioso na escolha dos materiais, para que fossem o mais idênticos possível aos existentes, nomeadamente as cantarias. A mansarda foi executada em zinco quartz, tipo camarinha, e a cobertura em telha Marselha, como a anterior. As caixilharias de madeira foram substituídas por alumínio de cor grafite e as portadas interiores foram recuperadas.
Foram tidos em devida linha de conta os parâmetros térmicos e acústicos na concepção e desenvolvimento espacial do edifício.

Gonçalo de Lima Mayer, Arq. - Gabinete Intergaup



2.2 Estrutura

A intervenção estrutural teve o objectivo de reabilitar, ampliar e adaptar o edifício para funções de habitação. Pretendeu-se também reforçar a estrutura a manter com o objectivo de dotar o edifício de resistência sísmica, conforme a regulamentação em vigor.

O edifício original é formado por paredes resistentes de alvenaria de pedra em todas as fachadas, com cerca de 0,80m de espessura, que se estendem até ao piso 2, a cerca de 9m de altura relativamente aos arruamentos exteriores. No interior, a estrutura vertical pré-existente era essencialmente formada por paredes resistentes de alvenaria de pedra agregada com argamassas de cal e areia e/ou alvenaria complementada com elementos de madeira maciça. Os pavimentos eram constituídos por vigamentos de madeira maciça, por sua vez suportados pelas paredes-mestras exteriores e interiores. As paredes com funções divisórias eram em geral de tabique de pranchas ao alto, com fasquiado para suporte dos rebocos de revestimento. De acordo com a proposta de arquitectura, a compartimentação pré-existente iria ser profundamente alterada, o que conduziu à demolição dos pavimentos dos pisos 1 e 2, substituindo-os por novas estruturas. Além disso, pretendia-se altear o edifício em mais um piso subindo a cobertura amansardada, situação que obrigou à demolição integral da cobertura existente.

De toda a estrutura interior apenas acabou por fazer sentido manter as paredes envolventes da entrada e da escadaria.

A nova estrutura foi dimensionada com base na manutenção da estrutura vertical existente no contorno, correspondente às paredes de alvenaria de pedra das fachadas, e do núcleo central de escadas, igualmente formado por paredes de alvenaria, mas com menor espessura que as paredes exteriores, e com reforços de madeira.

Para os pavimentos utilizaram-se lajes maciças de betão armado com 0,25m de espessura, que permitiram vencer os vãos simplesmente apoiados entre as paredes exteriores e o núcleo de escadas interior, da ordem de 7,25m - 8,00m. A opção por uma solução mais pesada resultou da necessidade de se vencer vãos relativamente elevados e sem continuidade (simplesmente apoiados), sem prejuízo na economia da solução, assumindo-se uma livre disposição da compartimentação interior, com paredes divisórias de alvenaria de tijolo, que representam uma carga muito superior a qualquer solução com paredes divisórias leves. Para além disso, a nova compartimentação e as exigências em termos de acústica tornavam pouco interessante a adopção de soluções estruturais de pavimento distintas para zonas húmidas (cozinhas, WCs) ou secas (quartos, salas).

O principal inconveniente na utilização de lajes maciças pesadas foi o aumento muito significativo do peso e da massa do edifício, e consequente penalização de toda a estrutura vertical, tanto para as acções gravíticas, como sobretudo para a acção sísmica. Com o intuito de ultrapassar essa dificuldade reforçaram-se, pelo interior, todas as paredes de alvenaria de pedra das fachadas, com lâminas de betão armado com 0,10m de espessura, pregadas à alvenaria de pedra por intermédio de chumbadouros. A solução de lâminas de betão armado permitiu que, durante a fase de obra, a estrutura de contenção provisória fosse significativamente aligeirada, com apenas escoras de perfil HEB160 nos quatro cunhais do edifício.

Para a ampliação em altura, optou-se por executar o novo piso e a cobertura com soluções mistas de aço e madeira, que têm como principal vantagem a de acrescentar pouco peso e massa ao edifício, permitindo minimizar a acção sísmica nos pisos mais elevados.

Para a ampliação do piso -1 (semi-enterrado) a solução encontrada foi o apoio de toda a parede de fachada existente em vigas metálicas triplas HEB300, suportadas por novos pilares de betão armado. Da mesma forma, todo o núcleo de paredes a manter em torno das escadas foi apoiado em feixes de vigas metálicas, suportadas por novos pilares de betão armado.

As fundações das paredes a manter e as novas fundações foram reforçadas/ apoiadas através de micro-estacas com profundidades que atingem os 16,00m, de modo a mobilizar o substrato competente, uma vez que o edifício foi construído numa zona de aterro, e fundado originalmente através de pegões e arcos de fundação.

A obra de estruturas decorreu sem grandes problemas, tendo-se aplicado o projecto conforme previsto.

Vasco Appleton, Eng. - Rui Pombo, Eng. – Gabinete A2P

2.3 Restauro do átrio e das escadas

O átrio de entrada e a escada original são a alma deste edifício, quer pela riqueza da sua ornamentação quer pela forma de distribuição dos espaços; e foi com o intuito de manter este conceito que o projecto de reabilitação se desenvolveu. Houve por isso um enorme cuidado na intervenção, tanto ao nível das técnicas de restauro como na introdução e integração de novos elementos, em especial a ampliação da escada.
Assim, os trabalhos de conservação e restauro iniciaram-se na fase de projecto, com o levantamento e caracterização dos revestimentos do átrio e da caixa de escadas, procurando identificar os materiais, técnicas e respectivos programas decorativos originais, e avaliar o seu estado de conservação.
Para isso fizeram-se sondagens no local através da abertura de pequenas janelas nas superfícies, com recurso a bisturi e solventes, por uma equipa especializada. Foram identificadas todas as fissuras e foi efectuado um levantamento fotográfico geral e pormenorizado do existente.
De seguida, e de acordo com as exigências do projecto de restauro, foi definida uma metodologia de intervenção que promovesse a recuperação dos revestimentos num programa decorativo próximo do original.

Foram identificados vários tipos de materiais, dos quais podemos salientar:
- O pavimento da entrada do prédio em pedra mármore branco e cinza;
- O pavimento em mosaico hidráulico de diversas formas e tons cromáticos;
- Portas, degraus e corrimão em madeira lacada;
- Balaustrada da escadaria da entrada em ferro;
- Estuque como revestimento das paredes e tectos, sob a forma de molduras e ornatos.

A execução do projecto de restauro foi realizada por diferentes equipas.
Estuques (relevados e simples) - Na reconstituição da policromia foram tidos em conta os princípios da reversibilidade e da estética original, no sentido de devolver à obra a sua integridade. Foram usados pigmentos em cal apagada afinada aos tons originais, de modo a reintegrar mimeticamente as lacunas monocromáticas.
Esta intervenção foi conseguida graças a uma fiel reconstituição dos elementos de estuque em falta, como os coroamentos em folhas de acanto, as folhas de café, e os moldados simples que cobrem os tectos das áreas comuns. A pintura foi executada de modo preciso, recortando todos os tons da composição dos pigmentos óxido de ferro, azul Prússia, azul índigo, ocre e siena natural. Destas composições resultou uma cor salmonada amarelada e cré, compondo deste modo a estética original.
Cantarias - Apenas há a realçar a necessidade de alteração da técnica de limpeza das cantarias devido ao elevado grau de sujidade da pedra. A limpeza por via húmida com tensioactivo assistido por escovagem não foi eficaz, pelo que foi executado um jateamento de areia controlado, que, de certa forma, contribuiu para homogeneizar e integrar as antigas e as novas cantarias.

Vasco Nunes da Ponte, Arq. – Ribabest (Promotor)

FICHA TÉCNICA

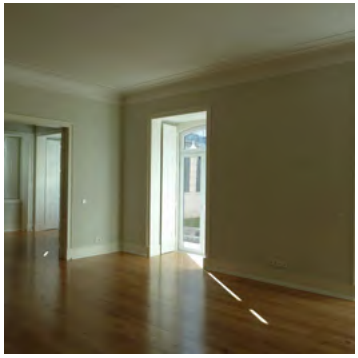
Projecto de arquitectura
INTERGAUP
Diogo Maria de Lima Mayer
Gonçalo de Lima Mayer

Projectos de especialidades
ESTRUTURAS - João Augusto da Silva Appleton,
Vasco Appleton
OUTRAS ESPECIALIDADES
Luís Blanco
Electroconsul:
Luís Borralho Crujo, José Murta Lourenço, Tiago Nicolau Abreu,

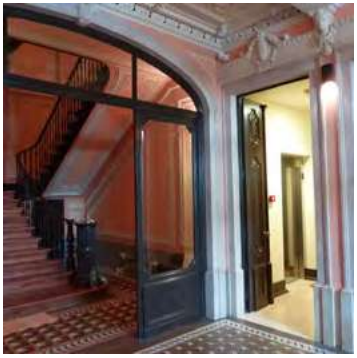
Arranjos exteriores
Mariana de Lima Mayer - Intergaup

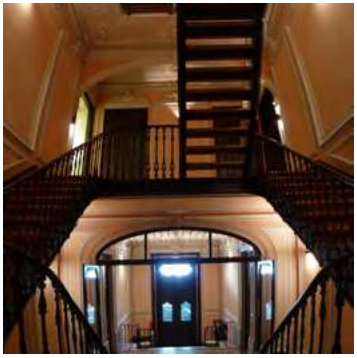
Projecto de restauro – Nuno Proença – NCRestauro, Nova Conservação
Execução – Gonçalo Jordão - *Afterwall* (pinturas decorativas):
Domingos Pardal – Mármores Pardal (cantarias)

Construção
Encomota – Empresa de Construção e Obras Públicas, Lda



A
B
C
D
E
F





rossio

estudos de Lisboa